

ISSN 1676-661

Conflitos no Campo BRASIL

2003

Comissão Pastoral da Terra

Goiânia, abril de 2004



Expediente

Conflitos no Campo – Brasil 2003

É uma responsabilidade da Secretaria Nacional da CPT

Rua 19, n. 35, 1.º andar – Centro – 74030-090
Caixa Postal 749 – 74001-970 – Goiânia-GO
Fone/Fax: (62) 4006-0066
Endereço eletrônico: cptnac@cultura.com.br
Sítio: www.cptnac.com.br

A **Comissão Pastoral da Terra** é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz, Pastorais Sociais da CNBB.

A **CPT** é membro da **Pax Christi Internacional**

Goiânia, abril de 2004

Conflitos no Campo – Brasil. 2003. [Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso] – [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2003. 228p.

ISSN 1676-661

Anexado na **Geodados**

Editora Gráfica Terra Ltda.

Av. Caiapó, 758 – Santa Genoveva
CEP 74672-400 – Goiânia-GO – Brasil
Tel.: (62) 4005-9000 – Fax: (62) 207-1666
Teleendas: (62) 4005-9090
Home page: www.editoraterra.com.br

Coordenação

José Batista Gonçalves Afonso
Antônio Canuto
Cássia Regina da Silva Luz

Documentaristas CPT Nacional

Cássia Regina da Silva Luz
Inez Ethne Gontijo Neiva
José Marcelo Oliveira da Luz
Múria Carrijo Viana

Endereço eletrônico: cptdoc@cultura.com.br

Documentaristas Regionais

Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá
Célio Lima Silva – Acre
Dácio Alves Pereira – Araguaia/Tocantins
Eliana Santos – Mato Grosso
Graciete Rodrigues da Silva – Nordeste (AL, PB, PE e RN)
Ivonete Duarte de Moraes – Santa Catarina
Jaqueline Cordeiro – Roraima
Juvenal Rocha – Espírito Santo/Rio de Janeiro
Laudiane Barbosa de Souza – Piauí
Lucimone Maria de Oliveira – Goiás
Luiz Antonio Pasinato – Rio Grande do Sul
Marcilene Aparecida Ferreira – Minas Gerais
Maria Alves Lima – Ceará
Maria das Graças Braga Santana – Paraná
Maria Gorete Barbosa de Oliveira – Amazonas
Marcos Lemke – Rondônia
Pedro Albuquerque da Costa Marinho / Ronilson Costa – Maranhão
Raimunda Regina Ferreira Barros – Pará
Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul
Roseilda Cruz da Conceição – Bahia

Assessoria

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Geógrafo – Unesp

Programa DATACPT

Fabiano de Moura Parente
Analista de Sistema

Diagramação

Márcio Gonçalves Gomes
Cel.: 9691 5050 – marcio@editoraterra.com.br
marciogomes_3@hotmail.com

Revisão

Secretaria Nacional

Foto da Capa

Paulo Ribas

Mapas e Gráficos

Prof. Anderson Antônio da Silva e
Prof. Eduardo Paulon Girardi
Geógrafos – Unesp

Editoração, Impressão e Acabamento

Editora Gráfica Terra (62) 207 8000

Dedicatória

Aos 73 trabalhadores assassinados no campo em 2003,
entre os quais três trabalhadoras.
E às 35.292 famílias despejadas da terra, por ordem judicial.
Seu sangue e sua luta farão germinar sementes
de uma justa partilha da terra e dos bens.

Sumário

Apresentação.....	7
Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003	9
Quadro comparativo (1994-2003).....	27
Conflitos por terra – Situações.....	28
Conflitos por terra.....	51
Conflitos por terra – Ocorrências.....	54
O Conflito agrário em São Gabriel.....	90
Prado: luta por vida e dignidade.....	94
Ocupações.....	100
Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos.....	112
Geografia das ocupações e violência.....	118
Acampamentos.....	127
Violência contra a ocupação e a posse.....	136
Trabalho Escravo no Brasil: os números, as lutas e as perspectivas em 2003.....	137
Trabalho Escravo.....	144
Conflitos Trabalhistas.....	150
Conflitos pela Água.....	153
Desastre Programado.....	155
Assassinatos.....	159
Tentativas de Assassinatos.....	163
Ameaçados de Morte.....	165
Região das Ilhas na Foz do Rio Amazonas.....	171
Violência Contra Pessoa - detalhamento.....	173
Violência contra Pessoa.....	177

Sumário (continuação)

Manifestações.....	178
Notas emitidas pela CPT e outros documentos.....	197
Metodologia	216
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades.....	221
Fontes de Pesquisa	224
CPT no Brasil	227

Apresentação

O ano de 2003 começou com a euforia da “esperança que vence o medo”. Os trabalhadores e trabalhadoras do campo acreditaram que havia chegado a hora de uma mudança profunda, que a Reforma Agrária finalmente iria acontecer. Por isso multiplicaram suas ações que bateram um recorde histórico. Ocupações e acampamentos¹ somados atingiram o número de 676 ações, envolvendo um número de 124.634 famílias, 623.170 pessoas. O número de pessoas que participaram de manifestações também foi o maior, 481.023 pessoas. O total dos conflitos atingiu um patamar nunca antes atingido: 1.690 conflitos, com 1.190.578 pessoas envolvidas.

Se o governo federal adotou uma nova postura diante dos movimentos do campo, não os tratando como movimentos criminosos, fora-da-lei, como vinha acontecendo nos últimos anos, também não realizou nenhuma ação concreta que mostrasse sua vontade de fazer uma verdadeira Reforma Agrária. O número de famílias assentadas durante o ano foi irrisório. Somente no final do ano, depois que o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo que envolve os maiores movimentos do campo do país organizou uma Marcha para Brasília, é que o governo lançou seu Plano Nacional de Reforma Agrária,

bastante tímido diante do que os movimentos reivindicavam.

O poder privado, porém, e o Poder Judiciário, buscaram de toda forma barrar a ação dos movimentos do campo. O crescimento de sua atuação foi avassalador. O Poder Judiciário emitiu ordens de despejo contra 35.297 famílias, envolvendo 176.485 pessoas, um número recorde desde que a CPT começou a fazer o registro destes dados e possivelmente um recorde histórico em toda a história brasileira. Um aumento de 263,2% sobre os números do ano de 2002. O número de prisões também foi 140,5% maior que 2002. A ação do poder privado do latifúndio foi muito intensa. O número de assassinatos cresceu 69,8% em relação a 2002. Foram assassinados 73 trabalhadores em conflitos no campo. Número mais elevado só foi registrado no ano de 1990 e na década de 80. O número de famílias expulsas foi de 151,4% maior que em 2002. Também com relação ao trabalho escravo, o número de situações denunciadas foi de 240, tendo sido fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho 154 situações, que libertou um total de 5.010 trabalhadores submetidos a condições análogas a de trabalho escravo. Este número representa 52,5% do total de trabalhadores libertados, desde que foi criado o Grupo Móvel de Combate

ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, em 1995.

Mas o que os números revelam é muito mais grave do que pode parecer à primeira vista. Uma análise profunda e iluminadora do prof. Carlos Walter Porto Gonçalves, lança uma luz nova sobre o que se esconde por trás dos dados que a CPT vem religiosamente registrando. Em 2003, o Centro-Oeste assume a liderança quanto ao maior número de pessoas envolvidas em conflitos: 310.592, 26,09% do total; e em número de pessoas despejadas pelo Poder Judiciário, 62.995, 35,7% do total. Comparando, porém, estes números com a população rural de cada Estado chega-se a uma faceta da realidade que teimava em não vir à tona. No Mato Grosso, por exemplo, esses dados mostram um estonteante 40,8% de sua população rural envolvida em conflitos, 210.795 pessoas e um número equivalente a 6,2% da população rural do Estado tendo sofrido alguma ação de despejo, 32.275 pessoas. Uma verdadeira operação de guerra! Com relação à violência do poder privado, apesar de, em números absolutos, o Pará ser de longe o mais violento, 33 dos 73 assassinatos registrados, 45,2% do total, também é o Mato Grosso, com 9 pessoas assassinadas, que apresenta o maior índice de violência relativa, 7,6. O Pará fica com o índice de 6,9.

Assim, o Centro-Oeste, paraíso do agronegócio, torna-se também o paraíso da violência contra os trabalhadores. Os Estados onde se dá a expansão da moderna agricultura empresarial, o agronegócio, são os que apresentam maior conflitividade, maior violência privada e maior ação do Poder Judiciário. Isto mostra que a tão decantada modernidade do agronegócio, nada tem de moderno. Ele reproduz as mesmas velhas e enferrujadas relações sociais e de trabalho que desde o tempo do Brasil Colônia aqui se estabeleceram. Em nome do progresso e do crescimento econômico, se mantêm as mesmas relações sociais de sempre, excluindo um

número cada vez maior de pessoas da participação dos bens. O agronegócio se alicerça sobre o mesmo modelo, velho e violento, que escravizou índios e negros, no Brasil Colônia, que reduziu imigrantes europeus a condições análogas ao trabalho escravo nas plantações de café, após a abolição da escravidão, no final do século XIX, e que, à época da ditadura militar, expulsou e dizimou nações indígenas, quilombolas, ribeirinhos e posseiros e reduziu à condição de escravos milhares de trabalhadores braçais, para o “desenvolvimento” da Amazônia. Hoje, em nome do agronegócio e do “progresso” que ele traz, como diz o professor Carlos Walter,

“se mata e desmata nos Cerrados e na Amazônia”.

O que a CPT pretende, com a divulgação dos dados, é provocar uma reflexão séria de toda a Nação brasileira sobre o modelo de desenvolvimento no campo aqui implantado e mantido a ferro e fogo. Um outro modelo alicerçado na produção camponesa, voltado para o abastecimento do mercado interno e para a segurança alimentar de todos os brasileiros e buscando a soberania alimentar da Nação. Isso afirmam os movimentos sociais do campo com os quais a CPT se identifica.

A Coordenação Nacional

Goiânia, 17 de abril de 2004

1. Até o ano de 2000 a CPT só registrava as ocupações. Com as medidas baixadas pelo governo FHC tentando coibir a ação dos movimentos sociais, proibindo a vistoria de áreas ocupadas, os movimentos adotaram a estratégia dos acampamentos, em geral à beira das estradas. A partir de 2001, a CPT começou a registrar separadamente as ocupações e acampamentos. As duas ações, porém, visam fundamentalmente um objetivo único que é o de conquistar a terra.

Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003

João Roberto Ripper

Carlos Walter Porto Gonçalves¹



1. Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFF; Diretor do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – LEMTO; Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e ex-Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1998-2000). Colaboraram, ainda, o geógrafo-pesquisador Hugo Fioravante e a estagiária Andressa Lacerda, ambos do LEMTO-UFF.

1. Introdução

A partir dos dados coligidos em todo o Brasil pela Comissão Pastoral da Terra – CPT – é possível acompanhar a evolução das lutas sociais no campo brasileiro². Os dados que serão a seguir analisados nos permitem identificar três dimensões diferentes das lutas que se travam no campo brasileiro, a saber: 1 – o grau de conflitividade e de envolvimento da sociedade brasileira no que concerne à evolução do seu quadro agrário; 2 – o papel protagônico do poder público, em particular, do Poder Judiciário e repressivo (aparelho policial) como parte desses conflitos e; 3 – o papel do poder privado no campo brasileiro, é dizer o papel do latifúndio (melhor seria dizer, do latifundiário). Os dados coligidos pela CPT nos permitem formular uma análise com um elevado grau de precisão estatística para fenômenos com forte componente de indeterminação e acaso, como soem ser os que implicam as lutas sociais³. Vejamos um pouco mais de perto como podemos nos acercar dessa complexa questão.

1 – O grau de conflitividade e de envolvimento das pessoas em conflitos são apoiados no número de conflitos e no número de pessoas neles envolvidas. A contextualização

histórica desde 1985 e a análise da sua diversidade pelo espaço geográfico brasileiro nos mostra como a sociedade brasileira explicita suas contradições em torno, de um lado, da reprodução de um modelo agrário-agrícola fundado na extrema concentração de poder político, social e econômico no latifundiário⁴ e, de outro, aquele(a)s que lutam por uma reforma agrária como base necessária de uma sociedade mais justa.

Consideramos que o grau de conflitividade e de envolvimento das pessoas nos conflitos agrários é uma expressão concreta da significação da Reforma Agrária no contexto atual do desenvolvimento da sociedade brasileira. Afinal, se entendemos a questão agrária a partir do fato concreto de que o modelo agrário-agrícola está sendo posto em questão, o número de conflitos e de pessoas neles envolvidas são o melhor indicador da existência dessa questão. A Questão Agrária se mostra, assim, mais do que uma questão acadêmica. Afinal, enquanto houver segmentos sociais pondo em questão o modelo agrário-agrícola brasileiro haverá uma questão agrária. A análise a seguir, acerca dos dados sobre o número de Conflitos e de Pessoas Envolvidas nos Conflitos, nos ajuda a compreender esses caminhos das lutas sociais no campo;

2 – O papel central do Poder Judiciário e do aparelho repressivo – O Poder Judiciário, historicamente, cumpre um papel central como parte dessas lutas sociais e de poder. Espinha dorsal na conformação do território, enquanto espaço apropriado e submetido a determinadas leis (onde uma certa *lei impera*) e, sobretudo, quanto ao direito de propriedade (e dos proprietários) da terra, o Poder Judiciário se constitui, na verdade, no eixo em torno do qual gira o Estado liberal, enquanto guardião da propriedade. Foram os juristas que conheciam o Direito Romano que foram convocados a constituir as Cartas Magnas em torno das quais haveriam de se organizar os primeiros Estados Territoriais Modernos. As rígidas formalidades do Estado português (e também do espanhol) faziam parte da necessidade de afirmar a propriedade, pela precisa palavra dos letrados⁵, em terras cujas formas de apropriação pelas populações originárias não eram individuais ou privadas, nem sequer formalizadas. Dizia-se, até, que eram *terras sem Rei e sem lei*. Sabemos como, no Brasil, para além das leis de terras que se fizeram desde as sesmarias até a de 1850, há um Poder Privado que atua aquém e além da mediação pública por meio de grilagens e violências várias, onde

2. Desde 1985 que a Comissão Pastoral da Terra – CPT – vem coligindo dados sobre as lutas sociais e de poder no campo brasileiro. Trata-se da maior cobertura de dados sobre o campo brasileiro, feito por uma organização não oficial que, pelo rigor com que é recolhido, oferece uma fonte inigualável para uma análise dos conflitos e tensões em torno da democratização do agro-brasileiro.

3. Ver Porto-Gonçalves, Carlos Walter, 2001 - *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades e sustentabilidad*”, Ed. Siglo XXI, México.

4. A rigor, não existe distinção entre latifúndio produtivo e improdutivo. Afinal, todo latifúndio é produtivo, no sentido preciso que lhe atribuiria Michel Foucault, na medida que todo latifúndio produz uma determinada estrutura de relações sociais e de poder que, como o nome indica, é concentradora de poder. Assim, uma determinada estrutura de apropriação concentrada da terra não só nega a propriedade a muitos, mas afirma uma determinada forma social. Nesse exato sentido o latifúndio é produtivo de uma estrutura desigual de relações sociais e de poder. Ver Foucault, Michel, 1979 – *A Microfísica do Poder*, ed. Graal, Rio de Janeiro.

5. É Rui Barbosa quem nos diz: “Com que outra coisa, a não ser com as palavras, se haviam de fazer as leis? Vida, propriedade, honra, tudo quanto nos é mais precioso, dependerá sempre da seleção das palavras” (...) “Um código civil terá de ser obra excepcional, monumento da cultura de sua época [pois] ‘mais que ser uma realização científica, é uma expressão da literatura nacional’. Angel Rama, agrega que exatamente por isso ‘sua escritura devia ser rigorosa e, além disso, dissipar todos os equívocos possíveis. No caso dos códigos e das constituições, o rígido sistema semântico da *cidade letrada* encontrava justificação plena, pois resultava obrigatório que respondessem a um unívoco sistema interpretativo. Angel Rama, *A Cidade das Letras*, editora Brasiliense, São Paulo, 1985, p. 85.

o Cartório, mais do que oferecer ‘fé pública’, faz parte dos recursos de poder a serem repartidos entre os “amigos do rei”, entre os fidalgos (*fi’d’algo*, de *filhos d’alguém*). Por mais que venha ganhando legitimidade, com o aprofundamento das lutas sociais e democráticas, o princípio que condiciona a propriedade à sua função social, ainda resiste à conservadora idéia de que o princípio da propriedade (e dos proprietários) deve predominar. A análise dos dados disponibilizados pelo Setor de Documentação da CPT – Comissão Pastoral da Terra – nos indica como essa característica histórica se atualiza na unidade da diversidade que constitui a formação territorial brasileira hoje. Ver a análise a seguir acerca dos dados de número de Famílias Despejadas e de Presos, entre outros.

3 – A ação do Poder Privado

– Pelas razões indicadas acima, vemos que o poder privado, encarnado na grande propriedade rural, é o sustentáculo não só da manutenção como da re-produção das assimétricas relações sociais e de poder que conformam o campo brasileiro. A literatura sociológica, jurídica e historiográfica brasileira registra como uma das características mais significativas de nossa formação social, uma indistinção entre o público e o privado. Tanto Raimundo Faoro, como Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Marilena Chauí, Vitor Nunes Leal, entre outros, assinalam essa característica, embora o façam com ênfases diferenciadas. Assim, aquilo que

deveria ser público entre nós tem um forte componente privado, de grupo e de parentesco. Ainda recentemente, quando dos escândalos envolvendo duas instituições nacionais de caráter regional (SUDAM e SUDENE), que ensejou o afastamento temporário de dois parlamentares – Srs. Jader Barbalho e Antônio Carlos Magalhães – foram seus parentes que assumiram seus mandatos na condição de suplentes. Assim, desde a concessão de terras aos que eram filhos de alguém (*fi’d’algos*), não só se lhes concediam terras, mas, também, se os investiam de uma prerrogativa de poder nas Capitânias que não só eram Hereditárias, o que muito se tem assinalado, mas que eram também Capitães, daí Capitania. O Código Civil de 1831, que instituiu a Guarda Nacional, reconfigura essa relação por meio do que viria a ser conhecido como coronelismo onde, mais uma vez, o poder privado foi investido de prerrogativas públicas. Tudo isso vai ensejar uma cultura política conformando as relações sociais e de poder, onde a *lógica do favor* se impõe sobre a *lógica do direito*, com uma cultura fortemente conduzida por uma lógica privatista, configurando um estado patrimonialista e cartorial⁶.

No Brasil, essa característica se fará sentir, embora de diferentes modos nas diferentes conjunturas, na permanente tensão entre centralismo e federalismo que se mantém desde o período colonial, se torna aguda no Império e, por meio de diferentes pactos políticos desde a Proclamação da República⁷, chega até nós.

Assim, em torno desses três eixos – Conflitos e Envolvimento de Pessoas em Conflitos, Ações do Poder Judiciário e Ação do Poder Privado –, conduziremos nossa análise das tendências que se configuram a partir dos eventos de 2003.

2. Breves considerações metodológicas

Além de analisarmos os dados que o Setor de Documentação da CPT disponibilizou quanto à sua evolução histórica, procedemos a uma cuidadosa análise para verificar a sua geograficidade. Acreditamos que a consideração das diferentes conjunturas experimentadas nas diferentes unidades da federação nos permite compreender a complexa unidade na diversidade da nossa formação social que se manifesta mais apropriadamente quando analisada numa perspectiva territorial (geográfica).

Para isso, lançamos mão (1) da cartografia geográfica como instrumento de análise e linguagem que, acreditamos, amplia o diálogo e a compreensão da violência contra a pessoa.

E, (2) no tratamento específico dos dados onde, além da sua contextualização conceitual, como já indicamos na breve introdução acima, os consideramos não só em termos absolutos como, também, procuramos construir *indicadores* que nos permitem verificar tendências diferenciadas de processos sociais e políticos.

⁶- Vide Faoro, Raimundo, 2000 - *Os Donos do Poder*, Editora Globo, São Paulo.

⁷. Registro, aqui, entre outros, a Política dos Governadores, que se seguiu à Proclamação da República; a Política do Café com Leite da República Velha; a emergência do regionalismo nordestino, desde a década de 1910; a não extensão aos trabalhadores rurais da legislação trabalhista de Vargas; a natureza autoritária da maior parte das Polícias Militares, sempre subordinadas às oligarquias regionais extremamente ciosas na defesa dessa prerrogativa de poder que, nos diferentes pactos políticos nacionais, sempre lhes é reservada. Ver Leal, Vitor Nunes, 1949 – *Coronelismo, enxada e voto* – Forense, Rio de Janeiro e Carvalho, José Murilo, 1999 – *A Construção da ordem*, Relume Dumaré e Edufjf, Rio de Janeiro.

Para ilustrarmos a riqueza desse procedimento analítico de Índices de Intensidade observemos que, embora o Estado do Pará tenha registrado 33 assassinatos relacionados à luta pela terra e demais conflitos agrários em 2003, 45,2% do total, esses dados indicam uma proporção menor de assassinatos do que o Estado de Mato Grosso, onde ocorreram 9 (nove) assassinatos em 2003, ou seja, 13,3% do total nacional. Isso se deve ao fato de o Estado do Pará abrigar 6,5% de nossa população rural, enquanto o Mato Grosso abrigar somente 1,6% desse mesmo total. Assim, pode-se obter um *Índice de Violência Privado – Assassinatos* para o Estado do Pará de **6.95** ($45,2 \div 6,5 = 6,95$), enquanto para o Estado de Mato Grosso o mesmo procedimento acusa um Índice **8.3** ($13,3 \div 1,6 = 7,6$).

Dada a importância que atribuímos ao uso desses índices, permita-nos o leitor um outro exemplo mais que, de certa forma, já vai nos introduzindo na lógica que comanda nossa análise e dos processos em curso.

O Estado de Goiás registrou, em 2003, um número de 18.320 pessoas despejadas por meio de ação judicial. Isso corresponde a 10,3% do total de pessoas despejadas no Brasil nesse ano. Considerando que Goiás abriga, segundo a FIBGE, 1,9% da população rural brasileira, calculamos o Índice que mede a *Intensidade da Ação do Poder Judiciário – Pessoas Despejadas* dividindo-se a porcentagem de Pessoas Despejadas em Goiás em 2003 (10,3%) por 1,9%, obtendo-se, assim, o Índice de Ação do Poder Público de **5.4** para o Estado de Goiás. Esses indicadores nos permitem, na verdade, afirmar com precisão em que grau o Poder Judiciário de cada Estado está contribuindo com suas ações no contexto das lutas sociais e de poder, comparando essa proporção com a proporção da população rural de cada

Unidade da Federação. Deste modo, se um Estado tem uma porcentagem de pessoas despejadas por ações judiciais do total do Brasil, digamos 10%, e tem a mesma proporção de população rural, assim também 10%, seu Índice será de **1.0** ($10,0\% \div 10,0\% = 1,0$). Assim, todos os Estados cujos indicadores estão abaixo de **1.0** é porque a porcentagem do evento sob análise (que pode ser o número de Conflitos; ou o número de Assassinatos; ou o número de Famílias Despejadas por iniciativa das ações do Poder Judiciário) daquele Estado no total nacional é inferior à porcentagem da população rural desse mesmo Estado no total nacional. E, vice-versa. Assim, quanto maior e acima de **1.0** for o Índice de um determinado Estado, mais intensa é a sua participação no fenômeno sob análise. Deste modo, podemos fazer afirmações seguras dos Estados em que os índices de violência contra a pessoas nas suas diferentes facetas é maior ou menor. Assim, nesse documento, com essa metodologia e com essa base conceitual, quando afirmarmos que o índice de violência é alto, muito alto ou altíssimo nossas afirmações estão calcadas em bases estatísticas seguras. Com isso combinamos uma análise quantitativa a uma qualitativa superando, assim, dicotomias que tanto vêm caracterizando as análises sociológicas e geográficas.

Diante do exposto acima e para dar conta dos três eixos analíticos propostos criamos os seguintes Indicadores:

Eixo 1 – **Conflitividade e Envolvimento da População em Conflitos:**

. **Índice de Conflitividade** - Proporção do número de Conflitos de cada Estado em relação à sua participação na população rural brasileira;

. **Índice de Envolvimento** - Proporção do número de Pessoas envolvidas em Conflitos de cada Estado em relação à sua participação na população rural brasileira.

Eixo 2 – **Ação do Poder Judiciário e Repressivo:**

. **Índice de Intensidade da Ação do Poder Judiciário**

1 - Pessoas Presas - Proporção do número de Ordens de Prisão exaradas pelo Poder Judiciário, cumpridas pelos órgãos policiais de cada Estado, em relação à sua participação na população rural brasileira.

2 - Pessoas Despejadas - Proporção do número de Ordens de Despejo exaradas pelo Poder Judiciário, executadas pelos órgãos policiais de cada Estado, em relação à sua participação na população rural brasileira.

Eixo 3 – **Ação do Poder Privado**

. **Índice de Violência do Poder Privado**

1 – Assassinatos - Proporção do número de Assassinatos de cada Estado em relação à sua participação na população rural brasileira;

2 – Pessoas Expulsas - Proporção do número de Pessoas Expulsas de cada Estado em relação à sua participação na população rural brasileira.

Todos esses indicadores foram devidamente cartografados, assim como os dados absolutos⁸. Nos mapas que acompanham nossa análise, sobretudo nos que registram os diferentes Índices, deixamos em cores nulas todos os Estados em que o evento sob análise registrou indicador abaixo de **1.0**. Isso quer dizer que naquele Estado o evento teve uma participação inferior à sua porcentagem na população rural brasileira, conforme esclarecemos acima. Por exemplo, Minas Gerais

8. Oferecemos em anexo duas tabelas-resumo onde constam todos os dados e índices que utilizamos para elaborar nossa análise.

registrou um total de 1,36% dos assassinatos ocorridos no campo brasileiro em 2003, enquanto sua participação na população rural é de 10,11% do total da população rural brasileira, o que nos dá um Índice de Violência do Poder Privado – Assassinatos de **0.13**. Nesse caso, por ser um índice menor que **1.0**, o Estado de Minas Gerais aparecerá em cor nula (branco) no nosso mapa. Para os Estados que obtiveram índices acima de **1.0**, os categorizamos, sempre, em 3 faixas: **ALTO** - que abriga os Índices de **1.0** a **2.0**, ou seja, Estados que participaram no evento sob análise com até duas vezes a sua participação na população rural do Brasil; uma outra faixa, **MUITO ALTO**, de **2.0** a **4.0**, isto é, com Estados que até dobraram a faixa anterior e, uma terceira faixa, **ALTÍSSIMO** - que abriga os Estados onde os índices foram mais do que o quádruplo de sua participação na população rural do país. Assim, toda vez que adjetivarmos nossa análise falando em alto, muito alto ou altíssimo estamos ancorados em critérios estatísticos razoavelmente seguros (alguns dizem objetivos).

Vejam, agora, como cada um desses movimentos se mostrou no ano de 2003 nas diversas regiões e Estados brasileiros, o que nos permite distinguir as diferentes feições com que se mostra a problemática agrária-agrícola brasileira.

3. Primeira aproximação: contextualizando historicamente os dados de 2003

A CPT registrou no ano de 2003 o maior número de conflitos (1.690), o maior número de pessoas envolvidas em conflitos (1.190.578) e de famílias despejadas (35.292) no campo brasi-

leiro desde que passou a acompanhar a violação dos direitos e a violência em 1985. Vide tabela abaixo.

Não bastassem esses dados que se destacam como os maiores em toda a série histórica de 1985 a 2003, há que se considerar ainda que o ano de 2003 apresenta a peculiaridade de inversão de algumas tendências importantes:

- 1) de queda do número de prisões que vinha caindo desde 1999, de 611 para 158 em 2002, passando para 380 em 2003 (um aumento de 151,4% em relação a 2002!);
- 2) de queda do número de famílias despejadas que vinha caindo desde 1999 quando atingiu 21.468 famílias descendo para 9.715 em 2002, saltou em 2003 para 35.292 seu máximo histórico até hoje (um aumento de 263,2% em relação a 2002!);
- 3) de queda do número de famí-

lias expulsas, que vinha se delineando desde o ano 2000, e que voltou a crescer de modo expressivo em 2003 (+ 130% em relação a 2002). Vide gráfico abaixo.

Assim, se configura um quadro em 2003 em que o Poder Judiciário, quase sempre em ação conjunta com os executivos estaduais, passa a ter uma ação mais intensa, como se pode verificar pelos dados relativos ao número de prisões efetivadas e de pessoas despejadas, este último com um aumento espetacular de 263,2%, o maior crescimento entre todos os indicadores calculados para esse ano! Vide gráfico 2.

Observe-se que o número conflitos e de pessoas neles envolvidas, que já acusava pequeno crescimento em 2002, teve um aumento importante na sua taxa de crescimento, em que o número de conflitos saltou de um

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA NO CAMPO VARIAÇÃO RELATIVA (%) 1999-2003

Ano	Conflitos	Pessoas Envolvidas	PODER JUDICIÁRIO		PODER PRIVADO	
			Presos	Famílias Despejadas	Assassinatos	Famílias Expulsas
1999-2000	- 32,0	- 20,7	- 40,2	- 25,4	- 22,2	+ 203,0
2000-2001	+ 31,5	- 24,0	- 30,4	- 16,0	+ 39,0	- 82,4
2001-2002	+ 05,1	+ 04,3	- 37,8	- 27,8	+ 48,3	- 4,1
2002-2003	+ 82,7	+ 167,9	+ 140,5	+ 263,2	+ 69,8	+ 151,4

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT
Elaboração: LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – UFF.

Gráfico 1
Conflitos

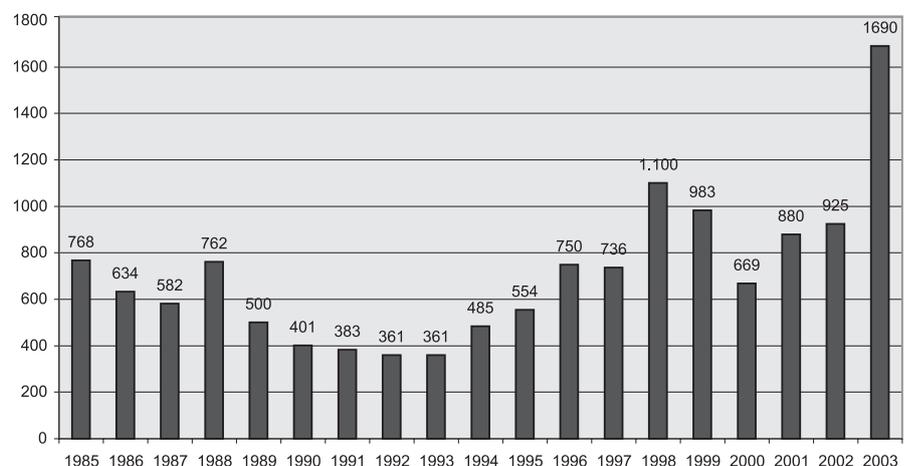
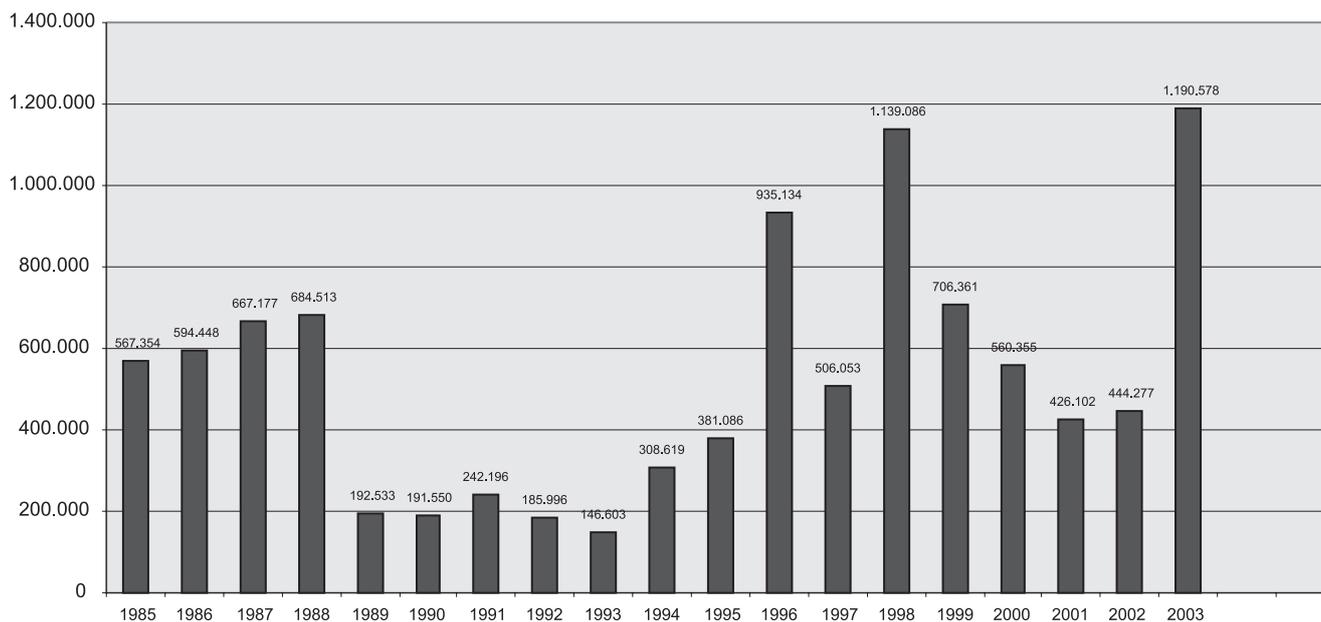


Gráfico 2
Conflitos 1985/2003 Pessoas Envolvidas



tímido crescimento de 5.1% em 2002 (em relação a 2001), para uma taxa de 82.7% de 2002 para 2003; assim como o número de pessoas envolvidas, que já inverteu a tendência de queda em 2002 (ano eleitoral), passando a aumentar 4.3% em relação a 2001, também saltou para uma taxa de crescimento de 167,9% entre 2002 e 2003. Também o número de assassinatos salta de uma taxa de 39% (2000-2001) e 48.3% (2002-2001) para 69.8% em 2003 (em relação a 2002). Vide gráfico 3.

De um ponto de vista dos que lutam pela democratização no campo brasileiro (democratização do acesso à terra, das políticas públicas, inclusive a trabalhista, entre outras), o ano de 2003 mostrou uma intensificação da ação do Poder Judiciário em defesa da propriedade (e dos grandes proprietários), conforme indicam os números de ações de despejos e de prisões e, também, do Poder Privado por meio de milícias e jagunços, conforme indicam os dados com aumento expressivo do número de

expulsões e de assassinatos. Vide tabela abaixo.

Podemos observar uma correlação direta entre o crescimento do número de conflitos e o número de assassinatos, o que indica que permanece uma das tendências históricas de resolução de conflitos no Brasil, a da violência direta sem mediação pública, por meio da ação de grupos privados, milícias e jagunços⁹. Vide Mapa – A Violência Privada – Assassinatos página 16.

Nesse sentido, chamamos a atenção da sociedade e do governo brasileiros para a tendência invertida nesse primeiro ano do governo Lula quando houve um aumento da violência privada de 69.8% nos assassinatos e de 151,4% no de famílias expulsas, ao mesmo tempo em que aumentou a ação do Poder Judiciário, sobretudo por meio do Poder Judiciário dos Estados, com um aumento no número de presos de +140,5% e no de famílias despejadas de + 263,2% - enquanto o número de conflitos aumentou somente 82,7%.

E, mais, chamamos a atenção para o fato de que esses dados indicam uma perigosa tendência que atenta contra a democracia e a justiça na sociedade brasileira, ao sinalizar para uma conjuntura de violência e arbítrio sempre que se configura um aumento de mobilização em busca da ampliação dos direitos sociais, conforme no imaginário popular indicam tanto o governo Lula como o período que se seguiu ao fim do *regime ditatorial sob tutela militar*¹⁰ e culminou na Constituinte de 1988. Assim vem se manifestando a histórica matriz autoritária que subjaz às relações sociais e de poder no Brasil. Tudo indica que, assim como o fim do *regime ditatorial sob tutela militar* acentuou a violência privada (vide gráfico 3 e Mapa – A violência Privada. Página 16), a eleição e posse de Luiz Inácio Lula da Silva, independentemente do seu deslocamento da esquerda para o centro do espectro político, exacerbou a violência daqueles que, sobretudo no campo, vêm sistematicamente recusando a mediação pública dos conflitos

ou instrumentalizando as instituições públicas para afirmar sua própria lei, como indica a regionalização (estadualização) por meio da ação do Poder Judiciário estadual, quase sempre acompanhado pela ação do Poder Executivo estadual.

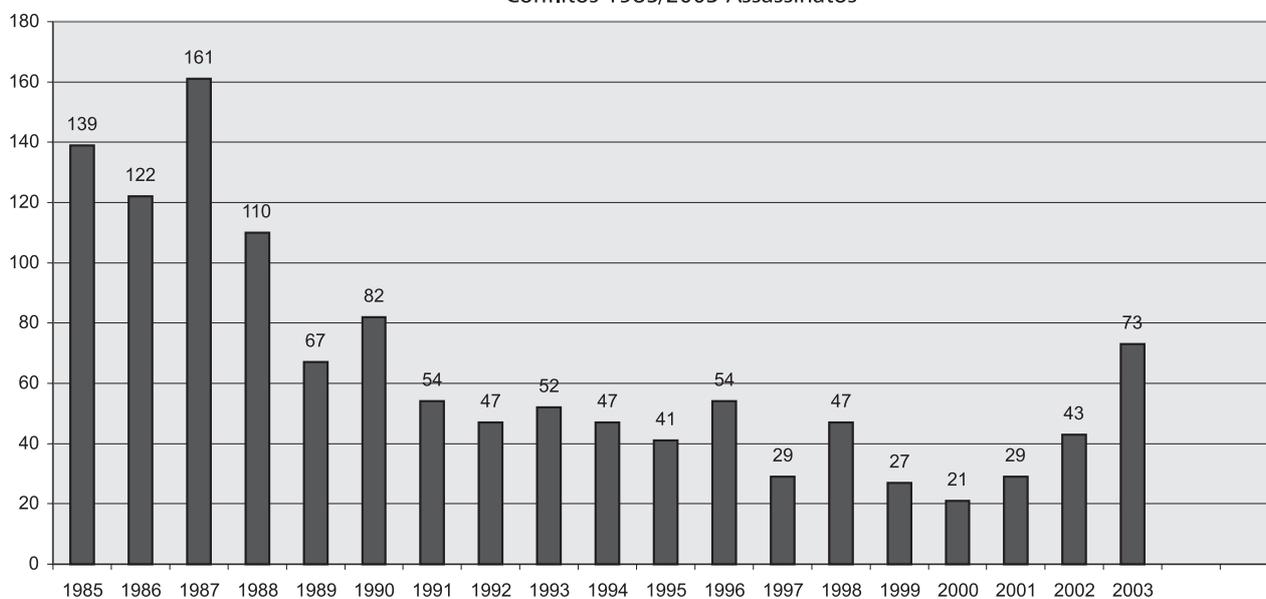
Assim, a inversão de algumas tendências e a afirmação de outras, conforme apontado acima, nesse

primeiro ano do governo Lula preocupa a todo(a) aquele(a) que luta por justiça e pela democracia, posto que os dados indicam um aumento desmesurado da ação do Poder Judiciário (aumento de 263,2% do número de famílias despejadas e de 140,5% no de presos), dados esses que vêm acompanhados da aceleração do índice de assassinatos

no campo (de 48,3 entre 2001-2002 para 69,8% de 2002-2003) apontando, perigosamente, para a conjuntura de finais dos anos 80 quando, enquanto a sociedade brasileira se redemocratizava e se mobilizava para estabelecer um novo pacto constitucional, a violência, sobretudo no campo, atingia seus maiores índices.

Gráfico 3

Conflitos 1985/2003 Assassinatos



RELAÇÃO CONFLITO- ASSASSINATO – 1999-2003

Ano	Conflitos	Assassinatos
1999-2000	- 32,0	- 22,2
2000-2001	+ 31,5	+ 39,0
2001-2002	+ 05,1	+ 48,3
2002-2003	+ 82,7	+ 69,8

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT

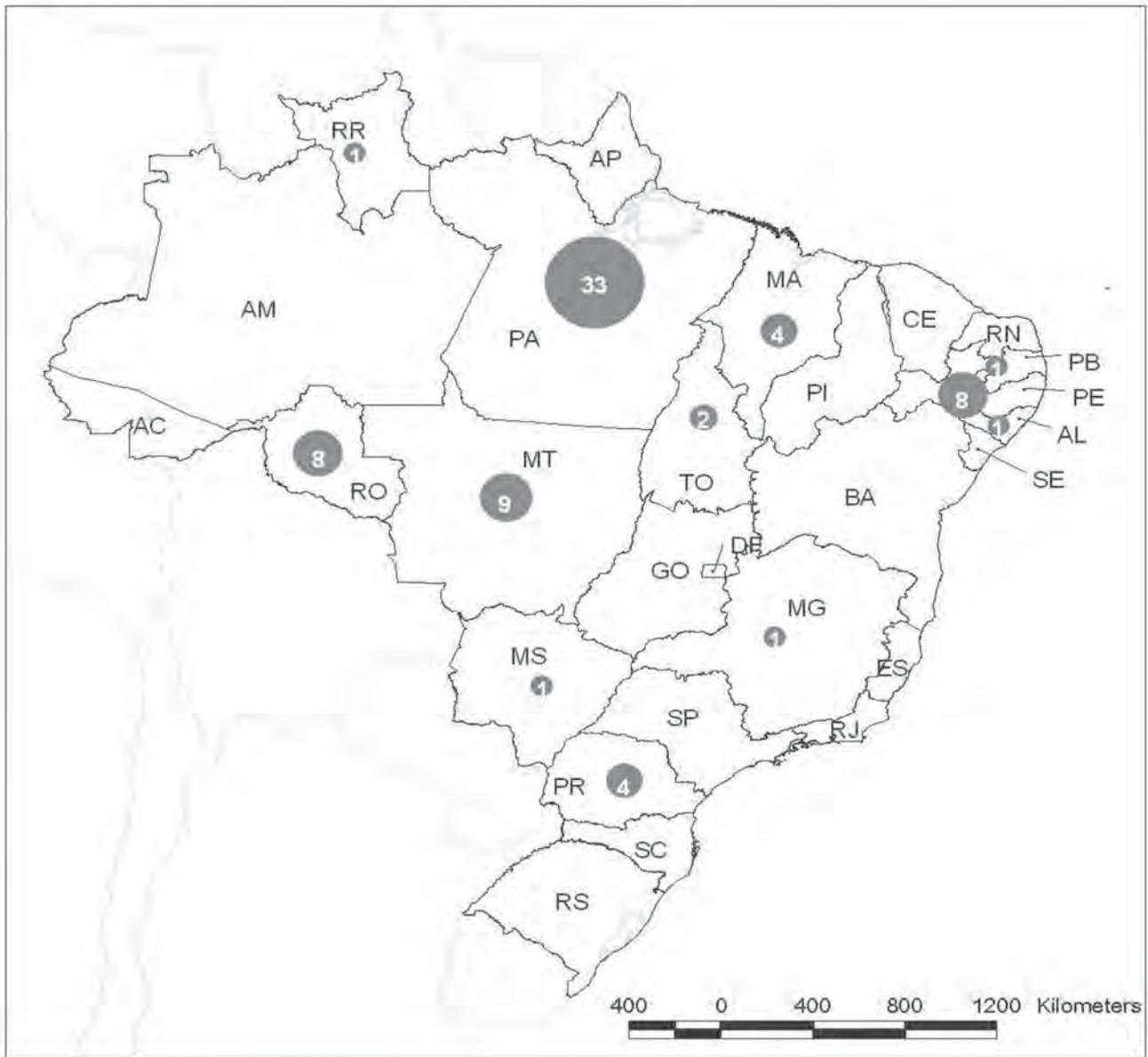
Elaboração: LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – UFF

9. Ver Alves, José Cláudio de Souza, 1998 - “Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense”, tese de doutorado orientada pelo Dr. Emir Sader defendida e aprovada junto ao Departamento de Sociologia da USP (1998).

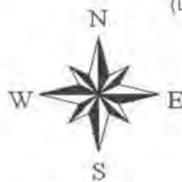
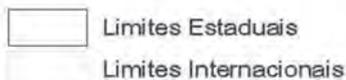
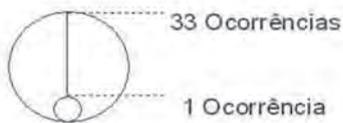
10. Prefiro a expressão *regime ditatorial sob tutela militar* à já consagrada *ditadura militar* porque essa última associa diretamente a ditadura aos militares. A primeira expressão tem a virtude de admitir que *havia um regime ditatorial sob a tutela militar* (1964-1985), mas não era essa tutela militar que caracteriza o caráter ditatorial e autoritário das relações sociais e de poder que, inclusive, extrapola esse período histórico específico. Talvez, a olímpica sobrevivência ao fim do regime ditatorial de muitos políticos civis que apoiaram a tutela militar nos faça atentar para esse caráter autoritário que atravessa as relações sociais e de poder. Assim, não basta tirar o quepe do general para acabar com o autoritarismo e a ditadura. Caetano Veloso assustara a intelectualidade brasileira quando numa entrevista dissera que a ditadura era uma expressão autêntica da cultura política brasileira. Se considerarmos que não é a única expressão, não há como deixar de concordar com o poeta. A permanência da violência no campo, sobretudo contra os pobres por todo o lado, só reforça a constatação de Caetano Veloso.



A Violência Privada - Assassinatos - 2003



Assassinatos no Campo (Por Estado)



Escala Gráfica 1:26000000

Elaboração:

Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves e Geógrafo Hugo Fioravante (LEMTO - Lab. de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades)

Fontes:

Sector de Documentação da Secretaria Nacional da CPT
Conflito e Violência no Campo 2003
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Malha Estadual Brasileira 1997 - Censo 2000

CPT / LEMTO - Mapa 1

Eis, portanto, o desafio maior que todo(a)s haveremos de enfrentar na luta por justiça social e democracia, para o que, como se vê, a Reforma Agrária se mostra essencial: estabelecer um círculo virtuoso entre aumento de mobilização, aumento da justiça social e democracia, tomando como meta concreta e inegociável a diminuição da violência.

4. O agrário posto em questão: Envolvimento e Conflitividade

Como assinalamos na primeira parte desse documento, houve um aumento tanto do número de Conflitos, como no de Pessoas Envolvidas em conflitos em 2003 (82,7% e 167,9%, respectivamente). Assim, podemos indicar que houve um aumento significativo do grau de conflitividade no campo brasileiro, assinalado pelo maior número de pessoas envolvidas e pelo maior número de conflitos.

No Brasil, em 2003, 1 (um) em cada 26.7 habitantes rurais esteve envolvido em conflitos. Esse índice, entretanto, é de 1 em cada 4.9 habitantes rurais envolvidos em conflitos na região Centro-Oeste, de 1 para cada 20.8 na região Norte, e de um para cada 25.8 pessoas para a região Sudeste, as três regiões que apresentam Índice de Envolvimento da população maior que a média nacional. Para as demais regiões tivemos: na região Nordeste, 1 para 48.3 habitantes rurais esteve envolvido em conflitos; na região Sudeste, um para cada 25.8 e, na região Sul, um de cada 38.9 pessoas que habitam o campo esteve envolvido

em conflitos. Vide Mapa – Conflitos no Campo. Página 18.

Muito embora a região Nordeste seja a que apresentou a maior participação no total de conflitos (29.6%), essa porcentagem é inferior à sua participação no total da população rural do país (46,4%), o que nos dá um Índice de Conflitividade de 0.63 para essa região, comparável aos índices de conflitividade das regiões Sul (0.59) e Sudeste (0.71).

A região Centro-Oeste é, de longe, a de maior conflitividade no país, com Índice de Conflitividade de 3.5 e com um Índice de Envolvimento da População em Conflitos de 5.4, superiores em quase 2 vezes ao Índice de Conflitividade da região Norte (2.4) e 4.5 vezes ao Índice de Envolvimento desta mesma região Norte (1.3).

Assim sendo, a questão agrária brasileira vem se manifestando de modo particularmente agudo nas regiões Centro-Oeste, secundada pela região Norte.

Registre-se, entretanto, que o que essas regiões acusam *de modo regionalizado é a gravidade da questão agrária nacional*, haja vista a dinâmica sociogeográfica dessas regiões ser em, grande parte, impulsionada, nas últimas décadas, pela presença de empresários oriundos das regiões Sul e Sudeste (Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul), sobretudo na região Centro-Oeste e, ainda, nos Estados de Rondônia, Tocantins e Pará na região Norte¹¹. Mais adiante veremos que a violência é um componente estrutural das relações sociais e de poder, mesmo nos Estados em que ocorrem os avanços considerados mais modernos no campo brasileiro não podendo, portanto, a violência ser associada ao atraso das relações no

campo brasileiro. Há uma espécie de neocoronelismo subjacente à expansão e re-produção das relações sociais e de poder que se desenvolve no campo brasileiro, lógica da violência essa que ao se impor, à revelia do Estado, traz gravíssimos danos à democracia e à justiça. Vide Mapa – O Envolvimento das Pessoas em Conflitos (N. Absolutos). Página 20.

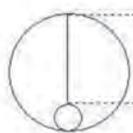
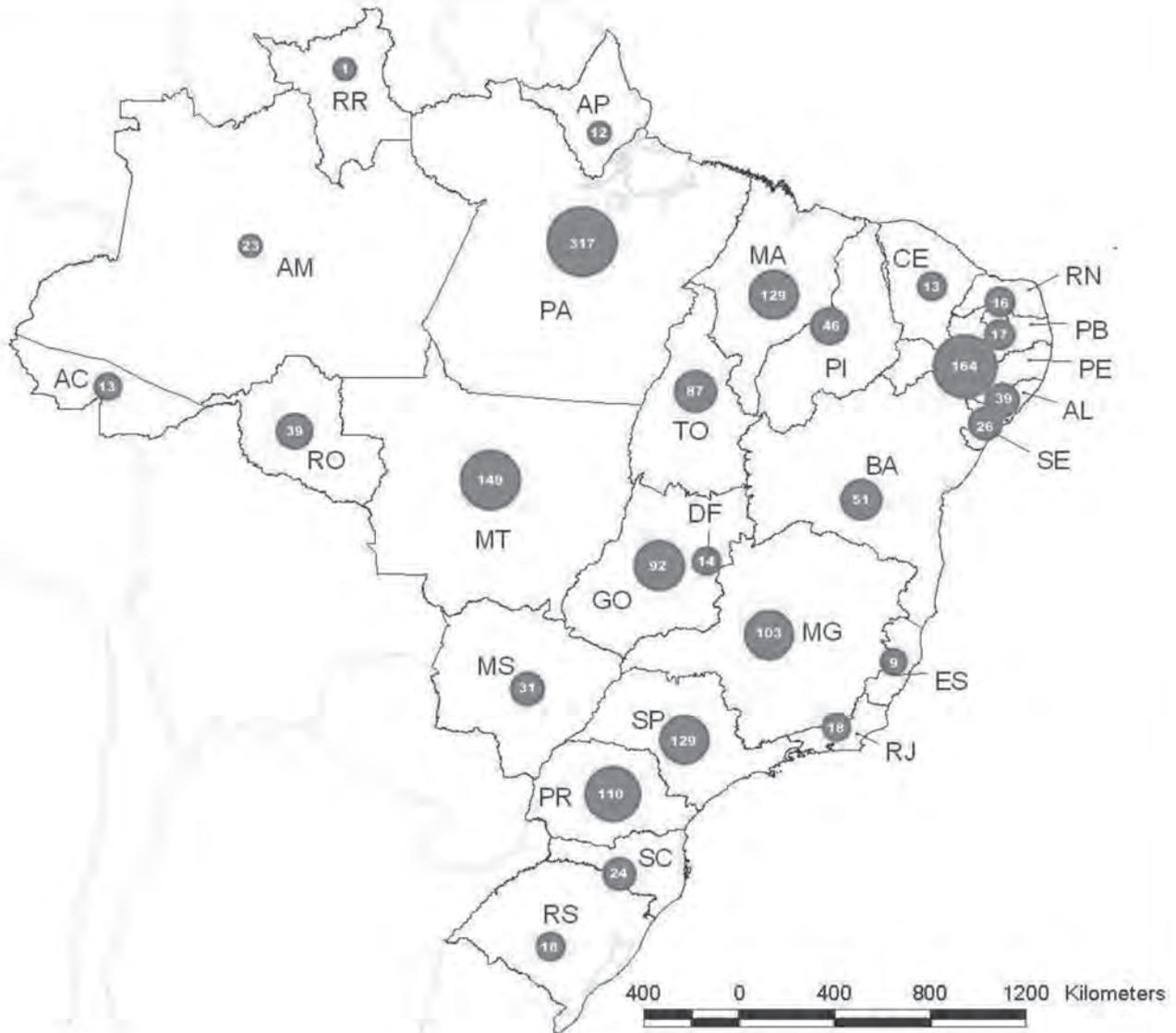
Somente duas regiões se destacam por apresentar uma porcentagem de conflitos e do número de pessoas envolvidas acima da sua participação na população rural brasileira – as regiões Centro-Oeste e Norte. São, assim, as duas regiões de maior conflitividade do país. Na região Centro-Oeste, a conflitividade atinge níveis estarrecedores, ultrapassando de muito a própria região Norte, como se pode ver tanto pelo seu Índice de Conflitividade como pelo Índice de Envolvimento da população em conflitos! No primeiro caso, seu Índice de Conflitividade é de **1.9** vezes maior que o da região Norte e, no caso do Grau de Envolvimento, chega a atingir **4.5** vezes mais! São índices preocupantes. Vide Mapa – Índice de Conflitividade. Página 21.

Quando nos debruçamos na análise dos Índices de Conflitividade e de Envolvimento da População pelas diferentes unidades da Federação, o que mais chama a atenção é que a região Centro-Oeste é a única em que todos os Estados que a compõem, inclusive o Distrito Federal, apresentam ambos os Índices positivos acusando uma verdadeira tensão social nesta região. Nos Estados da região Norte, Tocantins é o que mais se aproxima dos Índices de Conflitividade e de Envolvimento da região Centro-Oeste, seguido pelos Estados de Rondônia e Pará. Registre-se, ainda, o fato de o Estado

11. Muito embora, no Pará, haja uma forte presença de um campesinato remanescente ou originário da própria região que luta pela terra junto com camponeses oriundos do Nordeste Ocidental, e de outras regiões do país, que para aí migraram também nas últimas décadas.



Conflitos no Campo Brasileiro - 2003



317 Ocorrências

1 Ocorrências



Limites Estaduais

Limites Internacionais



Escala Gráfica 1:26000000

Elaboração:

Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves e Geógrafo Hugo Fioravante (LEMTO - Lab. de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades)

Fontes:

Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT
Conflito e Violência no Campo 2003

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Malha Estadual Brasileira 1997 - Censo 2000

CPT / LEMTO - Mapa 4

do Acre aparecer com um Índice de Conflitividade elevado (+1.3) embora, nesse Estado, o número de pessoas envolvidas seja baixo, acusando um Grau de Envolvimento de 0.7.

O caso do Paraná também chama a atenção por ser o único Estado da região Sul a apresentar Índices altos tanto de Conflitividade como de Envolvimento da População, respectivamente 1.2 e 1.3. Também se destacam, na região Sudeste os casos dos Estados do Espírito Santo e de São Paulo que, embora tenham registrado um grau de Conflitividade abaixo de 1, apresentaram um Índice de Envolvimento da população em conflitos alto (Espírito Santo 0.3 e 1.2 e; São Paulo de 0.99 e 1.6, respectivamente).

Sinalize-se, finalmente, para a região Nordeste onde somente o Pernambuco apresentou Índices de Conflitividade e de Envolvimento da População acima de 1, (1.7 e 1.3). O Sergipe apresentou elevado índice de Envolvimento da população, 2.7. O Maranhão apresenta Índice de Envolvimento de Pessoas em Conflitos de 0.6.

Portanto, os dados acima nos autorizam a afirmar que a questão agrária vem se mostrando mais aguda exatamente nas áreas onde vem se dando a expansão da moderna agricultura, como registram os Estados de Mato Grosso, campeão absoluto nos índices analisados, acompanhado por Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Tocantins, além de Estados como o Paraná, São Paulo e Espírito Santo. Não devemos perder de vista, todavia, os fortes Índices de Conflitividade e de Envolvimento da população acusados nos Estados de Pernambuco e Sergipe, embora inferiores aos índices encontrados nas regiões Centro-Oeste e Norte.

5. O agrário posto em questão: a instrumentalização do Poder Judiciário e repressivo

A análise dos dados disponibilizados pelo Setor de Documentação da CPT – Comissão Pastoral da Terra – nos indica como o Poder Judiciário, em maior ou menor grau associado ao Poder Executivo, tem tido um papel protagônico nas lutas sociais e de poder no campo brasileiro, sobretudo à escala das diferentes unidades federadas.

Na análise do número de Prisões efetivadas e do número de Pessoas Despejadas por meio de ações judiciais, chama-nos a atenção, logo de início, o fato de que somente duas regiões brasileiras atingem Índices superiores a 1.0: são as regiões **Centro-Oeste** e **Norte**. Cabe, aqui, destacar, sobretudo, os Índices obtidos para a região **Centro-Oeste** (4,3 e 7.4, respectivamente), que ultrapassam,

em muito, os da própria região Norte (3.3 e 1.0, respectivamente), a segunda região em grau de intensidade da ação do Poder Judiciário. Nessas duas regiões, o Poder Judiciário vem tendo uma atuação muito mais intensa do que nas demais regiões, sendo que na região **Centro-Oeste** essa atuação tem sido mais intensa do que, até mesmo, os Índices de Conflitividade e de Envolvimento de Pessoas em Conflitos que foram, respectivamente, de 3.5 e 5.4, como vimos na seção anterior.

Em outras palavras, na região **Centro-Oeste** a intensidade da ação do Poder Judiciário tem sido maior que a conflitividade efetivamente existente. Para a região **Norte**, o mesmo se repete no que diz respeito ao Índice de *Intensidade da Ação do Poder Judiciário 1 - Pessoas Presas*, (3.3 contra um Grau de Conflitividade 2.4), muito embora não se reproduza o mesmo padrão com relação ao *Índice de Intensidade da Ação do Poder Judiciário 2- Pessoas Despejadas*, haja vista o índice registrado de 1.0 ser menor que o *Grau de Envolvimento de Pessoas em Conflitos* que foi de 1.3 para a região.

O AGRÁRIO EM QUESTÃO

A Intensidade da Ação do Poder Judiciário no Brasil – 2003

REGIÃO	PODER JUDICIÁRIO	
	1 Pessoas Presas	2 Pessoas Despejadas
C. Oeste	4.3	7.4
Nordeste	0.4	0.6
Norte	3.3	1.0
Sudeste	0.8	0.7
Sul	0.2	0.6

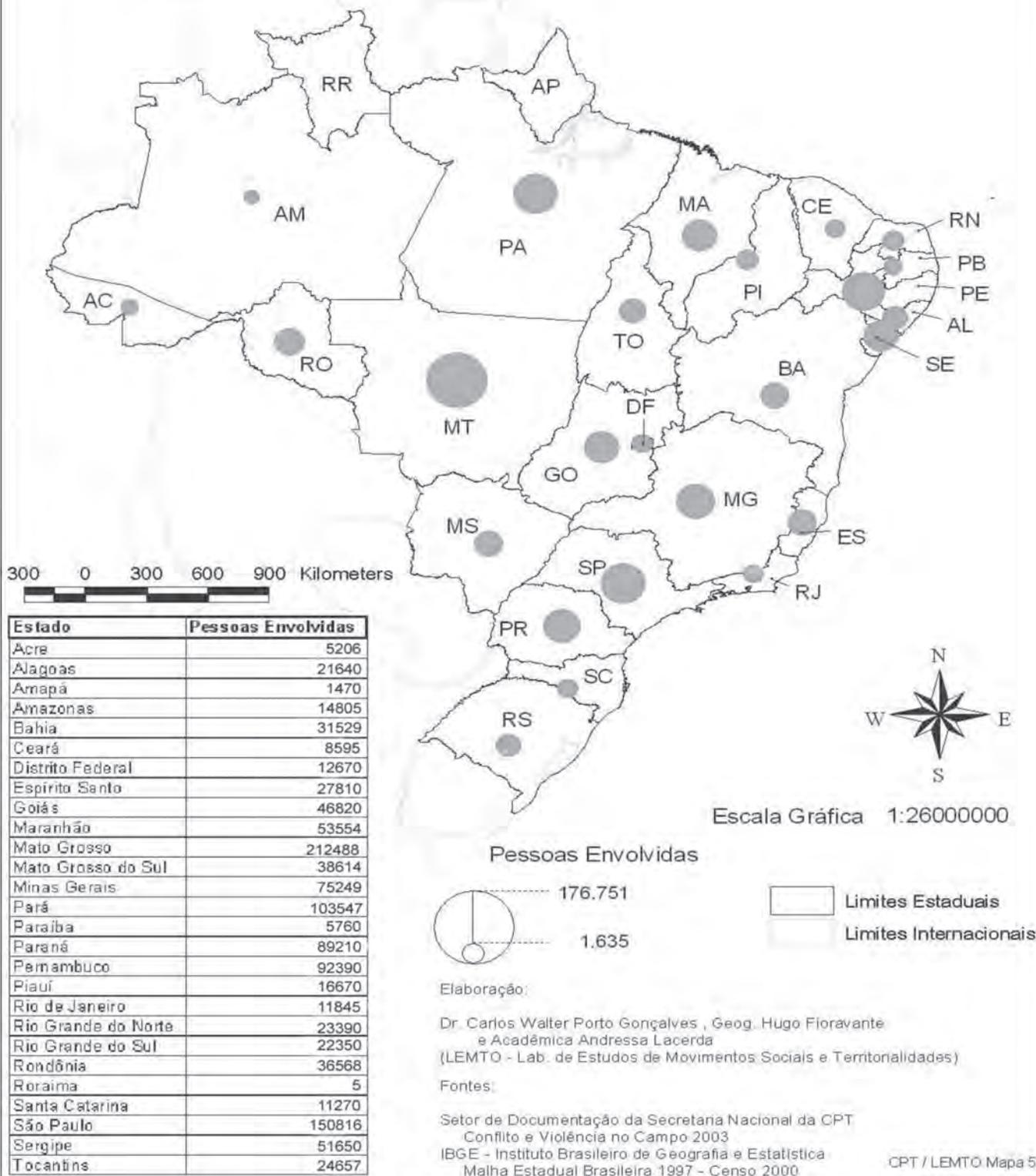
Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional – 2003.

FIBGE – Censo Demográfico – 2000.

Elaboração LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – UFF.

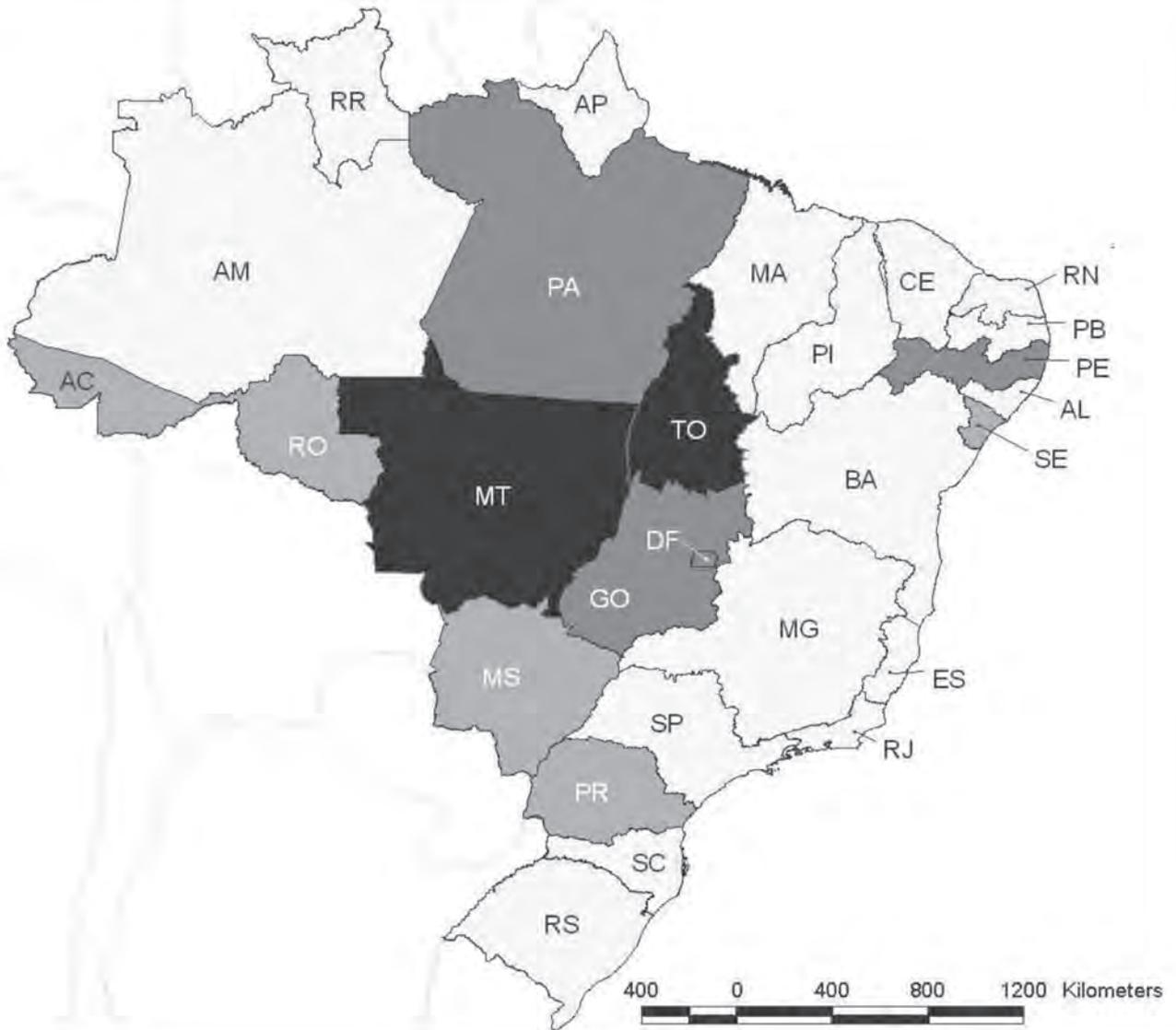


O Envolvimento das Pessoas em Conflitos no Brasil - 2003





Índice de Conflitividade - 2003



Índices de Conflitividade

- Abaixo de 1.0
- Entre 1.0 e 2.0
- Entre 2.0 e 4.0
- Acima de 4.0

- Limites Estaduais
- Limites Internacionais



Escala Gráfica 1:26000000

Elaboração:

Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves e Geog. Hugo Fioravante
(LEMTO - Lab. de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades)

Fontes:

Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT
Conflito e Violência no Campo 2003
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Malha Estadual Brasileira 1997 - Censo 2000

CPT / LEMTO - Mapa 6

Quando observamos esses indicadores à escala das unidades federadas, vemos que o indicador geral para a região **Centro-Oeste** se reproduz em cada uma das unidades, até mesmo para o Distrito Federal, sendo particularmente elevada a intensidade da atuação do Poder Judiciário em Mato Grosso, onde chega a atingir os Índices **5.8** e **11.4**, respectivamente para as duas modalidades de ação do Poder Judiciário aqui analisadas (Pessoas Presas e Pessoas Despejadas). No primeiro desses índices (Prisões), o Mato Grosso se apresenta como o segundo Estado mais alto do país, perdendo o primeiro lugar para Tocantins, e no segundo índice (Pessoas Despejadas) é o mais alto do país. Dessa forma, Mato Grosso é o Estado em que o Poder Judiciário vem apresentando o seu maior grau de intensidade, colocando-se num papel protagônico nas lutas sociais que ali se travam, sobretudo emitindo ordens de prisão contra famílias de sem-terra ou contra posseiros ou mesmo populações afrodescendentes – vide Quilombo Mata Cavallo, ou simplesmente exarando ordens de despejo. Observe-se que o fato dessas ordens de prisão e de despejo estarem sendo efetivadas em alto grau, indica, também, uma forte relação da ação do Poder Judiciário junto com o Poder Executivo, na medida que os dados que a CPT nos oferece só registram o número de famílias e de prisões efetivadas e não de ordens de prisão ou de despejo exaradas pelo Poder Judiciário.

Todavia, chamamos a atenção para os índices alcançados pelos Estados de Tocantins e Pará, em que o primeiro registrou o maior índice entre todos os Estados do país para *A Intensidade da Ação do Poder Judiciário 1 – Pessoas Presas*, simplesmente **7.3**, enquanto o Pará obteve o também altíssimo Grau de **3.6**

para o mesmo indicador. Observe-se, entretanto, que nesses dois Estados, o Poder Judiciário não emitiu ordens de despejo com a mesma intensidade com que mandou prender lideranças de trabalhadores rurais. Observe-se, que em todos esses Estados o Índice de Conflitividade é menor do que o Índice de Intensidade da Ação do Poder Judiciário, embora este seja ligeiramente inferior, em alguns casos, como em Tocantins, onde é baixo o Índice de *Intensidade da Ação do Poder Judiciário 2 – Pessoas Despejadas* – **0.5**, o mesmo se verificando no Pará – **0.9**. Em Rondônia, é o Índice de *Atuação do Poder Judiciário 2 – Pessoas Despejadas* que salta para **3.0** e, no Acre, atinge o elevado índice de **2.0**. Deste modo, não é a conflitividade que explica a ação mais intensa do Poder Judiciário. Vide Mapa – Índice de Intensidade da Ação do Poder Judiciário 2 – Famílias Despejadas. Página 24.

Merece destaque, ainda, o caso de São Paulo em que em ambos os Índices de Intensidade de Ação do Poder Judiciário 1 e 2 ultrapassam **1.0** (**1.4** e **1.6**, respectivamente) assinalando que, também aí, o Poder Judiciário vem jogando um papel protagônico em defesa da propriedade (e dos proprietários), emitindo ordens de prisão e de despejos em grau proporcionalmente maior do que a participação da população rural do Estado no total nacional. Registre-se, ainda, o Estado do Paraná onde o Índice de *Atuação do Poder Judiciário 2 – Pessoas Despejadas* é de **1.1**.

É interessante destacar que na quase totalidade desses Estados em que o Poder Judiciário vem mantendo um índice elevado de ordens de prisão e de despejo, com a exceção do Pará e do Acre, é onde temos a expansão da moderna agricultura empresarial, o chamado agronegócio (MT, GO, TO,

RO, MS), ou aqueles Estados onde o modelo agrário-agrícola moderno está consolidado, como bem são os casos de São Paulo e Paraná.

Esse fato não nos deve deixar escapar os ainda elevados Índices de Intensidade de Ação do Poder Judiciário em três Estados do Nordeste que, sobretudo quanto ao número de famílias despejadas, estão acima de **1.0**. O Estado de Sergipe é o que, nesse caso, se destaca com Índice de **2.4**. Os demais Estados são o Rio Grande do Norte com **1.9**; Pernambuco com **1.6**. Os Estados de Sergipe e Alagoas destacam-se, ainda, pelo número de Prisões com **1.2** e **1.0**, respectivamente. No caso de pessoas presas, o Maranhão apresenta Índice de **0.8**; Alagoas de **1.0**; Pernambuco de **0.5** e o Rio Grande do Norte não acusa nenhum caso de pessoa presa em 2003. Assim, observa-se que, excetuando-se o caso muito alto de Sergipe para o Índice *Ação do Poder Judiciário 2 - Pessoas Despejadas*, os Estados do Nordeste que acusam Índices Altos de Intensidade da Ação do Poder Judiciário o fazem nas mesmas proporções que os Estados de São Paulo (**1.4** e **1.6**) e Paraná (**0.6** e **1.1**).

Assim, reproduz-se no Brasil um modo de produção das relações sociais e de poder estruturados *com e pela* violência, mesmo no chamado setor moderno da sociedade que, assim, convive com índices de Estados situados em regiões tradicionais, como o Nordeste que, embora apresentem índices elevados, são bastante inferiores aos dessas regiões de expansão de empresas capitalistas modernas.

Entretanto, observemos que o Poder Judiciário teve sua ação intensificada em 2003 à escala dos Estados. Tudo indica que as oligarquias latifundiárias, perdendo o controle direto do Poder Executivo na esfera federal, pelo menos no início quando

estiveram fora do espectro de alianças do novo governo, tenham procurado instrumentalizar sua ação por meio do Poder Judiciário e, mesmo, do Poder Executivo estaduais, onde tradicionalmente exercem o poder de modo mais direto.

6. O agrário posto em questão: a violência do poder privado

Os dados que a CPT registrou para o ano de 2003 nos indicam que, além de lançar mão da prerrogativa do que seria o monopólio da violência por meio do Estado à escala das unidades federadas, como a seção anterior acusou, as relações sociais e de poder continuaram se constituindo com e pela violência privada. Vejamos, agora, como.

Indicamos na primeira parte desse documento que, além do aumento das ordens de despejo e de prisões do Poder Judiciário, o que se destaca nesse primeiro ano do governo Lula é o aumento da violência privada, seja acentuando a taxa de crescimento dos assassinatos, seja invertendo a tendência de diminuição do número de pessoas expulsas da terra por ação direta de fazendeiros e suas milícias privadas, que vinha se delineando desde o ano 2000.

A região Norte é a que registra o maior número absoluto de pessoas assassinadas no país, 60.30% do total, o que lhe garante um Índice de Violência Privada altíssimo **5.0**. Essa região, mais uma vez, é juntamente com a região Centro-Oeste (**2.9**), aquela onde os Índices de Violência superam **1.0**, indicando, assim, que contribuem para os índices de violência privada contra a pessoa mais do que a proporção de sua população rural

no total nacional, conforme a metodologia que estamos utilizando.

Mais uma vez o Estado do Mato Grosso se destaca negativamente por apresentar o maior índice de violência privada por Estado de todo o país (**7.6**), índice esse que é maior do que o da região Norte, onde é maior a violência entre as regiões brasileiras. Esses índices ainda permanecem elevados no Pará (**7.0**), em Rondônia (**7.0**), Roraima (**5.6**) e Tocantins (**3.0**), todos Elevadíssimos ou Muito Altos. O mais alto índice entre os Estados do Nordeste, fica por conta de Pernambuco (**1.7**), que embora indique que esse Estado está contribuindo para elevar a média nacional da violência privada, o faz num patamar inferior aos dos Estados indicados.

Quanto à ação do poder privado por meio da expulsão de pessoas, a região Norte (**3.0**) é a única em que os índices são maiores que **1.0**, tendo três entre os oito Estados brasileiros que superam esse índice - Pará (**5.2**), Rondônia (**3.1**) e Tocantins (**1.6**). Três Estados do Nordeste - Paraíba (**4.0**), Pernambuco (**3.4**) e Alagoas (**1.2**) - um Estado do sul do Brasil - Paraná (**1.9**), e o Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste (**1.2**) também apresentam índices superiores a **1.0**. Em Goiás e Mato Grosso, Estados com o mais elevado índice de famílias despejadas, não houve registro de famílias expulsas. O Judiciário parece ter servido a contento às demandas do poder privado.

Mais uma vez, vê-se, que aquilo que poderíamos caracterizar como ações típicas de um mandonismo coronelístico, que recusa a mediação pública de conflitos, está longe de se constituir como algo que esteja ancorado num passado histórico longínquo ou em regiões retrógradas. Ao contrário, está entre os Estados onde se dá a expansão da moderna agricultura empresarial (neocorone-

lismo?). Assim, os dados o comprovam, a violência estrutura as relações sociais e de poder nas diferentes formas com que se reveste o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo brasileiro.

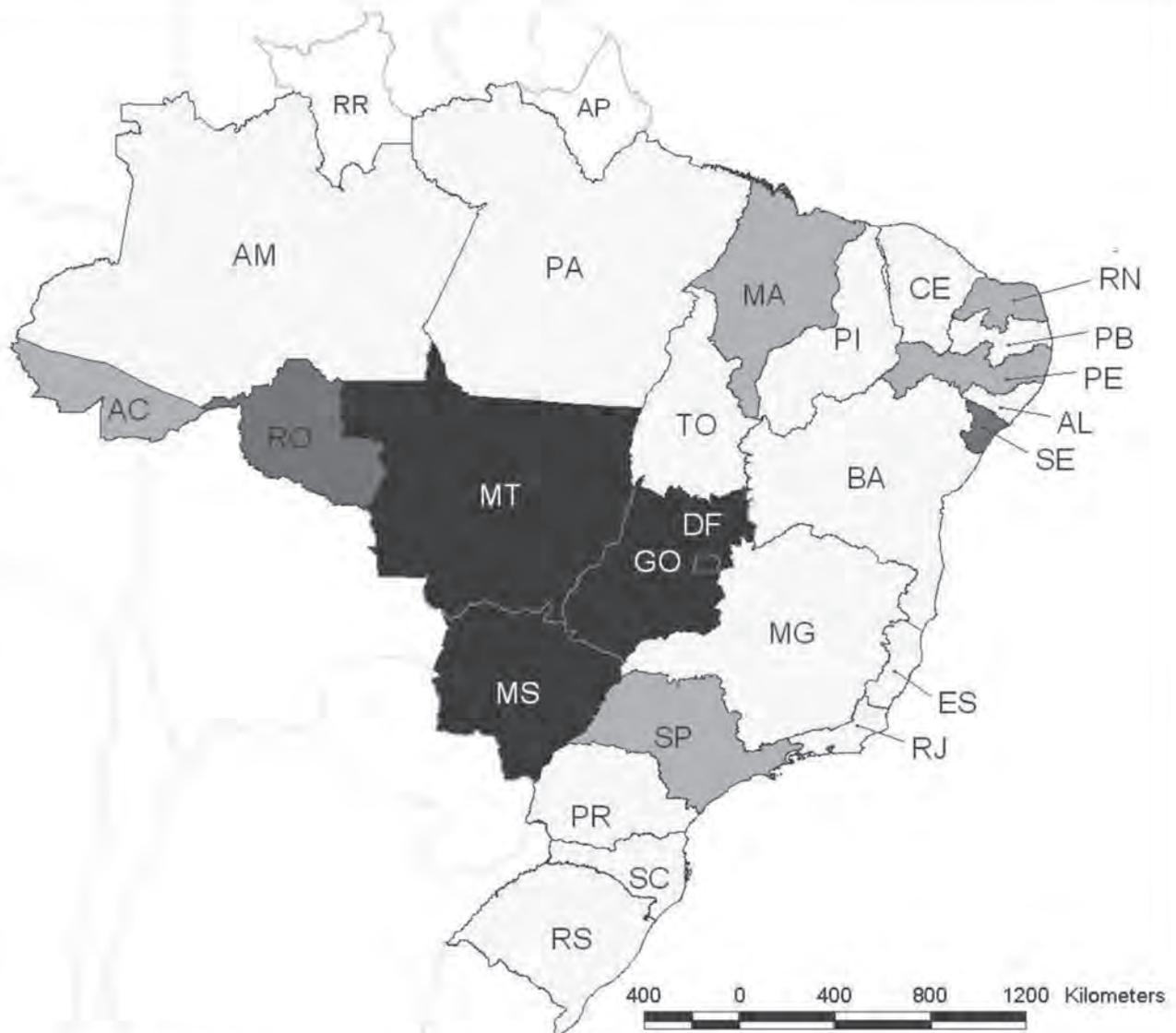
À GUIA DE REFLEXÃO NÃO CONCLUSIVA: A COLONIALIDADE DO PODER

Os dados acerca da violência contra a pessoa no campo brasileiro, coligidos pelo Setor de Documentação da CPT indicam que o grau de conflitividade se acentuou no campo brasileiro em 2003, muito embora vários indicadores apontem que a tendência de crescimento do número de conflitos, de pessoas envolvidas e de assassinatos já viessem em crescimento desde o ano 2000. No caso desses indicadores, o que deve ser destacado é a exacerbação dessa tendência, o que é o mesmo que dizer aumento da tensão, ou seja, da intensidade de conflitos.

Cumpramos destacar como específico nesse primeiro ano de governo Lula, algo que, de certa forma, escapa ao próprio governo federal, que é o aumento espetacular, repito, da ação do Poder Judiciário à escala dos Estados (+ 263,2% no caso do número de famílias despejadas). E, ainda, o aumento expressivo da violência privada por meio da ação de milícias e jagunços registrando um aumento de 69.8% do número de assassinatos, em relação a 2002, e de 130% no de famílias expulsas de terras. Esses números chegam a atingir um verdadeiro estado de guerra em Mato Grosso, onde 6.455 famílias foram despejadas das terras que reivindicam. Se considerarmos uma média de 5



Índice de Intensidade da Ação do Poder Judiciário 2 : Famílias Despejadas - 2003



Índice de Intensidade da Ação do Poder Judiciário

-  Abaixo de 1.0
-  Entre 1.0 e 2.0
-  Entre 2.0 e 4.0
-  Acima de 4.0

-  Limites Estaduais
-  Limites Internacionais

Elaboração:

Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves e Geog. Hugó Fioravante
(LEMTO - Lab. de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades)

Fontes:

Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT
Conflito e Violência no Campo 2003
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Malha Estadual Brasileira 1997 - Censo 2000



Escala Gráfica 1:26000000

CPT / LEMTO - Mapa 9

membros para cada família rural, nos remete ao número assombroso de 32.275 pessoas despejadas! Isso implica que, em apenas um ano, o equivalente a 6,2% da população rural do Estado foi, simplesmente, despejada. E despejada significa que houve uma ação formal do Estado

seguida do seu cumprimento por meio dos órgãos repressivos. É, de fato, um verdadeiro estado de guerra!

Sublinhe-se que os dados indicam um deslocamento para a escala estadual do exercício do poder de modo mais intenso.

Os Estados em que está havendo

a expansão da moderna agricultura empresarial são aqueles de maior conflitividade, maior violência privada e de ação do Poder Público, sobretudo do Judiciário, muito embora a violência como prática estruturante das relações sociais e de poder também se faça sentir na região Nordeste,

RANKING de Violência do Poder Público e Poder Privado por Estado - 2003¹²

Posição No Ranking	UF	Poder Público Prisões A	Poder Público Famílias Despejadas B	Poder Privado Assassinatos C	$\frac{A+B+C}{3}$
1º	MT	3º [07]	1º [11]	1º [07]	8.3
2º	RO	2º [08]	5º [07]	2º [06]	7.0
3º	GO	4º [06]	3º [09]	-	5.0
4º	TO	1º [09]	-	5º [03]	4.0
5º	MS	9º [01]	4º [08]	7º [01]	3.3
6º	PA	5º [05]	-	3º [05]	3.3
7º	DF	-	2º [10]	-	3.3
8º	SE	7º [03]	6º [06]	-	3.0
9º	SP	6º [04]	10º [02]	-	2.0
10º	PE	-	9º [03]	6º [02]	1.7
11º	AC	-	7º [05]	-	1.7
12º	RN	-	8º [04]	-	1.3
13º	RR	-	-	4º [04]	1.3
14º	AL	8º [02]	-	-	0.7
15º	PR	-	11º [01]	-	0.3

Fonte: Setor de Documentação da CPT.

Elaboração do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – UFF.

12. Só foram incluídos nesta tabela os Estados que contribuíram acima de sua participação no total da população rural, ou seja, aqueles que apresentaram Índices de Intensidade acima de 1.0. Entre colchetes aparece a nota obtida pelo Estado no Índice em questão. Essa Nota é igual à sua posição na ordem decrescente de todos os Estados que foram considerados naquele Índice, conforme o critério anterior. Por exemplo, o Paraná obteve a nota 1 (um) no *Índice de Intensidade do Poder Público – Famílias Despejadas* porque foi o 11º nesse Índice, enquanto o Estado de Mato Grosso obteve nota 11 nesse mesmo Índice por ter sido o 1º em número de Ações do poder Judiciário – Famílias Despejadas. Nesse caso a Nota variou de 01 a 11 porque 11 Estados obtiveram Índices acima de 1. Observe que na coluna A, a maior Nota foi 8, enquanto na Coluna C, 7 foi a maior Nota. Isto porque só 8 Estados, na coluna A, e 7, na Coluna B, registraram Índices acima de 1.0.

embora em níveis bem inferiores aos assinalados acima.

Isso nos remete à colonialidade do poder (e do saber) que comanda nossa formação social¹³. O melhor indicador dessa colonialidade se faz sentir na própria idéia de modernização que, sempre, aparece justificando e legitimando a re-produção das relações sociais e de poder no Brasil do que, talvez, o melhor exemplo hoje seja a expansão do agronegócio, tanto na região Centro-Oeste, como em Rondônia, ao longo da Cuiabá-Santarém, em Tocantins e no sul do Piauí, sul do Maranhão e oeste da Bahia. Como os dados indicam, a violência continua subjacente estruturando as relações sociais e de poder.

Os dados da tabela anterior do *ranking* de Estados mais violentos do Brasil no ano de 2003 nos mostram,

simplesmente, que os 5 (cinco) primeiros são, todos, Estados onde se expande a moderna agricultura empresarial.

O que talvez esses dados atualizem sejam as práticas que historicamente sempre fizeram do Brasil um território moderno, como já o eram os engenhos dos séculos XVI e XVII, os mais modernos que havia no mundo à época. Eram tão modernos como o são os elevados níveis de produtividade com pivôs centrais, sementes selecionadas, solos corrigidos e máquinas agrícolas computadorizadas que, hoje, fazem a moderna e violenta paisagem do Brasil Central e da Amazônia¹⁴. Afinal, hoje se mata e desmata nos Cerrados e na Amazônia, do mesmo modo que, ontem, matou-se e desmatou-se na Mata Atlântica e nas Matas de Araucária, contra as

populações originárias, quilombolas e camponeses de diversos matizes – seringueiros, ribeirinhos, retireiros (Araguaia), vazanteiros (São Francisco), geraizeiros, mulheres quebradeiras de coco babaçu, entre tantos.

O que, talvez, os dados sobre a violência contra a pessoa no campo venham nos ensinar é que a modernidade tem sido um poderoso meio de colonização e que, na verdade, é a moderno-colonialidade que vem caracterizando nossa formação social nos oferecendo mais do mesmo, sempre. Enfim, em nome da modernidade nos colonizam por meio da colonialidade do pensamento e da violência, prática com que abre caminho para o (seu) progresso. É preciso ir além da modernidade colonial. Afinal, quantas vidas vêm sendo ceifadas em seu nome?

13. Lander, Edgardo (org.) 2000 - *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas*, Clacso, Buenos Aires.

14. Ver Porto-Gonçalves, Carlos Walter, 2001, *Amazônia, Amazônias*, ed. Contexto, São Paulo.

Quadro Comparativo (1994-2003)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Conflitos de Terra*										
Nº de Conflitos	379	440	653	658	751	870	556	681	743	659
Assassinatos	36	39	46	29	38	27	20	29	43	73
Pessoas Envolvidas	237.501	318.458	481.490	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165	425.780	1.127.205
Hectares	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405
Trabalho Escravo										
Nº de Conflitos	28	21	19	17	14	16	21	45	147	238
Assassinatos	1		4							
Pessoas Envolvidas	25.193	26.047	2.487	872	614	1.099	465	2.416	5.559	8385
Conflitos Trabalhistas**										
Nº de Conflitos				49	56	28	33	25	22	97
Assassinatos				1	5		1			
Pessoas Envolvidas				24.788	366.720	4.133	53.441	5.087	5.586	6.983
Outros ***										
Nº de Conflitos	78	93	78	12	279	69	50	129	14	20
Assassinatos	10	2	4		4					
Pessoas Envolvidas	45.925	36.581	451.157	3.288	109.162	164.909	62.319	106.104	14.352	48.005
Total										
Nº de Conflitos	485	554	750	736	1.100	983	660	880	925	1.690
Assassinatos	47	41	54	30	47	27	21	29	43	73
Pessoas Envolvidas	308.619	381.086	935.134	506.053	1.139.086	706.361	556.030	532.772	451.277	1.190.578
Hectares	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

*O número de Conflitos é a soma das ocorrências de Conflitos por Terra (659), Ocupações (391) e Acampamentos (285).

**Conflitos Trabalhistas referem-se ao desrespeito à Legislação Trabalhista e a casos de superexploração do trabalho.

*** Outros: até 1996 estão incluídos os conflitos Trabalhistas. Após 1996 registra-se Conflitos em Tempos de Seca, Conflitos pela Água, Sindicais, em Áreas de Garimpo.

***Em 2003, está registrado a soma dos Conflitos pela Água(20).

Conflitos por Terra Situações

Arquivo CPT Nacional



Conflitos por Terra - Situações

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Acre			
Plácido de Castro	Seringal Monte Alegre/Capatará	356	7500
Porto Acre	Fazenda Boa Sorte	11	3183
Rio Branco	Fazenda Baixa Verde	120	5000
Rio Branco	Ramal Abib Cury/Km 40 da BR-364	20	270
Rio Branco	Seringal Cachoeira	28	10780
Rio Branco	Seringal Floresta/ Santa Maria	25	840
Rio Branco	Seringal São Bernardo/Cachoeira	90	60000
Rio Branco/Plácido de Castro	Seringal Triunfo	130	12000
Subtotal:	8	780	99573
Alagoas			
Branquinha	Assentamento Eldorado dos Carajás	120	
Delmiro Gouveia	Acampamento Padre Cícero	100	
Flexeiras	Fazenda Prazeres	120	900
Flexeiras/São Luís do Quitunde	Fazenda Poço Dantas/Poço de Antas	70	
Flexeiras/São Luís do Quitunde	Fazenda Caldeirões	60	
Girau do Ponciano	Assentamento Rendeiras/Dom Hélder	300	4000
Girau do Ponciano	Fazenda São José	100	331
Girau do Ponciano	Fazenda São Luís	100	331
Girau do Ponciano	Fazenda Tingui	100	534
Ibateguara	Acampamento Jussara	120	
Joaquim Gomes	Usina Serrana	65	1740
Joaquim Gomes/Flexeiras	Fazenda Galho Seco/Capim de Cheiro	50	2000
Maceió	Acampamento Mirante	150	
Maragogi	Fazenda Santa Rita	50	200
Maragogi/Porto de Pedras	Fazenda Boa Vista	50	880
Matriz do Camaragibe	Acampamento Alto do Céu	190	
Messias	Fazenda Flor do Bosque	300	480
Murici	Fazenda Bota Velha	180	
Olho D`Água do Casado	Assentamento Nova Esperança	135	1400
Olho D`Água do Casado	Fazenda Costa	150	960
Penedo	Fazenda São Luís	100	
Piranhas	Acampamento 12 de Junho	117	
Porto Calvo	Fazenda Lagoa Redonda/Us. Santana	92	600
Porto de Pedras	Fazenda Lucena	32	393
Traipu	Acampamento Pau Ferro	117	
União dos Palmares	Fazenda Sta. Maria/Serra	181	
União dos Palmares	Fazenda Sementeira	355	190
União dos Palmares	Fazenda Sítio Velho	150	
Viçosa	Fazenda São Luiz	102	
Subtotal:	29	3756	14939

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Amazonas			
Coari	Ananidé Costa do Juçara	3	
Coari	Comunidade Dom Bosco/Lago Tracajá	19	
Coari	Divino Espírito Santo do Angelim/Rio Urucu	12	
Irlanduba	Gleba Igarapé do Bode	19	
Irlanduba	Ramal Nova Esperança	22	
Manaquiri	Comunidade do Aruanã	25	
Manaus	Rio Urubu	270	25000
Tapauá	Comunidade Barreirinha	10	
Tapauá	Comunidade Enseada	50	
Tapauá	Comunidade Itaboca	20	
Tapauá	Comunidade Macapá	30	
Tapauá	Comunidade Pupunha	40	
Tapauá	Comunidade Tambaquizinho	24	
Tapauá	Comunidade Tauamiri	24	
Subtotal:	14	568	25000
Amapá			
Amapá	Ass.Piquiá/Retiro Bacaba	1	50
Amapá	Fazenda Itapoã	85	18000
Calçoene	Grilagem Bela Vista		1300
Cutias do Araguari	Fazenda Parabrillho/Gurupora	12	10500
Macapá	Assentamento do Corre Água	34	4000
Macapá/Ferreira Gomes	Grilagem Macapá/Ferreira		3842
Macapá/Porto Grande	Amcel	87	7500
Mazagão	Retiro Santa Maria/Retiro Ribeiro	1	150
Mazagão/Porto Grande	Rio Vilanova/Amapari	23	800
Tartarugalzinho	Aporema	6	2000
Tartarugalzinho	Grilagem International Paper		93116
Tartarugalzinho	Ramal Nova Canaã/Colônia de Itauba/Fazenda Santa Izabel	45	22384
Subtotal:	12	294	163642
Bahia			
Ajustina	Acampamento Bom Jesus dos Navegantes	200	
Amélia Rodrigues	Usina Itapetingui	360	6000
Aurelino Leal	Acampamento 8 de Março/BR 101/Fazenda Safira	500	
Barra	Fazenda Liberdade	9	600
Barreiras	Acampamento Liberdade	60	
Camacan	Acampamento 1º de Maio	250	
Camaçari	Fazenda Araticum	23	
Camaçari	Fazenda Barbosa/Espaço Alpha		
Esplanada	Fazenda Triunfo	150	4000
Eunápolis	Fazenda Provisão	60	1195
Ibirapitanga	Fazenda Dois Riachões	33	
Ibotirama	Fazenda Santa Clara	15	2444
Iramaia	Acampamento Boa Sorte/Limpanzol	500	
Itaeté	Acampamento Florestan Fernandes	130	
Itaeté	Acampamento União Chapada	160	
Itajuípe	Acampamento Unidos Venceremos	120	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Itapé	Acamp. no Lixão de Itapé	25	8
Jacobina	Fazenda Caldeirão/Santa Cruz/Acamp. São Francisco		
Juazeiro	Acampamento Carlos Lamarca	250	
Lagedinho	Acampamento Santo Antônio	97	
Lagedinho	Acampamento Tapiraípe	47	
Mucuri	Fazenda Canadá	350	
Nova Redenção	Acampamento Rio Bonito	70	
Porto Seguro	Acamp. Luiz Inácio Lula da Silva	1350	
Ruy Barbosa	Acampamento em Tapiraípe/Fazenda Boa Sorte	45	
Ruy Barbosa	Acampamento Paz	25	
Santa Luzia/Camacan	Conjunto Dom Eduardo	35	286
Várzea do Poço	Fazenda Pampulha	40	
Vitória da Conquista	Fazenda Ingazeira	54	525
Wagner	Acampamento União Piabas	85	
Subtotal:	30	5043	15058
Ceará			
Aracati	Córrego dos Tanques	50	2400
Aracati	Fazenda Esperança	24	
Araçoiaba	Fazenda Córrego do Geraldo	30	1140
Canindé	Fazenda Cachoeira das Pedras	45	1200
Cascavel	Fazenda Celibra	100	4000
Choró	Acamp. BR-116 em frente a Cipa	500	
Chorozinho	Fazenda Marami	500	
Itaiçaba	Fazenda Ariza	40	1700
Itapipoca	Fazenda Guaribas	40	2000
São Gonçalo do Amarante	Porto do Pecém/Fazenda São Gregorio	150	5000
Sobral	Fazenda Bem Posta	50	3000
Subtotal:	11	1529	20440
Distrito Federal			
Brazlândia	Fazenda Palma do Radiador	280	3000
Planaltina	Fazenda Retiro do Meio/Haras JHP	400	
Planaltina	Fazenda Engenho/Sítio Taquara*	172	
Planaltina	Fazenda São José	200	350
Planaltina	Núcleo Rural Pipiripau	200	
Sobradinho	Fazenda Chapadinha*	250	800
Subtotal:	6	1502	4150
Espírito Santo			
Colatina	Acampamento Margarida Alves	112	
Mimoso do Sul	Acamp. José Marcos de Araújo II/Fazenda Catuné	72	
Nova Venécia	Acamp. Madre Cristina/Fazenda Barra do Cristalino	500	
Ponto Belo	Acamp. Otaviano de Carvalho/Fazenda Ipiranga	98	962
São Mateus	Acamp. Terra Livre/Fazenda Coqueirinho	275	
São Mateus/Conceição da Barra/Aracruz	Aracruz Celulose	1200	138000
Viana	Fazenda Santa Clara	30	145
Subtotal:	7	2287	139107
Goiás			
Acreúna	Acampamento Canaã	18	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Alto Paraíso de Goiás	Acampamento Sílvio Rodrigues	130	
Alto Paraíso de Goiás	Fazenda do Ministério da Agricultura	130	5000
Anápolis	Acampamento Dom José Gomes/BR-153	30	
Araguapaz	Acampamento Jeová Gerê	39	
Araguapaz	Acampamento Vitória	12	
Arenópolis/Iporá	Acampamento União da Paz	42	
Baliza	Acampamento Sonho de Rose/GO-194	28	
Baliza	Assentamento Bebedouro	33	
Buriti de Goiás	Fazenda Jurema	72	
Caçu	Acampamento Nova Esperança	33	
Caçu	Acampamento União	28	
Caldas Novas	Acampamento João do Vale	100	
Campinorte	Acampamento Estrela Guia/BR-153	122	
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Canadá	200	900
Cidade Ocidental	Fazenda Cascavel/Barreira/Acamp. Cascavel	150	2600
Cocalzinho de Goiás	Fazenda Combrasil	400	
Cocalzinho de Goiás	Fazenda Santa Felicidade	150	4400
Doverlândia	Acampamento São Sebastião	38	
Edéia	Fazenda Tropical	450	3000
Faina	Acampamento Caité	25	
Fazenda Nova	Acampamento Boas Novas	200	
Fazenda Nova	Acampamento Esperança	30	
Fazenda Nova	Fazenda Serra do Facão	28	
Fazenda Nova	Fazenda Bradesco/Pertinente	650	
Formosa	Acampamento Carocinho/Poções	130	
Formosa	Assentamento Vigilândia	58	16660
Goiás	Acampamento Pedreira	80	
Itaberá/Itaguari	Fazenda Alta Floresta/Floresta	450	1800
Itaguari	Acampamento Luís Ório/GO-070	320	
Itaguaru	Acampamento Nova Abelha	120	
Itajá	Acampamentos Cruz Azul I e II	165	
Itapirapuã	Acampamento Alfa	57	
Itapirapuã	Acampamento Canaã	20	
Itapirapuã	Fazenda Boa Vista/Acamp. Boa Esperança	40	
Itapirapuã	Fazenda São Domingos	95	
Itapuranga	Acampamento Vitória do Nativo/GO-156	40	
Itapuranga	Fazenda Capim Puba/Lagoa Grande/Ressaca	200	1800
Itapuranga	Fazenda Ribeirana/Acamp. Santana	13	271
Jataí	Fazenda Sertãozinho	250	3100
Jaupaci	Acamp. Vilmar de Castro/GO-422	200	
Jaupaci	Acampamento Nossa Senhora Aparecida	27	
Jaupaci	Acampamento São José	30	
Jussara	Acampamento Nova Esperança	43	
Jussara	Acampamento Roseli Nunes/GO-070	150	
Luziânia	Acamp. São Bartolomeu/Fazenda Planalto	170	1600
Mossâmedes	Fazenda Conceição	90	103
Mozarlândia	Fazenda Vale do Boi/Acamp. Terra Nossa	31	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Niquelândia	Fazenda Poções/Arapuá	150	4994
Nova Crixás	Fazenda Bandeirantes	300	2600
Novo Brasil	Acampamento Pequena Vanessa/ GO-418	190	
Paraúna	Fazenda Sapé	13	
Perolândia	P.A. Três Pontes	200	
Piracanjuba	Acampamento Vitória	30	
Piranhas	Acampamento Nossa Senhora da Guia	30	
Planaltina	Fazenda Lagoinha	45	4700
Porangatu	Acampamento São Judas Tadeu	88	
Professor Jamil	Assentamento Rochedo	26	963
Quirinópolis	Acampamento Furnas	216	
Rialma	Acampamento Boa Sorte	130	
Rio Verde	Acampamento Dorcelina Folador/BR-452	450	
Santa Helena de Goiás	Fazenda da Monsanto	700	307
Santa Helena de Goiás	Fazenda Lagoa Campo Alegre	300	1001
Santa Rita do Novo Destino	Fazenda Porteira	70	
Santa Tereza de Goiás	Acampamento Santa Tereza	165	
Santo Antônio de Goiás	Fazenda Santa Rita da Serra	100	1500
São Miguel do Araguaia	Acamp. Novo Destino/Fazenda Campo Alegre	157	
Turvelândia	Fazenda Monjolo	98	3600
Vila Propício	Acampamento José Porfírio	20	
Vila Propício	Fazenda São João	62	7048
Subtotal:	70	9457	67947
Maranhão			
Açailândia	Correguinho	115	1158
Açailândia	Fazenda Santa Maria	230	
Açailândia	Toca da Raposa	110	4000
Alcântara	Base Espacial	372	64000
Alto Alegre do Maranhão	Povoado Morada Nova	13	
Alto Alegre do Maranhão	Povoado Sembalzinho	65	2000
Alto Alegre do Maranhão	Povoados Marmorana e Boa Hora 3	20	1800
Alto Alegre do Maranhão	Povoados São José e Mucura*	21	1300
Amarante do Maranhão	Fazenda São João	250	
Amarante do Maranhão	Ouro Preto	350	13000
Araioses	Ilha do Bananal	60	1500
Arame	Fazenda Santa Cruz	42	1600
Arari	Fazenda Dólar de Prata	2	
Arari	Gleba Data Santa Inês	72	810
Arari	Povoado Bonfim	50	150
Bacabal	Povoado Comboio*	32	500
Balsas	Comunidade Vão das Salinas	14	
Balsas	Lagoa Preta*	21	938
Barra do Corda	Fazenda Lagoa da União/Floresta*	350	9000
Bom Jardim	Fazenda Amazônia Agropecuária	100	9466
Bom Jardim	Fazenda Mastruz com Leite/Acamp. Terra Livre	270	6030
Bom Jardim	Gleba Pereira	2	
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Fontenele	28	750

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Ciama/Cimasa	300	6000
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Cajazeiras/Boa Sorte	100	
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Rodominas/Fremasa*	140	3000
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Jatobá	2	747
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Pindaré	40	899
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Rio Verde	110	
Brejo	Barra Piancó	1	80
Buriticupu	P. A. Lago Azul/Pov. Real Brasil*	500	13266
Buritirana	Fazenda Chapada Grande	400	3500
Caxias	P.A. Buriti do Meio/Pov. Santa Rosa*	54	55
Caxias	São Manoel Canabrava	2	
Chapadinha	Barroca da Vaca	62	2721
Codó	Povoado Cipoal	20	1000
Coquelândia	Acampamento às Margens da Estrada do Arroz	420	
Estreito	Fazenda São João	250	2312
Grajaú	Fazenda São Gregório*	75	1894
Lago do Junco	Fazenda Santa Maria/Pov. Pau Santo*	33	800
Magalhães de Almeida	Faz. São Jorge/Data Stº. Agostinho/Gleba Cipoal2*	55	3000
Magalhães de Almeida/Araioses	Projeto de Irrigação Tabuleiro São Bernardo	78	25000
Matões do Norte	Fazenda Cantanhede	250	6000
Monção	Fazenda União	2	
Morros	Povoado Mato Grosso	80	3000
Olinda Nova do Maranhão	Ave Maria	50	173
Olinda Nova do Maranhão	Sítio Canarana	2	60
Paço do Lumiar	Povoado Tendal Mirim	40	98
Parnarama	Fazenda Olho D'Água do Noga/Pov.Lagoinha/Buriti/Poço dos Cachorros	150	5000
Parnarama	Pov. São José do Nena e São Domingos	82	12000
Parnarama	Povoado Fazendinha*	33	7500
Peritoró	Fazenda Boa Esperança/Modelo*	100	4600
Peritoró	Povoado Rocinha*	53	900
Pirapemas	Comunidade Panamirim	24	
Porto Franco	Fazenda Canadá	250	1200
Rosário	Povoado Boa Vista*	137	2293
Santa Luzia	Povoado Rangel/Fazenda Pimenta	54	940
Santa Luzia do Tide	Fazenda Frechal/Flechal	500	45000
Santa Luzia do Tide	Fazenda Ponderosa	100	2600
Santa Luzia do Tide	Povoado Alto Bonito	500	15000
São Luís	Bacuri/Estiva*	3	
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barrocão e Simão*	123	5000
São Mateus do Maranhão	Povoados Sumaúma e Retiro Grande	50	2426
São Mateus do Maranhão	Projeto Salangô	352	3216
São Raimundo das Mangabeiras	Data Varginha/Povoado Taboá	142	7437
Tasso Fragoso	Gleba Brejão/Fazenda Brasília/Data São Pedro	19	1400
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo*	180	14000
Timbiras	Fazenda Cit*	100	4000
Timbiras	Fazenda Serra Azul*	100	4000

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Urbano Santos	Povoado São Felipe*	12	440
Vargem Grande	Povoado Bacuri dos Pires	42	1930
Vargem Grande/Cantanhede	Povoado Buriti/Tambá	23	
Vila Nova dos Martírios/São Pedro da Água Branca	Fazenda Jurema	50	23102
Vitória do Mearim	Povoado Juçaralzinho	50	1658
Zé Doca	Núcleo A1/Projeto Colone	140	336
Subtotal:	75	9024	357585
Mato Grosso			
Acorizal/Jangada/Várzea Grande	Gleba Espinheiro/Acamp. Chico Mendes/Itambaracá	350	9000
Alta Floresta	Gleba Mandacaru	14	
Araputanga/Reserva do Cabaçal	Fazenda Itaguaíra	300	4356
Aripuanã	Gleba Conselvam	1200	
Barra do Bugres	Fazenda Cabaças	280	4100
Brasnorte	Assentamento Tibagi	500	114000
Cáceres	Fazenda Ressaca/Manacá/Acamp. Lourival Abick	2600	35842
Cáceres	Projeto de Assentamento Sadia II	50	
Campo Verde	Fazenda Boa Esperança	700	
Campos de Júlio	Assentamento Juruena	168	7500
Chapada dos Guimarães	Us. de Manso/Mamede/Campestre/Água Branca/Bom Jardim/Quilombo	1062	42000
Chapada dos Guimarães/Rosário do Oeste	Fazenda Santa Bárbara	101	8825
Colniza	Fazenda Capa*	1	
Colniza	Gleba Guariba/P. A. Felinto Miller	4000	150000
Comodoro	Fazenda Rancho de Prata	3	
Confresa	Fazenda Água Limpa	2	
Confresa	Fazenda Novo Horizonte	2	
Confresa	Fazenda Três Flechas	80	
Confresa	Gleba Ayrton Senna/Fazenda São José	4	8410
Confresa/Canabrava/Porto Alegre do Norte	P. A. Liberdade/Fazenda Uirapuru*	110	38000
Confresa/Vila Rica	Fazenda Barulho	2	
Confresa/Vila Rica	Fazenda Bridão Brasileiro	180	
Cotriguaçu/Aripuanã	P. A. Nova Cotriguaçu/Rondonorte	1200	
Cuiabá/Santo Antônio do Leverger	Fazenda Bigorna/Mourão/Aguaçu	140	1000
Feliz Natal	Assentamento Ena	300	
Guiratinga	Gleba Ribeiro	110	
Ipiranga do Norte	Fazenda Novo Eldorado*	2	
Itaúba	Gleba Sama*	250	9317
Jaciara	Fazenda Mestre/Triângulo/Usina Pantanal	500	8900
Jangada/Várzea Grande	Fazenda São João da Cachoeira*	500	12000
Jauru	Fazenda Agropecuária Sharbu	50	2200
Juruena	Assentamento Vale do Amanhecer	250	14400
Mirassol do Oeste	Fazenda S. Paulo/Acamp. Sílvio Rodrigues/Caeté	2000	4700
Mirassol do Oeste	Fazenda Urutal	35	9000
Nortelândia	Fazenda Barreirão	150	8000
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	400	13627
Nossa Senhora do Livramento/Várzea Grande	Assentamento Sadia III/São Miguel	149	4271
Nova Canaã do Norte	Gleba Santa Edwirges I*	120	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Nova Marilândia/Diamantino	Agropecuária Rio Verde	4	
Nova Mutum	Assentamento Nova Marape	200	14000
Nova Mutum/Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	100	1600
Nova Olímpia	Fazenda Monte Alegre/Acamp. Oziel Pereira	1050	5500
Nova Ubiratã	Assentamento Boa Esperança/Gleba Entre Rios	436	45000
Novo Mundo	Gleba Divisa	2300	336000
Pedra Preta	Assentamento Wilson Medeiros	108	
Pedra Preta	Fazenda Furnas/Sto. Antônio do Norte	130	
Pedra Preta	Fazenda Bom Jesus	130	
Pedra Preta	Fazenda Córrego São Bento	280	4100
Pedra Preta	Fazenda Senzala	130	
Pedra Preta	Fazenda Vale do Prata	280	4100
Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer*	379	16000
Poconé	Assentamento Carrijo	280	4500
Porto Espiridião	Área no Coxipó do Ouro	2	108
Primavera do Leste	Fazenda São Gabriel	280	4100
Querência	Assentamento Pingo D'Água	547	
Rio Branco	Fazenda Eldorado/Acamp. Pe. José Ten Caten	700	1920
Rondonópolis	Assentamento Padre Josimo	60	
Rondonópolis	Fazenda São Sebastião/Acamp. Margarida Alves	250	217
Rondonópolis	Fazenda Pau D'Alho	130	
Rondonópolis	Fazenda São Francisco II	300	1051
Rosário do Oeste	Fazenda Velha	167	6867
Rosário do Oeste	Gleba Mazargão/Sucuri*	260	6500
Salto do Céu/Rio Branco	Fazenda Cajá/Acamp. Cecília Antunes	80	1245
Santa Terezinha/Confresa	Fazenda Reunidas	2	
São Félix do Araguaia/Alto da Boa Vista	Fazenda Suiá Missu/Estrela do Araguaia	800	142000
São Félix do Araguaia/Alto da Boa Vista	Fazenda Bordon	80	
São José do Povo	Fazenda na MT-270/Acamp. Pe. Lothar	4200	
Sinop	Acampamento na BR-163	300	
Sinop	Área da Usina Pantanal/Acamp. José Marti	250	12000
Sinop	Sinop Agroquímica/Acamp. Claudinei de Barros	800	12000
Sinop/Cláudia	Fazenda Panorama/Acamp. Nova Aliança*	250	
Tabaporã/Sinop	Gleba Mercedes	278	103000
Tangará da Serra/Nova Marilândia/Santo Afonso	Assent. Pecuaama/Agroama/Ariranha	528	43000
Tapurah/Itanhangá	Assentamento Itanhangá	1119	116000
Várzea Grande	Sítio Rodeio	2	57
Vila Bela da Santíssima Trindade	Comunidade Remanescente de Quilombo	2	
Vila Rica	Assentamento Vila da Paz*	10	
Vila Rica	Fazenda Rancho Alegre/Rio Preto	48	900
Vila Rica	Fazenda Sol Vermelho	2	
Subtotal:	79	35119	1391213
Mato Grosso do Sul			
Bonito	Fazenda Aruanã/Mutum	380	1400
Brasilândia	Acamp. Esperança/Às Margens da MS-395	300	
Caarapó	Acamp. na Frente da Fazenda Huale/MS-156	50	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Campo Grande	Acamp. às Margens do Anel Rodoviário/Oziel Alves	35	
Dois Irmãos do Buriti	Assentamento Paulo Freire	61	
Dourados	Área próxima ao Assentamento Amparo	20	14000
Dourados	Fazenda no Distrito de Itaum	900	145
Eldorado	Chácara São José	140	10
Eldorado	Fazenda Santa Terezinha/Agropecuária Macuco	100	3186
Itaporã	Fazenda Coimbra 3M	850	1300
Itaquiraí	Fazenda Nova Espadilha	580	2892
Juti	Fazenda Brasília do Sul/Aldeia Taquara		10000
Miranda	Acampamento na Frente da Fazenda Rodeio	1050	
Rio Brillhante	Fazenda Santa Maria	230	538
Santa Rita do Pardo	Acampamento às Margens da MS-338	40	
Sete Quedas	Acampamento de Brasiguaios	500	
Subtotal:	16	5236	33471
Minas Gerais			
Almenara	Fazenda Esperança	60	360
Araguari	Fazenda Paraíso /Acamp. Irmãos Naves/Quilombo	123	268
Araguari	Fazenda Bucaina	15	
Arinos	Assentamento Santa Terezinha	2	
Arinos	Fazenda Vargem Grande	50	5000
Belo Horizonte	Ameaças contra Marcilene Aparecida Ferreira	3	
Bocaiúva	Fazenda Malvina/Ass. Betinho	40	19519
Brasilândia de Minas	Fazenda Cifra	150	
Buritis	Fazenda Barriguda/Ass. Mãe da Conquista	67	4642
Buritis	Fazenda Buritis	150	250
Buritis	Fazenda Palmeiras	100	
Buritis	Fazenda Pernambuco	50	950
Campina Verde	Fazenda Inhumas/Sanharão	30	847
Campina Verde	Fazenda Peroba Sanharão	148	
Campo Azul	Fazenda Bela Vista/Covanca/Acamp. Campo Azul	180	2800
Campo do Meio	Fazenda Ariadnópolis/ Acamp. Vitória da Conquista	60	6000
Capitão Enéas	Fazenda Norte América	200	2884
Esmeraldas	Fazenda Samburá/Acamp. Ho Chi Minh	258	300
Frei Inocência	Acampamento Padre Gino/BR-116	40	
Frei Inocência	Fazenda Eldorado	400	2880
Grão Mogol	Fazenda Americana II	50	
Indaiabira	Fazenda Mucosa/Acamp. Muzzelo	245	
Indaiabira	Fazenda Taquaril/Italmagnésio	250	4000
Itacarambi	Assentamento Milagres	80	2400
Itacarambi	Fazenda Serraria/Ilha	50	800
Itacarambi	Fazenda Yasmin	30	4200
Itambacuri	Fazenda Barra do Aranaã/Royal/Acamp. Esperança do Vale 2	280	3840
Itambacuri	Fazenda Margarida	140	3872
Ituiutaba	Fazenda Pântano Mariano	28	3350
Jaíba	Fazenda Paranaense/Acamp. Jardim Esperança	40	
Jaíba	Fazenda Poço da Vovó	48	
Jaíba	Fazenda Serra Azul	60	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Januária	Fazenda Sítio Grande/Conquista da Terra	60	
Japonvar	Fazenda Pé da Serra	164	
Juatuba	Fazenda Santa Helena	250	93
Minas Novas	Fazenda Alagadiço	20	10000
Montes Claros	Fazenda Sanharó/Usifer*	400	2600
Montes Claros	Fazenda Guiné	30	1936
Montes Claros	Fazenda Quebrados	100	
Norte de Minas	Fazenda Santa Fé	300	
Palmópolis	Fazenda Boa Esperança/Acamp. Pe. Josimo	170	2500
Paracatu	Projeto Santa Rosa	3	
Paracatu	Quilombo dos Amaro	40	732
Patrocínio	Área em Patrocínio	80	
Pirapora	Fazenda Prata/Acamp. Pirapora	400	3800
Porteirinha	Fazenda Santa Cláudia	40	3400
Porteirinha	Fazenda Santa Maria	40	1700
Porteirinha	Fazenda São Miguel	30	2700
Resplendor	Acamp. Dorcelina Folador/Fazenda Estrela do Norte	30	
Resplendor	Acamp. Roseli Nunes 2/Fazenda Pedra Bonita	40	
Sacramento	Fazenda Resa/Chapadão do Zagaia	250	19000
Santa Vitória	Fazenda Catingueira/Acamp. Canudos	60	
Santa Vitória	Fazenda Cruz/São Domingo	30	
Santa Vitória	Fazenda Bebedouro	50	
Santa Vitória	Fazenda Capoeira	70	
São Francisco	Fazenda Caatinga/Acamp. Rio São Francisco	200	300
São Francisco	Fazenda Ponte Nova/Acamp. Eloy Ferreira da Silva	100	
São Joaquim das Bicas	Fazenda da Fhemig	11	
Taiobeiras	Fazenda Estatal/Planta Sete Empreendimentos	400	9000
Tumiritinga	Fazenda Água da Prata	70	883
Uberlândia	Fazenda Tangará/Parque Florestal Douradinho/CIF	435	4730
Uberlândia/Tupaciguara	Fazenda São Domingos	125	2300
Unai	Assentamento Jibóia	55	2200
Unai	Complexo Barreirinha/Acamp. Índio Galdino	270	9000
Unai	Fazenda Nova Jerusalém/Acamp. Índio Galdino	200	600
Unai	Fazenda Vargem Bonita de Baixo (II)	150	600
Unai	Fazenda Vargem Bonita de Cima (I)	40	1570
Unai	Fazenda Sururina	80	
Verdelândia/Jaíba	Fazenda Rio Verde	34	
Verdelândia/Janaúba	Fazenda Corgão	50	
Uberaba	Associação Campo Brasil	46	
Subtotal:	71	8350	148806
Pará			
Abel Figueiredo	Complexo dos Morais	150	9000
Afuá	Região das Ilhas	150	60
Afuá	Região das Ilhas/Ilha do Baiano	1	100
Água Azul do Norte	Fazenda Campos Altos	15	
Altamira	Fazenda Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos*	160	55000
Baião	Acampamento Sol Nascente	1	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Baião	Fazenda Carioca	60	4600
Baião	Fazenda MM Madeireira*	135	
Bannach	Fazenda Santa Cruz/Colônia Araguaxim II	10	121
Belém	Fazenda Nossa Sr ^a de Nazaré	100	
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Natal	80	
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Bacuri	60	
Breu Branco	CCM-Camargo Correia Mineração	1200	1200
Breu Branco	Fazenda de Alcides Coimbra Abreu	80	
Canaã dos Carajás	Acampamento Pampulha	60	
Castanhal	Acampamento Rosa Luxemburgo	253	
Castanhal	Fazenda Josemar/Acamp. Roseli Nunes	120	550
Castanhal	Fazenda Nova Esperança	170	
Chaves	Fazenda Renascença	30	
Conceição do Araguaia	Acampamento Arraias	200	
Conceição do Araguaia	Fazenda do Vandin	200	800
Conceição do Araguaia	União Cinzeiro/Região do Côco*	42	
Cumaru do Norte	Assent. Hermínio Brito/Serra Azul*	80	4356
Cumaru do Norte	Fazenda Santo Antônio*	2	
Cumaru do Norte	Lote 490	55	1500
Curionópolis	Fazenda. Jacaré Grande*	78	10000
Eldorado dos Carajás	Acampamento Lourival Santana	448	
Eldorado dos Carajás/São Geraldo do Araguaia	Fazenda Bamerindus/Ass.Oziel Alves Pereira		58000
Goianésia do Pará	Acampamento Braspar	70	
Irituia	Acampamento Isa Cunha	200	
Irituia	Acampamento Quintino Lira	780	
Irituia	Fazenda Maria Bonita	85	
Irituia	Fazenda Santa Bárbara	500	
Itaituba	Garimpo Palito/Grilagem em Itaituba	5	
Itupiranga	Fazenda Hidroservice	1000	31140
Itupiranga	Fazenda Mineira/Gleba Cajazeira	75	2800
Marabá	Fazenda Barreira Branca	250	4087
Marabá	Fazenda Cabaceira/Acampamento 26 de Março	350	10000
Marabá	Fazenda Palmeiras I/Gleba Santa Rita		6000
Marabá	Fazenda Santa Rosa/Cedro/Plutão-Complexo Três Poderes	300	11835
Marabá	Fazenda Arapari*	60	3000
Marabá	Fazenda Balão	50	
Marabá	Fazenda Bandeira	60	
Marabá	Fazenda Bandeirantes*	140	5000
Marabá	Fazenda Itacaiúnas	200	3000
Marabá	Fazenda Lajedo*	60	
Marabá	Fazenda Mutamba	150	
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibiriça	200	3200
Marabá/Rondon do Pará/Itupiranga	Fazenda Jerusalém/Araruana	1	3000
Moju	Fazenda Beiradão	22	600
Monte Alegre	Com. Aldeia/Jacarecapá/Passage e outras/Lago Grande	81	
Mosqueiro	Fazenda Paulo Fonteles	70	
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranhiera/Cupu/Passé Bem/Mamona*	80	22000

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Nova Ipixuna	Fazenda Nova Era	80	
Novo Repartimento	Fazenda São José/P.A. Santa Isabel*	1	
Novo Repartimento	Fazenda Rio Jordão	1000	
Novo Repartimento	Gleba Capivara	100	3000
Novo Repartimento/Anapu	Gleba Belo Monte	2	2808
Novo Repartimento/Baião	Fazenda Petrópolis/Gleba12	56	600
Ouilândia do Norte	Fazenda Serra Dourada	60	
Paragominas	Fazenda Oriente*	80	22800
Paraúpebas	Fazenda Boa Sorte/Boa Vista	180	1200
Paraúpebas	Fazenda União	32	1200
Paraúpebas	Fazenda Santa Rosa*	3	
Paraúpebas/Itupiranga	Fazenda Tapete Verde	85	3900
Paraúpebas/Marabá	Fazenda Taboqueira	85	5000
Piçarra	Fazenda Estrela de Alagoas*	8	
Placas	Perfil Agroindústria/Proj. Sudam	320	
Redenção	Colônia Tiradentes/Gleba Nova Glória	60	500
Redenção	Fazenda Novo Mundo	200	
Redenção	Fazenda Santa Tereza*	50	14520
Rio Maria	Fazenda Marajoara/Dona Vânia	30	1500
Rio Maria	Fazenda Dona Maria	15	2899
Rondon do Pará	Acampamento Frial	100	
Rondon do Pará	Acampamento José Dutra	100	
Rondon do Pará	Ameaça de Morte de Maria Joelma	1	1200
Santa Isabel do Pará	Fazenda Moema	280	
Santa Maria das Barreiras	Acampamento Deus é Pai	500	
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Cocal	43	2500
Santa Maria das Barreiras	Projeto de Assentamento Codespar	300	115000
Santana do Araguaia	Fazenda Vale do Rio Cristalino	1200	139000
Santarém	Vila Alter do Chão	3	
São Félix do Xingu	Fazenda Comaxim*	80	4850
São Félix do Xingu	Fazenda Primavera/São Sebastião	8	
São Félix do Xingu	Gleba Karapanã/Fazenda Japonesa	200	1600
São Félix do Xingu	Fazenda Vale do Rio Fresco	100	
São Francisco do Pará	Fazenda Nova Esperança	280	
São Francisco do Pará	Fazenda São Paulo	350	
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	6	
São Geraldo do Araguaia	Parque Est. Serra das Andorinhas	40	3000
São João do Araguaia	Fazenda Pastoriza/Assentamento 1º de Março		
São João do Araguaia	Fazenda Landi/Novo Paraíso	70	
Tucuruí	Acampamento Bom Sossego	85	
Tucuruí	Acampamento João Canuto	80	
Tucuruí	Comp. Caripé/Acamp. Nova Aurora/São Carlos	1200	
Tucuruí	Fazenda Transgradiesel	20	
Xinguara	P.A. Paraíso do Araguaia	2	
Xinguara/Sapucaia	P. A. Escalada do Norte	90	24200
Subtotal:	98	16314	602226

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Paraíba			
Cruz do Espírito Santo	Fazenda Santa Luzia	15	1200
Curral de Cima	Fazenda Jardim	39	1001
Itabaiana	Fazenda Tanques	57	417
Jacaraú	Fazenda São José	300	222
João Pessoa	Engenho Mussarê	100	3000
João Pessoa	Fazenda Ponta de Gramame	38	400
João Pessoa	Fazenda Triunfo	80	
Mari	Fazenda Olho D'Água	48	400
Mogeiro	Fazenda Mendonça	109	1400
Pitimbu	Engenho Palmeira	22	147
Pombal	Fazenda Ginê	50	1000
Pombal	Fazenda Jacu	100	
Santa Rita	Fazenda Tambauzinho	29	500
Sobrado	Fazenda Antas	85	939
Subtotal:	14	1072	10626
Paraná			
Bituruna	Acampamento 1º de Maio	85	
Campina da Lagoa	Fazenda São José	48	225
Cândido de Abreu	Fazenda Império	150	2065
Cascavel	Assentamento Santa Tereza	15	
Cascavel	Fazenda Cajati/Assent. Dorcelina Folador/Linha São José*	1350	3185
Cascavel	Fazenda Castelo/Complexo Cajati	100	1416
Clevelândia	Fazenda Morro Alto	30	114
Clevelândia	Fazenda Três Capões	15	97
Colorado	Acampamento às Margens da PR 463/MAST	60	
Colorado	Acampamento às Margens da PR 463/MST	30	
Congonhinhas	Fazenda Serra Grande	30	
Coronel Domingos Soares	Fazenda das Flores	40	450
Coronel Domingos Soares	Fazenda São Manoel	50	
Espigão Alto do Iguaçu	Fazenda Solidor	120	700
Faxinal	Acamp. próximo às Fazenda Brasília e Montanha	300	
Faxinal	Fazenda Nossa Sra. do Carmo/Brasileira/1500	40	1500
Foz do Iguaçu	Acampamento às Margens da BR 277	160	730
Foz do Iguaçu	Acampamento às Margens da BR 277	10	
Foz do Jordão	Acamp. às Margens da PR 662/Fazenda Trombini/Coqueiro	310	
General Carneiro	Acamp. BR 070/Fazenda Rondon	250	4000
Guarapuava	Fazenda Matão	50	1500
Guaratuba	Comunidade Rasgadinho	20	
Irati	Fazenda Nerauto	50	85
Irati	Ocupação de Área do Governo Estadual	30	130
Lapa/Porto Amazonas	Fazenda Cerrito	160	730
Laranjal	Fazenda Cristo Rei	280	390
Laranjal	Fazenda Irmãos Gréggio	400	1200
Laranjeiras do Sul	Acampamento às Margens da BR 158	55	
Lindoeste	Fazenda Alvorada	80	
Lindoeste	Fazenda Santa Lucia	20	132

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Lindoeste	Fazenda Santa Luzia/Santa Clara	60	363
Lindoeste	Fazenda São Marcos/São José	60	443
Luiziana	Fazenda Baronesa dos Candiais II	120	960
Manoel Ribas	Fazenda Três Marias	400	2160
Ortigueira	Fazenda Barra Bonita	260	
Ortigueira	Fazenda Boa Vista	70	1140
Ortigueira	Fazenda Santa Maria	400	
Ortigueira	Fazenda Vale do Sol	400	823
Paranapoema	Fazenda Santa Terezinha	1300	
Peabiru	Assentamento Santa Rita	30	2500
Ponta Grossa	Estação Experimental da Embrapa	150	1250
Ponta Grossa	Estação Experimental Monsanto	30	43
Querência do Norte	Fazenda Água da Prata	400	1072
Ramilândia	Fazenda Boito	60	411
Ramilândia	Fazenda Garcia	30	
Ramilândia	Fazenda Trento II	160	2000
Reserva	Fazenda Palmeira	200	484
Rio Bonito do Iguaçú	Fazenda Cachoeira/Araupel	20	1100
Rio Bonito do Iguaçú	Fazenda Laranjeiras/Rio Bonito	1000	1331
Santa Izabel do Ivaí	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	300	
Santa Maria do Oeste	Fazenda Sonda*	350	
Santa Tereza do Oeste	Fazenda da Anatel	30	90
Tapira/Nova Olímpia	Acamp. às Margens da PR 587/Fazenda Mineira	100	
Terra Boa	Fazenda Primavera	28	
Três Barras do Paraná	Fazenda Bufadeira	20	264
Uniflor	Fazenda Pitanga	150	774
Vila Alta	Acampamento na Estrada 30	117	
Vila Alta	Fazenda Santa Filomena	70	2662
Xambê	Estação Experimental Iapar	60	90
Xambê	Fazenda Santa Isabel	12	264
Subtotal:	60	10725	38873
Pernambuco			
Água Preta	Fazenda Aquidabam	100	
Águas Belas	Fazenda Águas Belas	90	
Aliança	Engenho As Areias	150	600
Aliança	Usina Aliança	600	
Altinho	Fazenda Cajueiro	60	800
Altinho	Fazenda Liberdade	80	1800
Altinho	Fazenda Pedra Miúda	92	1500
Altinho	Fazenda União	48	500
Amaraji	Engenho Autonomista		
Amaraji	Engenho Bom Jesus	60	245
Amaraji	Fazenda Mercês	25	1500
Angelim	Fazenda Cachoeira	50	320
Araripina	Fazenda Milagre	100	
Belém de Maria/Jaqueira	Engenho Barro Branco	60	420
Bonito	Engenho Flor de Bonito	101	500

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Bonito	Engenho Santa Alice	51	480
Bonito	Fazenda São Pedro	50	520
Bonito	Fazenda Uberaba	200	500
Bonito	Fazenda Varig	150	
Bonito/Lagoa dos Gatos/Sairé	Engenho Brejão/Riachão	500	600
Brejo da Madre de Deus	Fazenda Miguel Velho	100	
Brejo da Madre de Deus	Fazenda Passagem do Moleque	170	
Brejo da Madre de Deus	Fazenda Queimada	80	
Brejo da Madre de Deus	Fazenda Riacho da Quixabeira	97	620
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Boa Vista/Complexo Suape	100	
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Mauá	150	
Cabrobó	Fazenda Brejão	45	80
Camutanga	Engenho Santa Maria	50	
Canhotinho	Fazenda São Joaquim	1100	
Carpina	Fazenda de Pesquisa Agric. da UFRPE	120	250
Caruaru	Fazenda Cachoeira Seca/Miguel Menino	87	300
Caruaru	Fazenda Cacimba Cercada	100	400
Caruaru	Fazenda Lagoa do Thomas	70	320
Caruaru	Fazenda Lago Azul	100	
Caruaru	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	70	380
Caruaru	Fazenda Riacho Seco	130	442
Caruaru	Fazenda Santa Quitéria	80	300
Caruaru	Fazenda Taquari	152	800
Caruaru/Primavera	Engenho Conceição	300	
Catende	Engenho Niterói/Us. Catende		23000
Catende	Usina Catende	150	
Escada/Pombos	Engenho Camaçari	80	450
Feira Nova	Fazenda Primavera	90	700
Garanhuns	Engenho Visgueiro	100	
Glória do Goitá	Engenho Vermelho	300	
Glória do Goitá	Fazendas Jaboticabau e Canavieira	100	3000
Goiânia/Condado	Engenho Bonito	80	1080
Gravatá	Fazenda Boi Velho		
Gravatá/Limoeiro	Fazenda Cumbe	250	580
Iati	Acamp. próx. à Fazenda Baixa do Mocó	60	1200
Iati	Fazenda Itapicuru	30	
Ibimirim	Fazenda Panorama		
Ibimirim	Fazenda Vila Nova		
Iguaraci	Fazenda Socorro	63	3000
Iguaraci	Fazenda Varzinha	63	
Inajá	Fazenda Província	150	
Ipojuca	Engenho Atalaia	55	500
Ipojuca	Engenho Castelo	60	500
Ipojuca	Engenho Jatobá	45	500
Ipojuca	Engenho Veloso	40	500
Itaíba	Fazenda Brabinha	80	
Itaíba	Fazenda São Geraldo	80	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Itaquitinga	Engenho Jacarapina	100	400
Jaqueira	Engenho Bananal	450	
Jataúba	Fazenda Boa Vista		
Limoeiro	Acamp. ao lado da Fazenda Três Lagoas	30	
Maraial	Engenho Maravilha	37	
Maraial	Engenho Perseverança	38	
Maraial	Engenho São Salvador	120	
Moreno	Eng. Poço Dantas/Lagoa Dantas	90	1800
Moreno	Engenho Floresta	150	350
Ouricuri	Fazenda Pitombeira	170	
Palmares/Moreno	Fazenda Paú	200	500
Panelas	Engenho Jundiá	100	
Panelas	Engenho Limeira	100	
Passira	Fazenda Espinho Preto	90	1600
Passira	Fazenda Mauriceia	70	
Passira	Fazenda Varamé	90	800
Passira/Itambé/Salgadinho	Fazenda São Vicente*	300	640
Paudalho	Engenho Rodízio	30	
Pedra	Fazenda Veneza	135	
Pedra	Fazenda Barra Verde	300	2200
Petrolina	Fazenda Tapera	250	
Pombos	Engenho Cajoca	90	
Pombos	Engenho Limeira	90	
Pombos	Engenho São João Novo	90	2000
Pombos	Fazenda Carrapicho/Carrapicho II	100	700
Pombos	Usina Nossa Senhora do Carmo	220	
Queimadas	Fazenda Pereira II	120	
Quipapá	Engenho Belo Monte	125	735
Quipapá	Engenho Califórnia/Us. Água Branca	125	650
Quipapá	Engenho Proteção	93	800
Quipapá	Fazenda Liege	96	400
Riacho da Almas	Barragem de Jucazinho	200	
Salgadinho	Fazenda Sobradinho	80	
Santa Cruz do Capibaribe	Fazenda Eureka		
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Cajueiro	230	1600
São Benedito do Sul	Engenho São Benedito de Baixo	87	600
São Benedito do Sul	Engenho Segurança	87	700
São Benedito do Sul	Engenho Timbó	87	800
São Caitano	Fazenda Pau Ferro	60	130
São Joaquim do Monte	Engenho Jaboticabal	200	2000
São Joaquim do Monte	Fazenda Camaragibe	200	2000
São José da Coroa Grande	Engenho Mangrim	120	
São José do Belmonte	Fazenda Feijão	160	
São José do Belmonte	Fazenda Gameleira	350	4000
São José do Egito	Área da Cohab	100	
Serra Talhada	Fazenda Boa Vista	150	1200
Serra Talhada	Fazenda Cacimba Nova		

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Serra Talhada	Fazenda Carnaíba/Carnaíba	20	
Serra Talhada	Fazenda Laginha / Varginha	40	950
Sertânia	Fazenda Cachoeirinha	47	
Sobradinho	Fazenda Salgadinho	60	500
Tamandaré	Engenho Areal	25	800
Tamandaré	Engenho Brejo/Mascatinho/Jundiá	1	453
Tamandaré	Engenho Coqueiro	26	400
Tamandaré	Engenho Esperança	40	
Tamandaré	Engenho Vermelho	30	1100
Timbaúba/Camutanga	Acampamento Limoeirinho	50	
Tracunhaém	Engenho Dependência/Us. Stª. Tereza	60	338
Tracunhaém	Engenho Papicu/Us. Stª. Tereza	60	673
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª. Tereza	300	600
Tracunhaém	Engenho Taquara/Us. Stª. Tereza	60	870
Tracunhaém	Engenho Tocos/Us. Stª. Tereza	60	765
Vitória de Santo Antão	Engenho Amparo	100	
Subtotal:	125	14633	83241
Piauí			
Altos	Fazenda Funil/Acamp. Nossa Esperança	400	1700
Altos	Fazenda Belo Horizonte	31	600
Altos	Fazenda Santa Bárbara	36	743
Altos	Poço dos Negros	40	1044
Amarante	Assentamento Mimbó	62	600
Barras	Barra do Taquari/Mundo Novo/Barreira	30	516
Barras	Canto Fundo Marimondo/Vila da Paz	15	559
Cajazeiras do Piauí	Fazenda Gameleiro do Mimbó/Acamp. Oziel Pereira	200	9600
Campo Largo do Piauí/São João do Arraial	Fazenda Costa	100	6000
Campo Largo do Piauí/São João do Arraial	Tabocal Grande	26	1000
Canaveira	Acampamento Pocinho	45	1892
Canto do Buriti	Acampamento Dezenove de Abril	36	1800
Canto do Buriti	Acampamento Treze de Abril	40	3700
Coivaras	Assentamento Buriti do Padre*	13	
Cristino Castro	Data Boa Vista	46	158000
Currais	Povoado Boca da Catinga	30	
Esperantina	Fazenda Coité/Acamp. Guerreira Trindade	200	2300
Itaueira	Fazenda Sapé	50	
José de Freitas	Fazenda Belo Horizonte	35	800
Miguel Alves	Assentamento Tapuio	110	
Miguel Alves	Povoado Campestre	17	
Nazaré do Piauí	Comunidade Messias	26	669
Palmeirais	Pov. Stª. Tereza/Faz. Lagoa do Mato/Acamp. José Constâncio	80	671
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	15	15023
Porto	Fazenda Estanhado/Lagoa do Boi	48	1311
Porto	Gleba Fernando	15	
São João do Arraial	Fazenda Costa	150	6000
São João do Arraial	Tabocal Grande	26	1000
São Raimundo Nonato	Fazenda Barragem da Onça	18	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Sigefredo Pacheco	Fazenda Baixa*	34	1600
Teresina	Fazenda Bom Jardim/Acamp. Francisca Trindade	45	647
Teresina	Fazenda Recanto Santo Antônio	101	1200
Teresina	Povoado Gurupá de Cima	70	
Uruçuí	Chapadão da Estiva/Barra da Macaba		
Uruçuí	Data Morrinhos	100	
Subtotal:	35	2290	218975
Rio de Janeiro			
Barra do Pirai	Acampamento às Margens da BR-393	50	
Campos dos Goytacazes	Fazenda Abadia/Complexo Sta. Cruz	200	1382
Campos dos Goytacazes	Fazenda Dores de Cambaiba/Acamp. Oziel Alves	160	1000
C. dos Goytacazes/São Francisco do Itabapoana	Fazenda São Diogo/Betel/Dandara dos Palmares	60	450
Cardoso Moreira	Fazenda Vermelha	180	1053
Conceição de Macabu	Acamp. Zé Pureza/Fazenda Progresso	130	700
Macaé	Fazenda Cabiúnas	480	400
Queimados	Área às Margens da Via Dutra	80	
Subtotal:	8	1340	4985
Rio Grande do Norte			
Mossoró	Fazenda Angicos	100	2017
Mossoró	Fazenda São João / Igarapé	440	3607
Mossoró	Fazenda Alagoinha	150	1464
Mossoró	Fazenda Maisa	1000	2400
Mossoró	Fazenda Santa Julia	138	2600
Mossoró	Fazenda São Pedro	120	400
Poço Branco	Acampamento Nova Aliança	130	
Subtotal:	7	2078	12488
Rio Grande do Sul			
Capão do Leão	Acampamento às Margens da BR 116	200	
Júlio de Castilhos	Fazenda Bom Retiro	800	2800
Rio Pardo/Pântano Grande	Fazenda Bela Vista	1000	3000
Santana do Livramento	Acamp. no Assent. Nossa Senhora da Conceição	450	
São Gabriel	Complexo Southal/Marcha Sepé Tiaraju	600	13222
São Jerônimo	Fazenda Santa Bárbara	60	1300
São Jerônimo	Fazenda Limoeiro	60	1020
Subtotal:	7	3170	21342
Rondônia			
Alta Floresta do Oeste	Fazenda Castanhal	20	
Ariquemes	Fazenda Galo Velho/Sering. 70/Acamp. Sol Nascente	400	6277
Ariquemes	P. A. Santa Cruz e Rio Alto	80	
Buritis	Gleba Capivari	3000	
Cacaulândia	Sítio na Linha C-0	3	42
Chupinguaia	Acampamento próximo à Fazenda Bodanese*	50	5000
Cujubim	Seringal Novo Mundo*	350	49000
Governador Jorge Teixeira	Sering. São Francisco/Acamp. Antônio Conselheiro	300	2400
Jaru	Fazenda Shangri-la/São Sebastião/Acamp. 14 de Agosto	30	1000
Mirante da Serra	Fazenda Mirante da Serra/Lígia Izabel	200	1500

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Nova Brazilândia do Oeste	Fazenda Gladys Willians	220	6400
Nova Mamoré	Fazenda Schumann*	400	15000
Parecis	Gleba Corumbiara/Lote 55*	56	2000
Parecis	Gleba Corumbiara/Lote 65*	46	2000
Parecis	Gleba Corumbiara/Lote 76*	40	2000
Porto Velho	Fazenda Montovani	35	2000
Porto Velho	Ramal Chico Acreano		
Porto Velho/Jaci Paraná	Gleba Caracol*	210	
Presidente Médici	Fazenda Mariana/Acamp. Emerson Rodrigues	180	1119
Theobroma	Acamp. Carlos Lamarca/Burareiro 242/266/243	90	1200
Theobroma	Fazenda Limajuti/STª. Bárbara/TD Assunção	300	35000
Vilhena	Gleba Corumbiara/Lote88/Linha145	40	2000
Subtotal:	22	6050	133938
Roraima			
Uiramutã	Raposa Serra do Sol e Surumu	1	
Subtotal:	1	1	
Santa Catarina			
Abelardo Luz	Acampamento às Margens da BR 280	200	
Abelardo Luz	Fazenda Esperança	200	6000
Abelardo Luz	Fazenda Capão Grande	70	750
Abelardo Luz	Fazenda Esperança	130	750
Abelardo Luz	Fazenda Olvepar	67	
Abelardo Luz	Fazenda Portal do Sol	120	700
Abelardo Luz	Fazenda São José	27	5000
Abelardo Luz	Reserva da Congonhas	22	
Araquari	Fazenda Comfloresta	95	750
Chapecó	Agropecuária Paraíso	200	500
Curitibanos	Fazenda da Roseira	230	
Irani	Fazenda Celulose Irani	120	2200
Ponte Serrada	Fazenda Três Barras	20	350
São Domingos	Fazenda Agropastoril Arvoredo	80	500
São Domingos	Fazenda Zugma	80	1000
São Francisco do Sul	Empresa Comfloresta	11	
Três Barras	Acampamento às Margens da BR 280	150	
Subtotal:	17	1822	18500
São Paulo			
Alambari	Fazenda Santa Isabel/Acamp. Pátria Livre	400	1000
Andradina	Área em Andradina	400	1000
Andradina	Fazenda Arizona/Acamp. União da Vitória III	50	726
Araçatuba	Fazenda Araçá	400	1254
Araçatuba	Fazenda Rosa Branca	400	339
Bariri/Itapuí	Fazenda Olhos D'Água	56	605
Bauru/Aimorés	Horto Florestal/Acamp. Terra Nossa	240	
Birigüi	Fazenda Pau D'Alho	150	726
Caiuá	Fazenda N. Sra das Graças/Acamp. Figueiras	180	
Cajamar	Acampamento Dom Tomás Balduino	150	70
Castilho	Acamp. Margarida/Fazenda Sta. Isabel	55	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Castilho	Acamp. Nova Canaã/Fazenda Cafeeira	86	
Castilho	Acamp. Nova Conquista/Itapura	120	
Colina	Área da Casa Transitória André Luís	320	2904
Colina	Estação Exp. de Zootecnia/Pólo Regional de Alta Mogiana	700	2904
Dracena	Acampamento do Mast	72	
Emilianópolis	Acampamento do Mast	520	
Espírito Santo do Pinhal	Fazenda Santa Guilhermina	150	
Euclides da Cunha	Acampamento Roseli Nunes	150	
Euclides da Cunha	Fazenda Guaná Mirim	34	1000
Guaraçaí	Acamp. Santo Antônio	57	
Guarantã/Pirajui	Acampamento na Vicinal	80	
Iaras	Acamp. Santo Dias	69	
Ilha Solteira	Fazenda Santa Maria da Lagoa	2	
Ilha Solteira	Fazenda São José da Barra	120	
Iporanga	Comunidade de Quilombo de Porto Velho	10	
Itaberá	Acampamento em Itaberá	300	
Itaberá/Itapeva	Fazenda Pirituba/Agrovila I	100	7118
Itapura	Acamp. Lagoão/Tapir	20	
Luziânia	Fazenda Baronesa	120	
Marabá Paulista	Acampamento Santo Dias da Silva	612	
Mirante do Paranapanema	Assentamento Antônio Conselheiro	66	
Mirante do Paranapanema	Assentamento São Bento	170	3864
Mogi-Guaçu	Área da Construmec/Jardim Ypê 5	150	
Mogi-Guaçu	Área da Prefeitura	150	
Mogi-Guaçu	Área da Ricci Engenharia	80	
Mogi-Guaçu	Área em Martinho Prado/International Paper	150	
Mogi-Guaçu	Fazenda Campininha	200	4500
Nantes	Acampamento Frei Paulino	120	
Nova Independência	Acamp. Sta. Amélia	87	
Pederneiras	Área da Prefeitura/Grupo Terra Nossa	130	
Pederneiras/Bauru	Áreas em Jardim Chapadão/Grupo Terra Nossa	130	
Pereira Barreto	Fazenda Agropecuária Dourado	100	641
Piquerobi	Acampamento do Mast	630	
Pirapozinho	Acamp. Toninho do PT/Área da RFFSA	320	
Presidente Alves	Acamp. Margarida Alves/Assent. Palmares	150	
Presidente Epitácio	Acampamento do Prefeito/Uniterra	700	
Presidente Epitácio	Fazenda São Jorge	135	
Presidente Epitácio	Fazenda São Paulo	70	1800
Presidente Epitácio	Projeto Lagoa São Paulo/Fazenda Liberdade	625	8832
Presidente Epitácio/Teodoro Sampaio	Acampamento Jahir Ribeiro	4010	
Promissão	Agrovila Reunidas/Santa Bárbara	640	17000
Ribeirão Preto	Fazenda Bragueto/Acamp. Mário Lago	230	
Rosana	Acampamento Chico Mendes	450	
Sandovalina	Acamp. Margarida Alves/SP-425	500	
Sandovalina	Acampamento Carlos Mariguela	300	
São Paulo	Área em Perus	250	100

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
São Paulo/Caieiras	Acamp. Ir. Alberta/ Terra Sem Males/Sabesp	300	250
São Sebastião	Área na Rodovia Rio-Santos	53	400
Serra Azul/Serrana	Fazenda Santa Clara	24	1150
Sorocaba	Fazenda Santa	300	
Sorocaba/Porto Feliz	Área do Itesp/Acamp. Pátria Livre	400	1210
Sumaré	Horto Florestal/Sumaré 2/Terra Sem Males	150	450
Taubaté	Acamp. Manoel Neto/Tremembé	200	
Taubaté	Fazenda Santa Terezinha	60	436
Teodoro Sampaio	Acampamento Herbert de Souza	120	
Teodoro Sampaio	Acampamento Mário Covas	139	
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria/Acamp. Fusquinha	300	5554
Teodoro Sampaio	Fazenda São João	80	960
Teodoro Sampaio	Gleba 15 de Novembro	138	15000
Tremembé	Fazenda Dom Pepe/D. Pedro/Nelson Rodrigues	180	
Tremembé	Fazenda Corumirim/SP-123	218	758
Ubatuba	Quilombo Cambury	26	
Subtotal:	73	19354	82551
Sergipe			
Estância	Acampamento Geraldo Garcia	320	
Estância	Fazenda Berta Grande	430	
Estância	Fazenda Capivara	130	
Gararu	Acamp. próx. Fazenda São Luiz	300	
Indiaroba	Acamp. Santa Rita do Gavião/Fazenda Sem Nome	47	
Lagarto	Fazenda Lombo	250	2000
Lagarto	Fazenda São José	250	
Monte Alegre	Acampamento 100 de Lampião	236	
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré*	87	
Nossa Senhora da Glória	Acampamento 25 de Julho	1320	
Nossa Senhora da Glória	Acampamento às Margens da Rodovia SE 212	700	
Nossa Senhora da Glória	Acampamento Eldorado dos Carajás	680	
Poço Redondo	Acampamento Hebert de Souza	1300	
Porto da Folha	Acampamento Vaca Serrada/Lagoa Redonda	1300	
Riachuelo	Fazenda Várzea	669	
Riachuelo	Projeto Jacarecica 2	560	
Santa Luzia do Itanhy	Fazenda Monjolo	80	
São Francisco	Acampamento às Margens da BR 101	70	
Tobias Barreto	Acampamento Belo Monte	257	
Subtotal:	19	8986	2000
Tocantins			
Aguiarnópolis	Acampamento Mumbuca	60	
Aguiarnópolis	Fazenda Salobra	195	
Aguiarnópolis	Fazs. Pedra de Fogo e Sítio	116	
Agustinópolis	Fazenda Indiana	85	560
Angico	Fazendas Boiadeiro e Riacho da Pedra	300	
Araguaçu	Fazenda Miragem 2	55	
Araguaçu	Fazendas Cajazeiro e Cocepan	63	
Araguaçu	Fazendas Paragominas e Três Barracas	63	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Araguaçu	Fazendas Pontal e Facipan 2	120	
Araguaína	Acampamento João Aires	130	
Araguaína	Acampamento Levinha	46	
Araguaína	Fazenda Três Riachos	34	
Araguanã	Acampamento Mariza	700	
Araguatins	Fazenda Santo Hilário	180	1200
Babaçulândia	Área Boa Vista ou Barra do Arraiá	29	53240
Babaçulândia	Fazendas Pequi e Itapuã	25	1200
Cachoeirinha	Fazendas São Sebastião e Esmeralda	190	
Colméia	Acampamento Chê	75	
Darcinópolis	Acampamento Terra Brasil	105	
Darcinópolis	Fazenda Canto Bom	90	
Darcinópolis	Fazenda Porteira Velha	100	
Luzinópolis	Acampamento Olho D'Água	450	
Miracema do Tocantins	Acampamento Universitário	140	
Natividade	Sítio São José/Ass. Firmesa	1	
Nova Olinda	Acampamento Nova Conceição	35	3388
Nova Olinda	Área em Remansão	43	
Nova Olinda	Fazenda Fortaleza	35	2323
Nova Olinda	Fazenda Santa Helena	35	
Oliveira de Fátima	Acampamento Padre Josimo	100	
Palmeirante	Fazenda Pé do Morro e Pouso Alto	20	1400
Palmeirante	Fazenda Stº. Antônio/Gleba Najar	120	1129
Palmeirante	Fazenda Capa Rosa	35	2274
Palmeiras	Acampamento Esperança	43	
Palmeiras	Fazenda São João	66	2214
Piraque	Acampamento Quarenta e Nove	81	
Porto Nacional	Fazenda Esperança	80	146
Praia Norte	Associação dos Lavradores do Centro Moacir	63	
Santa Maria do Tocantins	Fazenda Três Barras	17	
Talismã	Fazenda Dona Carmem	35	
Taquaralto	Chácaras de Stª. Bárbara	53	
Wanderlândia	Acampamento Corrente da Esperança	106	
Wanderlândia	Acampamento Estrela da Paz	80	
Wanderlândia	Fazenda Estrela/Vale do TO/Clarão da Lua	150	
Wanderlândia	Fazenda Santa Clara	60	4000
Subtotal:	44	4609	73074
Total:	929	171633	3768811

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

* Conflitos onde ocorreram ações de pistoleiros.

Conflitos por terra

Manoel Correia de Andrade*

João Roberto Ripper



*Professor aposentado da UFPE

Ao se fazer uma reflexão mais profunda sobre a história do Brasil, desde a colonização até os nossos dias, observa-se que ela foi constituída em torno da luta pela posse e uso da terra. Os portugueses, ao iniciarem a colonização, com a implantação das capitânicas hereditárias, trouxeram para o Brasil o instituto das sesmarias, pelo qual cada donatário poderia conceder ao colono que fosse cristão e dispusesse de recursos, o direito de explorar uma porção de terras, geralmente de léguas à margem de algum rio. De posse do lote, o sesmeiro, recebedor da sesmaria, tinha que promover a exploração da mesma, utilizando braços sob coação e defender o seu quinhão de ataques dos inimigos externos e internos.

Estudando este sistema, os grandes pensadores brasileiros como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior admitiram que se estabelecia um sistema colonial baseado no latifúndio – grande propriedade – na monocultura – domínio do cultivo de um produto de exportação – e no trabalho sob coação – escravidão. Os portugueses iniciaram o processo de escravização da terra e em seguida passaram a importar escravos negros da África, para utilizar nas fainas agrícolas e domésticas.

Iniciava-se com este sistema a consolidação da grande propriedade, concentrada nas mãos de uns poucos e trabalhada por muitos, que gerou uma luta permanente entre os proprietários e os trabalhadores, as então chamadas classes subalternas. Esta luta se iniciou já no século XVI com a resistência indígena à conquista portuguesa e com a formação de quilombos nos lugares de mais difícil acesso, por parte dos negros que fugiam do cativeiro. A historiografia oficial procurou esconder estas lutas.

Porém, algumas delas, mais duradouras ou que envolveram maior número de pessoas sobreviveram na nossa história, como a Confederação dos Tamoios, a Guerra dos Bárbaros e o Quilombo dos Palmares - nos primeiros séculos - e certas revoltas de cunho popular, como a dos negros malés, dos cabanos, dos balaios, dos farrapos e outras - já depois da Proclamação da Independência - assim como certas lutas classificadas como revoltas de fanáticos, entre elas, Canudos e Caldeirão - já no período republicano.

Revoltas deste tipo foram precursoras dos movimentos sociais e sindicais modernos, envolvendo a população rural, como as Ligas Camponesas, a república de Trombas e Formoso nos meados do século XX e os movimentos populares ligados à Contag, à CPT, ao MST e outros, que lutam hoje por uma reforma agrária autêntica e massiva.

Estes movimentos, largamente estudados nos dias de hoje, vêm sendo documentados e divulgados, tanto em nível popular quanto acadêmico, a fim de que o povo brasileiro tome conhecimento de verdadeiras mortandades no campo como o massacre de Eldorado dos Carajás, que estas sejam punidas e que os governos mais ligados ao latifúndio e à reação se contenham, assim como o Governo Imperial se conteve diante do movimento abolicionista.

Desde 1985 a Comissão Pastoral da Terra vem editando um caderno que retrata as condições dos Conflitos por Terra, ocorridos a cada ano e indicando uma série de arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores rurais pelas forças do latifúndio e dos governos comprometidos com o mesmo.

O ano de 2003 foi muito fértil em perseguição a agricultores sem-terras, como se pode observar na

tabela Violência contra a Ocupação e a Posse.

A Pastoral da Terra classifica estas arbitrariedades em vários tipos como ocorrência de conflitos, número de famílias atingidas, áreas em litígio, número de famílias expulsas ou despejadas da terra, número de famílias ameaçadas de expulsão e de despejo, ou que tiveram suas casas e suas roças destruídas e a intensidade da pistolagem. Naturalmente que as planilhas divulgadas se detêm ou levam em conta a distribuição dos fatos por região, por Estados e municípios.

Observa-se ainda, nos dados referentes a 2003, que o número de ocorrências no Nordeste foi superior aos das demais regiões do Brasil, com 455 casos, seguida do Norte com 255, do Centro-Oeste com 248, do Sudeste com 225, e finalmente do Sul com 152 casos. Assim no Nordeste, região mais pobre do Brasil, o número de ocorrências atingiu a 34% das verificadas no país.

Por outro lado, o número de famílias atingidas foi mais intenso no Centro-Oeste, com 61.738 famílias, seguido do Nordeste com 59.516, do Sudeste com 46.055, do Norte com 33.566 e, finalmente, do Sul, com 24.566. A primazia coube ao Centro-Oeste, que compreende ainda em ocupação e expansão das frentes de expansão e da fronteira agrícola, onde se localizam regiões pioneiras.

Quanto à área disputada, naturalmente é mais extensa em regiões menos povoadas onde ainda há muita floresta e muito cerrado em processo de ocupação do que nas áreas de povoamento antigo, onde a população é mais densa, os territórios estão ocupados e as propriedades estão estruturadas. Assim, no Centro-Oeste, a área em disputa compreende cerca de 1.523.781 ha, no Norte cerca de 1.097.453 ha, no Nordeste cai para 734.352 ha e

no Sudeste e Sul, respectivamente de 397.104 e 78.715 ha.

Quanto ao número de famílias expulsas, o Nordeste apresenta um número mais elevado, com 1.286, em seguida vem o Norte com 1.162, o Sul, com 310 e o Sudeste com apenas 114 e o Centro-Oeste com 35. O quadro é diferente se apresentarmos o número de famílias despejadas. O Centro-Oeste está à frente com 12.599 famílias, seguido do Nordeste com 9.618, do Sudeste com 5.391, do Norte com 4.489 e, finalmente do Sul com 3.195, isto apesar de nesta região se encontrar o famoso Pontal do Paranapanema.

Ocorre ser bem mais numeroso o número de famílias ameaçadas de despejo e expulsão. No primeiro caso, elas são mais numerosas no Centro-Oeste, com 11.682 famílias, seguido do Sul com 6.985, do Sudeste com 6.954, do Norte com 5.239 e do Nordeste com 4.492. Quanto à ameaça de expulsão destaca-se, sobretudo o Centro-Oeste com 8.695 famílias, o Norte com 7.915, o Nordeste com

5.639, o do Sul com 1.931 e, finalmente, o Sudeste com 1.913.

Percebe-se ainda, que o latifúndio não tem consideração aos mínimos direitos humanos, chegando ao ponto de destruir as casas das famílias, bem como as suas plantações. Em sua maioria o nível de pobreza é tal, que os ocupantes vivem em barracos feitos de plástico, sem as mínimas condições de higiene e conforto. Ainda assim, em 2003 foram destruídas 6.877 casas no Brasil, distribuindo-se pelas grandes regiões da seguinte forma: 3.076 no Nordeste, 3.002 no Norte, 658 no Centro-Oeste e 141 no Sudeste. Quando à destruição de roças, chegaram a 1.624 ha no Norte, 1.537 no Nordeste, 200 no Sul e 55 no Sudeste.

Vê-se assim, que há uma autêntica situação de litígio em todas as regiões brasileiras e que nestas se encontram conflagrados os Estados do Mato Grosso no Centro-Oeste, de Pernambuco no Nordeste, do Pará no Norte, de São Paulo, no Sudeste e do Paraná, no Sul.

Além dos itens analisados deve-se levar em conta que no campo ainda estão ocorrendo numerosos assassinatos de trabalhadores, cujo número oscila de ano a ano, mas que em 2003 chegaram a 73 mortos. Também, por incrível que pareça, apesar da escravidão ter sido abolida no Brasil pela Lei Áurea a 13 de maio de 1888, ainda hoje fazendeiros poderosos e com influência política mantêm trabalhadores cativos em suas propriedades. Foram constatados cerca de 238 casos com 8.385 pessoas envolvidas.

É interessante ainda, que o leitor atente para outras tabelas, como de ocupações e acampamentos, para avaliar a capacidade de mobilização dos trabalhadores rurais em promover ocupações e forçar desapropriações de terras, para ir, paulatinamente, resolvendo os problemas suscitados pela necessidade urgente de que se faça uma autêntica reforma agrária, ao invés de medidas paliativas em favor de soluções apenas locais.

Douglas Mansur



Conflitos por Terra - Ocorrências

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Acre					
Plácido de Castro	Seringal Monte Alegre/Capatará	14/09/2003	356	7500	Indefinida
Porto Acre	Fazenda Boa Sorte	17/07/2003	11	3183	Sem informação
Rio Branco	Fazenda Baixa Verde	31/03/2003	120	5000	Processo de Desap.
Rio Branco	Ramal Abib Cury/Km 40 da BR-364	05/08/2003	20	270	Sem informação
Rio Branco	Seringal Cachoeira	23/05/2003	28	10780	Sem vistoria
Rio Branco	Seringal Floresta/ Santa Maria	04/02/2003	25	840	Sem informação
Rio Branco	Seringal São Bernardo/Cachoeira	03/07/2003	90	60000	Processo de Desap.
Rio Branco/Plácido de Castro	Seringal Triunfo	23/08/2003	130	12000	Litígio
Subtotal:	8		780	99573	
Alagoas					
Branquinha	Assentamento Eldorado dos Carajás	24/07/2003	120		Desapropriada
Girau do Ponciano	Assent. Rendeiras/Dom Hélder	07/09/2003	300	4000	Desapropriada
Joaquim Gomes	Usina Serrana	24/05/2003	65	1740	Desapropriada
Joaquim Gomes/Flexeiras	Faz. Galho Seco/Capim Cheiro	24/01/2003	50	2000	Litígio
Messias	Faz. Flor do Bosque	23/01/2003			Processo de Desap.
Messias	Faz. Flor do Bosque	22/09/2003	220	480	Processo de Desap.
Murici	Fazenda Bota Velha	05/12/2003	180		Litígio
Olho D'Água do Casado	Assentamento Nova Esperança	04/02/2003	135	1400	Desapropriada
Olho D'Água do Casado	Fazenda Costa	04/02/2003			Litígio
Olho D'Água do Casado	Fazenda Costa	17/02/2003	150	960	Litígio
Porto de Pedras	Fazenda Lucena	17/08/2003	32	393	Desapropriada
União dos Palmares	Fazenda Sementeira	22/05/2003	355	190	Litígio
União dos Palmares	Fazenda Sítio Velho	02/04/2003	150		Sem vistoria
Viçosa	Fazenda São Luiz	28/04/2003			Processo de Desap.
Viçosa	Fazenda São Luiz	02/07/2003	102		Processo de Desap.
Subtotal:	15		1859	11163	
Amazonas					
Coari	Ananidé Costa do Juçara	25/03/2003	3		Sem informação
Coari	Comunidade Dom Bosco/Lago Tracajá	10/05/2003	19		Sem informação
Coari	Divino E. Santo do Angelim/Rio Urucu	30/07/2003	12		Sem informação
Iranduba	Gleba Igarapé do Bode	04/07/2003	19		Indefinida
Iranduba	Ramal Nova Esperança	12/12/2003	22		Sem informação
Manaquiri	Comunidade do Aruanã	30/12/2003	25		Sem informação
Manaus	Rio Urubu	30/01/2003	270	25000	Não passível de Desap.
Tapauá	Comunidade Barreirinha	30/12/2003	10		Sem informação
Tapauá	Comunidade Enseada	30/12/2003	50		Sem informação
Tapauá	Comunidade Itaboca	30/12/2003	20		Sem informação
Tapauá	Comunidade Macapá	30/12/2003	30		Sem informação
Tapauá	Comunidade Pupunha	30/12/2003	40		Sem informação
Tapauá	Comunidade Tambaquzinho	30/12/2003	24		Sem informação

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
		356		5		5	356		
		11							
		120							
			20						
	28								
			25						
	90				1		90		Ameaça de morte
							130		
	118	487	45	5	1	5	576		
							120		
							300		Assassinato
65									
		50							
			68					68	Intimidação
		220							
		180							
							135		Omissão/Convivência
							150		Omissão/Convivência
			150						
32				32		32	32		Tent. de Assassinato
			355						
	150								Intimidação
			102						
	102				102				Intimidação
97	252	450	675	32	102	32	737	68	
			3						
	19								Intimidação
			12						
	19								Intimidação
			22						Ameaça de morte
	25								
	270								
	10								
	50								
	20								
	30								
	40								
	24								

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Tapauá	Comunidade Tauamiri	30/12/2003	24		Sem informação
Subtotal:	14		568	25000	
Amapá					
Amapá	Ass. Piquiá/Retiro Bacaba	30/12/2003	1	50	Processo de Desap.
Amapá	Fazenda Itapoã	03/12/2003	85	18000	Sem vistoria
Calçoene	Grilagem Bela Vista	11/09/2003		1300	Indefinida
Cutias do Araguari	Fazenda Parabrillo/Gurupora	30/12/2003	12	10500	Sem vistoria
Macapá	Assentamento do Corre Água	30/12/2003	34	4000	Desapropriada
Macapá/Ferreira Gomes	Grilagem Macapá/Ferreira	01/09/2003		3842	Indefinida
Macapá/Porto Grande	Amcel	03/12/2003	87	7500	Litígio
Mazagão	Retiro Santa Maria/Retiro Ribeiro	05/04/2003	1	150	Sem vistoria
Mazagão/Porto Grande	Rio Vilanova/Amapari	30/07/2003	23	800	Sem vistoria
Tartarugalzinho	Aporema	28/02/2003	6	2000	Nenhum
Tartarugalzinho	Grilagem International Paper	30/12/2003		93116	Sem vistoria
Tartarugalzinho	Ramal Nova Canaã/Colônia de Itauba/Faz.Santa Izabel	10/09/2003	45	22384	Sem vistoria
Subtotal:	12		294	163642	
Bahia					
Amélia Rodrigues	Usina Itapetingüi	31/01/2003			Sem informação
Amélia Rodrigues	Usina Itapetingüi	04/07/2003			Sem vistoria
Amélia Rodrigues	Usina Itapetingüi	26/08/2003	160	6000	Sem vistoria
Camaçari	Fazenda Araticum	03/07/2003	23		Sem informação
Camaçari	Fazenda Barbosa/Espaço Alpha	14/08/2003	10	9	Litígio
Eunápolis	Faz. Provisão	23/05/2003	60	1195	Processo de Desap.
Ibirapitanga	Fazenda Dois Riachões	21/02/2003	33		Sem informação
Ibotirama	Fazenda Santa Clara	31/05/2003			Sem informação
Ibotirama	Fazenda Santa Clara	30/10/2003	15	2444	Sem informação
Jacobina	Fazenda Caldeirão/Santa Cruz/Acamp. São Francisco	12/08/2003			Sem informação
Mucuri	Fazenda Canadá	30/09/2003	350		Sem informação
Santa Luzia/Camacan	Conjunto Dom Eduardo	15/04/2003			Sem informação
Santa Luzia/Camacan	Conjunto Dom Eduardo	25/06/2003	35	286	Sem informação
Várzea do Poço	Fazenda Pampulha	07/10/2003	40		Sem informação
Vitória da Conquista	Fazenda Ingazeira	20/09/2003	54	525	Sem informação
Subtotal:	15		780	10459	
Ceará					
Itapipoca	Fazenda Guaribas	30/04/2003	40	2000	Sem vistoria
Subtotal:	1		40	2000	
Distrito Federal					
Brazlândia	Fazenda Palma do Radiador	30/06/2003	60	3000	Sem informação
Planaltina	Faz. Retiro do Meio/Haras JHP	06/04/2003			Sem informação
Planaltina	Faz. Retiro do Meio/Haras JHP	16/04/2003	400		Sem informação
Planaltina	Fazenda Engenho/Sítio Taquara	06/12/2003	172		Sem informação
Planaltina	Fazenda São José	06/04/2003			Sem informação
Planaltina	Fazenda São José	16/04/2003	200	350	Sem informação
Sobradinho	Fazenda Chapadinha	24/06/2003			Sem informação

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
	24								
	531		37						
			1						
	85								
	12							34	
	87								
			1						
	23								
	6								
	45								
	258		2					34	
	10								
		50							
		160							
23				23					
		10		10		10			Intimidação
			60						
		33							
		15							
			15						
									Agressão
		350							
		35							
		35							
40				40					Prisão
	54								
63	64	688	75	73		10			
40									
40									
	60			60					
			400						
		400							
	172								
			200						
		200							
	250					1			

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Sobradinho	Fazenda Chapadinha	04/07/2003	250	800	Sem informação
Subtotal:	8		1082	4150	
Espirito Santo					
Ponto Belo	Acamp. Otaviano de Carvalho/Faz. Ipiranga	12/03/2003	98	962	Litígio
São Mateus/Conceição da Barra/Aracruz	Aracruz Celulose	13/05/2003	1200	138000	Litígio
Viana	Fazenda Santa Clara	22/04/2003	30	145	Desapropriada
Subtotal:	3		1328	139107	
Goiás					
Baliza	Assentamento Bebedouro	02/10/2003	33		Desapropriada
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Canadá	21/07/2003	200	900	Litígio
Cocalzinho de Goiás	Fazenda Santa Felicidade	18/02/2003	150	4400	Litígio
Edéia	Fazenda Tropical	12/08/2003	450	3000	Sem vistoria
Fazenda Nova	Fazenda Bradesco/Pertinente	03/07/2003	650		Processo de Desap.
Formosa	Assentamento Vigilândia	07/03/2003			Desapropriada
Formosa	Assentamento Vigilândia	13/03/2003	58	16660	Desapropriada
Goiás	Acampamento Pedreira	24/02/2003	80		Sem informação
Itaberaí/Itaguari	Faz. Alta Floresta/Floresta	28/06/2003	450	1800	Processo de Desap.
Itapuranga	Faz. Capim Puba/Lagoa Grande/Ressaca	11/08/2003	200		Desap. suspensa
Itapuranga	Faz. Ribeirana/Acamp. Santana	22/07/2003	13	271	Litígio
Jataí	Fazenda Sertãozinho	31/07/2003	250	3100	Sem vistoria
Mossâmedes	Fazenda Conceição	09/08/2003	90	103	Sem vistoria
Niquelândia	Fazenda Poções/Arapuá	19/08/2003	150	4994	Processo de Desap.
Nova Crixás	Fazenda Bandeirantes	11/03/2003	250	2600	Sem informação
Planaltina	Fazenda Lagoinha	03/12/2003	45	4700	Sem vistoria
Professor Jamil	Assentamento Rochedo	26/05/2003	26	963	Litígio
Santa Helena de Goiás	Fazenda da Monsanto	05/06/2003	700	307	Sem vistoria
Santa Helena de Goiás	Fazenda Lagoa Campo Alegre	02/07/2003	300	1001	Sem vistoria
Santo Antônio de Goiás	Fazenda Santa Rita da Serra	30/12/2003	100	1500	Processo de Desap.
Turvelândia	Fazenda Monjolo	14/08/2003			Litígio
Turvelândia	Fazenda Monjolo	22/09/2003			Litígio
Turvelândia	Fazenda Monjolo	20/11/2003	98	3600	Litígio
Vila Propício	Fazenda São João	21/07/2003	62	7048	Litígio
Subtotal:	24		4355	56947	
Maranhão					
Açailândia	Correguinho	30/06/2003	115	1158	Litígio
Açailândia	Toca da Raposa	09/10/2003	110	4000	Vistoriada
Alcântara	Base Espacial	13/01/2003	372	64000	Litígio
Alto Alegre do Maranhão	Povoado Morada Nova	18/08/2003	13		Litígio
Alto Alegre do Maranhão	Povoado Sembalzinho	14/05/2003	65	2000	Sem vistoria
Alto Alegre do Maranhão	Povoados Marmorana e Boa Hora	03/10/2003	20	1800	Sem informação
Alto Alegre do Maranhão	Povoados São José e Mucura	18/08/2003	21	1300	Litígio
Amarante do Maranhão	Fazenda São João	17/06/2003	250		Vistoria Suspensa
Amarante do Maranhão	Ouro Preto	02/10/2003	350	13000	Litígio

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
		250				1			
	482	850	600	60		2			
			98						
							1200		Ameaça de morte
	30								
	30		98				1200		
							33	33	
			200						
			150						
		450							
		650							Prisão
		28							
		30						58	
							80		
		450							
		200							
		13							
		250							
		90							
		150							
		250							Prisão
		45							Ameaça de Prisão
			26						
		700							
			300						
		100							
		98							Intimidação
			98						Prisão
		98							Prisão
		62							
		3664	774				113	91	
		115							
		110							
	372								
	13								Intimidação
	65								
	20								
	21								Ameaça de morte
		250		250	250	250	250		Tortura
		350							

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Araioses	Ilha do Bananal	14/05/2003	60	1500	Litígio
Arame	Fazenda Santa Cruz	11/08/2003	42	1600	Sem informação
Arari	Fazenda Dólar de Prata	15/09/2003	2		Sem informação
Arari	Gleba Data Santa Inês	14/05/2003	72	810	Litígio
Arari	Povoado Bonfim	14/05/2003	50	150	Litígio
Bacabal	Povoado Comboio	19/06/2003			Sem vistoria
Bacabal	Povoado Comboio	04/07/2003			Sem vistoria
Bacabal	Povoado Comboio	08/07/2003			Sem vistoria
Bacabal	Povoado Comboio	09/07/2003	32	500	Sem vistoria
Balsas	Comunidade Vão das Salinas	30/07/2003	14		Sem informação
Balsas	Lagoa Preta	04/04/2003	21	938	Litígio
Barra do Corda	Fazenda Lagoa da União/Floresta	18/06/2003			Litígio
Barra do Corda	Fazenda Lagoa da União/Floresta	14/09/2003	350	9000	Litígio
Bom Jardim	Faz. Amazônia Agropecuária	02/10/2003	100	9466	Litígio
Bom Jardim	Gleba Pereira	07/08/2003	2		Sem informação
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Fontenele	12/08/2003	28	750	Litígio
Bom Jesus das Selvas	Faz. Ciama/Cimasa	12/08/2003	300	6000	Litígio
Bom Jesus das Selvas	Faz. Cajazeiras/Boa Sorte	12/08/2003	100		Litígio
Bom Jesus das Selvas	Faz. Rodominas/Fremasa	13/08/2003	134	3000	Litígio
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Jatobá	13/08/2003	2	747	Litígio
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Pindaré	07/07/2003	40	899	Litígio
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Rio Verde	12/08/2003	110		Litígio
Brejo	Barra Piancó	16/07/2003	1	80	Sem informação
Buritipucu	P.A. Lago Azul/Pov. Real Brasil	04/04/2003			Desapropriada
Buritipucu	P.A. Lago Azul/Pov. Real Brasil	24/04/2003	500	13266	Desapropriada
Buritirana	Fazenda Chapada Grande	24/06/2003	400	3500	Sem vistoria
Caxias	P.A. Buriti do Meio/Pov.Santa Rosa	10/03/2003			Desapropriada
Caxias	P.A. Buriti do Meio/Pov.Santa Rosa	19/08/2003	54	55	Desapropriada
Caxias	São Manoel Canabrava	16/02/2003	2		Sem informação
Chapadinha	Barroca da Vaca	14/05/2003	62	2721	Processo de Desap.
Codó	Povoado Cipoal	24/11/2003	20	1000	Litígio
Grajaú	Fazenda São Gregório	02/06/2003	75	1894	Processo de Desap.
Lago do Junco	Faz. Santa Maria/Pov. Pau Santo	18/08/2003	33	800	Litígio
Magalhães de Almeida	Faz. São Jorge/Data Santo Agostinho/Gleba Cipoal2	17/02/2003	55	3000	Desapropriada
Magalhães de Almeida/Araioses	Proj. de Irrigação Tabuleiro São Bernardo	11/11/2003	78	25000	Desapropriada
Matões do Norte	Fazenda Cantanhede	10/04/2003	250	6000	Desap. suspensa
Monção	Fazenda União	04/09/2003	2		Sem informação
Morros	Povoado Mato Grosso	14/05/2003	80	3000	Processo de Desap.
Olinda Nova do Maranhão	Ave Maria	08/07/2003	50	173	Litígio
Olinda Nova do Maranhão	Sítio Canarana	18/08/2003	2	60	Sem informação
Paço do Lumiar	Povoado Tendal Mirim	12/04/2003	40	98	Litígio
Parnarama	Faz. Olho D'Água do Noga/Pov. Lagoinha/Buriti/Poço dos Cachorros	17/12/2003	150	5000	Sem vistoria

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
	60						60		
		42							
			2						
	72								
	50						50		
				3					Assassinato
		32				32			
									Seqüestro
									Assassinato
					14				
			21						Tent. de Assassinato
			350						
		350					350		Tortura
			100						
		2							
		28							
		300							
		100		100		100			
		134							
		2							
		40							
		110		110		110			
1									
	30								Assassinato
									Tent. de Assassinato
			400						
							54	54	
						1			Ameaça de morte
			2						
			62						
	20								Ameaça de morte
			75	5	75	75	75		Ameaça de morte
		33				2	33		Prisão
							55		Ameaça de morte
							78	78	
			250				250		
			2						
	80								
			50						
2				2	2	2			
	40						450		
150				150			150		

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Parnarama	Pov. São José do Nena e São Domingos	05/11/2003	82	12000	Vistoria Suspensa
Parnarama	Povoado Fazendinha	16/12/2003	33	7500	Sem vistoria
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	14/05/2003			Litígio
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	28/10/2003	100	4600	Litígio
Peritoró	Povoado Rocinha	14/05/2003	53	900	Litígio
Pirapemas	Comunidade Panamirim	30/08/2003	24		Litígio
Porto Franco	Fazenda Canadá	01/04/2003	250	1200	Litígio
Rosário	Povoado Boa Vista	26/09/2003	137	2293	Litígio
Santa Luzia	Povoado Rangel/Faz. Pimenta	30/07/2003	54	940	Litígio
Santa Luzia do Tide	Fazenda Frechal/Flechal	30/07/2003	500	45000	Sem informação
Santa Luzia do Tide	Fazenda Ponderosa	30/07/2003	100	2600	Sem informação
Santa Luzia do Tide	Povoado Alto Bonito	30/07/2003	500	15000	Litígio
São Luís	Bacuri/Estiva	17/09/2003	3		Sem informação
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003			Sem vistoria
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Barroco e Simão	05/10/2003	123	5000	Sem vistoria
São Mateus do Maranhão	Povoados Sumaúma e Retiro Grande	22/01/2003	50	2426	Litígio
São Mateus do Maranhão	Projeto Salangô	14/04/2003	352	3216	Desapropriada
São Raimundo das Mangabeiras	Data Varginha/Pov.Taboa	02/06/2003	142	7437	Litígio
Tasso Fragoso	Gleba Brejão/Fazenda Brasília/Data São Pedro	07/01/2003	19	1400	Litígio
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	14/05/2003	180	14000	Processo de Desap.
Timbiras	Fazenda Cit	14/05/2003	100	4000	Desap. suspensa
Timbiras	Fazenda Serra Azul	14/05/2003	100	4000	Litígio
Urbano Santos	Povoado São Felipe	27/09/2003	12	440	Litígio
Vargem Grande	Povoado Bacuri dos Pires	30/12/2003	42	1930	Não passível de Desap.
Vargem Grande/Cantanhede	Povoado Buriti/Tambá	18/07/2003	23		Sem informação
Vila Nova dos Martírios/São Pedro da Água Branca	Fazenda Jurema	30/05/2003			Sem informação
Vila Nova dos Martírios/São Pedro da Água Branca	Fazenda Jurema	31/08/2003	50	23102	Sem informação
Vitória do Mearim	Povoado Juçaralzinho	28/07/2003	50	1658	Litígio
Zé Doca	Núcleo A1/Projeto Colone	20/12/2003	140	336	Desapropriada
Subtotal:	80		7848	349243	
Mato Grosso					
Acorizal/Jangada/Várzea Grande	Gleba Espinheiro/Acamp. Chico Mendes/Itambaracá	08/08/2003			Litígio
Acorizal/Jangada/Várzea Grande	Gleba Espinheiro/Acamp. Chico Mendes/Itambaracá	08/10/2003	350	9000	Litígio
Alta Floresta	Gleba Mandacaru	16/04/2003	14		Litígio
Araputanga/Reserva do Cabaçal	Fazenda Itaguaíra	26/05/2003			Litígio
Araputanga/Reserva do Cabaçal	Fazenda Itaguaíra	27/06/2003	300	4356	Litígio
Aripuanã	Gleba Conselvam	17/07/2003	1200		Litígio
Barra do Bugres	Fazenda Cabaças	03/07/2003	280	4100	Litígio
Brasnorte	Assentamento Tibagi	30/06/2003	500	114000	Desapropriada

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
	82								
	33			33			33		
			100				100		Ameaça de morte
									Tent. de Assassinato
	53								
	24								
			250						
	137								Ameaça de morte
							54		
	500								
	100								
	500								
		3		3		3			
							123		Ameaça de morte
									Seqüestro
			50						
							352		
		142							Intimidação
			19				19		
	180								
	100						100		
	100								
	12						12		Assassinato
			42				42		
		23							
			50						
		50							
	50								
			140				140		
153	2714	2216	1965	656	341	575	2830	132	
			210						
			350					350	
			14				14		
		70							
		300							Intimidação
		1200							
							280		
								500	

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Cáceres	Faz. Ressaca/Manacá/Acamp. Lourival Abick	27/09/2003			Litígio
Cáceres	Faz. Ressaca/Manacá/Acamp. Lourival Abick	20/10/2003	2600	35842	Litígio
Cáceres	Projeto de Assentamento Sadia II	03/05/2003	50		Desapropriada
Campo Verde	Fazenda Boa Esperança	02/07/2003	700		Desapropriada
Campos de Júlio	Assentamento Juruena	26/04/2003	168	7500	Sem informação
Chapada dos Guimarães	Us. de Manso/Mamede/ Campestre/ Água Branca/Bom Jardim/Quilombo	23/01/2003	1062	42000	Litígio
Chapada dos Guimarães/Rosário do Oeste	Faz. Santa Bárbara	01/02/2003	101	8825	Litígio
Colniza	Fazenda Capa	10/11/2003	1		Sem informação
Colniza	Gleba Guariba/P. A. Felinto Miller	21/10/2003	4000	150000	Desapropriada
Comodoro	Fazenda Rancho de Prata	16/06/2003	3		Sem informação
Confresa	Fazenda Água Limpa	17/01/2003	2		Litígio
Confresa	Fazenda Novo Horizonte	17/01/2003	2		Litígio
Confresa	Fazenda Três Flechas	17/01/2003	80		Litígio
Confresa	Gleba Ayrton Senna/Faz. São José	04/03/2003	4	8410	Litígio
Confresa/Canabrava/Porto Alegre do Norte	P.A. Liberdade/Faz. Uirapuru	25/02/2003			Desapropriada
Confresa/Canabrava/Porto Alegre do Norte	P.A. Liberdade/Faz. Uirapuru	31/10/2003			Desapropriada
Confresa/Canabrava/Porto Alegre do Norte	P.A. Liberdade/Faz. Uirapuru	03/11/2003	110	38000	Desapropriada
Confresa/Vila Rica	Fazenda Barulho	17/01/2003	2		Litígio
Confresa/Vila Rica	Fazenda Bridão Brasileiro	25/01/2003	180		Litígio
Cotriguaçu/Aripuanã	P. A. Nova Cotriguaçu/Rondonorte	27/05/2003	1200		Desapropriada
Feliz Natal	Assentamento Ena	11/11/2003	300		Desapropriada
Ipiranga do Norte	Fazenda Novo Eldorado	30/11/2003	2		Sem informação
Itaúba	Gleba Sama	03/11/2003	250	9317	Processo de Desap.
Jaciara	Faz. Mestre/Triângulo/Usina Pantanal	17/09/2003	500	8900	Litígio
Jangada/Várzea Grande	Fazenda São João da Cachoeira	04/11/2003			Litígio
Jangada/Várzea Grande	Fazenda São João da Cachoeira	11/11/2003			Litígio
Jangada/Várzea Grande	Fazenda São João da Cachoeira	25/11/2003	500	12000	Litígio
Jauru	Fazenda Agropecuária Sharbu	15/01/2003	50	2200	Litígio
Juruena	Assentamento Vale do Amanhecer	16/02/2003	250	14400	Desapropriada
Mirassol do Oeste	Faz. S. Paulo/Acamp. Sílvio Rodrigues/Caeté	21/05/2003			Litígio
Mirassol do Oeste	Faz. S. Paulo/Acamp. Sílvio Rodrigues/Caeté	02/07/2003	2000	4700	Litígio
Mirassol do Oeste	Fazenda Urutal	05/03/2003	35	9000	Litígio
Nortelândia	Faz. Barreirão	03/12/2003	150	8000	Desapropriada
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalu/Mutuca	14/01/2003			Litígio

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
			900				900		Intimidação
		2600							
	50								Intimidação
			700						
								168	
							1062		
	101								Intimidação
									Assassinato
							4000	4000	
									Intimidação
			2						
			2						
			80						
	4		4						
							400		
									Intimidação
		110							
			2						
							180		Intimidação
							1200	1200	
							300	300	Ameaça de morte
									Ameaça de morte
	250						250		Ameaça de morte
			500						
	500								Intimidação
	500								Intimidação
		500							
			50						
								250	
	2000								Intimidação
	2000								Intimidação
	35								Intimidação
	150								Intimidação
	300			1	6		300		

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	18/03/2003			Litígio
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	03/05/2003			Litígio
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	13/05/2003			Litígio
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	21/05/2003			Litígio
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	06/06/2003			Litígio
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	15/07/2003			Não passível de Desap.
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	30/08/2003	400	13627	Litígio
Nossa Senhora do Livramento/Várzea Grande	Assentamento Sadia III/São Miguel	16/04/2003	149	4271	Desapropriada
Nova Canaã do Norte	Gleba Santa Edwirges I	11/11/2003	120		Litígio
Nova Marilândia/Diamantino	Agropecuária Rio Verde	21/05/2003	4		Sem informação
Nova Mutum	Assentamento Nova Marape	04/04/2003	200	14000	Desapropriada
Nova Mutum/Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	30/11/2003	100	1600	Litígio
Nova Olímpia	Faz. Monte Alegre/Acamp. Oziel Pereira	01/04/2003	1050	5500	Litígio
Nova Ubiratã	Assentamento Boa Esperança/Gleba Entre Rios	26/11/2003	436	45000	Desapropriada
Novo Mundo	Gleba Divisa	09/07/2003	2300	336000	Litígio
Pedra Preta	Assentamento Wilson Medeiros	22/09/2003	108		Desapropriada
Pedra Preta	Faz. Furnas/Sto. Antônio do Norte	21/03/2003	130		Desapropriada
Pedra Preta	Fazenda Bom Jesus	13/08/2003	130		Processo de Desap.
Pedra Preta	Fazenda Córrego São Bento	03/07/2003	280	4100	Processo de Desap.
Pedra Preta	Fazenda Senzala	13/08/2003	130		Processo de Desap.
Pedra Preta	Fazenda Vale do Prata	03/07/2003	280	4100	Processo de Desap.
Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	29/06/2003	379	16000	Litígio
Poconé	Assentamento Carrijo	19/07/2003	280	4500	Desapropriada
Porto Espiridião	Área no Coxipó do Ouro	20/01/2003	2	108	Litígio
Primavera do Leste	Fazenda São Gabriel	03/07/2003	280	4100	Processo de Desap.
Querência	Assentamento Pingo D'Água	03/02/2003	547		Desapropriada
Rio Branco	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. José Ten Caten	09/08/2003	700	1920	Litígio
Rondonópolis	Assentamento Padre Josimo	01/12/2003	60		Desapropriada
Rondonópolis	Faz. São Sebastião/Acamp. Margarida Alves	29/06/2003			Sem informação
Rondonópolis	Faz. São Sebastião/Acamp. Margarida Alves	05/07/2003	250	217	Litígio
Rondonópolis	Fazenda Pau D'Alho	13/08/2003	130		Processo de Desap.
Rondonópolis	Fazenda São Francisco II	15/08/2003	300	1051	Litígio
Rosário do Oeste	Fazenda Velha	20/01/2003	167	6867	Desapropriada

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
	20								Ameaça de morte
		35							Intimidação
			30						
		30							Intimidação
	45								Intimidação
			400						
			400						
							149		
			120				120		Intimidação
	4								Assassinato
							200		
							100		Ameaça de morte
			1050				1050		
							436	436	
			2300						
							108		
								130	Ameaça de morte
							130		
								280	
							130		
								280	
	379		47				379		Assassinato
							280	280	
	2								Tent. de Assassinato
								280	
							547		
			700						
							60	60	
									Ameaça de morte
		250							
							130		
		300		300					
	167			2					Intimidação

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Rosário do Oeste	Gleba Mazargão/Sucuri	08/07/2003			Desapropriada
Rosário do Oeste	Gleba Mazargão/Sucuri	09/08/2003			Litígio
Rosário do Oeste	Gleba Mazargão/Sucuri	30/11/2003	260	6500	Desapropriada
Salto do Céu/Rio Branco	Faz. Cajá/Acamp. Cecília Antunes	19/05/2003	80	1245	
Santa Terezinha/Confresa	Fazenda Reunidas	13/03/2003	2		Indefinida
São Félix do Araguaia/Alto da Boa	Faz. Suiá Missu/Estrela do Araguaia	09/06/2003	800	142000	
São Félix do Araguaia/Alto da Boa	Fazenda Bordon	20/09/2003	80		Desapropriada
Sinop	Acampamento na BR-163	16/04/2003	300		Sem informação
Sinop	Sinop Agroquímica/Acamp. Claudinei de Barros	13/10/2003			Litígio
Sinop	Sinop Agroquímica/Acamp. Claudinei de Barros	12/11/2003	800	12000	Litígio
Sinop/Cláudia	Faz. Panorama/Acamp. Nova Aliança	11/11/2003	250		Litígio
Tabaporã/Sinop	Gleba Mercedes	18/09/2003	278	103000	Desapropriada
Tangará da Serra/Nova Marilândia/Santo Afonso	Assent. Pecuaema/Agroama/Aririnha	08/08/2003	528	43000	Desapropriada
Tapurah/Itanhangá	Assentamento Itanhangá	30/06/2003	1119	116000	Desapropriada
Várzea Grande	Sítio Rodeio	07/11/2003	2	57	Litígio
Vila Bela da Santíssima Trindade	Comunidade Remanescente de Quilombo	19/03/2003	2		Não passível de Desap.
Vila Rica	Assentamento Vila da Paz	03/11/2003	10		Desapropriada
Vila Rica	Fazenda Rancho Alegre/Rio Preto	25/02/2003	48	900	Litígio
Vila Rica	Fazenda Sol Vermelho	13/03/2003	2		Indefinida
Subtotal:	94		30419	1378213	
Mato Grosso do Sul					
Bonito	Fazenda Aruanã/Mutum	19/05/2003	380	1400	Sem vistoria
Brasilândia	Acampamento Esperança/às Margens da MS-395	01/08/2003	300		Sem informação
Campo Grande	Acamp. às Margens do Anel Rodoviário/Oziel Alves	05/12/2003			Não passível de Desap.
Campo Grande	Acamp. às Margens do Anel Rodoviário/Oziel Alves	26/12/2003	35		Não passível de Desap.
Dois Irmãos do Buriti	Assentamento Paulo Freire	24/10/2003	61		Desapropriada
Eldorado	Faz. Santa Terezinha/Agropecuária Macuco	21/04/2003			Sem vistoria
Eldorado	Faz. Santa Terezinha/Agropecuária Macuco	26/08/2003			Sem vistoria
Eldorado	Faz. Santa Terezinha/Agropecuária Macuco	15/09/2003	100	3186	Sem vistoria
Itaporã	Fazenda Coimbra 3M	02/09/2003	850	1300	Sem vistoria
Itaquiraí	Fazenda Nova Espadilha	15/09/2003	580	2892	Sem vistoria
Juti	Faz. Brasília do Sul/Aldeia Taquara	13/01/2003		10000	Litígio
Rio Brillhante	Fazenda Santa Maria	26/03/2003			Sem vistoria
Rio Brillhante	Fazenda Santa Maria	02/09/2003	100	538	Sem informação
Subtotal:	13		2406	19316	
Minas Gerais					

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
		260		260					
	40								Cárcere privado
									Assassinato
							80	80	
	2		2						
	800								Ameaça de morte
							80		
							300		Prisão
			600						
		800							Agressão
	250		250						Intimidação
							278	278	
			528						
							1119	1119	
			2						
	2								
	10								Assassinato
			48						
	2		2						
	7613	6455	9293	563	6		14562	9991	
			380						
	300								Intimidação
35				35		35			Ferimento
			35						
							61	61	
			100						Prisão
		100							
		850							
		580							
									Assassinato
			100						
		100							
35	300	1630	615	35		35	61	61	

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Arinos	Assentamento Santa Terezinha	16/03/2003	2		Desapropriada
Belo Horizonte	Ameaças contra Marcilene Aparecida Ferreira	12/03/2003	3		Sem informação
Buritis	Faz. Barriguda/Ass. Mãe da Conquista	21/02/2003	67	4642	Desapropriada
Buritis	Fazenda Buritis	17/09/2003	100	250	Litígio
Campina Verde	Fazenda Inhumas/Sanharão	09/03/2003	30	847	Litígio
Campina Verde	Fazenda Peroba Sanharão	10/03/2003	148		Sem informação
Capitão Enéas	Fazenda Norte América	24/06/2003	120	2884	Litígio
Frei Inocêncio	Acampamento Padre Gino/BR-116	24/02/2003	40		Sem informação
Itacarambi	Assentamento Milagres	16/03/2003	80	2400	Desapropriada
Itacarambi	Fazenda Serraria/Ilha	25/06/2003	50	800	Litígio
Itacarambi	Fazenda Yasmin	24/06/2003	30	4200	Litígio
Itambacuri	Faz. Barra do Aranã/Royal/Acamp. Esperança do Vale 2	01/06/2003	280	3840	Litígio
Ituiutaba	Faz. Pântano Mariano	15/03/2003	28	3350	Processo de Desap.
Jaíba	Faz. Paranaense/Acamp. Jardim Esperança	11/06/2003	40		Sem informação
Jaíba	Fazenda Serra Azul	21/02/2003	60		Sem informação
Japonvar	Fazenda Pé da Serra	02/09/2003	164		Litígio
Montes Claros	Faz. Sanharó/Usifer	12/01/2003			Litígio
Montes Claros	Faz. Sanharó/Usifer	12/05/2003			Litígio
Montes Claros	Faz. Sanharó/Usifer	11/06/2003			Litígio
Montes Claros	Faz. Sanharó/Usifer	29/08/2003			Litígio
Montes Claros	Faz. Sanharó/Usifer	24/10/2003	400	2600	Litígio
Montes Claros	Fazenda Guiné	11/06/2003	30	1936	Litígio
Paracatu	Projeto Santa Rosa	15/03/2003	3		Desapropriada
Pirapora	Faz. Prata/Acamp. Pirapora	02/09/2003	400	3800	Litígio
Santa Vitória	Faz. Catingueira/Acamp. Canudos	23/06/2003	60		Sem informação
Santa Vitória	Faz. Cruz/São Domingos	24/02/2003	30		Litígio
Santa Vitória	Fazenda Bebedouro	22/02/2003	50		Sem informação
Santa Vitória	Fazenda Capoeira	07/03/2003			Litígio
Santa Vitória	Fazenda Capoeira	01/05/2003			Litígio
Santa Vitória	Fazenda Capoeira	03/05/2003	70		Litígio
São Francisco	Faz. Caatinga/Acamp. Rio São Francisco	22/02/2003	200	300	Litígio
Taiobeiras	Faz. Estatal/Planta Sete Empreendimentos	19/08/2003	400	9000	Sem informação
Tumiritinga	Faz. Água da Prata	24/02/2003	70	883	Litígio
Uberlândia	Faz. Tangará/Parque Florestal Douradinho/CIF	11/02/2003	435	4730	Litígio
Uberlândia/Tupaciguara	Faz. São Domingos	13/08/2003			Litígio
Uberlândia/Tupaciguara	Faz. São Domingos	18/09/2003	125	2300	Litígio
Unaí	Assentamento Jibóia	15/03/2003	55	2200	Desapropriada
Unaí	Complexo Barreirinha/Acamp. Índio Galdino	29/07/2003	270	9000	Litígio

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
							2		
									Ameaça de morte
							67	67	
			100						
30				30	30	30			Seqüestro
	148								Intimidação
			120						
									Prisão
							80		
		50							
		30							
		280							
			28						
	40			40		40			Ferimento
	60								Ameaça de morte
			160						Ameaça de Prisão
	250								Intimidação
									Intimidação
	400								Intimidação
			400						Intimidação
	400		400						Intimidação
			30						
							3	3	
			80						
	60								Tent. de Assassinato
		30							
50						50			Seqüestro
	70								Tent. de Assassinato
	70								Intimidação
						70			Intimidação
		200							
			400						
									Prisão
							250		
			85						
		85							Intimidação
							55	55	
	270						270		Intimidação

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Unai	Faz. Nova Jerusalém/Acamp. Índio Galdino	25/07/2003	200	600	Litígio
Unai	Fazenda Sururina	30/03/2003	80		Sem informação
Verdelândia/Jaíba	Fazenda Rio Verde	03/03/2003	34		Sem informação
Verdelândia/Janaúba	Fazenda Corgão	17/12/2003	50		Litígio
Uberaba	Associação Campo Brasil	26/04/2003	46		Litígio
Subtotal:	43		4250	60562	
Pará					
Afuá**	Região das Ilhas	06/01/2003	150	60	Sem informação
Afuá**	Região das Ilhas/Ilha do Baiano	28/02/2003	1	100	Sem informação
Água Azul do Norte	Fazenda Campos Altos	30/11/2003	15		Sem informação
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos	02/06/2003	160	55000	Sem informação
Baião	Acampamento Sol Nascente	06/05/2003	1		Sem informação
Baião	Fazenda Carioca	11/01/2003	60	4600	Processo de Desap.
Baião	Fazenda MM Madeireira	30/06/2003			Sem vistoria
Baião	Fazenda MM Madeireira	26/09/2003			Sem informação
Baião	Fazenda MM Madeireira	27/10/2003	135		Sem informação
Bannach	Faz. Santa Cruz/Colônia Araguaxim II	23/12/2003	10	121	Litígio
Bom Jesus do Tocantins	Faz. Natal	17/06/2003	80		Sem vistoria
Breu Branco	Faz. de Alcides Coimbra Abreu	03/02/2003	80		Sem informação
Castanhal	Faz. Josemar/Acampamento Roseli Nunes	02/04/2003	120	550	Indefinida
Chaves	Fazenda Renascença	10/05/2003	30		Sem informação
Conceição do Araguaia	União Cinzeiro/Região do Côco	15/07/2003	42		Sem vistoria
Cumaru do Norte	Assentamento Hermínio Brito/Ermínio/Serra Azul	25/09/2003			Desapropriada
Cumaru do Norte	Assentamento Hermínio Brito/Ermínio/Serra Azul	06/11/2003	80	4356	Desapropriada
Cumaru do Norte	Fazenda Santo Antônio	03/01/2003	2		Indefinida
Cumaru do Norte	Lote 490	30/11/2003	55	1500	Sem informação
Curionópolis	Faz. Jacaré Grande	25/02/2003			Processo de Desap.
Curionópolis	Faz. Jacaré Grande	03/09/2003	78	10000	Vistoria Suspensa
Eldorado dos Carajás/São Geraldo do Araguaia	Faz. Bamerindus/Ass.Oziel Alves Pereira	27/07/2003		58000	Processo de Desap.
Irituia	Fazenda Maria Bonita	10/01/2003	85		Sem vistoria
Irituia	Fazenda Santa Bárbara	19/02/2003			Sem informação
Irituia	Fazenda Santa Bárbara	08/07/2003	500		Sem informação
Itaituba	Garimpo Palito/Grilagem em Itaituba	10/07/2003	5		Sem informação
Itupiranga	Faz. Hidroservice	06/03/2003	1000	31140	Litígio
Itupiranga	Faz. Mineira/Gleba Cajazeira	13/02/2003	60	2800	Vistoriada
Marabá	Faz. Barreira Branca	18/02/2003	250	4087	Não passível de Desap.
Marabá	Faz. Cabaceira/Acamp. 26 de Março	06/03/2003	350	10000	Processo de Desap.
Marabá	Faz. Palmeiras I/Gleba Santa Rita	07/03/2003		6000	Desapropriada
Marabá	Faz. Santa Rosa/Cedro/Plutão-Complexo Três Poderes	14/01/2003			Indefinida

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruídos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
		200							
	80								Tent. de Assassinato
34				15	15	15			Intimidação
		50							
							46	46	
114	1848	925	1803	85	45	205	773	171	
60	50				15	25	150		Assassinato
			1						
		15			15				Intimidação
	160								Assassinato
	1								Assassinato
60									Ameaça de morte
	135								Intimidação
	135			135					Morte em consequência
135									Prisão
1	10				1				
			80						Intimidação
		80							
	120							120	Ameaça de morte
	30								Ameaça de morte
	42						42		Intimidação
									Intimidação
	1								Ameaça de morte
									Assassinato
			55						
			78						Intimidação
	78				78				Intimidação
								2	Prisão
	85								Intimidação
2									Agressão
		500		500					Intimidação
	5								Intimidação
			1000						
		60							
250				30					
			350						
									Assassinato
			300						

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Marabá	Faz. Santa Rosa/Cedro/Plutão-Complexo Três Poderes	04/09/2003	300	11835	Sem vistoria
Marabá	Fazenda Arapari	01/09/2003	60	3000	Sem vistoria
Marabá	Fazenda Bandeira	21/08/2003	60		Vistoriada
Marabá	Fazenda Bandeirantes	14/12/2003	140	5000	Vistoriada
Marabá	Fazenda Itacaiúnas	06/05/2003			Sem vistoria
Marabá	Fazenda Itacaiúnas	26/11/2003	200	3000	Litígio
Marabá	Fazenda Lajedo	03/11/2003	60		Sem informação
Marabá	Fazenda Mutamba	05/11/2003	50		Sem vistoria
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibiriçá	22/02/2003			Processo de Desap.
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibiriçá	17/03/2003	200	3200	Processo de Desap.
Rondon do Pará/Itupiranga	Faz. Jerusalém/Araruana	14/04/2003	1	3000	Desapropriada
Moju	Fazenda Beiradão	18/01/2003	22	600	Indefinida
Monte Alegre	Comunidades Aldeia/Jacarecapá/Passagem e outras/Lago Grande	14/04/2003	81		Sem informação
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/ Cupu/Passagem Bem/Mamona	17/01/2003	80	22000	Indenização
Nova Ipixuna	Fazenda Nova Era	23/05/2003	80		Sem informação
Novo Repartimento	Faz. São José/P.A. Santa Isabel	05/06/2003	1		Desapropriada
Novo Repartimento	Gleba Capivara	21/01/2003			Sem informação
Novo Repartimento	Gleba Capivara	30/05/2003	100	3000	
Novo Repartimento/Anapu	Gleba Belo Monte	31/03/2003	2	2808	Indefinida
Novo Repartimento/Baião	Fazenda Petrópolis/Gleba12	23/04/2003	56	600	Vistoriada
Ourilândia do Norte	Fazenda Serra Dourada	20/01/2003	60		Sem vistoria
Paragominas	Fazenda Oriente	31/01/2003	80	22800	Litígio
Paraupébas	Faz. Boa Sorte/Boa Vista	23/08/2003	180	1200	Litígio
Paraupébas	Faz. União	08/09/2003	32	1200	Litígio
Paraupébas	Fazenda Santa Rosa	05/09/2003	3		Litígio
Paraupébas/Itupiranga	Faz. Tapete Verde	15/09/2003			Litígio
Paraupébas/Itupiranga	Faz. Tapete Verde	30/10/2003	85	3900	Litígio
Paraupébas/Marabá	Faz. Taboqueira	23/07/2003	85	5000	Litígio
Piçarra	Faz. Estrela de Alagoas	17/04/2003	8		Sem informação
Placas	Perfil Agroindústria/Proj. Sudam	31/03/2003	320		Sem vistoria
Redenção	Colônia Tiradentes/Gleba Nova Glória	28/02/2003	60	500	Indefinida
Redenção	Fazenda Santa Tereza	13/08/2003	50	14520	Sem informação
Rio Maria	Faz. Marajoara_Dona Vânia	13/11/2003	30	1500	Litígio
Rio Maria	Fazenda Dona Maria	23/12/2003	15	2899	Sem informação
Rondon do Pará	Ameaça de Morte de Maria Joelma	05/05/2003	1	1200	Sem informação
Santa Isabel do Pará	Fazenda Moema	28/04/2003	270		Sem vistoria
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Cocal	23/12/2003	43	2500	Sem informação
Santa Maria das Barreiras	P. Assentamento Codespar	17/08/2003	300	115000	Desapropriada
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	11/06/2003	1200	139000	Vistoriada
Santarém	Vila Alter do Chão	20/06/2003	3		Litígio
São Félix do Xingu	Fazenda Comaxim	23/12/2003	80	4850	Sem informação
São Félix do Xingu	Fazenda Primavera/São Sebastião	12/09/2003	8		Sem informação

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
		300		2					Intimidação
		60		60		60			
60				60					
140								140	Intimidação
			200						Intimidação
		200							Intimidação
60				60					Prisão
50									Tent. de Assassinato
	200			30					Intimidação
			200						Intimidação
									Assassinato
	22								Intimidação
	31						81		
	80			12				80	
		80							Prisão
	1								Tent. de Assassinato
1	99								Assassinato
	100						100		Assassinato
	2								Assassinato
	56								Ameaça de morte
60				60		60			Ferimento
	80						80		Intimidação
			180	10					
		32		32					Intimidação
3				3	3				Intimidação
		85		85					Intimidação
		85		85					Intimidação
	85								Intimidação
8									Assassinato
		320		320					Prisão
			60						
	50								Tent. de Assassinato
		30						30	
		15							
									Assassinato
		270							
			43						
	300								Tent. de Assassinato
			1200						
	3								Tent. de Assassinato
80				50	80		80		Intimidação
	1								Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
São Félix do Xingu	Gleba Karapanã/Faz. Japonesa	20/06/2003			Sem vistoria
São Félix do Xingu	Gleba Karapanã/Faz. Japonesa	29/06/2003			Sem vistoria
São Félix do Xingu	Gleba Karapanã/Faz. Japonesa	01/07/2003	200	1600	Sem vistoria
São Francisco do Pará	Fazenda São Paulo	02/12/2003	350		Sem informação
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	20/04/2003			Litígio
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	04/06/2003			Litígio
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	25/06/2003			Litígio
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	26/06/2003	6		Litígio
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Ass. 1º de Março	14/07/2003			Desapropriada
Tucuruí	Comp. Caripé/Acamp. Nova Aurora/São Carlos	15/07/2003	500		Sem vistoria
Xinguara	P.A. Paraíso do Araguaia	07/06/2003	2		Desapropriada
Xinguara/Sapucaia	P. A. Escalada do Norte	30/05/2003			Desapropriada
Xinguara/Sapucaia	P. A. Escalada do Norte	03/06/2003			Desapropriada
Xinguara/Sapucaia	P. A. Escalada do Norte	07/06/2003	90	24200	Desapropriada
Subtotal:	88		8903	588226	
Paraíba					
Cruz do Espírito Santo	Faz. Santa Luzia	26/07/2003			Sem vistoria
Cruz do Espírito Santo	Faz. Santa Luzia	09/08/2003	15	1200	Sem vistoria
Curral de Cima	Faz. Jardim	27/05/2003	39	1001	Sem informação
Itabaiana	Fazenda Tanques	26/05/2003	57	417	Processo de Desap.
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	300	222	Sem vistoria
João Pessoa	Faz. Ponta de Gramame	21/05/2003	38	400	Sem vistoria
João Pessoa	Fazenda Triunfo	20/06/2003	80		Sem vistoria
Mari	Fazenda Olho D'Água	29/07/2003	48	400	Processo de Desap.
Mogeiro	Faz. Mendonça	27/05/2003	109	1400	Sem informação
Pitimbu	Engenho Palmeira	15/01/2003			Processo de Desap.
Pitimbu	Engenho Palmeira	09/02/2003	22	147	Processo de Desap.
Pombal	Fazenda Jacu	11/05/2003	100		Desapropriada
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	28/01/2003	29	500	Sem informação
Sobrado	Faz. Antas	03/06/2003	85	939	Processo de Desap.
Subtotal:	14		922	6626	
Paraná					
Campina da Lagoa	Fazenda São José	25/07/2003	48	225	Sem informação
Cândido de Abreu	Fazenda Império	15/10/2003	150	2065	Sem informação
Cascavel	Faz. Cajati/Assent. Dorcelina Folador/Linha São José	01/10/2003	1350	3185	Litígio
Cascavel	Fazenda Castelo/Complexo Cajati	03/10/2003	100	1416	Sem informação
Congonhinhas	Fazenda Serra Grande	20/09/2003	30		Litígio
Faxinal	Faz. Nossa Sra. do Carmo/ Brasileira/1500	14/01/2003	40	1500	Sem informação
Foz do Iguaçu	Acamp. às Margens da BR 277	07/02/2003	160	730	Sem informação
Foz do Jordão	Acamp. às Margens da PR 662 / Faz. Trombini / Coqueiro	09/09/2003	310		Processo de Desap.
General Carneiro	Acamp. BR 070 / Faz. Rondon	15/08/2003	250	4000	Sem informação
Guarapuava	Fazenda Matão	28/08/2003	50	1500	Sem informação

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
	200								Intimidação
	1								Assassinato
	1								Assassinato
	350								Prisão
	6								Intimidação
1	5			1					Ameaça de morte
2	3			2		2			Ameaça de morte
3				1	6	1			Tent. de Assassinato
								1	Ameaça de morte
			500						
									Tortura
	90								Intimidação
	1								Intimidação
	2					1			Tortura
976	2621	2132	4247	1538	198	149	533	373	
	15								Intimidação
15				15	15	15			Seqüestro
			39						
	57								Ameaça de morte
300							300		Assassinato
			38						
		80							
48					48				Intimidação
			109						
	22								Ameaça de morte
	22								Ferimento
	100								Tent. de Assassinato
	29								Ameaça de morte
	85								Intimidação
363	330	80	186	15	63	15	300		
		48							
		150							
	1350								
			100						
			30						
			40						
			160						
310									Assassinato
			250						
		50							

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Guaratuba	Comunidade Rasgadinho	06/03/2003	20		Sem informação
Laranjal	Fazenda Cristo Rei	24/10/2003	280	390	Litígio
Laranjal	Fazenda Irmãos Gréggio	15/08/2003	400	1200	Sem informação
Lindoeste	Fazenda Alvorada	08/04/2003			Sem informação
Lindoeste	Fazenda Alvorada	16/04/2003			Sem informação
Lindoeste	Fazenda Alvorada	17/05/2003	80		Sem informação
Lindoeste	Fazenda Santa Luzia/Santa Clara	10/03/2003	30	363	Sem vistoria
Lindoeste	Fazenda São Marcos/São José	11/10/2003	60	443	Sem informação
Luiziana	Fazenda Baronesa dos Candiais II	19/04/2003	120	960	Processo de Desap.
Manoel Ribas	Fazenda Três Marias	14/05/2003	400		Sem informação
Manoel Ribas	Fazenda Três Marias	26/05/2003	400	2160	Sem informação
Ortigueira	Fazenda Santa Maria	01/09/2003	400		Sem informação
Ortigueira	Fazenda Vale do Sol	18/08/2003			Sem informação
Ortigueira	Fazenda Vale do Sol	30/08/2003	400	823	Sem informação
Paranapoema	Fazenda Santa Terezinha	10/08/2003	1300		Sem informação
Ponta Grossa	Estação Experimental da Embrapa	01/06/2003	150	1250	Sem vistoria
Ponta Grossa	Estação Experimental Monsanto	16/05/2003	30	43	Sem informação
Querência do Norte	Faz. Água da Prata	01/11/2003	400	1072	Sem informação
Ramilândia	Fazenda Boito	04/07/2003			Sem informação
Ramilândia	Fazenda Boito	05/11/2003	60	411	Sem informação
Ramilândia	Fazenda Garcia	02/10/2003	30		Sem informação
Ramilândia	Fazenda Trento II	06/11/2003	160	2000	Sem informação
Reserva	Fazenda Palmeira	09/06/2003	200	484	Sem informação
Rio Bonito do Iguaçú	Fazenda Laranjeiras/Rio Bonito	18/06/2003			Sem informação
Rio Bonito do Iguaçú	Fazenda Laranjeiras/Rio Bonito	06/09/2003	300	1331	Sem informação
Santa Maria do Oeste	Fazenda Sonda	01/10/2003			Sem informação
Santa Maria do Oeste	Fazenda Sonda	13/10/2003			Sem informação
Santa Maria do Oeste	Fazenda Sonda	04/11/2003	350		Sem informação
Terra Boa	Fazenda Primavera	19/08/2003	28		Sem informação
Três Barras do Paraná	Fazenda Bufadeira	20/08/2003	20	264	Sem informação
Uniflor	Fazenda Pitanga	03/07/2003			Sem informação
Uniflor	Fazenda Pitanga	04/07/2003	150	774	Sem informação
Vila Alta	Fazenda Santa Filomena	04/08/2003			Sem informação
Vila Alta	Fazenda Santa Filomena	07/08/2003	70	2662	Sem informação
Xambê	Fazenda Santa Isabel	08/08/2003	12	264	Sem informação
Subtotal:	45		8338	31515	
Pernambuco					
Aliança	Usina Aliança	25/03/2003	600		Sem informação
Araripina	Fazenda Milagre	13/08/2003	100		Sem vistoria
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Boa Vista/Complexo Suape	26/08/2003			Sem vistoria
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Boa Vista/Complexo Suape	09/09/2003	100		Sem vistoria
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Mauá	31/10/2003	150		Processo de Desap.
Camutanga	Engenho Santa Maria	16/06/2003	50		Processo de Desap.
Canhotinho	Fazenda São Joaquim	08/05/2003	1100		Sem vistoria
Carpina	Faz. de Pesquisa Agric. da UFRPE	29/07/2003	120	250	Sem vistoria
Catende	Usina Catende	17/09/2003	150		Sem vistoria

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
	20								Intimidação
			280						
			400						
			20						Prisão
		20							Prisão
		80							Prisão
		30							
			60						
			120						
			400						Intimidação
	400		400						Intimidação
			220						
			400						
		400							
			1300						
		150							
			30						
			400						
			60						
		60							Prisão
		30							
		160							Prisão
			200						
			200						
		300							
			350						
			350						
			120						
			28						
		20							
	150								Ferimento
		150							
			70						
		70							
		12							
310	1920	2080	5638						
	600						600		Ameaça de morte
		100							
	100						100		
100									
		150							
							50		
		1100		1100		1100			Intimidação
		120							
		150							

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Goiana/Condado	Engenho Bonito	06/06/2003	80	1080	Processo de Desap.
Iguaraci	Faz. Socorro	22/02/2003			Processo de Desap.
Iguaraci	Faz. Socorro	21/04/2003	63	3000	Processo de Desap.
Iguaraci	Fazenda Varzinha	21/04/2003	63		Sem informação
Maraial	Engenho Maravilha	30/07/2003	37		Sem vistoria
Maraial	Engenho Perseverança	30/07/2003	38		Sem vistoria
Maraial	Engenho São Salvador	30/07/2003	35		Sem vistoria
Ouricuri	Fazenda Pitombeira	13/08/2003			Sem vistoria
Ouricuri	Fazenda Pitombeira	25/08/2003	170		Sem vistoria
Passira/Itambé/Salgadinho	Fazenda São Vicente	18/09/2003	300	640	Sem vistoria
Paudalho	Engenho Rodízio	10/01/2003	30		Sem informação
Pombos	Usina Nossa Senhora do Carmo	21/08/2003	220		Sem informação
São José do Belmonte	Fazenda Feijão	04/03/2003			Sem informação
São José do Belmonte	Fazenda Feijão	06/04/2003	160		Sem informação
Tamandaré	Engenho Brejo/Mascatinho/Jundiá	10/03/2003			Desapropriada
Tamandaré	Engenho Brejo/Mascatinho/Jundiá	12/04/2003	1	453	Desapropriada
Timbaúba/Camutanga	Acampamento Limoeirinho	16/06/2003	50		Processo de Desap.
Tracunhaém	Eng. Dependência/Us. Stª Tereza	25/03/2003	60	338	Processo de Desap.
Tracunhaém	Engenho Papicu/Us. Stª Tereza	25/03/2003	60	673	Processo de Desap.
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª Tereza	25/03/2003			Processo de Desap.
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª Tereza	30/04/2003			Processo de Desap.
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª Tereza	03/07/2003			Processo de Desap.
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª Tereza	03/10/2003			Processo de Desap.
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª Tereza	01/11/2003	300	600	Processo de Desap.
Tracunhaém	Engenho Taquara/Us. Stª Tereza	25/03/2003	60	870	Processo de Desap.
Tracunhaém	Engenho Tocos/Us. Stª Tereza	25/03/2003	60	765	Processo de Desap.
Subtotal:	35		4157	8669	
Piauí					
Altos	Faz. Funil/Acamp. Nossa Esperança	17/01/2003	400	1700	Sem vistoria
Altos	Fazenda Belo Horizonte	26/12/2003	31	600	Sem vistoria
Altos	Fazenda Santa Bárbara	01/07/2003	36	743	Vistoriada
Altos	Poço dos Negros	10/12/2003	40	1044	Sem informação
Amarante	Assentamento Mimbó	21/10/2003	62	600	Desapropriada
Barras	Barra do Taquari/Mundo Novo/Barreira	26/06/2003	30	516	Processo de Desap.
Barras	Canto Fundo Marimbondo/Vila da Paz	22/08/2003	15	559	Litígio
Cajazeiras do Piauí	Faz. Gameleiro do Mimbó/ Acamp. Oziel Pereira	17/09/2003	200	9600	Processo de Desap.
Campo Largo do Piauí/São João do Arraial	Fazenda Costa	19/07/2003	100	6000	Vistoriada
Campo Largo do Piauí/São João do Arraial	Tabocal Grande	19/07/2003	26	1000	Sem informação
Canavieira	Acampamento Pocinho	30/09/2003	45	1892	Processo de Desap.
Canto do Buriti	Acampamento Dezenove de Abril	19/04/2003	36	1800	Sem informação

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
							80		
	63				63				Intimidação
		63							
	63			1					
		37							
		38							
		35							
		120							
170									Intimidação
300									Ferimento
							30		
		220				220			
	160								
		160							
									Assassinato
									Assassinato
							50		
	60	1		1	60				Intimidação
	60				60				Intimidação
	60	1		1	60				Intimidação
	20								Intimidação
		300		300	300				Intimidação
		300							
		300			300				Prisão
	60	1		1	60				Intimidação
	60	1		1	60				Intimidação
570	1306	3197		1405	963	1320	910		
			400						
			31						
			36						
			40						
							62		
	30								
			15						
	200								
	100								
	26								
	45								
			36						

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Canto do Buriti	Acampamento Treze de Abril	13/04/2003	40	3700	Sem informação
Coívaras	Assentamento Buriti do Padre	22/04/2003	13		Desapropriada
Cristino Castro	Data Boa Vista	22/05/2003	46	158000	Processo de Desap.
Currais	Povoado Boca da Catinga	16/03/2003	30		Sem informação
Esperantina	Faz.Coité/Acamp.Guerreira Trindade	31/10/2003	200	2300	Sem vistoria
Itaueira	Fazenda Sapé	30/05/2003	50		Litígio
José de Freitas	Fazenda Belo Horizonte	30/10/2003	35	800	Sem informação
Miguel Alves	Assentamento Tapuio	30/10/2003	110		Desapropriada
Miguel Alves	Povoado Campestre	12/11/2003	17		Litígio
Nazaré do Piauí	Comunidade Messias	22/08/2003	26	669	Sem informação
Palmeirais	Pov.Stª.Tereza/Faz.Lagoa do Mato/Acamp.José Constâncio	10/12/2003	80	671	Sem vistoria
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	30/10/2003	15	15023	Processo de Desap.
Porto	Fazenda Estanhado/Lagoa do Boi	22/08/2003	48	1311	Processo de Desap.
Porto	Gleba Fernando	15/07/2003	15		Litígio
São João do Arraial	Fazenda Costa	05/10/2003	150		Sem vistoria
São João do Arraial	Tabocal Grande	05/10/2003	26		Sem vistoria
São Raimundo Nonato	Fazenda Barragem da Onça	05/03/2003	18		Sem informação
Sigefredo Pacheco	Fazenda Baixa	15/10/2003	34	1600	Sem informação
Teresina	Faz. Bom Jardim/Acamp. Francisca Trindade	29/08/2003	45	647	Sem informação
Teresina	Fazenda Recanto Santo Antônio	28/08/2003	101	1200	Sem informação
Teresina	Povoado Gurupá de Cima	04/02/2003	70		Sem vistoria
Uruçuí	Chapadão da Estiva/Barra da Macaba	25/09/2003			Vistoriada
Uruçuí	Data Morrinhos	28/04/2003	100		Sem informação
Subtotal:	35		2290	211975	
Rio de Janeiro					
Campos dos Goytacazes	Faz. Abadia/Complexo Sta. Cruz	04/06/2003	200	1382	Litígio
Campos dos Goytacazes/São Francisco do Itapoana	Faz. São Diogo/Betel/Dandara dos Palmares	12/09/2003	25	450	Desapropriada
Cardoso Moreira	Fazenda Vermelha	11/08/2003	180	1053	Vistoria Suspensa
Conceição de Macabu	Acamp. Zé Pureza/Faz. Progresso	18/03/2003	130	700	Litígio
Macaé	Fazenda Cabiúnas	07/04/2003	480	400	Litígio
Subtotal:	5		1015	3985	
Rio Grande do Norte					
Mossoró	Faz. Angicos	14/10/2003	100	2017	Sem informação
Mossoró	Faz. São João - Igarapé	17/08/2003			Processo de Desap.
Mossoró	Faz. São João - Igarapé	07/09/2003	440	3607	Processo de Desap.
Mossoró	Fazenda Maisa	15/06/2003	1000	2400	Sem vistoria
Subtotal:	4		1540	8024	
Rio Grande do Sul					
Júlio de Castilhos	Faz. Bom Retiro	06/10/2003			Sem informação
Júlio de Castilhos	Faz. Bom Retiro	10/10/2003	800	2800	Sem informação
São Gabriel	Comp. Southal	04/12/2003			Sem informação
São Gabriel	Comp. Southal	19/12/2003	160	13222	Sem informação
São Jerônimo	Faz. Santa Bárbara	24/04/2003	60	1300	Processo de Desap.

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
			40						
	13			13		13			Humilhação
	46								
							30		
			200						
			50						
			35						
								110	
			17	5		5			
	26								
		80		80					
	15								
			48						
	15				15				Intimidação
	150								
	26								
	18				6				Ameaça de morte
	34			28					Intimidação
			45						
			101						
							70		
	2			2					Ameaça de morte
	100								
	846	80	1094	128	21	18	162	110	
		200							
	25								Tent. de Assassinato
			180						
			130						
			480						
	25	200	790						
		100							
	40			40		40			Intimidação
		440							
		1000							
	40	1540		40		40			
			800						
		800							
			150						
		160							
			60						

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
São Jerônimo	Fazenda Limoeiro	04/09/2003		1020	Sem informação
Subtotal:	6		1020	18342	
Rondônia					
Ariquemes	Faz. Galo Velho/Sering.70/ Acamp.Sol Nascente	18/07/2003	400	6277	Litígio
Ariquemes	P.A. Santa Cruz e Rio Alto	01/07/2003			Desapropriada
Ariquemes	P.A. Santa Cruz e Rio Alto	01/08/2003	80		Desapropriada
Buritis	Gleba Capivari	20/08/2003	3000		Litígio
Cacaulândia	Sítio na Linha C-0	17/03/2003	3	42	Desapropriada
Chupinguaia	Acamp. próximo à Faz. Bodanese	10/03/2003	50	5000	Sem vistoria
Cujubim	Seringal Novo Mundo	20/07/2003	350	49000	Litígio
Governador Jorge Teixeira	Sering. São Francisco/ Acamp.Antônio Conselheiro	15/07/2003	300	2400	Litígio
Jaru	Faz.Shangri-la/S.Sebastião/ Acamp.14 de Agosto	25/07/2003	30	1000	Litígio
Mirante da Serra	Faz.Mirante da Serra/Lígia Izabel	07/10/2003	200	1500	Sem vistoria
Nova Brazilândia do Oeste	Faz. Gladys Willians	03/12/2003	220	6400	Litígio
Nova Mamoré	Fazenda Schumann	06/10/2003	400	15000	Litígio
Parecis	Gleba Corumbiara/Lote 55	25/08/2003	56	2000	Litígio
Parecis	Gleba Corumbiara/Lote 65	15/08/2003	46		Litígio
Parecis	Gleba Corumbiara/Lote 76	10/10/2003	40		Litígio
Porto Velho	Fazenda Montovani	16/12/2003	35	2000	Sem vistoria
Porto Velho	Ramal Chico Acreano	05/02/2003			Sem informação
Porto Velho/Jaci Paraná	Gleba Caracol	25/10/2003	210		Desapropriada
Presidente Médici	Faz. Mariana/Acamp.Emerson Rodrigues	14/05/2003	180	1119	Sem vistoria
Theobroma	Acamp.Carlos Lamarca/Burareiro 242/266/243	28/02/2003	90	1200	Litígio
Theobroma	Faz. Limajuti/STª Bárbara/TD Assunção	06/03/2003			Litígio
Theobroma	Faz. Limajuti/STª Bárbara/TD Assunção	26/09/2003			Litígio
Theobroma	Faz.Limajuti/STªBárbara/TD Assunção	17/10/2003			Litígio
Theobroma	Faz. Limajuti/STª Bárbara/TD Assunção	01/12/2003			Litígio
Theobroma	Faz. Limajuti/STª Bárbara/TD Assunção	11/12/2003	300	35000	Litígio
Vilhena	Gleba Corumbiara/Lote88/Linha145	03/11/2003	40		Litígio
Subtotal:	26		6030	127938	
Roraima					
Uiramutã	Raposa Serra do Sol e Surumu	09/01/2003	1		Não passível de Desap.
Subtotal:	1		1		
Santa Catarina					
Abelardo Luz	Fazenda Portal do Sol	04/02/2003	120	700	Sem informação
Abelardo Luz	Fazenda São José	01/02/2003	27	5000	Sem informação

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
		60							
		1020	1010						
		400		400	400				
	80								Ameaça de morte
									Assassinato
	3000								
			3						
	50								Intimidação
	350								Assassinato
		300		300	300	300			
			30						
		200							
			220				220		
	400								Assassinato
56				56	56	56			
46				46	46				
40				40					
			35				35		
									Assassinato
	210			4		4	210	210	Intimidação
		180		180	180	180			Humilhação
	90				90				Intimidação
			300						Intimidação
		300							
			300						
		300		300	300	300	300		Prisão
									Prisão
		40					40		
142	4180	1720	888	1326	1372	840	805	210	
									Assassinato
			120						
			27						

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Araquari	Fazenda Comfloresta	05/03/2003			Sem informação
Araquari	Fazenda Comfloresta	02/05/2003	95	750	Sem informação
Chapecó	Agropecuária Paraíso	15/01/2003	200	500	Sem vistoria
Ponte Serrada	Fazenda Três Barras	15/01/2003	20	350	Sem vistoria
São Domingos	Fazenda Agropastoril Arvoredo	24/01/2003	80	500	Sem informação
São Francisco do Sul	Empresa Comfloresta	16/04/2003	11		Sem informação
Subtotal:	8		553	7800	
São Paulo					
Alambari	Faz. Santa Isabel/Acamp. Pátria Livre	13/03/2003	400	1000	Litígio
Araçatuba	Fazenda Araçá	10/06/2003	400	1254	Litígio
Araçatuba	Fazenda Rosa Branca	03/06/2003	400	339	Litígio
Bariri/Itapuí	Fazenda Olhos D'Água	12/06/2003			Litígio
Bariri/Itapuí	Fazenda Olhos D'Água	01/09/2003	56	605	Litígio
Bauru/Aimorés	Horto Florestal/Acamp. Terra Nossa	02/11/2003	240		Litígio
Brigüi	Fazenda Pau D'Alho	12/06/2003	150	726	Litígio
Caiuá	Faz. N. Sra das Graças/Acamp. Figueiras	16/05/2003	180		Litígio
Colina	Área da Casa Transitória André Luís	27/06/2003	320	2904	Litígio
Colina	Estação Exp. de Zootecnia/Pólo Regional de Alta Mogiana	11/06/2003			Litígio
Colina	Estação Exp. de Zootecnia/Pólo Regional de Alta Mogiana	21/07/2003			Litígio
Colina	Estação Exp. de Zootecnia/Pólo Regional de Alta Mogiana	26/08/2003	700	2904	Litígio
Euclides da Cunha	Fazenda Guaná Mirim	12/07/2003	34	1000	Desapropriada
Iporanga	Comunidade de Quilombo de Porto Velho	22/06/2003	10		Litígio
Itaberá/Itapeva	Faz. Pirituba/Agrovila I	16/03/2003	100	7118	Desapropriada
Mirante do Paranapanema	Assentamento Antônio Conselheiro	02/08/2003	66		Desapropriada
Mirante do Paranapanema	Assentamento São Bento	02/08/2003	170	3864	Desapropriada
Mogi-Guaçu	Área da Construmec/Jardim Ypê 5	07/04/2003	150		Litígio
Mogi-Guaçu	Área da Prefeitura	20/03/2003	150		Não passível de Desap.
Mogi-Guaçu	Área da Ricci Engenharia	26/03/2003	80		Litígio
Mogi-Guaçu	Fazenda Campininha	14/03/2003	200	4500	Litígio
Nantes	Acampamento Frei Paulino	08/08/2003			Litígio
Nantes	Acampamento Frei Paulino	14/08/2003	50		Litígio
Pederneiras/Bauru	Áreas em Jardim Chapadão/Grupo Terra Nossa	05/06/2003	130		Litígio
Pereira Barreto	Fazenda Agropecuária Dourado	21/02/2003	100	641	Litígio
Pirapozinho	Acamp. Toninho do PT/Área da RFFSA	08/08/2003	320		Litígio
Presidente Epitácio	Fazenda São Jorge	06/05/2003	135		Litígio
Presidente Epitácio	Fazenda São Paulo	24/07/2003	70	1800	Desapropriada
Presidente Epitácio	Projeto Lagoa São Paulo/Faz. Liberdade	18/08/2003	625	8832	Desapropriada

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
			90						
		95							
					200				
			20						
			80						
	11								
	11	95	337		200				
		400							
		400							
		400							
			56						
		56		56		56			
			240						
			150						
			180						Prisão
			320						
		700							
		200							Ferimento
		400							
							34		
	10				10	10			Intimidação
							100	100	
							66		
							170		
		150							
		150							
			80						
		200							
		50							
			50						
		130							
			100						Intimidação
			320						
		135							
								70	
							625		

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Presidente Epitácio/Teodoro	Acampamento Jahir Ribeiro	04/07/2003	3600		Não passível de Desap.
Promissão	Agrovila Reunidas/Santa Bárbara	10/04/2003	640	17000	Desapropriada
Ribeirão Preto	Faz. Bragueto/Acamp. Mário Lago	06/09/2003	230		Litígio
Rosana	Acampamento Chico Mendes	18/07/2003	450		Litígio
Sandovalina	Acamp. Margarida Alves/SP-425	23/06/2003			Não passível de Desap.
Sandovalina	Acamp. Margarida Alves/SP-425	06/07/2003	500		Processo de Desap.
São Paulo/Caieiras	Acamp. Ir. Alberta/ Terra Sem Males/Sabesp	30/03/2003	300	250	Litígio
São Sebastião	Área na Rodovia Rio-Santos	30/07/2003	53	400	Litígio
Serra Azul/Serrana	Faz. Santa Clara	07/11/2003	24	1150	Litígio
Sorocaba/Porto Feliz	Área do Itesp/Acamp. Pátria Livre	14/03/2003	400	1210	Litígio
Sumaré	Horto Florestal/Sumaré 2/Terra Sem Males	23/10/2003	150	450	Desapropriada
Teodoro Sampaio	Faz. Santa Maria/Acamp.Fusquinha	11/07/2003	300	5554	Litígio
Teodoro Sampaio	Fazenda São João	31/12/2003	80	960	Processo de Desap.
Teodoro Sampaio	Gleba 15 de Novembro	16/08/2003	138	15000	Desapropriada
Tremembé	Fazenda Corumirim/SP-123	17/03/2003			Litígio
Tremembé	Fazenda Corumirim/SP-123	26/04/2003	218	758	Litígio
Ubatuba	Quilombo Cambury	25/11/2003	26		Não passível de Desap.
Subtotal:	46		12345	80219	
Sergipe					
Indiaroba	Acamp. Santa Rita do Gavião/Faz. Sem Nome	08/08/2003			Sem informação
Indiaroba	Acamp. Santa Rita do Gavião/Faz. Sem Nome	25/08/2003	47		Sem informação
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré	27/06/2003	87		Sem informação
Nossa Senhora da Glória	Acampamento Eldorado dos Carajás	04/08/2003	680		Sem informação
Riachuelo	Projeto Jacarecica 2	15/07/2003			Sem informação
Riachuelo	Projeto Jacarecica 2	01/09/2003	560		Sem informação
Santa Luzia do Itanh	Fazenda Monjolo	25/08/2003	80		Sem informação
Subtotal:	7		1454		
Tocantins					
Babaçulândia	Área Boa Vista ou Barra do Arraiá	27/05/2003	29	53240	Litígio
Natividade	Sítio São José/Ass. Firmesa	26/08/2003	1		Desapropriada
Nova Olinda	Área em Remansão	06/04/2003			Desapropriada
Nova Olinda	Área em Remansão	29/05/2003	43		Desapropriada
Palmeirante	Faz. Pé do Morro e Pouso Alto	14/05/2003	20	1400	Sem vistoria
Palmeirante	Faz. Stº Antônio/Gleba Najar	20/05/2003	80	1129	Processo de Desap.
Praia Norte	Associação dos Lavradores do Centro Moacir	11/11/2003	63		Desapropriada
Santa Maria do Tocantins	Fazenda Três Barras	18/09/2003	17		Sem vistoria
Taquaralto	Chácaras de Stª Bárbara	05/05/2003	53		Litígio
Subtotal:	9		306	55769	
Total:	659		104883	3468463	

Fonte Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Famílias Expulsas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Tipo de Violência
									Intimidação
									Intimidação
			230						
			450						
			450						
		500							Intimidação
			300						
			53						
			24						
			400						
			150				150		Prisão
									Prisão
			80						
							138		
		215							
		180							
							26		
	10	4266	3633	56	10	66	1309	170	
			47	47	47				
		47							
	87								Ameaça de morte
		680		680		680			Agressão
			450						
		560							
		80							
	87	1367	497	727	47	680			
	29								Prisão
1									Assassinato
43									Humilhação
	43						43		
			20						
		80		80					Prisão
								63	
		17					17		
		53		53	53		53		Humilhação
44	72	150	20	133	53		113	63	
2907	25658	35292	34322	6877	3422	3992	24984	11474	

O Conflito Agrário em São Gabriel

Frei Sergio Görgen*

Leonardo Melgarejo



*Agente CPTRS e Deputado Estadual RS

O Latifúndio

São Gabriel é um município do Rio Grande do Sul marcado pela concentração da terra, contando com 39 estabelecimentos rurais com mais de 2.000 hectares (IBGE, Censo Agropecuário).

Um deles é o latifúndio Southall, complexo de cinco fazendas de propriedade de um espólio (herança não transferida para o herdeiro) da família Southall, cuja área é de 13.222 hectares. As dívidas deste latifúndio, em execução judicial no Fórum de São Gabriel, alcançam a fabulosa cifra de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais). Só a dívida pública ou com Bancos Públicos - Banco do Brasil, Fazenda Nacional, INSS, FGTS, e Estado do Rio Grande do Sul - soma R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais).

A Vistoria

No dia 14 de novembro de 2001, os técnicos do INCRA notificaram o senhor Alfredo Southall que suas fazendas seriam vistoriadas, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2001. (A notificação é uma comunicação obrigatória que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - tem que fazer ao proprietário quando vai fiscalizar suas terras através de uma vistoria. A vistoria é feita para apurar se a terra está cumprindo sua função social, determinada pela Constituição Brasileira e para determinar se a mesma é produtiva ou não.)

Constavam no cadastro do INCRA, de acordo com as informações do senhor Alfredo Southall, em setembro de 2000, três fazendas administradas por ele: Fazenda Santa Adelaide (3.981,3 ha), Fazenda Estância do Céu (2.098,1 ha) e Fazenda Posto Bragança (1.751,8 ha). Somando as

três, um total de 7.831,2 ha de terras de propriedade de Alfredo Southall e do espólio de Raul Southall e Eunícia Southall, respectivamente pai e mãe de Alfredo Southall. Mais tarde, em 29 de novembro, o advogado de Southall informou que houve erro no cadastro e que o conjunto dos imóveis somava 13.901,51 hectares (a correção não foi incorporada ao cadastro do INCRA). Justificou o erro por confusão no inventário e que havia contratos de compra e venda de uma parte da fazenda. Alfredo é herdeiro único das propriedades do espólio, pois seu irmão, Cive Henrique Southall, morreu em situação mal explicada ao cair de uma escada numa festa da família na década de 80.

Foi em base nos dados do cadastro que o INCRA notificou o proprietário.

Dia 03 de dezembro de 2001, técnicos chegaram a São Gabriel para vistoriar, no dia seguinte, as fazendas do sr. Southall. Um empregado do fazendeiro os aguardava e os conduziu bem ao centro da ação organizada pelos ruralistas para bloquear a ação do INCRA. Os funcionários são barrados e impedidos de realizar a vistoria. Southall participa da barreira, como testemunha matéria do jornal local:

“O agroempresário Alfredo Southall, proprietário da fazenda que seria vistoriada ontem pelo INCRA, foi recebido com ovação em sua chegada à Estância do Céu, por volta do meio-dia. Visivelmente emocionado, Southall abraçou os produtores e agradeceu o apoio recebido pela classe ruralista e autoridades civis presentes. “Não existe coisa mais importante na vida do que a solidariedade dos amigos nas horas difíceis. É mais importante até que os bens que a gente possa vir a ter na vida”, assegurou. “Apesar do momento difícil que estou passando, estou contando com a solidariedade

da classe, e com certeza não desejo que ninguém passe o que eu estou passando”, assegurou.” (O IMPARCIAL, quarta-feira, 05 de dezembro de 2001).

Procuradores do INCRA entraram com petição na Justiça Federal e o juiz Leandro Paulo Cypriani, em 06 de dezembro de 2001, expediu liminar, determinando que a vistoria fosse feita, sob proteção policial. Consta da decisão o seguinte:

“Os proprietários dos imóveis a serem vistoriados foram devidamente comunicados, conforme atestam as notificações de fls. 14, 15, 18, 19, 20, 34... Portanto, se os proprietários foram devidamente comunicados por escrito, legitimada está a autarquia federal a realizar a almejada vistoria nos imóveis em questão (...)”

“Configura-se o abuso do direito de defesa, cuja ocorrência pode verificar-se fora do processo, como na espécie, pela conduta dos demandados que, ao seu alvedrio - manu militari - buscaram, através da instalação de “barreiras”, do fechamento de porteiros, etc, inviabilizar o regular exercício das atividades da autarquia, como bem demonstrado nos autos e reiteradamente divulgado pela imprensa”.

“Assim, com arrimo no parágrafo 50, (art 2º da lei 8.629/93), faz jus o autor à concessão da tutela jurisdicional no sentido da requisição, pelo juízo, de força policial necessária à execução de todos os atos necessários à realização das respectivas vistorias”.

“As medidas necessárias deverão ser cumpridas por Oficial de Justiça deste Juízo acompanhado da necessária força policial, que desde já determino sejam requisitadas à Polícia Federal e à Brigada Militar ou, se necessário, à Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul respectivamente, para que disponibilize o efetivo necessário”.

Nos dias 14 e 15 de dezembro de

2001, três equipes do INCRA realizaram a vistoria das cinco fazendas para avaliar sua produtividade.

A Desapropriação

Constatada a improdutividade, o INCRA instaurou processo de desapropriação. O proprietário recorreu e perdeu em primeira e segunda instâncias do Poder Judiciário Federal.

Em 20 de maio de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto declarando o latifúndio Southall área de interesse social para fins de Reforma Agrária.

Neste latifúndio seria implementado um assentamento para, no mínimo, 540 famílias de agricultores sem terra acampados em baixo de lonas nas beiras das estradas do Rio Grande do Sul.

O proprietário recorreu ao Supremo Tribunal Federal, STF, e os ruralistas organizaram manifestações. No mesmo dia em que ocorriam as manifestações em São Gabriel, 02 de junho de 2003, a Juíza-Ministra Ellen Gracie Northfleet, concedeu liminar suspendendo a desapropriação.

A Marcha

Para mostrar a insatisfação dos sem-terra com a decisão do STF, o MST organizou uma Marcha Rumo ao Latifúndio desapropriado. 800 acampados saíram a pé, no dia 20 de junho de 2003, da cidade de Pântano Grande em direção a São Gabriel.

Os ruralistas tentaram barrar a marcha dos sem-terra. Fizeram ameaças, organizaram contra marchas, bloquearam pontes e fecharam cidades. Mas a Marcha seguiu em frente com o apoio e acolhida de pequenos agricultores, paróquias, prefeituras, comunidades e até de pequenos fazendeiros.

No mês de agosto de 2003, com

mais de 500 quilômetros percorridos a pé pelas estradas do Rio Grande, a Marcha Sepé Tiaraju chegou às portas de São Gabriel. Atendendo pedido da prefeitura de São Gabriel, aliada do latifúndio e contrária à desapropriação das fazendas Southall, a Justiça Federal de Santa Maria ordenou o congelamento da Marcha, impedindo os agricultores de entrarem na cidade.

O Julgamento

Com a Marcha impedida, a Ministra Ellen Gracie, relatora do processo, antecipou o julgamento, em Brasília. A maioria dos ministros acompanhou seu voto e o Supremo Tribunal Federal, no dia 14 de agosto de 2003, suspendeu o Decreto de Desapropriação do Presidente Lula.

O comportamento da Ministra Ellen Gracie Northfleet, neste julgamento, esteve eivado de falhas e de suspeitas:

1 – acatou um mandado de segurança sobre matéria transitada em julgado;

2 – tornou pública liminar exatamente no dia e hora em que os ruralistas estavam mobilizados em São Gabriel;

3 – alegou que o proprietário não fora notificado. E o fora regularmente;

4 – alegou que o proprietário não participou de barreiras que impediram as vistorias. Há fotos provando sua participação;

5 – alegou que o INCRA contou animais de helicóptero. Os animais são contados por fichas de vacina em poder do proprietário. O helicóptero foi usado para tomar pontos de georreferenciamento.

6 – alegou que o INCRA notificou 7 mil hectares e emitiu decreto sobre 13.222 hectares. O INCRA notificou com base em informações fornecidas pelo proprietário ao cadastro do Instituto.

Mas, o mais grave quanto ao comportamento da Ministra Ellen, que intrigou a muitos, veio a público logo após o julgamento. A ministra era prima da mulher do proprietário. O sobrenome da esposa do proprietário da Fazenda Southall – Palmeiro da Fontoura – era o mesmo da Ministra quando Advogada, Ellen Gracie Northfleet Palmeiro da Fontoura. Foi um voto em família. A Ministra fora casada e tivera uma filha com um primo-irmão da esposa do latifundiário Alfredo William Losco Southall, proprietária de metade da fazenda em disputa.

Um conjunto de documentos (certidões de óbito, certidões de casamento e de nascimento) foram resgatados confirmando o parentesco, conforme se pode observar na árvore genealógica ao lado:

No dia 20 de agosto, o Supremo Tribunal Federal publicou nota à opinião pública, a título de esclarecimento, em que afirma:

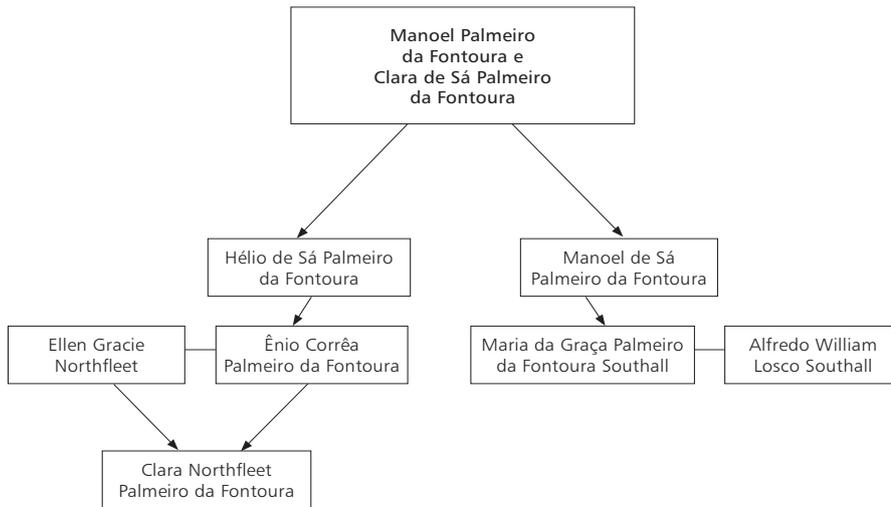
“A Ministra Ellen Gracie não é parente dos proprietários;

O parentesco divulgado pela imprensa, se houver, refere-se exclusivamente ao ex-marido da ministra, de quem está separada há quase 15 anos;

A Ministra sequer conhece os proprietários das referidas terras;

Sendo assim, jamais houve qualquer impedimento de ordem ética, moral ou legal para que a Ministra atuasse no referido processo”.

Mas, embora separada, desde novembro de 1988, de Ênio Correia Palmeiro da Fontoura, primo-irmão de Maria da Graça Palmeiro da Fontoura Southall, a união gerou uma filha, Clara Northfleeth Palmeiro da Fontoura, integrando a Ministra Ellen Gracie à família e prolongando o vínculo familiar. De acordo com o artigo 1.839 do novo Código Civil, em tese, pode haver benefício econômico da filha da Ministra, através de sucessão de



herança de Maria da Graça Palmeiro da Fontoura Southall. A ministra até hoje é casada legalmente em comunhão de bens com Alfredo William Losco Southall, segundo certidão de casamento expedida pelo Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais da 1ª Zona de Porto Alegre, em 25 de agosto de 2003, onde não consta nenhuma averbação de separação. E para fins patrimoniais, que é o que ora se discute, isto é o que está valendo.

O mínimo que se poderia ter esperado da ministra é que se tivesse declarado impedida, para não colocar sob suspeição sua participação neste julgamento. Ela não tinha o direito de expor a mais alta corte da nação ao constrangimento público provocado por um parentesco realmente existente.

Desta forma todo o julgamento que envolveu o destino de 600 famílias que necessitam da terra para ganhar o pão – teve a sua decisão eticamente contaminada por laços de família.

Neste julgamento, a maioria dos Ministros do STF jogou na lata do lixo a Lei 8.629/93, a Lei Agrária,

que normatiza os processos de desapropriações de terras.

O MST sempre foi acusado de pisotear a legalidade. O que presenciemos e vivemos foi o pisoteamento da legalidade para pisar no MST e na Reforma Agrária.

A decisão do STF tornou o Judiciário brasileiro – já fragilizado diante da opinião pública pelas mazelas de alguns de seus membros - ainda mais exposto, pois passou por cima da Lei que deveria guardar, aplicar, cumprir e fazer cumprir, ancorado no voto de quem deveria ter-se declarado sob suspeição. Com isso criou graves precedentes:

1º - Premiou as barreiras que impediram o INCRA de cumprir sua missão institucional, desprezando a salvaguarda legal que a instituição tem nestes casos;

2º - Premiou quem não recolhe os tributos devidos ao fisco estadual e federal; quem não honra seus compromissos financeiros com os bancos oficiais; e descumpre a legislação trabalhista¹;

3º - Sinalizou para os que lutam

pela Reforma Agrária que o caminho da Lei é o caminho da frustração, pois quando o latifúndio estiver ameaçado, as leis serão jogadas no lixo e será tudo resolvido em julgamentos meramente políticos.

A Luta Continua

Apesar de tudo, dois dias depois da decisão do STF, os sem-terra entraram em São Gabriel, no dia 16 de agosto. A liminar que os impedia de continuarem a Marcha havia sido derrubada. Entraram acompanhados por mais de sete mil pessoas dos movimentos e organizações populares, em mobilização encabeçada pela CUT, e armaram acampamento em terra cedida por agricultor da região, nas imediações da cidade.

Em novembro de 2003, o MST decidiu transferir o acampamento para o interior do município, para as proximidades do Latifúndio Southall. Uma nova marcha. Os ruralistas entram em pânico e tentam impedi-los de prosseguirem a caminhada. São poucos e ofendem os policiais que tentam convencê-los a desbloquear a rodovia. Sem conseguir, a Polícia Militar gaúcha se vê obrigada a usar da força para retirar os fazendeiros da estrada e o MST está hoje acampado em local próximo ao Complexo de Fazendas Southall.

Depois de todo este drama, o MST e a sociedade exigem a execução imediata das dívidas do ruralista improdutivo. Como o valor das terras está próximo a R\$26.000.000,00, basta ao governo federal exigir a execução das dívidas em troca da terra.

1. Em outubro de 2003, o sr. Alfredo Southall foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região de Porto Alegre a prestação de serviços comunitários por um ano e seis meses, acusado de se apropriar de 433 toneladas de arroz da Companhia Nacional de Abastecimento que pagou para que o produto fosse armazenado pelo fazendeiro na década de 1990. Segundo levantamento do MST, existem cerca de 60 processos judiciais contra o sr. Southall, tramitando na justiça. Em março de 2003, fiscalização do Ministério do Trabalho, apreendeu nas fazendas do sr. Southall contratos de trabalho assinados pelos trabalhadores, mas que estavam em branco. Desta forma o latifundiário preencheria tal documento somente na hora da despedida do funcionário fazendo nele constar a data que bem lhe aprouvesse. Com isso os trabalhadores acabam renunciando a seus direitos consagrados nas leis trabalhistas. Em uma região onde o desemprego grassa, os trabalhadores se sujeitam a estas imposições para poderem sobreviver. Estes documentos só vieram ao conhecimento público em março de 2004.

Prado: luta por vida e dignidade

Um dos conflitos que marcou com marca indelével o ano de 2003 foi o do Engenho do Prado, município de Tracunhaém, PE. Sob este nome genérico estão cinco engenhos: Prado, Papicu, Taquara, Dependência e Tocos, pertencentes à Usina Santa Tereza, do Grupo João Santos¹.

A agente de pastoral Sônia Freitas Brandão, que acompanhou os trabalhadores e trabalhadoras em todos os momentos dramáticos vividos por eles, traduziu em versos esta história que os dignifica e engrandece diante da sociedade brasileira.

O Pe. Tiago Thorlby, também agente da CPT de Pernambuco, e

que também viveu as angústias e esperanças deste povo que defendia o seu legítimo direito de acesso à terra, extravasa no texto “Prado: reflexões na aquarela verde-amarela” os sentimentos e a indignação de quem não se sujeita à prepotência dos poderosos.

Prado, uma História de Luta e Resistência

Sônia Freitas Brandão*

1

Que Deus me ilumine
E me dê inspiração
Para que eu possa contar
Em versos a situação
Da vida do povo do Prado
E da luta a participação.

2

No ano de 97
Esta história começou
Com 300 famílias Sem Terra
Em fevereiro as terras ocupou
O destino foi o Prado
Que a fome o obrigou.

3

A maioria foram expulsas
De sua terra natal
No lugar de suas lavouras
Agora é só canavial
O destino viver na periferia
Vistos como marginal.

4

Essas famílias resolveram
Buscar os seus direitos
Para viver com dignidade
Na terra de todo jeito
Uma terra improdutiva
Boa, bonita sem defeito.

5

Lá levantaram os barracos
E jogaram a semente no chão
Logo veio o latifúndio
Sem pena e sem compaixão
Despeja os trabalhadores
Daquele belo torrão.

6

O Grupo João Santos
Da Usina Santa Teresa
Rico e poderoso
E com mania de grandeza
Pensava que estava livre
Dos sem terra com certeza.

¹O Grupo João Santos é proprietário dos imóveis em questão e da Companhia Agroindustrial Goiana – CAIG (Usina Santa Teresa). É controlador de várias empresas no Nordeste. O grupo é também o segundo maior fabricante de cimento do Brasil – Cimento Nassau - e ainda detém a concessão de meios de comunicação, inclusive Canal de TV. O grupo é também um dos grandes sonegadores de impostos. A página oficial na Internet (Portal) do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social relaciona a Usina Santa Teresa / Grupo João Santos entre os 10 maiores devedores da Previdência Social em Pernambuco, com o débito total de R\$ 35.273.712,17, conforme consulta realizada no dia 10.11.03 com a denominação de “Companhia Açucareira de Goiana”. Ao todo os débitos do grupo ascendem a mais de 200 milhões de reais.

*Sônia Freitas Brandão é Agente de Pastoral da CPT do Pernambuco e acompanhou de perto todos os momentos do conflito.

7

Os trabalhadores e trabalhadoras
Com o apoio da CPT
Não desistiram da luta
Acamparam pra valer
Só mudaram de lugar
Aqui é nossa terra, vamos vencer.

8

Eles eram dois grupos
Do Prado e de Taquara
Que também foram despejados
Vindos para a beira da estrada.
Dessa terra não vamos sair
Porque ela é jóia rara.

9

E o tempo foi passando
Muita lavoura produzindo
Abastecendo municípios
Que logo iam consumindo
Era o povo se organizando
E a fome diminuindo.

10

A família foi aumentando
E haja criança a nascer
Agora é Prado I e Prado II
A organização tem que ter
São três acampamentos
E a luta não pode esmorecer.

11

Aí veio a necessidade
De batizar os acampamentos
De Chico Mendes I e II
Nome de peso e talento
Taquara Ismael Filipe
Na luta o fortalecimento.

12

Nos anos 97 a 99
As terras foram desapropriadas
Logo veio a Usina
E arma uma grande cilada
No Supremo Tribunal Federal
Anulam o Decreto, que marmelada!

13

Mas a luta continuou
As famílias a resistir
Diz: Essa terra é nossa
E daqui não vamos sair
Temos que se organizar
E cada vez mais produzir.

14

E assim o povo vivia
Numa luta constante
O latifúndio não dava sossego
Um grupo muito arrogante
Mulher, homem, jovem e criança
Eram todos participantes.

15

Com apoio de entidades
E da sociedade organizada
Tinham coletivo de peixes
Hortas comunitárias
De plantas medicinais e abelhas
Uma vida transformada.

16

Em março de 2003
Aumentaram os conflitos
O grupo João Santos
Com os olhos até no infinito
Destroí parte das lavouras
Envenena outras, que atritos!

17

A ganância é tão grande
Desse grupo truculento
Prepara a terra e planta cana
Para a produção ter aumento
Derruba sítios, expulsa moradores
Que grupo avarento!

18

Os Usineiros só pensam
Em aumentar a produção
Com a história do Proálcool
É cana de montão
E o povo não tem terra
Para plantar milho e feijão.

19

Eram máquinas e tratores
Destruindo a natureza
O que mais dói é ver
O povo na incerteza
A vida sendo ceifada
E sem o alimento na mesa.

20

Os trabalhadores e trabalhadoras
Tomaram uma posição
A Reforma Agrária é necessária
Para o bem dessa Nação
Vamos se articular
E defender nosso chão.

21

Diante de tantos conflitos
Com o povo trabalhador
A polícia fez da Casa Grande
Um quartel repressor
O Coronel Matos comandando
Era uma guerra, sim senhor.

22

O papel da polícia deve ser
Para proteger a sociedade
E não ficar a serviço
De latifúndio e autoridade
Que só massacram o povo
Criando desigualdade.

23

Diante desses fatos todos
Há uma boa articulação
Do povo trabalhador
Partindo sempre para a ação
Tocam fogo na Casa Grande
O quartel vai ao chão.

24

Esse fato aconteceu
Para dar visibilidade
A luta do povo trabalhador
Chamar atenção das Autoridades
Para fazer Reforma Agrária
Acabar com o latifúndio na verdade.

25

A sociedade tem que entender
Que as coisas só vai mudar
Com a população pressionando
E do governo cobrar
Pois o Direito só vem
Se o povo conquistar.

26

Um esclarecimento breve
Para quem conhece esta história
Os conflitos continuaram
Parece que tudo piora
No dia três de julho
As famílias são jogadas fora.

27

Na madrugada de três de julho
O Juiz Carlos Maranhão
Dá a Reintegração de Posse
Sem dó e sem compaixão
A PE-41 foi interdita
E começa a operação.

28

Parecia mais uma guerra
Mais de 400 policiais
Entraram nos acampamentos
Nos seus cavalos sagaz
Com cachorros e muitos gritos
Acordam, crianças e seus pais.

29

Foi aquele reboição
O povo em aflição
Prenderam logo três pessoas
Sem nenhuma explicação
Inclusive um menor
De catorze anos, então.

30

Ninguém podia chegar perto
Nem a imprensa e deputados
Mais de cinco quilômetros
O acesso interdita
Tinha que chegar a pé
Inclusive os advogados.

31

As famílias foram despejadas
Mas no outro dia voltaram
Um Desembargador suspendeu
A reintegração ficou claro
O povo arma os barracos
Aonde estavam acostumados.

32

Mais como diz o ditado
Alegria de pobre dura pouco
O tribunal de Justiça decide
Não podem ficar nem um pouco
As famílias resistiram
E dizem: Êta que sufoco.

33

Daí se forma uma Equipe
De entidades organizada
Parlamentares e outros
Começam as negociações
Com o Governo do Estado
Pra soluções imediatas.

34

O governo ofereceu
Umas terras na Mata Norte
O povo foi olhar
Disseram: Não temos sorte
Lá nem presta a terra
E nem água de pote.

35

Não dá nem para um terço
Das famílias assentar
Talvez dê para criar bode
E o que vamos plantar?
A nossa terra é o Prado
É lá que vamos ficar.

36

Foram três meses difíceis
De tentativas de negociação
Tudo que se podia fazer
A nível estadual e de nação
Contatos internacionais
Não faltou articulação.

37

O povo trabalhador é forte
Não se rende com facilidade
Resiste igual a mandacaru
Qualquer que seja a realidade
Prontos pra o que der e vier
E com bastante criatividade.

38

Quero chamar atenção
De bom o que aconteceu
Era tantas visitas no Prado
O povo se fortaleceu
Foram carreatas e alimentos
Que as famílias recebeu.

39

Foi tão bonito se ver
Tanta solidariedade
Do povo até de Recife
E de outras nacionalidade
De vários países se preocuparam
Com gestos de fraternidade.

40

Foi o povo em marcha
A sociedade organizada
Eram bispos e o povo de Deus
Era a partilha irmanada
Teve visita imagine só
De Dom Pedro Casaldáliga.

41

As famílias resistiram
E do Prado não saíram
Tinham que cuidar do roçado
Protegê-lo do inimigo
Colheram ainda bastante
Antes de tudo ser destruído.

42

Com o passar do tempo
Já fazia quatro meses
Lá vem tudo de novo
Diziam: Seus fregueses
Agora vamos expulsar
Não fica um de vocês.

43

No dia 30 de outubro
O povo ficou sabendo
Que iam ser despejados
Dia primeiro de novembro
E realmente aconteceu
O que a usina estava querendo.

44

De novo interditaram a pista
Não deixando ninguém passar
Uns quinhentos policiais
Chegaram pra massacrar
Cinco horas da manhã
Com ameaças o povo acordar.

45

Sem nem ler a Ordem
Da tal reintegração
Foram logo violentando
E dando ordem de prisão
Para seis trabalhadores
E botando no camburão.

46

As famílias já estavam
Nas margens da PE-41
Mas por fim da força
Não era pra ficar nenhum
Spray de pimenta e balas de
Borrachas tiraram um por um.

47

Os trabalhadores outra vez
Vendo tudo destruído
Até os seus pertences
Com esforços adquiridos
Sem proteção, sem direito.
Sendo tudo diminuído.

48

As famílias foram obrigadas
A deixar o chão sagrado
De onde tiravam o sustento
Dos seus lindos roçados
Vendo os pertences destruídos
Sem poder recuperá-los.

49

Lá se vão outra vez
Para as margens da estrada
Perto da cidade de Araçoiaba
Ali agora é a morada
Das trezentas famílias
Mas de cabeças levantadas.

50

De um lado o Exército
Que a cerca foi passando
Quando viram os sem terra
Os seus barracos armando
Do outro lado da pista
A cerca do latifúndio encostando.

51

Esqueci de falar antes
Que o Governo Federal
Uma força tarefa enviou
Para fazer a Vistoria tal
Nos engenhos que foi desmembrado
Do Prado era o ideal.

52

A usina quis impedir
Mas a Vistoria aconteceu
O Decreto vai para Brasília
Para nas mãos de Zé Dirceu
Na Casa Civil pra ser analisado
E a agilidade não aconteceu.

53

Estava demorando muito
Para a desapropriação
Só faltava o Presidente assinar
E não chegava em suas mãos
O povo resolveu ir a Brasília
E logo fazer pressão.

54

Cem trabalhadores partiram
Para Brasília o destino
Eram homens, mulheres
Jovens e muito menino
Todo dia tinha ação
Organizados definindo.

55

Depois de tanta pressão
O povo comemorou
Dia vinte cinco de novembro
O Decreto Lula assinou
Taquara, Tocos, Dependência, Papicu
Foram as terras que desapropriou.

56

Foi aquela alegria
Foi aquela animação
Só que todos sabemos
Que o Grupo diz não
Supremo Tribunal Federal
É que vai dar a decisão.¹

57

A luta não pára aqui
Vamos juntos pressionar
O INCRA não perde tempo
Imissão de Posse agilizar
E as trezentas famílias
Em paz poder trabalhar.

58

A luta é permanente
Não podemos desistir
Queremos a Reforma Agrária
O povo vai construir
Com resistência e rebeldia
Um Brasil novo vai florir.

59

E vamos colher muitos frutos
Com muita satisfação
Porque foram adquiridos
Com garra e organização
Com força popular agindo
Para transformar a Nação.

60

Companheiras e Companheiros
Que fazem parte dessa história
Ofereço esses versos que fiz
Com muita alegria e glória
O Brasil que nós queremos
Tem sabor de mel e gosto de Vitória.

1. O Grupo João Santos realmente recorreu do Decreto de Desapropriação. No dia 09 de fevereiro de 2004, o Supremo Tribunal Federal indeferiu a liminar impetrada.

Prado: reflexões na aquarela verde-amarela

Pe. Tiago Thorlby – CPT-PE*

“Como era verde meu vale” é um romance que conta a história, trágica, de uma comunidade galesa engolida pela monocultura da indústria da mineração de carvão.

“Como era verde meu Prado” é uma história atual, trágica, acontecendo aqui, agora: uma história do povo nordestino engolido pela monocultura da cana-de-açúcar.

Aqui é que terminam as semelhanças: enquanto a comunidade galesa caminhou para a morte e a extinção diante do avanço inexorável da industrialização, na outra comunidade, o povo do Prado avança – não sem tragédias – para extirpar o câncer da monocultura, a monocultura da cana, destas terras e ladeiras da Zona da Mata Norte de Pernambuco.

Foi para isso que o Povo veio em fevereiro de 1997:

- extirpar a maldita monocultura da cana ...
- fazer cair no esquecimento de futuras gerações o fato que neste engenho Prado o povo trabalhou antigamente feito escravo – escravatura disfarçada, mascarada por um salário de fome ...
- renegar a vocação de ser bagaço da cana, servos do senhor feudal que produz açúcar com gosto de sangue ...
- Enfim: ocupar unido, plantar organizado, viver solidário – é

para isso que o Povo veio.

Já fazem sete anos ... sete ... número bíblico ... número que nos faz lembrar do jovem Jacó que durante sete anos labutou para conquistar a mão da bela Raquel. (Gênesis 29). Lutou sete anos ... e foi trapaceado, enrolado, enganado, injustiçado – mas jamais caiu na ilusão, no desespero e continuou a luta até conquistar o alvo dos seus sonhos.

Engenho Prado: fevereiro 1997 – fevereiro 2004. Sete anos de luta para conquistar um sonho nas terras que permaneceram improdutivas durante 25 anos ... sete anos batalhando contra um dos grupos econômicos mais violentos do Nordeste: o Grupo João Santos que – aproveitando da violência da Ditadura – se tornou latifundiário de centenas de milhares de hectares de terra para plantar sua maldita monocultura da cana ... sua soja química ... seu bambu que nem respeita o “Cemitério dos Anjinhos” na sua voracidade de explorar a terra, o homem, a mulher e as crianças. Sim, o Grupo destruiu o “Cemitério” para plantar o bambu.

Sete anos de luta do “Povo do Prado” contra a demora do Judiciário e a enrolação do Ministério Público; contra o comportamento feito-para-não-funcionar do INCRA-PE e as demais instâncias do Estado, seja federal ou estadual; sete anos de luta

contra a injustiça que gera a violência da Polícia Militar de dia e da Milícia Privada à noite ... violência que gera fome e frio, violência que gera os santos mártires Ismael e Maria: Quem será punido por causar estas violações do direito à cidadania? Ninguém. Quem é responsável pela morte destes mártires? Ninguém.

A memória perigosa do Povo do Prado sabe ... e é a memória perigosa do Povo que responsabiliza: é o juiz Carlos Alberto Maranhão, da Comarca de Nazaré da Mata; é o promotor da mesma Comarca, o Dr. Paulo Henrique; é o Cel. Matos, comandante do Segundo Batalhão da PMPE; é o governador Jarbas Vasconcelos, que já foi advogado dos usineiros.

A memória perigosa do Povo não esquece.

... e na teimosia, não desiste. Este Povo começou o ano 2003 no Espírito da Fartura, da Liberdade, do Gratuito, Espírito este que se resume nas palavras da sem-terra Marlene: “Tenho para comer, tenho para vender e tenho para dar.”

Não demorou para outro espírito – o espírito denunciado por Jesus (Mt. 12:34) para se manifestar para acabar com o sonho, ou, ao menos assim parecia aos insensatos (Sab.3:20). É o espírito que domina a elite opressora e que manipula os poderes e

*Agente Pastoral da CPT do Pernambuco

desvirtua o Executivo, o Legislativo, o Judiciário do seu papel de “servo do povo” para estar a serviço de uma pequena “casta”. Com dezenas e mais dezenas de capangas da Usina, com centenas de soldados com cães, cavalos, helicópteros, armamentos sofisticados, gases venenosos, tóxicos para as águas ... assim o Grupo João Santos celebrou o Dia de Todos os Santos, dia 1 de novembro de 2003. Celebração diabólica, satânica.

Hoje, o Povo do Prado – despe-

jado da terra, vigiado por capangas do Grupo João Santos – vive de novo debaixo da lona preta. Roçados, casas, capelas, igrejas, escolas, salões, jardins, árvores, flores ... destruídos ... tudo acabado para deixar lugar para a maldita monocultura que tanto caos social já causou nesta região. O Povo que vivia do suor do seu próprio trabalho é reduzido a viver de esmola.

Destruído ... acabado ... reduzido: o sonho acabou?

Acabou nada: assim como fez o já não tão jovem Jacó, assim também faz o Povo do Prado: inicia o “segundo turno” de sete anos ... ou, o tempo que for preciso para conquistar o sonho.

O pesadelo da maldita monocultura da cana na região chega um pouco mais perto do fim.

O sonho do Povo do Prado para conquistar a terra para trabalhar, produzir e viver se torna uma realidade mais próxima.

Arquivo CPT Nacional



Ocupações

Arquivo CPT Nacional



Ocupações

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Acre					
Porto Acre	Fazenda Boa Sorte	16/07/2003	3183	11	SI
Rio Branco	Fazenda Baixa Verde	18/03/2003	5000		SI
Rio Branco	Fazenda Baixa Verde	02/04/2003		120	SI
Subtotal:	3		8183	131	
Alagoas					
Flexeiras	Fazenda Prazeres	27/05/2003	900	120	MLST
Flexeiras/São Luís do Quitunde	Faz. Poço Dantas/Poço de Antas	27/05/2003		70	MLST
Flexeiras/São Luís do Quitunde	Fazenda Caldeirões	27/05/2003		60	MLST
Girau do Ponciano	Fazenda São José	22/05/2003	331	100	MST
Girau do Ponciano	Fazenda São Luís	27/02/2003			MST
Girau do Ponciano	Fazenda São Luís	22/05/2003		100	MST
Girau do Ponciano	Fazenda Tingui	27/02/2003	534		MST
Girau do Ponciano	Fazenda Tingui	22/05/2003		100	MST
Ibateguara	Fazenda Jussara	28/04/2003		120	MSST
Maragogi	Fazenda Santa Rita	15/06/2003	200	50	MST
Messias	Fazenda Flor do Bosque	05/12/2003	480	300	CPT
Penedo	Fazenda São Luís	22/05/2003		100	MST
Porto Calvo	Faz. Lagoa Redonda/Us. Santana	20/03/2003	600	92	MST
União dos Palmares	Fazenda Sta. Maria/Serra	01/05/2003		181	MST
Subtotal:	14		3045	1393	
Bahia					
Amélia Rodrigues	Usina Itapetingüi	11/03/2003	6000		MST
Amélia Rodrigues	Usina Itapetingüi	26/05/2003		300	MST
Barra	Fazenda Liberdade	26/06/2003	600	9	SI
Eunápolis	Fazenda Provisão	01/05/2003	1195		MST
Eunápolis	Fazenda Provisão	27/05/2003		60	MST
Ibotirama	Fazenda Santa Clara	31/03/2003	2444		Ceta
Ibotirama	Fazenda Santa Clara	16/10/2003		15	Ceta
Juazeiro	Acampamento Carlos Lamarca	21/08/2003		250	MST
Santa Luzia/Camacan	Conjunto Dom Eduardo	30/04/2003	286	35	Ceta
Vitória da Conquista	Fazenda Ingazeira	31/08/2003			MST
Vitória da Conquista	Fazenda Ingazeira	11/10/2003	525	54	MST
Subtotal:	11		11050	723	
Ceará					
Aracati	Córrego dos Tanques	03/04/2003	2400	50	MST
Araçoiaba	Fazenda Córrego do Geraldo	25/07/2003	1140	30	MST
Canindé	Fazenda Cachoeira das Pedras	28/05/2003	1200	45	MST
Cascavel	Fazenda Celibra	14/12/2003	4000	100	MST

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Itaíçaba	Fazenda Ariza	25/06/2003	1700	40	MST
Itapipoca	Fazenda Guaribas	31/03/2003	2000	40	MST
São Gonçalo do Amarante	Porto do Pecém/Faz. São Gregorio	28/05/2003	5000	150	MST
Sobral	Fazenda Bem Posta	22/01/2003	3000	50	MST
Subtotal:	8		20440	505	
Distrito Federal					
Brazlândia	Fazenda Palma do Radiador	04/07/2003	3000	60	MST
Planaltina	Fazenda Engenho/Sítio Taquara	05/12/2003		172	SI
Planaltina	Fazenda Retiro do Meio/Haras JHP	05/04/2003		400	MST
Planaltina	Fazenda São José	05/04/2003	350	200	MST
Planaltina	Núcleo Rural Pipiripau	01/01/2003		200	MST
Sobradinho	Fazenda Chapadinha	23/06/2003	800	200	MST
Subtotal:	6		4150	1232	
Espírito Santo					
Mimoso do Sul	Acamp. José Marcos de Araújo II/Fazenda	27/03/2003		72	MST
São Mateus	Acamp. Terra Livre/Faz. Coqueirinho	27/03/2003		275	MST
Subtotal:	2		0	347	
Goiás					
Alto Paraíso de Goiás	Fazenda do Ministério da Agricultura	21/11/2003	5000	130	MST
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Canadá	21/07/2003	900	200	MST
Cocalzinho de Goiás	Fazenda Combrasil	14/06/2003		400	MST
Edéia	Fazenda Tropical	02/08/2003	3000	450	MST
Fazenda Nova	Fazenda Bradesco/Pertinente	14/06/2003		650	MST
Formosa	Assentamento Vigilândia	01/03/2003	16660		Contag
Formosa	Assentamento Vigilândia	22/03/2003		58	Contag
Itaberaí/Itaguari	Fazenda Alta Floresta/Floresta	18/06/2003	1800	450	MST
Itapirapuã	Fazenda Boa Vista/Acamp. Boa Esperança	30/04/2003		40	Fetaeg
Itapuranga	Faz. Capim Puba/Lagoa Grande/Ressaca	28/07/2003	1800		MST
Itapuranga	Faz. Capim Puba/Lagoa Grande/Ressaca	19/11/2003		200	MST
Jataí	Fazenda Sertãozinho	20/07/2003	3100	250	MTL
Mossâmedes	Fazenda Conceição	01/08/2003	103	90	MST
Niquelândia	Fazenda Poções/Arapuá	22/07/2003	4994	150	MST
Nova Crixás	Fazenda Bandeirantes	10/03/2003	2600	250	MST
Paraúna	Fazenda Sapé	19/12/2003		13	Fetaeg
Perolândia	P.A. Três Pontes	19/07/2003		200	MTL
Planaltina	Fazenda Lagoinha	01/12/2003	4700	45	OTC
Santa Helena de Goiás	Fazenda da Monsanto	02/06/2003	307	700	MST
Santa Helena de Goiás	Fazenda Lagoa Campo Alegre	02/07/2003	1001	300	MST
Santa Rita do Novo Destino	Fazenda Porteira	30/05/2003		70	Fetaeg
Santo Antônio de Goiás	Fazenda Santa Rita da Serra	07/12/2003	1500	100	MST
Subtotal:	22		47465	4746	
Maranhão					
Açailândia	Fazenda Santa Maria	28/07/2003		230	MST
Barra do Corda	Fazenda Lagoa da União/Floresta	01/06/2003	9000	350	STR
Bom Jardim	Fazenda Mastruz com Leite/Acamp. Terra Livre	07/12/2003	6030	270	MST

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Estreito	Fazenda São João	31/05/2003	2312	250	MST
Porto Franco	Fazenda Canadá	31/03/2003	1200	230	MST
São Raimundo das Mangabeiras	Data Varginha/Pov.Taboa	25/05/2003	7437	142	STR
Subtotal:	6		25979	1472	
Mato Grosso					
Acorizal/Jangada/Várzea Grande	Gleba Espinheiro/Acamp. Chico Mendes/ Itambaracá	05/08/2003	9000	350	MST
Araputanga/Reserva do Cabaçal	Fazenda Itaguaíra	25/06/2003	4356		MST
Araputanga/Reserva do Cabaçal	Fazenda Itaguaíra	08/10/2003		300	MTAA/MT
Cáceres	Faz. Ressaca/Manacá/Acamp. Lourival Abick	15/09/2003	35842	900	MST
Campo Verde	Fazenda Boa Esperança	01/05/2003		700	MTAA/MT
Cuiabá/Santo Antônio do Leverger	Fazenda Bigorna/Mourão/Aguaçu	01/10/2003	1000	140	CPT
Guiratinga	Gleba Ribeiro	01/08/2003		110	CPT
Itaúba	Gleba Sama	01/08/2003	9317	250	CPT
Jaciara	Fazenda Mestre/Triângulo/Usina Pantanal	17/09/2003	8900	500	MST
Jangada/Várzea Grande	Fazenda São João da Cachoeira	04/11/2003	12000	500	MST
Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	01/05/2003	16000	340	CPT
Rio Branco	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. José Ten Caten	06/05/2003	1920	700	MST
Rondonópolis	Fazenda São Francisco II	17/07/2003	1051	300	MST
Rondonópolis	Faz. São Sebastião/Acamp. Margarida Alves	17/03/2003	217	250	MST
Sinop	Área da Usina Pantanal/Acamp. José Marti	30/07/2003	12000	250	SI
Sinop	Sinop Agroquímica/Acamp. Claudinei de Barros	12/10/2003	12000	800	MST
Sinop/Cláudia	Fazenda Panorama/Acamp. Nova Aliança	01/08/2003		200	OTC
Subtotal:	17		123603	6590	
Mato Grosso do Sul					
Bonito	Fazenda Aruanã/Mutum	12/05/2003	1400	380	MST
Dourados	Área Próxima ao Assentamento Amparo	15/06/2003	14000	20	SI
Dourados	Fazenda no Distrito de Itaum	02/09/2003	145	900	MST
Eldorado	Chácara São José	17/09/2003	10	140	MST
Eldorado	Faz. Santa Terezinha/Agrop. Macuco	01/04/2003	3186	100	MST
Itaporã	Fazenda Coimbra 3M	24/08/2003	1300	850	MST
Itaquiraí	Fazenda Nova Espadilha	09/05/2003	2892	580	MST
Rio Brilhante	Fazenda Santa Maria	24/03/2003	538	100	MST
Subtotal:	8		23471	3070	
Minas Gerais					
Almenara	Fazenda Esperança	29/12/2003	360	60	STR
Araguari	Fazenda Bucaina	13/10/2003		15	MST
Araguari	Fazenda Paraíso /Acamp. Irmãos Naves/ Kilombo	09/06/2003	268	123	MST
Arinos	Fazenda Vargem Grande	28/04/2003	5000	50	MST
Bocaiúva	Fazenda Malvina/Ass. Betinho	28/03/2003	19519	40	LCPNM/OTC/STR
Brasilândia de Minas	Fazenda Cifra	01/06/2003		150	OTC
Buritit	Fazenda Buritit	16/09/2003	250	100	MST
Buritit	Fazenda Palmeiras	11/09/2003		100	MST
Buritit	Fazenda Pernambuco	18/05/2003	950	50	MST

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Campo Azul	Faz Bela Vista/Covanca/Acamp. Campo Azul	10/11/2003	2800	180	MST
Campo do Meio	Fazenda Ariadnópolis/Acamp. Vitória da Conquista	27/07/2003	6000	60	Fetaemg/MST
Capitão Enéas	Fazenda Norte América	20/06/2003	2884	200	MST
Esmeraldas	Fazenda Samburá/Acamp. Ho Chi Minh	10/06/2003	300	258	MST
Frei Inocência	Fazenda Eldorado/Acamp. Padre Gino	23/05/2003	2880	400	MST
Grão Mogol	Fazenda Americana II	01/06/2003		50	STR
Indaiabira	Fazenda Mucosa/Acamp. Muzzelo	16/07/2003		245	MST
Indaiabira	Fazenda Italmagnésio	26/06/2003	4000	250	CPT/MST/STR
Itambacuri	Fazenda Barra do Aranaí/Royal/ Acamp. Esperança do Vale 2	02/04/2003	3840	280	MST
Itambacuri	Fazenda Margarida	02/06/2003	3872	140	MST
Jaíba	Fazenda Paranaense/Acamp. Jardim Esperança	01/06/2003		40	LCPNM
Jaíba	Fazenda Poço da Vovó	01/06/2003		48	LCPNM
Jaíba	Fazenda Serra Azul	01/02/2003		60	LCPNM
Januária	Fazenda Sítio Grande/Conquista da Terra	01/06/2003		60	LCPNM
Japonvar	Fazenda Pé da Serra	01/06/2003		164	OTC
Juatuba	Fazenda Santa Helena	21/03/2003	93	250	MST
Minas Novas	Fazenda Alagadiço	01/06/2003	10000	20	STR
Montes Claros	Fazenda Quebrados	01/06/2003		100	MST
Montes Claros	Fazenda Sanharó/Usifer	24/04/2003	2600	400	MST
Norte de Minas	Fazenda Santa Fé	01/08/2003		300	LCPNM
Palmópolis	Fazenda Boa Esperança/Acamp. Pe. Josimo	17/06/2003	2500	170	MST
Paracatu	Quilombo dos Amaro	07/08/2003	732	40	
Patrocínio	Área em Patrocínio	07/11/2003		80	LCPCO
Pirapora	Fazenda Prata/Acamp. Pirapora	03/08/2003	3800	400	Fetaemg/MST/STR
Porteirinha	Fazenda Santa Cláudia	01/06/2003	3400	40	LCPNM
Porteirinha	Fazenda Santa Maria	01/06/2003	1700	40	LCPNM
Porteirinha	Fazenda São Miguel	01/06/2003	2700	30	LCPNM
Sacramento	Fazenda Resa/Chapadão do Zagaia	05/03/2003	19000	250	MST
São Francisco	Faz. Ponte Nova/Acamp. Eloy Ferreira	06/07/2003		100	MST
São Joaquim das Bicas	Fazenda da Fhemig	01/06/2003		11	STR
Taiobeiras	Faz. Estatal/Planta Sete Empreendimentos	14/08/2003	9000	400	MST
Uberlândia/Tupaciguara	Fazenda São Domingos	24/07/2003	2300	85	MTL
Unai	Faz. Nova Jerusalém/Acamp. Índio Galdino	18/07/2003	600	200	MST
Unai	Fazenda Sururina	30/03/2003		80	MST
Unai	Fazenda Vargem Bonita de Baixo (II)	15/06/2003	600	150	MST
Unai	Fazenda Vargem Bonita de Cima (I)	01/04/2003	1570	40	MST
Verdelândia/Jaíba	Fazenda Rio Verde	21/02/2003		30	LCPNM
Subtotal:	46		113518	6339	
Pará					
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos	04/01/2003	55000	100	STR
Baião	Fazenda MM Madeireira	30/04/2003		135	STR
Breu Branco	CCM-Camargo Correia Mineração	31/01/2003	1200	1200	STR
Castanhal	Fazenda Nova Esperança	01/07/2003		170	MST

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Conceição do Araguaia	Fazenda do Vandin	14/11/2003	800	200	STR
Irituia	Fazenda Maria Bonita	03/01/2003		85	MST
Irituia	Fazenda Santa Bárbara	31/01/2003		500	MST
Marabá	Fazenda Balão	30/11/2003		50	STR
Marabá	Fazenda Bandeira	13/08/2003		60	STR
Marabá	Fazenda Barreira Branca	07/01/2003	4087	250	SINPRA
Marabá	Fazenda Mutamba	05/11/2003		50	MST
Mosqueiro	Fazenda Paulo Fonteles	01/09/2003		70	MST
Piçarra	Fazenda Estrela de Alagoas	17/04/2003		8	OTC
Placas	Perfil Agroindústria/Proj. Sudam	24/01/2003		320	STR
Redenção	Fazenda Santa Tereza	21/07/2003	14520	50	SI
Santa Isabel do Pará	Fazenda Moema	28/02/2003		280	MST
São Francisco do Pará	Fazenda Nova Esperança	01/11/2003		280	MST
São Francisco do Pará	Fazenda São Paulo	30/11/2003		350	MST
São Geraldo do Araguaia	Parque Est. Serra das Andorinhas	24/06/2003	3000	40	SI
Tucuruí	Fazenda Transgradiesel	31/03/2003		20	OTC
Subtotal:	20		78607	4218	
Paraíba					
João Pessoa	Engenho Mussarê	09/06/2003	3000	100	MST
João Pessoa	Fazenda Triunfo	08/06/2003		80	MST
Pombal	Fazenda Ginê	29/03/2003	1000	50	CPT
Subtotal:	3		4000	230	
Paraná					
Cascavel	Assentamento Santa Tereza	05/03/2003		15	MST
Cascavel	Fazenda Castelo/Complexo Cajati	01/10/2003	1416	100	MST
Clevelândia	Fazenda Morro Alto	18/10/2003	114	30	SI
Clevelândia	Fazenda Três Capões	17/10/2003	97	15	SI
Congonhinhas	Fazenda Serra Grande	13/04/2003		27	MAST
Coronel Domingos Soares	Fazenda das Flores	06/07/2003	450	40	MST
Coronel Domingos Soares	Fazenda São Manoel	01/07/2003		50	SI
Espigão Alto do Iguaçu	Fazenda Solidor	15/04/2003	700	120	MST
Faxinal	Faz. Nossa Sra. do Carmo/ Brasileira	08/01/2003	1500	40	MST
Foz do Jordão	Acamp. às Margens da PR 662 / Fazenda Trombini / Coqueiro	07/09/2003		100	MST
General Carneiro	Acamp. BR 070 / Fazenda Rondon	15/08/2003	4000	250	MST
Guarapuava	Fazenda Matão	01/07/2003	1500	50	SI
Irati	Fazenda Nerauto	14/01/2003	85	50	SI
Irati	Ocupação de Área do Governo Estadual	24/01/2003	130	30	MST
Lapa/Porto Amazonas	Fazenda Cerrito	09/01/2003	730	160	MST
Laranjal	Fazenda Cristo Rei	23/10/2003	390	280	MST
Laranjal	Fazenda Irmãos Gréggio	06/08/2003	1200	400	MST
Lindoeste	Fazenda Alvorada	05/04/2003			OTC
Lindoeste	Fazenda Alvorada	11/08/2003		80	MTR
Lindoeste	Fazenda Santa Lúcia	15/04/2003	132	20	MST
Lindoeste	Fazenda Santa Luzia/Santa Clara	02/03/2003	363	30	SI
Lindoeste	Fazenda São Marcos/São José	11/10/2003	443	60	MTR

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Luiziana	Fazenda Baronesa dos Candiais II	28/04/2003	960	120	MST
Manoel Ribas	Fazenda Três Marias	12/05/2003	2160	400	SI
Ortigueira	Fazenda Barra Bonita	01/01/2003		260	SI
Ortigueira	Fazenda Boa Vista	18/01/2003	1140	70	MST
Ortigueira	Fazenda Santa Maria	30/08/2003		400	MST
Ortigueira	Fazenda Vale do Sol	16/08/2003	823	400	MST
Paranapoema	Fazenda Santa Terezinha	06/08/2003		1300	MST
Peabiru	Assentamento Santa Rita	07/07/2003	2500	30	MST
Ponta Grossa	Estação Experimental da Embrapa	30/05/2003	1250		MST
Ponta Grossa	Estação Experimental da Embrapa	28/08/2003		150	MST
Ponta Grossa	Estação Experimental Monsanto	16/05/2003	43	30	MST
Querência do Norte	Fazenda Água da Prata	06/08/2003	1072	400	MST
Ramilândia	Fazenda Boito	02/07/2003	411	60	MTR
Ramilândia	Fazenda Garcia	25/09/2003		30	MTR
Ramilândia	Fazenda Trento II	20/08/2003	2000	160	MTR
Reserva	Fazenda Palmeira	07/06/2003	484	200	MST
Rio Bonito do Iguaçú	Fazenda Cachoeira/Araupel	08/04/2003	1100	20	MTB
Rio Bonito do Iguaçú	Fazenda Laranjeiras/Rio Bonito	18/06/2003	1331	1000	MST
Santa Izabel do Ivaí	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	29/11/2003		300	MSO
Santa Maria do Oeste	Fazenda Sonda	12/05/2003			MST
Santa Maria do Oeste	Fazenda Sonda	03/11/2003		350	MST
Santa Tereza do Oeste	Fazenda da Anatel	26/05/2003	90	30	MST
Terra Boa	Fazenda Primavera	08/08/2003		28	MAST
Três Barras do Paraná	Fazenda Bufadeira	18/06/2003	264	20	MST
Uniflor	Fazenda Pitanga	01/07/2003	774	150	MST
Vila Alta	Fazenda Santa Filomena	01/08/2003	2662	70	Grupo Xambê
Xambê	Estação Experimental Iapar	21/04/2003	90		Grupo Xambê
Xambê	Estação Experimental Iapar	26/07/2003		60	Grupo Xambê
Xambê	Fazenda Santa Isabel	01/08/2003	264	12	Grupo Xambê
Subtotal:	51		32668	7997	
Pernambuco					
Água Preta	Fazenda Arquidabam	28/07/2003		100	MST
Águas Belas	Fazenda Águas Belas	18/05/2003		90	Fetape
Aliança	Engenho As Areias	16/04/2003	600	150	CPT
Altinho	Fazenda Cajueiro	25/07/2003	800	60	OLC
Altinho	Fazenda Liberdade	25/07/2003	1800	80	OLC
Altinho	Fazenda Pedra Miúda	25/07/2003	1500	92	OLC
Altinho	Fazenda União	25/07/2003		48	OLC
Amaraji	Engenho Bom Jesus	16/07/2003	245	60	MTBST
Angelim	Fazenda Cachoeira	01/05/2003	320	50	CPT
Araripina	Fazenda Milagre	11/06/2003		100	MST
Bonito	Engenho Flor de Bonito	25/07/2003	500	101	OLC
Bonito	Engenho Santa Alice	25/07/2003	480	51	OLC
Bonito	Fazenda São Pedro	25/07/2003	520	50	OLC
Bonito	Fazenda Uberaba	27/07/2003	500	200	MST
Bonito	Fazenda Varig	20/07/2003		150	OLC

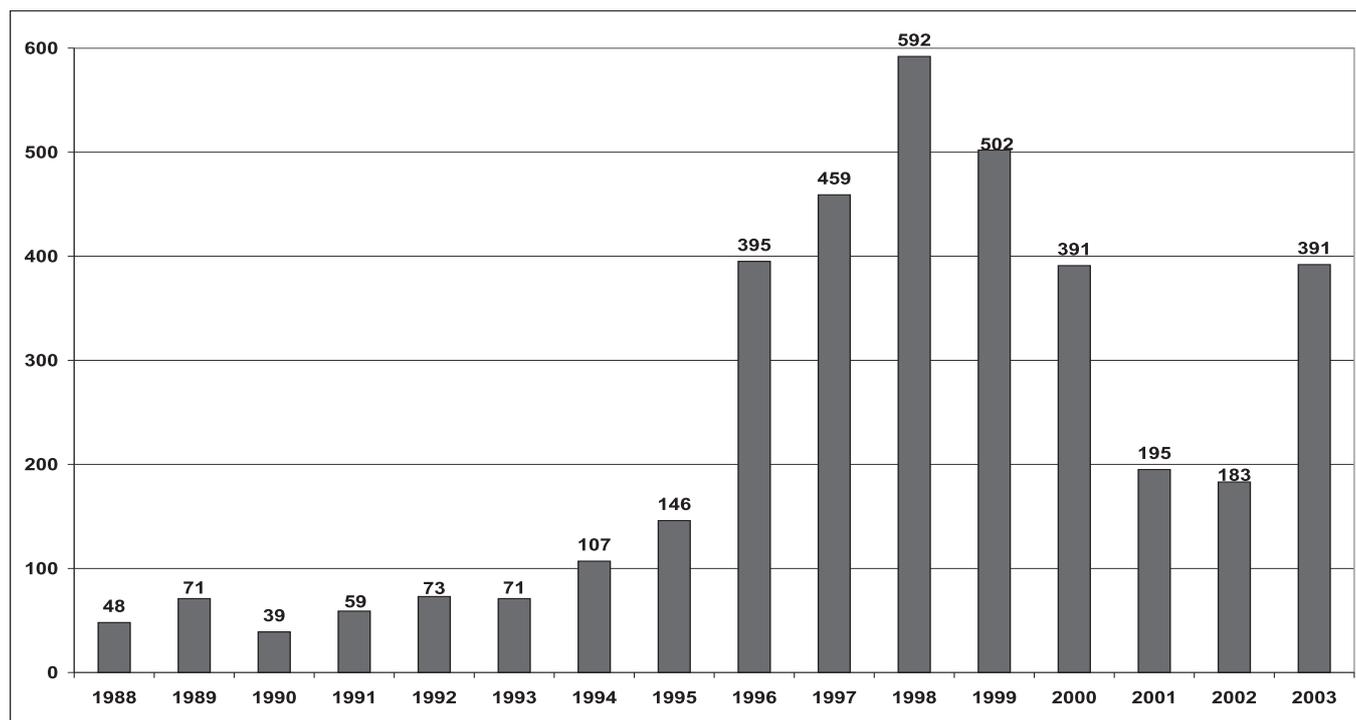
Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Bonito/Lagoa dos Gatos/Sairé	Engenho Brejão/Riachão	30/03/2003	600	50	MST
Bonito/Lagoa dos Gatos/Sairé	Engenho Brejão/Riachão	20/07/2003		122	OLC
Brejo da Madre de Deus	Fazenda Riacho da Quixabeira	11/07/2003	620	97	OLC
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Boa Vista/Complexo Suape	09/09/2003		100	UAPE
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Mauá	30/09/2003		150	MTL
Cabrobó	Fazenda Brejão	10/08/2003	80	45	MLTRST
Canhotinho	Fazenda São Joaquim	29/03/2003			MST
Canhotinho	Fazenda São Joaquim	09/05/2003		1100	MST
Carpina	Fazenda de Pesquisa Agric. da UFRPE	25/07/2003	250	120	OLC
Caruaru	Fazenda Cachoeira Seca/Miguel Menino	16/07/2003	300	87	OLC
Caruaru	Fazenda Cacimba Cercada	25/07/2003	400	100	OLC
Caruaru	Fazenda Lagoa do Thomas	07/07/2003	320	70	OLC
Caruaru	Fazenda Lago Azul	22/07/2003		100	MST
Caruaru	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	07/07/2003	380	70	OLC
Caruaru	Fazenda Riacho Seco	02/07/2003	442	130	OLC
Caruaru	Fazenda Santa Quitéria	16/07/2003	300	80	OLC
Caruaru	Fazenda Taquari	20/07/2003	800	152	OLC
Caruaru/Primavera	Engenho Conceição	30/03/2003		300	MST
Catende	Engenho Niterói/Us. Catende	06/08/2003	23000		MST
Escada/Pombos	Engenho Camaçari	20/07/2003	450	80	OLC
Feira Nova	Fazenda Primavera	25/07/2003	700	90	OLC
Garanhuns	Engenho Visgueiro	18/07/2003		100	OLC
Glória do Goitá	Engenho Jaboticabal e Canaveiro	09/06/2003		100	MST
Glória do Goitá	Engenho Vermelho	01/04/2003		300	MST
Gravatá/Limoeiro	Fazenda Cumbe	25/07/2003	580	90	OLC
Ipojuca	Engenho Atalaia	25/07/2003	500	55	OLC
Ipojuca	Engenho Castelo	25/07/2003	500	60	OLC
Ipojuca	Engenho Jatobá	25/07/2003	500	45	OLC
Ipojuca	Engenho Veloso	25/07/2003	500	40	OLC
Itaíba	Fazenda Brabinha	18/05/2003		80	Fetape
Itaíba	Fazenda São Geraldo	18/05/2003		80	Fetape
Itaquitinga	Engenho Jacarapina	29/07/2003	400	100	MST
Jaqueira	Engenho Bananal	29/03/2003		450	MST
Moreno	Eng. Poço Dantas/Lagoa Dantas	25/07/2003	1800	90	OLC
Moreno	Engenho Floresta	06/06/2003	350	150	MTL
Ouricuri	Fazenda Pitombeira	31/03/2003		120	MST
Palmares/Moreno	Fazenda Paú	25/07/2003	500	200	MST
Panelas	Engenho Jundiá	18/07/2003		100	OLC
Panelas	Engenho Limeira	18/07/2003		100	OLC
Passira	Fazenda Mauricéia	27/03/2003		70	MST
Pedra	Fazenda Barra Verde	27/03/2003	2200	300	MST
Petrolina	Fazenda Tapera	30/03/2003		250	MST
Pombos	Engenho Cajoca	20/07/2003		90	OLC
Pombos	Engenho Limeira	20/07/2003		90	OLC
Pombos	Engenho São João Novo	20/07/2003	2000	90	OLC

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Pombos	Fazenda Carrapicho/Carrapicho II	25/07/2003	700		OLC
Pombos	Fazenda Carrapicho/Carrapicho II	08/08/2003		100	OLC/STR
Queimadas	Fazenda Pereira II	27/06/2003		120	MST
Quipapá	Engenho Belo Monte	11/05/2003	735	125	OLC
Quipapá	Engenho California/Us. Água Branca	11/05/2003	650	125	OLC
Quipapá	Engenho Proteção	02/07/2003	800	93	OLC
Quipapá	Fazenda Liege	25/07/2003	400	96	OLC
Salgadinho	Fazenda Sobradinho	27/07/2003		80	MST
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Cajueiro	30/03/2003	1600	230	MST
São Joaquim do Monte	Engenho Jaboticabal	16/11/2003	2000	200	MLST
São Joaquim do Monte	Fazenda Camaragibe	16/11/2003	2000	200	MLST
São José da Coroa Grande	Engenho Mangrim	28/07/2003		120	MST
São José do Belmonte	Fazenda Feijão	27/03/2003			MST
São José do Belmonte	Fazenda Feijão	06/04/2003		160	MST
São José do Belmonte	Fazenda Gameleira	04/04/2003	4000	350	MST
São José do Egito	Área da Cohab	12/08/2003		100	CPT
Serra Talhada	Fazenda Boa Vista	13/07/2003	1200	150	Fetape
Serra Talhada	Fazenda Carnaíba/Carnaíba	05/10/2003		20	Fetape
Serra Talhada	Fazenda Laginha/Varginha	05/10/2003	950	40	Fetape
Sertânia	Fazenda Cachoeirinha	03/11/2003		47	CPT
Sobradinho	Fazenda Salgadinho	07/05/2003	500	60	MST
Tamandaré	Engenho Coqueiro	02/07/2003	400	26	OLC
Vitória de Santo Antão	Engenho Amparo	01/04/2003		100	MST
Subtotal:	83		61672	10117	
Piauí					
Altos	Fazenda Belo Horizonte	26/12/2003	600	31	Fetraf
Altos	Faz. Funil/Acamp. Nossa Esperança	17/01/2003	1700	400	MST
Altos	Fazenda Santa Bárbara	01/07/2003	743	36	Fetraf/STR
Altos	Poço dos Negros	10/12/2003	1044	40	Fetraf
Canto do Buriti	Acampamento Dezenove de Abril	19/04/2003	1800	36	MST
Canto do Buriti	Acampamento Treze de Abril	13/04/2003	3700	40	MST
Esperantina	Faz. Coité/Acamp. Guerreira Trindade	31/10/2003	2300	200	MST
José de Freitas	Fazenda Belo Horizonte	30/10/2003	800	35	Fetraf
Palmeirais	Pov. Sta. Tereza/Fazenda Lagoa do Mato/Acamp. José Constâncio	14/11/2003	671	80	MST
Teresina	Fazenda Recanto Santo Antônio	28/08/2003	1200	101	Fetraf
Teresina	Faz. Bom Id./Acamp. Francisca Trindade	28/02/2003	647	45	MST
Subtotal:	11		15205	1044	
Rio de Janeiro					
Campos dos Goytacazes	Fazenda Abadia/Complexo Sta. Cruz	30/05/2003	1382	200	MST
Campos dos Goytacazes	Faz. Dores de Cambaíba/Acamp. Oziel Alves	30/05/2003	1000	160	MST
Campos dos Goytacazes/São Francisco do	Faz. S. Diogo/Betel/Dandara dos Palmares	27/05/2003	450	60	MST
Cardoso Moreira	Fazenda Vermelha	09/08/2003	1053	180	MST
Macaé	Fazenda Cabiúnas	07/04/2003	400	480	Contag/STR
Queimados	Área às Margens da Via Dutra	25/10/2003		80	MST
Subtotal:	6		4285	1160	

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Rio Grande do Norte					
Mossoró	Fazenda Alagoinha	12/08/2003	1464	150	MST
Mossoró	Fazenda Maisa	31/05/2003	2400		MST
Mossoró	Fazenda Maisa	16/06/2003		700	MST
Mossoró	Fazenda Santa Julia	24/06/2003	2600	138	Fetarn/STR
Mossoró	Fazenda São João/Igarapé	30/07/2003	3607		MST
Mossoró	Fazenda São João/Igarapé	06/08/2003			STL
Mossoró	Fazenda São João/Igarapé	13/08/2003		400	MST
Mossoró	Fazenda São Pedro	08/08/2003	400	120	MST
Subtotal:	8		10471	1508	
Rio Grande do Sul					
Júlio de Castilhos	Fazenda Bom Retiro	06/10/2003	2800	800	MST
Rio Pardo/Pântano Grande	Fazenda Bela Vista	28/05/2003	3000	1000	CUT/Via Campesina
São Jerônimo	Fazenda Limoeiro	01/09/2003			MST
São Jerônimo	Fazenda Limoeiro	08/10/2003			MST
São Jerônimo	Fazenda Limoeiro	11/10/2003	1020	60	MST
São Jerônimo	Fazenda Santa Bárbara	22/04/2003	1300	60	MST
Subtotal:	6		8120	1920	
Rondônia					
Alta Floresta do Oeste	Fazenda Castanhal	30/01/2003		20	SI
Cacaulândia	Sítio na Linha C-0	13/03/2003	42	3	OTC
Mirante da Serra	Fazenda Mirante da Serra/Lígia Izabel	11/09/2003	1500	200	MST
Nova Brasilândia do Oeste	Fazenda Gladys Willians	28/01/2003	6400	158	MST
Presidente Médici	Faz. Mariana/Acamp. Emerson Rodrigues	14/02/2003	1119	180	MST
Theobroma	Faz. Limajuti/Sta. Bárbara/TD Assunção	12/10/2003	35000	300	Asproja
Subtotal:	6		44061	861	
Santa Catarina					
Abelardo Luz	Fazenda Capão Grande	01/02/2003	750	70	MST
Abelardo Luz	Fazenda Esperança	03/10/2003	6000	200	MST
Abelardo Luz	Fazenda Esperança	03/10/2003	750	130	MST
Abelardo Luz	Fazenda Olivepar	01/02/2003		67	MST
Abelardo Luz	Fazenda Portal do Sol	04/02/2003	700	120	MST
Abelardo Luz	Fazenda São José	01/02/2003	5000	27	MST
Araquari	Fazenda Comfloresta	01/03/2003		90	MST
Curitibanos	Fazenda da Roseira	25/07/2003		230	MST
Irani	Fazenda Celulose Irani	28/05/2003	2200	120	MAB/MMA/MST
Ponte Serrada	Fazenda Três Barras	15/01/2003	350	20	SI
São Domingos	Fazenda Agropastoril Arvoredo	23/01/2003	500	80	MST
São Domingos	Fazenda Zugma	15/01/2003	1000	80	MST
Subtotal:	12		17250	1234	
São Paulo					
Alambari	Faz. Santa Isabel/Acamp. Pátria Livre	01/03/2003	1000	400	MST
Andradina	Área em Andradina	01/06/2003	1000	400	MST
Andradina	Faz. Arizona/Acamp. União da Vitória III	05/12/2003	726	50	MST
Araçatuba	Fazenda Araçá	03/06/2003	1254	400	MST
Araçatuba	Fazenda Rosa Branca	01/06/2003	339	400	MST

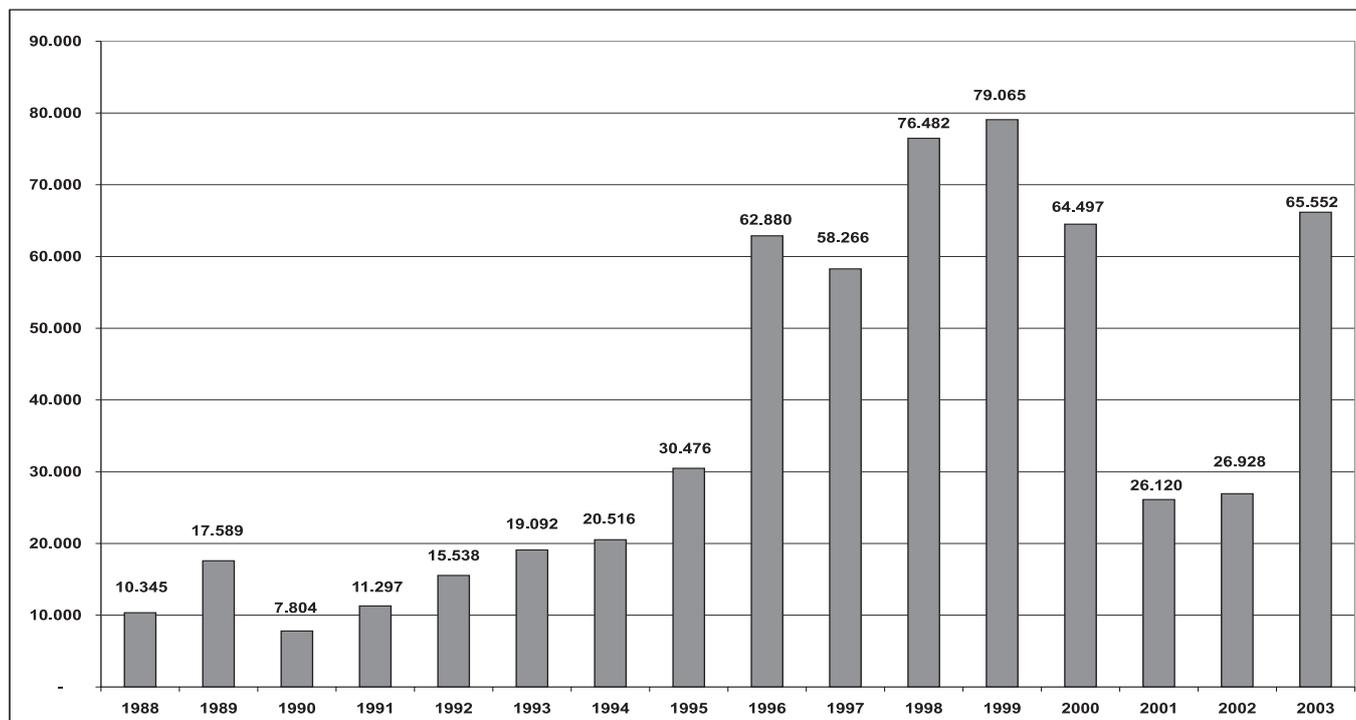
Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Birigüi	Fazenda Pau D'Alho	11/06/2003	726	150	MST
Colina	Área da Casa Transitória André Luís	24/06/2003		320	Feraesp
Colina	Estação Exp. de Zootecnia/Pólo Regional de Alta Mogiana	07/06/2003	2904	700	Fetaesp
Espírito Santo do Pinhal	Fazenda Santa Guilhermina	08/04/2003		150	SAF/STR
Ilha Solteira	Fazenda Santa Maria da Lagoa	01/01/2003		2	MST
Ilha Solteira	Fazenda São José da Barra	01/01/2003		120	MST
Luziânia	Fazenda Baronesa	28/04/2003		120	MST
Mogi-Guaçu	Área da Construmec/Jardim Ypê 5	02/04/2003		150	SAF/STR
Mogi-Guaçu	Área da Ricci Engenharia	14/03/2003		80	SAF/STR
Mogi-Guaçu	Área em Martinho Prado/International Paper	21/03/2003		150	SAF/STR
Mogi-Guaçu	Fazenda Campininha	09/03/2003	4500	200	SAF/STR
Pederneiras	Área da Prefeitura/Grupo Terra Nossa	28/01/2003		130	MST
Pederneiras/Bauru	Áreas em Id. Chapadão/Grupo Terra Nossa	27/04/2003		130	MST
Pirapozinho	Acamp. Toninho do PT/Área da RFFSA	15/07/2003		200	MST
Presidente Epitácio	Fazenda São Jorge	26/04/2003		135	MST
Ribeirão Preto	Fazenda Bragueto/Acamp. Mário Lago	02/08/2003		230	MST
São Paulo	Área em Perus	16/08/2003	100	250	MST
São Sebastião	Área na Rodovia Rio-Santos	29/07/2003	400	53	SI
Serra Azul/Serrana	Fazenda Santa Clara	07/11/2003	1150	24	MST
Sorocaba	Fazenda Santa	01/03/2003		300	MST
Sorocaba/Porto Feliz	Área do Itesp/Acamp. Pátria Livre	13/03/2003	1210	400	MST
Sumaré	Horto Florestal/Sumaré 2/Terra Sem Males	18/10/2003	450	150	MST
Taubaté	Fazenda Santa Terezinha	06/09/2003	436	60	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda São João	31/12/2003	960	80	MAST
Tremembé	Fazenda Corumirim/SP-123	20/02/2003	758		MST
Tremembé	Fazenda Corumirim/SP-123	22/04/2003			MST
Tremembé	Fazenda Corumirim/SP-123	06/09/2003		215	MST
Tremembé	Faz. Dom Pepe/D. Pedro/Nelson Rodrigues	26/04/2003		180	MST
Subtotal:	33		17913	6329	
Sergipe					
Estância	Fazenda Berta Grande	04/07/2003		430	MST
Estância	Fazenda Capivara	04/07/2003		130	MST
Indiaroba	Acamp. Sta. Rita do Gavião/Faz. Sem Nome	11/08/2003		47	MST
Lagarto	Fazenda Lombo	27/05/2003	2000	250	MST
Lagarto	Fazenda São José	03/06/2003		250	MST
Riachuelo	Fazenda Várzea	15/07/2003		669	MST
Riachuelo	Projeto Jacarecica 2	15/07/2003		450	MST
Santa Luzia do Itanhy	Fazenda Monjolo	08/08/2003		80	MST
Subtotal:	8		2000	2306	
Tocantins					
Porto Nacional	Fazenda Esperança	08/04/2003	146	80	MAB
Subtotal:	1		146	80	
Total:	391		677302	65552	

Brasil - Número de Ocupações de Terras - 1988 - 2003



Fonte: CPT - Comissão Pastoral da Terra, 2003

Brasil - Número de Famílias em Ocupações de Terras - 1988 - 2003



Fonte: CPT - Comissão Pastoral da Terra, 2003

Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos

Paulo Roberto R. Alentejano*

Nauro Júnior



* Geógrafo, Professor Adjunto da UERJ/FFP.

Neste artigo procederemos a uma breve análise dos conflitos fundiários no meio rural brasileiro a partir dos dados coletados e organizados pela Comissão Pastoral da Terra acerca das ocupações de terra e acampamentos de trabalhadores rurais sem terra. Inicialmente faremos uma breve análise histórica das ocupações e acampamentos para o conjunto do país e em seguida analisaremos mais detidamente os dados em relação ao ano de 2003.

1. Ocupações de terra e acampamentos numa perspectiva histórica

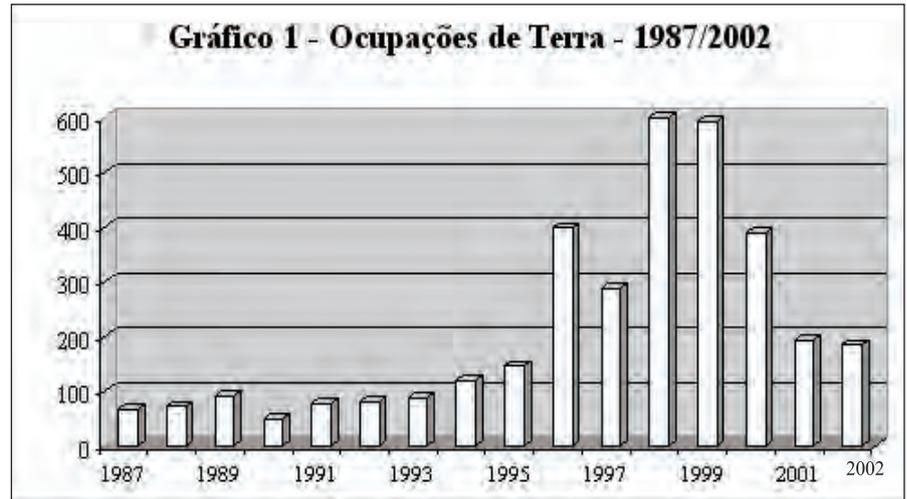
Uma análise dos conflitos fundiários no Brasil a partir de 1987, centrada nos dados sobre ocupações de terra revela a existência de 5 fases distintas, marcadas por avanços e recuos na mobilização dos trabalhadores, assim como em padrões distintos de reação do Estado brasileiro.

Um primeiro período vai de 1987 a 1989, quando o que se observa é o fortalecimento paulatino dos movimentos, com o crescimento, ainda que modesto, do número de ocupações (de 67 em 1987 para 90 em 1989), em que pese uma certa oscilação no número de famílias envolvidas (11.772 em 1987, 9.986 em 1988 e 12.575 em 1989). Tal variação está relacionada à conjuntura da época, marcada de um lado pela ofensiva dos movimentos sociais rurais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), recentemente organizado no contexto do final da ditadura militar; de outro, pela forte reação dos latifundiários, organizados na UDR (União Demo-

crática Ruralista), num contexto de forte polarização política envolvendo o debate sobre a reforma agrária na Constituinte de 1988 e a eleição direta para presidente da República de 1989.

na quase absoluta paralisação dos processos de desapropriação, desestimulando a luta pela terra, uma vez que sem a perspectiva concreta de conquistas, a mobilização tornava-se muito mais difícil. De outro lado, a

Gráfico 1 – Ocupações de Terra no Brasil – 1987/2002

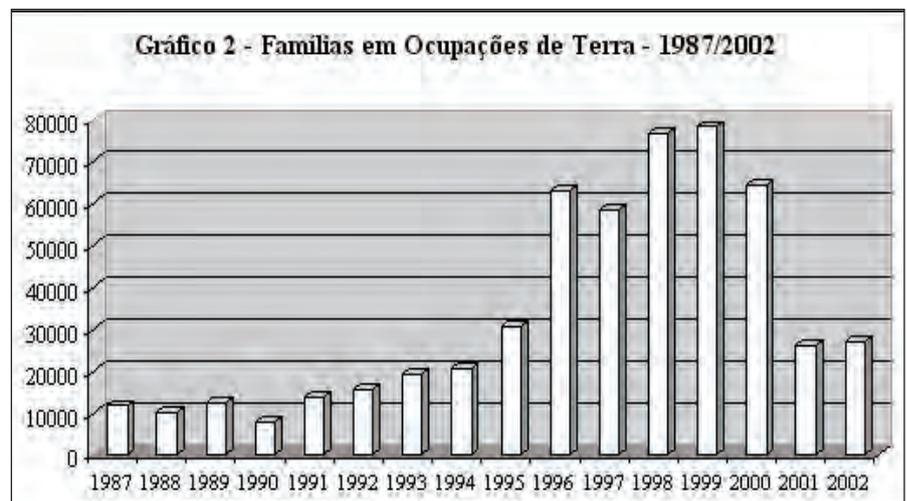


Fonte: CPT

Com a derrota dos movimentos sociais rurais na Constituinte de 1988 e das forças de esquerda na eleição de 1989, inicia-se uma fase de declínio da luta pela terra. A rejeição da emenda popular pela reforma agrária, barrada

perseguição política das lideranças dos movimentos sociais rurais levada a cabo pelo governo Collor, junto com o desmonte do Incra, dificultava ainda mais o quadro para a organização social no campo.

Gráfico 2 – Famílias em Ocupações de Terra no Brasil – 1987/2002



Fonte: CPT

pela mobilização da bancada ruralista no Congresso Constituinte, resultou

Somente após a queda de Collor e a aprovação da Lei Agrária, regula-

mentando a Constituição de 1988 e possibilitando a retomada dos processo de desapropriação de terras, a mobilização dos trabalhadores rurais ganha novo fôlego, fazendo com que em 1994, o número de ocupações ultrapassasse o patamar de 1989 e o número de famílias envolvidas superasse a casa das 20.000, praticamente o dobro de 1989.

Porém, é a partir de 1995, após a eleição de Fernando Henrique Cardoso e nova derrota de Lula, que verificamos um grande crescimento dos conflitos, atingindo o patamar das 600 ocupações e das 70.000 famílias envolvidas em 1998 e 1999. Este grande crescimento, está ligado a vários aspectos, dentre eles: o crescimento do desemprego no país, especialmente no meio rural, fruto das políticas de liberalização comercial que provocam a falência de muitos agricultores e a eliminação de grande quantidade de empregos; a visibilidade política dos movimentos sociais rurais, em especial o MST, em função do espaço conseguido na mídia a partir de eventos diversos, tais como a realização de inúmeras ocupações no Estado de São Paulo, coração econômico do país, a repercussão internacional dos massacres de Corumbiara e, em especial, de Eldorado dos Carajás, a marcha a Brasília, que consolidou, naquele momento, um amplo apoio à luta pela reforma agrária por parte da população brasileira.

Acuado, o governo Fernando Henrique Cardoso, que num primeiro momento tem apenas ação reativa,

organiza-se para tomar a iniciativa política no segundo mandato, logrando uma efetiva redução das ocupações já em 2000, mas especialmente em 2001 e 2002, quando o número de ocupações e de famílias envolvidas retorna a patamares anteriores a 1996, o que pode ser atribuído, basicamente, à efetividade das seguintes medidas: impedimento das vistorias de terras ocupadas; criminalização das ocupações de terras e prédios públicos com exclusão do cadastro de beneficiários dos assentamentos dos envolvidos nestes atos; perseguição política, culminando com prisão de algumas das principais lideranças dos movimentos sociais, em especial o MST.

Este fato fica evidente no aparecimento de uma nova forma de luta no campo, os acampamentos em beiras de estrada e frentes de fazendas, conforme a Tabela 1 abaixo.

Com a vitória de Lula nas eleições de outubro de 2002, verifica-se uma retomada dos conflitos, expresso tanto no recrudescimento das ocupações,

como na multiplicação dos acampamentos, conforme a Tabela 2, abaixo, o que pode ser atribuído basicamente ao fim da repressão sobre os movimentos sociais, à expectativa gerada entre os trabalhadores pelas promessas de efetivação da reforma agrária e pelo aumento do desemprego.

Vejamos com mais detalhes as características dos conflitos em 2003.

2. As ocupações de terra e os acampamentos de trabalhadores rurais em 2003

Os conflitos pela terra em 2003 atingiram o patamar das 676 ações, o maior volume já registrado pelo levantamento da CPT e envolveram também o maior número de famílias já registrado, com um total de 124.634 famílias.

Tabela 1 – Acampamentos, Famílias Acampadas e Famílias por Acampamento – 2001/2003

	Acampamentos	Famílias Acampadas	Famílias por Acampamento
2001	65	10311	158,63
2002	64	10750	167,97
2003	285	59.082	207,30
Total	414	80.143	193,58*

Fonte: CPT
* Média

Tabela 2 – Acampamentos e Ocupações de Terra – 2001/2003

Ano	Acampamentos	Ocupações	Total das Ações		Famílias Acampadas	Famílias em Ocupações	Total de Famílias Mobilizadas	
	Nº	Nº	Nº	Aumento Anual (%)	Nº	Nº	Nº	Aumento Anual %
2001	65	194	259	-	10311	26.120	36.431	-
2002	64	184	248	- 4,5	10750	26.985	37.735	3,45
2003	285	391	676	172,5	59.082	65.552	124.634	231

Fonte: CPT

Do total de ações, 391 foram ocupações (inferior apenas às verificadas em 1996, 1998 e 1999), representando 57,9% das ações e 285 foram acampamentos (maior volume da história), perfazendo 42,1% das ações. No que tange ao número de famílias mobilizadas, 53% o foram para ocupações e 47% para acampamentos. Estes dados revelam, de um lado, a consolidação dos acampamentos como nova forma de luta pela terra, desenvolvida em resposta à legislação repressiva implementada pelo governo FHC e até o momento não revogada pelo governo Lula (embora, na prática ignorada); de outro, a retomada dos conflitos, impulsionados pela redução da repressão e a paralisação da política de assentamentos no primeiro ano do governo Lula, sob o pretexto de redefinir o modelo dos assentamentos, mas na prática,

pelos restrições de recursos, dada a política macroeconômica de geração de superávits fiscais que implica em corte dos gastos públicos.

A análise dos dados referentes à distribuição regional das ocupações e acampamentos (Tabela 3) demonstra que a atuação dos movimentos sociais rurais, embora generalizada, concentrase, em termos absolutos, nas regiões de ocupação mais antigas, contrapondo-se ao quadro desenhado pela política de assentamentos do governo federal durante o período FHC, quando as desapropriações e especialmente os assentamentos concentraram-se nas áreas de fronteira, particularmente no Norte e no Centro-Oeste. Esta diferença entre a concentração espacial da mobilização dos trabalhadores e da política de assentamentos não representa uma negação da tese enunciada por Fernandes (2002), segundo

a qual a política de assentamentos foi basicamente reativa às ocupações de terra, mas indica a inflexão na política agrária promovida pelo governo FHC, em sua tentativa de, ao mesmo tempo, responder à pressão da sociedade civil brasileira e de organismos internacionais em defesa da reforma agrária, e combater os movimentos sociais rurais, em especial o MST, conforme defendemos anteriormente (ALENTEJANO, 2000).

Porém, uma análise que leve em consideração a distribuição da população brasileira, em especial a população rural, revela que é na região Centro-Oeste que se tem a maior intensidade da luta pela terra na atualidade, conforme a Tabela 4, abaixo.

Assim, observa-se que o Centro-Oeste é o principal palco dos conflitos pela terra no Brasil atual, pois se

Tabela 3 – Distribuição Regional dos Acampamentos e Ocupações - 2003

Região	Acampamentos		Ocupações		Total das Ações		Famílias Acampadas		Famílias em Ocupações		Total de Famílias Mobilizadas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	67	24	30	8	97	14,34	11.394	19,28	5.290	8	16.684	13,38
Nordeste	97	34	152	38	249	36,84	19.228	32,54	19.298	30	38.526	30,91
Sudeste	41	14	87	22	128	18,94	12.942	21,91	14.175	21	27.117	21,70
Sul	24	8	69	18	93	13,76	3.504	5,93	11.151	17	14.655	11,71
Centro-Oeste	56	20	53	14	109	16,12	12.014	20,33	15.638	24	27.652	22,30
Brasil	285	100	391	100	676	100	59.182	100	65.552	100	124.634	100

Fonte: CPT

Tabela 4 – População Rural por Região (2000) x Ocupações, Acampamentos e Famílias Mobilizadas (2003)

Região	População Rural	Ocupações e Acampamentos	Famílias Mobilizadas
	%	%	%
Norte	12,16	14,34	13,38
Nordeste	46,22	36,84	30,91
Sudeste	21,48	18,94	21,70
Sul	14,98	13,76	11,71
Centro-Oeste	4,83	16,12	22,30
Brasil	100	100	100

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 2000 e CPT.

considerarmos que o contingente de 1.543.752 habitantes do meio rural da região corresponde aproximadamente a 308.750 famílias e que o total de famílias mobilizadas para ocupações e acampamentos foi de 27.872, teríamos o impressionante percentual de 9,03% das famílias rurais do Centro-Oeste envolvidas nestas ações num único ano (2003). Trata-se de uma clara evidência da insustentabilidade social e política do modelo agropecuário que se quer hegemônico no país: os grandes latifúndios monocultores modernizados.

Deve-se ainda destacar que no Centro-Oeste, região do país com maior índice de concentração fundiária (0,8 no Índice de Gini que vai de 0 a 1) encontra-se a maior média de famílias mobilizadas entre todas as regiões do país, em especial pela grande quantidade de famílias mobilizadas para as ocupações, pois a média de famílias mobilizadas para os acampamentos é maior no Sudeste. Vide tabela abaixo.

No que se refere especificamente às ocupações de terra, estas cresceram em relação a 2002 no conjunto do país (embora ainda longe do patamar de 1998/1999), somando um total de 391 ocupações e 65.552 famílias, espalhando-se por 23 Estados e o Distrito Federal e 271 municípios.

Em termos de distribuição regional temos o seguinte quadro: a maior parte das ocupações ocorreu no

Nordeste (38%), seguido do Sudeste (22%), do Sul (18%), do Centro-Oeste (14%) e do Norte (8%). Porém, em termos do número de famílias o quadro muda, com a participação do Nordeste caindo para 30%, o Centro-Oeste aparecendo em segundo lugar com 24%, seguindo-se o Sudeste com 21%, o Sul com 17% e o Norte com 8%, o que indica que no NE predominam ocupações com poucas famílias, ao passo que no Centro-Oeste estas são mais massivas.

Em termos de área, o Centro-Oeste lidera com 29%, seguido do NE com 24%, o N com 20%, o SE com 18% e o Sul com apenas 9%, refletindo neste caso o padrão da estrutura fundiária brasileira, onde os maiores imóveis concentram-se no NE, no CO e no N, ao passo que no S e SE as áreas médias são menores.

Embora o MST seja praticamente o único movimento com atuação de âmbito nacional, a luta pela terra é monopólio deste em apenas 4 (CE, DF, ES e SE). O MST foi o responsável por 225 das 391 ocupações realizadas em 2003, o que corresponde a 57,5% do total. O segundo movimento de luta pela terra em número de ações foi a Organização da Luta pela Terra (OLC), restrito a Pernambuco, mas bastante ativo tendo realizado 39 ocupações, ainda mais que o Movimento Sindical Rural, organizado nacionalmente em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores

na Agricultura (CONTAG) e que através dos STRs e das federações estaduais promoveu 30 ocupações espalhadas por 11 Estados. Em termos de abrangência de atuação destaca-se também a CPT, com 10 ocupações em 6 Estados. Em termos de concentração de atuação destacam-se a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) com 11 ocupações somente em Minas Gerais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR) com 6 ocupações no Paraná. O Estado que, em 2003, teve maior número de movimentos sociais rurais promovendo ocupações foi Pernambuco, com 10, seguido de Pará, Paraná e Minas Gerais com 5 cada.

No que se refere ao número de famílias mobilizadas, a participação do MST ganha relevo, com 45.475 de um total de 65.772, 69,14% do total, indicando o caráter mais massivo das ocupações organizadas pelo Movimento em comparação com os demais. Neste quesito, o segundo movimento mais expressivo, em 2003, foi o Movimento Sindical Rural, com 4.679 famílias, 7,11% do total, seguido pelo OLC, com 3.345 famílias, 5,08% e a CPT, com 1.922 famílias, 1,27% do total. Nenhum outro movimento mobilizou mais de 1000 famílias, exceção feita à ocupação conjunta organizada pela CUT/RS e a Via Campesina numa área da Monsanto no Rio Grande do Sul, que contou com 1.000 famílias,

Tabela 5 – Média das Famílias Mobilizadas nos Acampamentos e Ocupações por Região - 2003

Região	Média de Famílias Mobilizadas	Média de Famílias por Ocupação	Média de Famílias por Acampamento
Norte	172,00	176,33	170,06
Nordeste	154,72	126,96	198,22
Sudeste	211,85	162,93	315,66
Sul	152,39	161,60	146,00
Centro-Oeste	255,71	295,05	214,54
Brasil	184,27	167,65	207,30

Fonte: CPT

e ao Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados de Mato Grosso (MTAA/MT) que em apenas 2 ocupações também reuniu 1.000 famílias. A maior ocupação realizada em 2003 foi feita pelo MST no Paraná, na Fazenda Santa Terezinha, município de Paranapoema, com 1.300 famílias. Vale ressaltar que das 391 ocupações, apenas 5 (1,28%) contaram com 1.000 ou mais famílias, sendo 3 organizadas pelo MST. A maioria das ocupações (209 ou 53,52%) reuniu entre 100 e 999 famílias, enquanto que as ocupações com menos de 100 famílias foram 150 (38,27%).

O quadro dos acampamentos é bastante distinto a começar pelo fato de que há acampamentos em apenas 21 Estados. Além de AM, AP e RR, onde não há qualquer ação organizada de luta por terra, também não foram registrados acampamentos no PI, na PB e no DF. O número de acampamentos é 25% inferior ao de ocupações e estão presentes em 15% menos municípios.

A distribuição regional dos acampamentos também é significativamente distinta do quadro das ocupações, embora em ambos os casos o Nordeste apareça como a região de maior ocorrência. No caso dos acampamentos 34% estão no Nordeste, mas o Norte vem a seguir com 24%, seguido do Centro-Oeste

com 20%, o Sudeste com 14% e o Sul com 8%.

No que se refere ao número de famílias acampadas o quadro não é muito distinto, embora aumente a participação do Sudeste, indicando a presença nesta região dos maiores acampamentos, ao passo que nas regiões Norte e Sul ocorre o contrário, com o predomínio de acampamentos menores.

No que se refere à participação dos movimentos sociais na organização dos acampamentos, observa-se que a presença do MST não é neste caso tão marcante como no caso das ocupações, pois se 117 acampamentos estão ligados ao MST (41,05%), 102 (35,79%) estão vinculados ao Movimento Sindical Rural. Esta maior participação do MSR nos acampamentos está em grande parte relacionada à intensa ação das federações de trabalhadores rurais de 2 Estados: Goiás e Pernambuco, onde o MSR elegeu a realização de acampamentos como a principal forma de luta, em contraposição à massiva mobilização de famílias para as ocupações nestes Estados pelo MST, em especial no caso de Pernambuco. No entanto, em termos de capacidade de mobilização o MST sobressai, pois 57% das famílias acampadas estão vinculadas ao Movimento, ao passo que em acampamentos do MSR estão

apenas 16,19% do total. Isto fica evidente quando observamos que dos 10 acampamentos existentes no país com 1.000 ou mais famílias, 7 são do MST e nenhum do MSR, embora o maior de todos seja do MTAA/MT, o acampamento Padre Lothar, em São José do Povo/MT, com 4.200 famílias, enquanto o maior acampamento ligado ao MST, o Jahir Ribeiro, em Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio/SP, conte com 4.010 famílias.

O que a análise do conjunto dos dados acima permite concluir é que a luta pela terra, em que pese as diferenças regionais, encontra-se hoje disseminada pelo conjunto do país e medidas repressivas não são capazes de eliminá-la, embora possam reduzir sua intensidade, conforme verificou-se nos últimos anos do governo FHC, porém, assim que a repressão diminui a luta recrudescer, inclusive com a incorporação de novas formas de luta criadas para driblar a repressão, como é o caso da atual multiplicação dos acampamentos. Portanto, tudo indica que a única alternativa para refrear definitivamente os conflitos pela terra encontra-se na realização de uma ampla e efetiva reforma agrária. Esperamos que o governo Lula não frustrasse mais este seu compromisso histórico, de importância tanto real como simbólica para a resolução dos problemas do país.

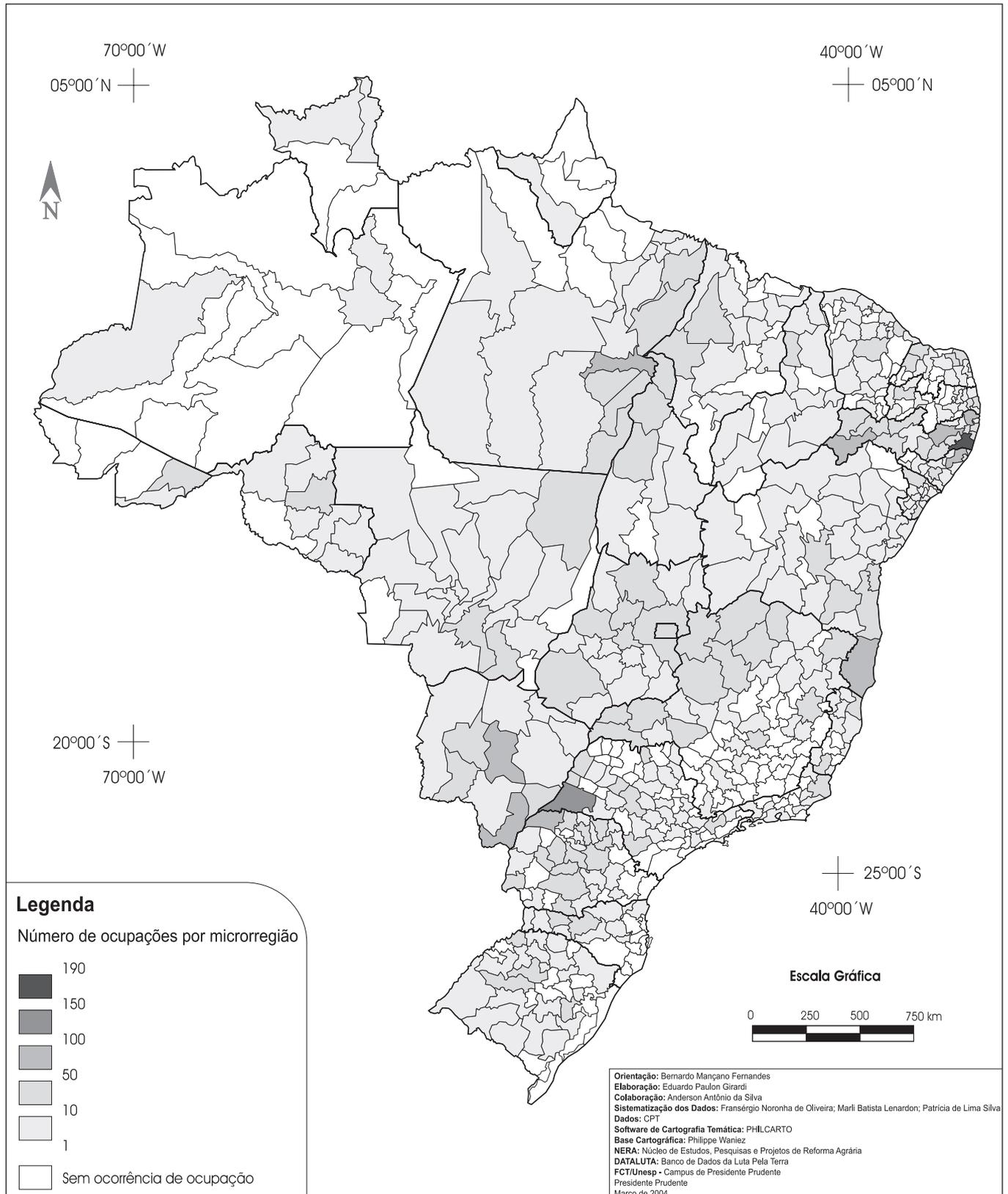
Geografia das Ocupações e Violência

Damian Sanchez



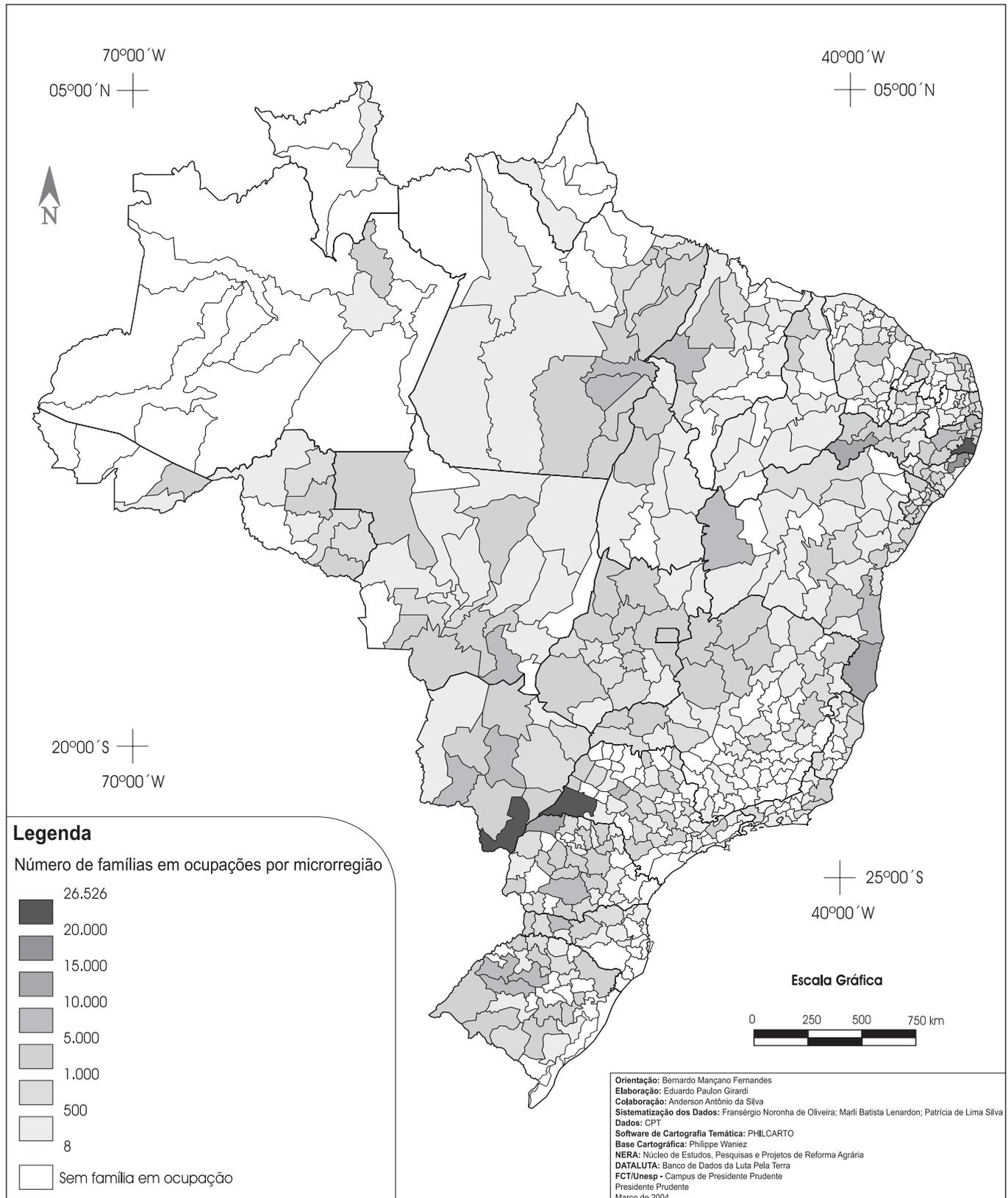
Brasil – Geografia das Ocupações de Terra – 1988-2003

Número de Ocupações



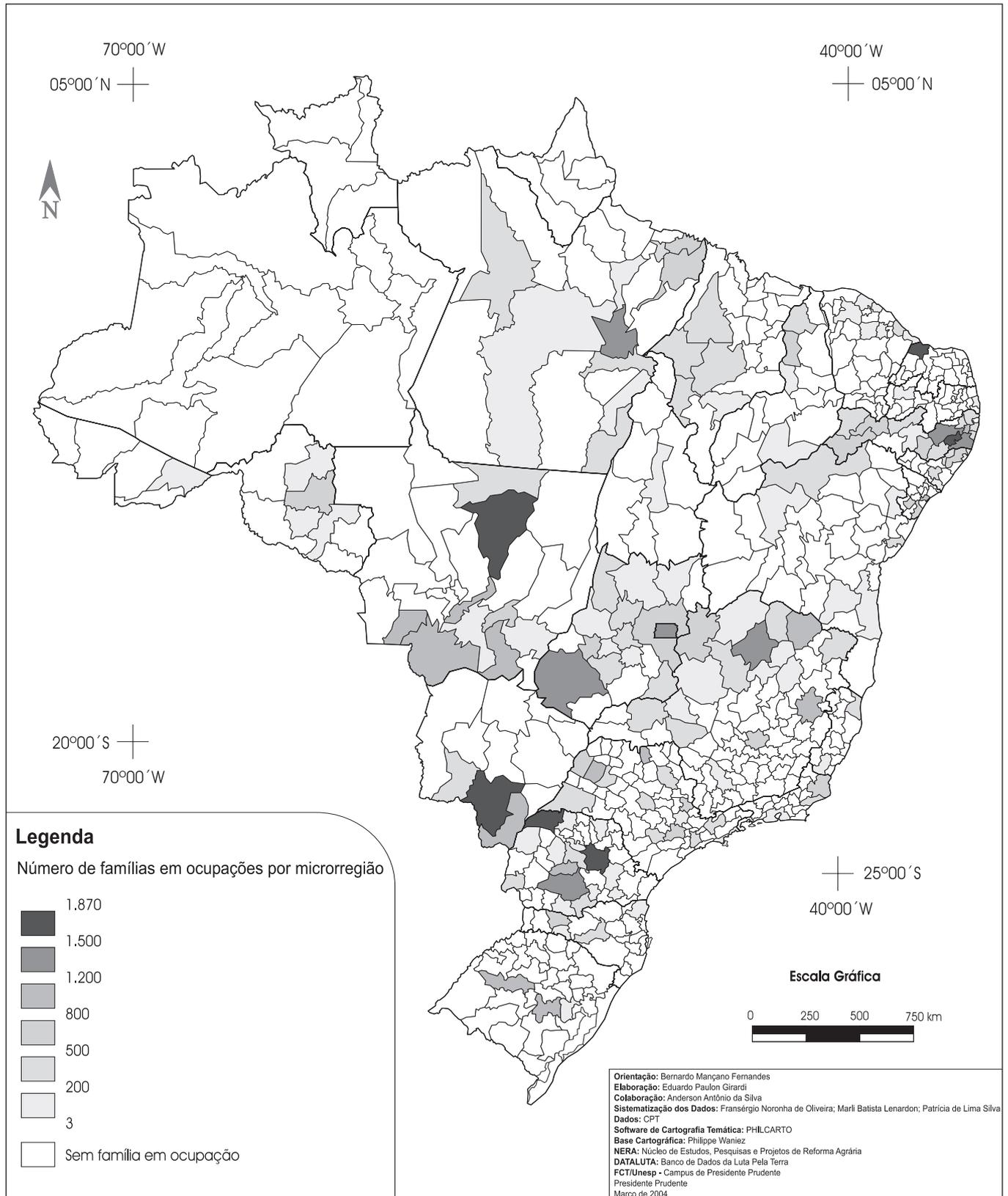
Brasil – Geografia das Ocupações de Terra – 1988-2003

Famílias em Ocupações



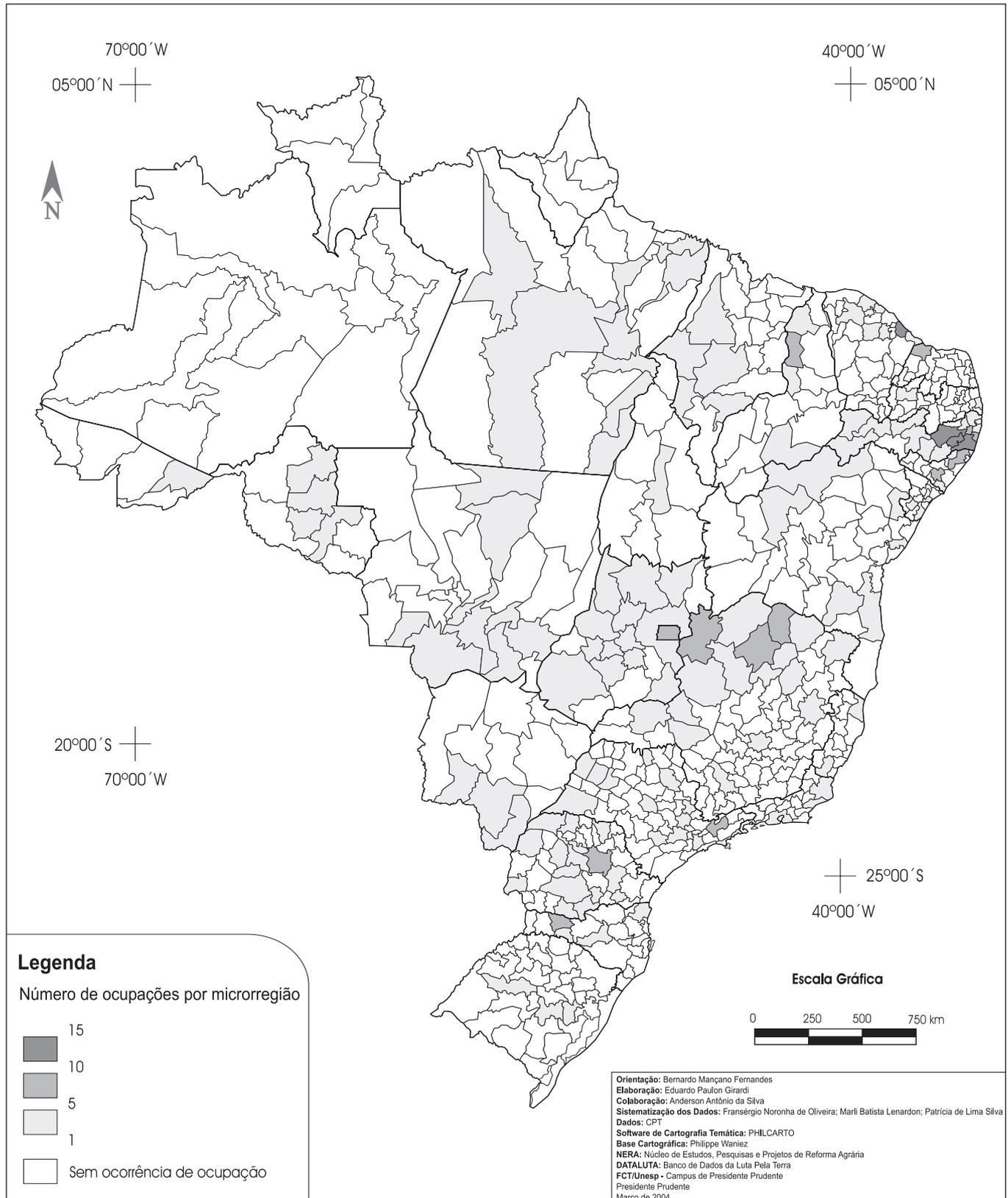
Brasil – Geografia das Ocupações de Terra – 2003

Famílias em Ocupações



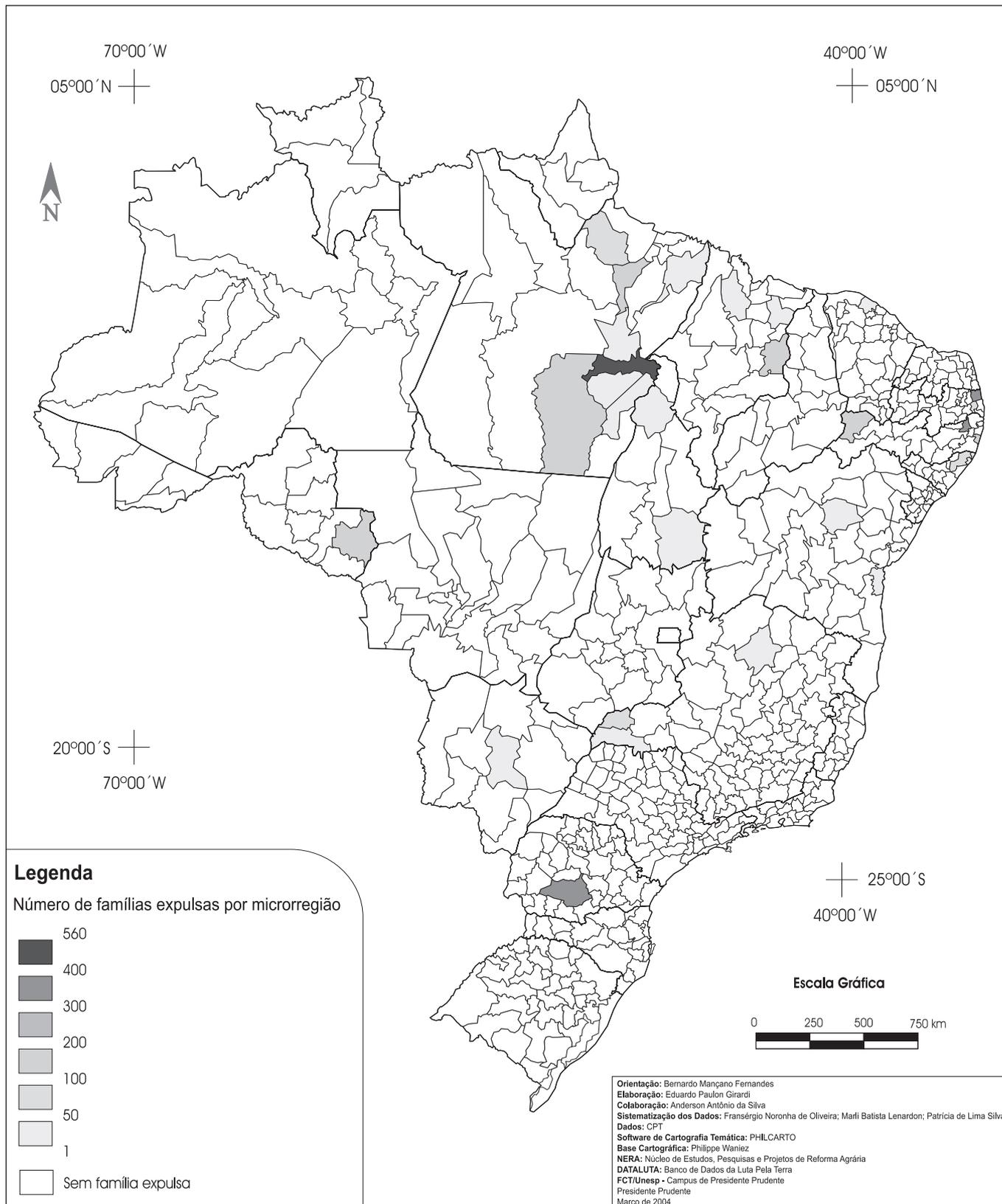
Brasil – Geografia das Ocupações de Terra – 2003

Número de Ocupações



Brasil – Geografia das Expulsões da Terra – 2003

Famílias Expulsas



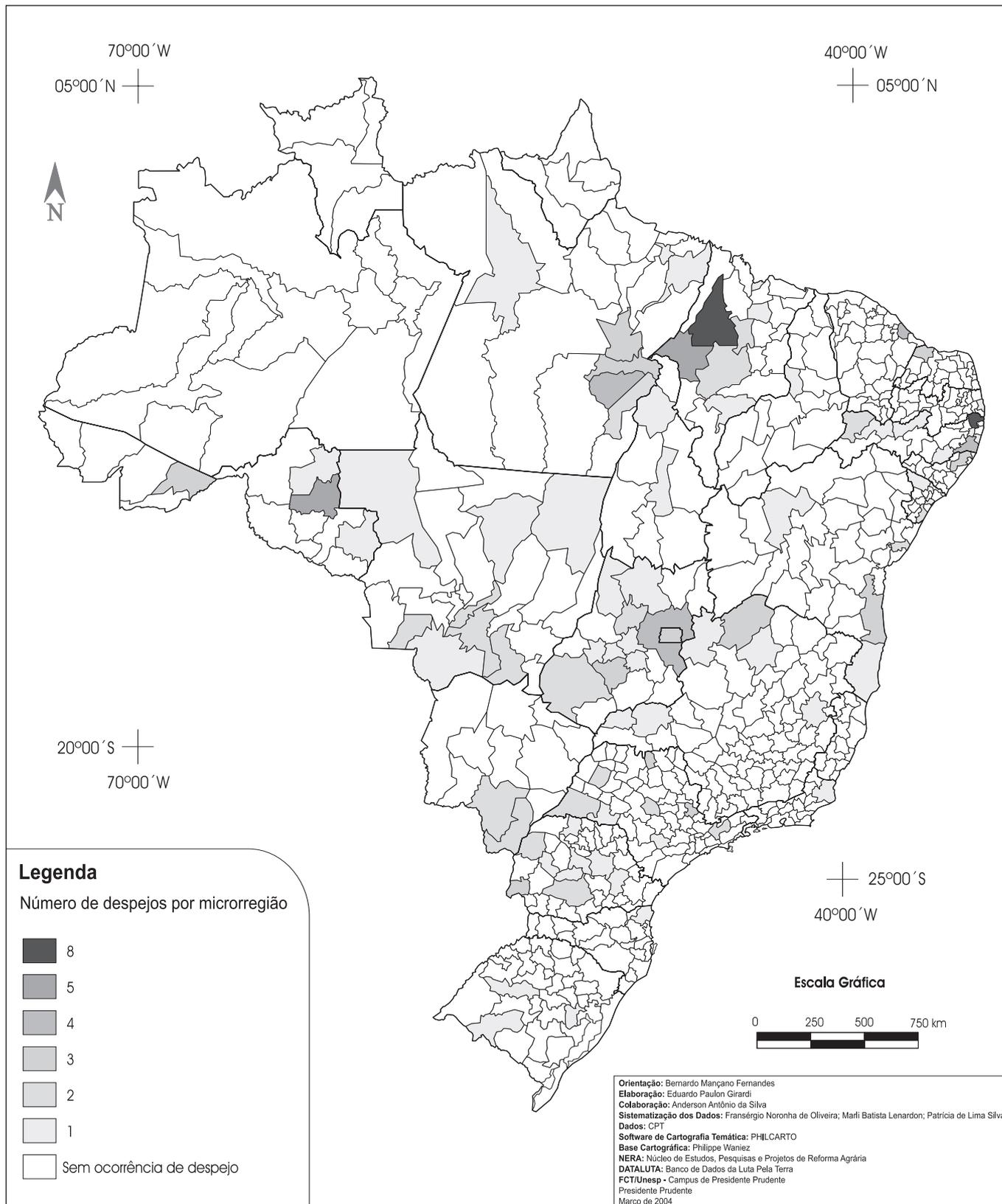
Brasil – Geografia das Expulsões da Terra – 2003

Número de Expulsões



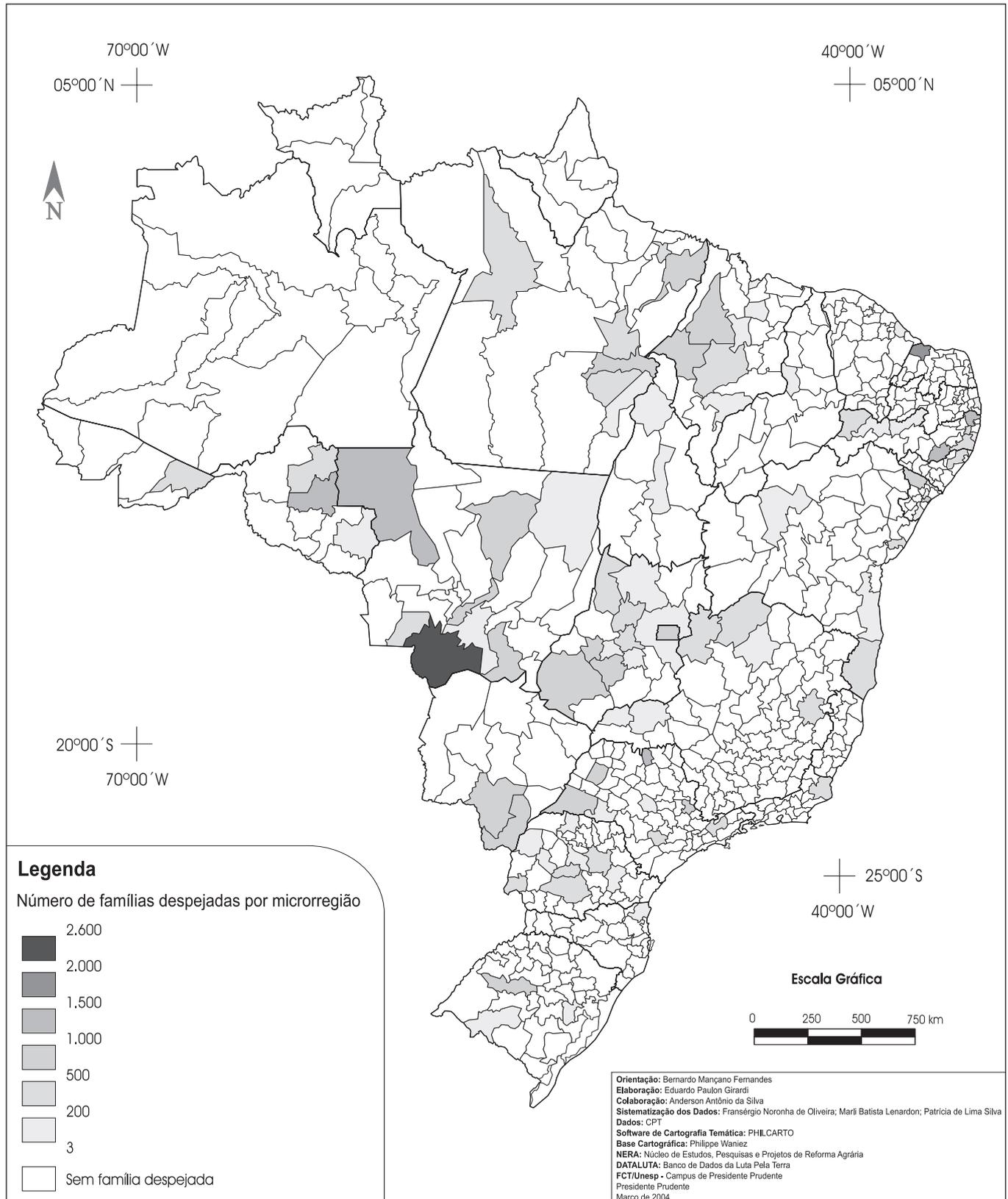
Brasil – Geografia dos Despejos da Terra – 2003

Número de Despejos



Brasil – Geografia dos Despejos da Terra – 2003

Famílias Despejadas



Acampamentos

Damián Sánchez



Acampamentos

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Acre				
Rio Branco/Plácido de Castro	Acamp. às Margens da AC-40/ Sering. Triunfo	23/8/2003	130	SI
Subtotal:	1		130	
Alagoas				
Delmiro Gouveia	Acamp. Padre Cícero	15/6/2003	100	MST
Ibateguara	Acamp. Jussara	28/4/2003	120	MST
Joaquim Gomes/Flexeiras	Acamp. Capim de Cheiro	24/1/2003	50	MST
Maceió	Acamp. Mirante	15/5/2003	150	MST
Maragogi/Porto de Pedras	Acamp. próximo à Faz. Boa Vista	7/3/2003	50	MST
Matriz do Camaragibe	Acamp. Alto do Céu	24/2/2003	190	MST
Piranhas	Acamp. 12 de Junho	12/6/2003	117	MST
Porto de Pedras	Acamp. ao lado da Faz. Lucena	10/12/2003	32	SI
Traipu	Acamp. Pau Ferro	3/5/2003	117	MST
União dos Palmares	Acamp. ao lado da Faz. Sítio Velho	27/2/2003	150	CPT
Subtotal:	10		1076	
Bahia				
Ajustina	Acamp. Bom Jesus dos Navegantes	25/5/2003	200	OTC
Amélia Rodrigues	Acamp. Usina Itapetingüi	22/10/2003	360	MST
Aurelino Leal	Acamp. 8 de Março	8/8/2003	500	MST
Barreiras	Acamp. Liberdade	1/1/2003	60	MST
Camacan	Acamp. 1º de Maio	30/5/2003	250	MST
Esplanada	Acamp. em frente à Faz. Triunfo	25/9/2003	150	Fetag/BA
Iramaia	Acamp. Boa Sorte	17/5/2003	500	MST
Itaeté	Acamp. Florestan Fernandes	31/1/2003	130	MST
Itaeté	Acamp. União Chapada	31/1/2003	160	MST
Itajuípe	Acamp. Unidos Venceremos	6/7/2003	120	MST
Itapé	Acamp. no Lixão de Itapé	8/7/2003	25	MTL
Lagedinho	Acamp. Esperança	31/1/2003	97	Ceta
Lagedinho	Acamp. Santo Antonio	31/1/2003	60	Ceta
Lagedinho	Acamp. Tapirapé	7/6/2003	47	Ceta
Mucuri	Acamp. às Margens da BR 101	30/9/2003	350	MST
Nova Redenção	Acamp. Rio Bonito	25/5/2003	70	MST
Porto Seguro	Acamp. Luiz Inácio Lula da Silva	25/3/2003	1350	MST
Ruy Barbosa	Acamp. em Tapiraípe/Faz. Boa Sorte	15/7/2003	45	Ceta/STR
Ruy Barbosa	Acamp. Paz	31/1/2003	25	Ceta
Wagner	Acamp. União Piabas	31/1/2003	85	Ceta
Subtotal:	20		4584	
Ceará				
Aracati	Acamp. ao lado da Faz. Esperança	20/12/2003	24	MST
Choró	Acamp. BR-116 em frente a Cipa	5/12/2003	500	Fetraece/STR

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Chorozinho	Acamp. ao lado da Faz. Marami/BR116-Cipa	5/12/2003	500	CPT/Fetraece
São Gonçalo do Amarante	Acamp. Porto do Pecém/São Gregório/Km 34 CE-085	30/5/2003	150	MST
Subtotal:	4		1174	
Espirito Santo				
Colatina	Acamp. Margarida Alves	10/7/2003	112	SI
Nova Venécia	Acamp. Madre Cristina	5/3/2003	500	SI
São Mateus	Acamp. Terra Livre	8/5/2003	275	MST
Subtotal:	3		887	
Goiás				
Acreúna	Acamp. Canaã	27/2/2003	18	Fetaeg
Alto Paraíso de Goiás	Acamp. Sílvio Rodrigues	5/3/2003	130	MST
Anápolis	Acamp. Dom José Gomes	29/3/2003	30	MST
Araguapaz	Acamp. Jeová Gerê	30/10/2003	39	Fetaeg
Araguapaz	Acamp. Vitória	30/3/2003	12	Fetaeg
Arenópolis/Iporá	Acamp. União da Paz	30/5/2003	42	Fetaeg
Baliza	Acamp. Sonho de Rose	5/8/2003	28	MST
Buriti de Goiás	Acamp. Jurema	30/4/2003	72	Fetaeg
Caçu	Acamp. Nova Esperança	30/5/2003	33	Fetaeg
Caçu	Acamp. União	30/4/2003	28	Fetaeg
Caldas Novas	Acamp. João do Vale	27/2/2003	100	Fetaeg/MST
Campinorte	Acamp. Estrela Guia	24/5/2003	122	Fetaeg
Cidade Ocidental	Acamp. Cascavel	6/4/2003	150	Fetadef
Doverlândia	Acamp. São Sebastião	10/8/2003	38	MST
Faina	Acamp. Caitê	30/5/2003	25	Fetaeg
Fazenda Nova	Acamp. Boas Novas	30/4/2003	200	Fetaeg
Fazenda Nova	Acamp. Esperança	30/1/2003	30	Fetaeg
Fazenda Nova	Acamp. Serra do Facão	28/2/2003	28	Fetaeg
Formosa	Acamp. Carocinho/Poções	8/4/2003	130	Fetadef
Itaguari	Acamp. Luís Ório	15/2/2003	320	MST
Itaguaru	Acamp. Nova Abelha	28/2/2003	120	Fetaeg
Itajá	Acamp. Cruz Azul I e II	30/4/2003	165	Fetaeg
Itapirapuã	Acamp. Alfa	30/7/2003	57	Fetaeg
Itapirapuã	Acamp. Canaã	30/3/2003	20	Fetaeg
Itapirapuã	Acamp. próximo à Fazenda São Domingos	5/5/2003	95	Fetaeg
Itapuranga	Acamp. Vitória do Nativo	23/2/2003	40	MST
Jaupaci	Acamp. Nossa Senhora Aparecida	30/4/2003	27	Fetaeg
Jaupaci	Acamp. São José	30/3/2003	30	Fetaeg
Jaupaci	Acamp. Vilmar de Castro	23/2/2003	200	MST
Jussara	Acamp. Nova Esperança	28/2/2003	43	Fetaeg
Jussara	Acamp. Roseli Nunes	23/2/2003	150	MST
Luziânia	Acamp. São Bartolomeu	29/3/2003	170	Fetaeg
Mozarlândia	Acamp. Terra Nossa	30/3/2003	31	Fetaeg
Nova Crixás	Acamp. Ernesto Che Guevara I	11/3/2003	300	MST
Novo Brasil	Acamp. Pequena Vanessa	23/2/2003	190	MST
Piracanjuba	Acamp. Vitória	30/5/2003	30	Fetaeg
Piranhas	Acamp. Nossa Senhora da Guia	30/5/2003	30	Fetaeg
Porangatu	Acamp. São Judas Tadeu	28/2/2003	88	Fetaeg

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Quirinópolis	Acamp. Furnas	28/2/2003	216	Fetaeg
Rialma	Acamp. Boa Sorte	30/10/2003	130	Fetaeg
Rio Verde	Acamp. Dorcelina Folador	23/2/2003	450	MST
Santa Tereza de Goiás	Acamp. Santa Tereza	1/10/2003	165	Fetaeg
São Miguel do Araguaia	Acamp. Novo Destino	30/1/2003	157	Fetaeg
Turvelândia	Acamp. às Margens da GO-210/Faz. Monjolo	14/8/2003	98	Fetaeg
Vila Propício	Acamp. José Porfírio	5/3/2003	20	MST
Vila Propício	Acamp. próximo à Fazenda São João	21/7/2003	62	Fetaeg
Subtotal:	46		4659	
Maranhão				
Açailândia	Acamp. às Margens da BR-010/Correguinho	30/6/2003	115	Fetaema
Bom Jesus das Selvas	Acamp. às Margens da BR-222	13/8/2003	140	STR
Coquelândia	Acamp. às Margens da Estrada do Arroz	25/8/2003	420	STR
Parnarama	Acamp. ao lado do Pov. Fazendinha	16/12/2003	33	SI
São Raimundo das Mangabeiras	Acamp. às Margens da BR-230/Pov.Taboa	2/6/2003	142	STR
Subtotal:	5		850	
Mato Grosso				
Acorizal/Jangada/Várzea Grande	Acamp. Chico Mendes	17/6/2003	150	OTC
São José do Povo	Acamp. Padre Lothar	11/5/2003	4200	MTAA/MT
Sinop	Acamp. Claudinei de Barros	14/11/2003	800	MST
Subtotal:	3		5150	
Mato Grosso do Sul				
Brasilândia	Acamp. Esperança/às Margens da MS-395	23/5/2003	300	STR
Caarapó	Acamp. na Frente da Fazenda Huale/MS-156	2/8/2003	50	MST
Campo Grande	Acamp. às Margens do Anel Rodoviário/Oziel Alves	7/12/2003	35	MST
Miranda	Acamp. na frente da Fazenda Rodeio	8/7/2003	1050	MST
Rio Brillhante	Acamp. às Margens da BR-163/Faz.Stª Maria	2/9/2003	230	MST
Santa Rita do Pardo	Acamp. às Margens da MS-338	26/7/2003	40	Fetagri/MS
Sete Quedas	Acamp. de Brasiguaios	1/4/2003	500	OTC
Subtotal:	7		2205	
Minas Gerais				
Araguari	Acamp. Receita Fed./BR-050	1/8/2003	15	MST
Burititis	Acamp. às Margens do Rio Urucuia/Faz. Sobrado/Burititis	7/9/2003	150	MST
Campina Verde	Acamp. Peroba Sanharão	10/3/2003	148	STR
Resplendor	Acamp. Dorcelina Folador	20/9/2003	30	MST
Resplendor	Acamp. Roseli Nunes 2	19/6/2003	40	MST
São Francisco	Acamp. às Margens do Rio S. Francisco	22/2/2003	200	MST
Subtotal:	6		583	
Pará				
Abel Figueiredo	Acamp. Complexo dos Morais	30/11/2003	150	STR
Baião	Acamp. ao lado da Faz. Carioca	28/2/2003	40	CPT
Belém	Acamp. em frente à Faz. Nossa Srª de Nazaré	1/3/2003	100	STR
Bom Jesus do Tocantins	Acamp. ao lado da Faz. Bacuri	30/11/2003	60	STR
Canaã dos Carajás	Acamp. Pampulha	30/11/2003	60	SI
Castanhal	Acamp. Rosa Luxemburgo	16/9/2003	253	MST
Castanhal	Acamp. Roseli Nunes/Ao lado da Faz. Josemar	30/12/2003	90	MST
Conceição do Araguaia	Acamp. Arraias	5/3/2003	200	STR

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Eldorado dos Carajás	Acamp. Lourival Santana	29/11/2003	448	MST
Goianésia do Pará	Acamp. Braspar	30/11/2003	70	STR
Irituia	Acamp. Isa Cunha	27/9/2003	200	MST
Irituia	Acamp. Quintino Lira	15/9/2003	780	MST
Itupiranga	Acamp. ao lado da Faz. Mineira/Gleba Cajazeiras	18/1/2003	75	STR
Marabá	Acamp. ao lado da Faz. Tibiriçá	22/2/2003	180	STR
Marabá	Acamp. ao lado da Faz. Lajedo	5/8/2003	60	STR
Marabá	Acamp. Salvador Allende	27/11/2003	150	MST
Marabá	Acamp. Zumbi Palmares/Faz. Itacaiúnas	3/5/2003	200	STR
Mosqueiro	Acamp. Paulo Fonteles	1/11/2003	60	MST
Novo Repartimento	Acamp. ao lado da Faz. Rio Jordão	30/4/2003	1000	OTC
Redenção	Acamp. ao lado da Faz. Novo Mundo	6/3/2003	200	STR
Rondon do Pará	Acamp. Frial	30/11/2003	100	STR
Rondon do Pará	Acamp. José Dutra	30/11/2003	100	STR
Santa Maria das Barreiras	Acamp. Deus é Pai	30/6/2003	500	STR
Santana do Araguaia	Acamp. ao lado da Faz. Vale do Rio Fresco	5/3/2003	100	STR
São João do Araguaia	Acamp. ao lado da Faz. Landi	17/10/2003	70	Fetagri/PA
Tucuruí	Acamp. Bom Sossego	30/8/2003	85	CPT
Tucuruí	Acamp. João Canuto	30/6/2003	80	CPT
Tucuruí	Acamp. Nova Aurora/São Carlos	31/3/2003	1200	MTST
Subtotal:	28		6611	
Paraná				
Bituruna	Acamp. 1º de Maio	1/5/2003	85	MST
Colorado	Acamp. às margens da PR-463	16/2/2003	60	MAST
Colorado	Acamp. às Margens da PR-463	16/2/2003	30	MST
Faxinal	Acamp. próximo às Fazs. Brasília e Montanha	5/1/2003	300	MST
Foz do Iguaçu	Acamp. às Margens da BR-277	5/1/2003	160	MST
Foz do Iguaçu	Acamp. às Margens da BR-277	6/8/2003	10	OTC
Foz do Jordão	Acamp. às Margens da PR-662/Faz. Trombini/Coqueiro	6/1/2003	310	MST
General Carneiro	Acamp. na BR-070/Faz. Rondon	15/5/2003	50	MST
Laranjeiras do Sul	Acamp. às Margens da BR-158	5/1/2003	55	MST
Lindoeste	Acamp. Santa Luzia/Santa Clara	23/3/2003	60	SI
Ponta Grossa	Acamp. Estação Experimental da Embrapa	30/5/2003	150	MST
Tapira/Nova Olímpia	Acamp. às Margens da PR-587/Faz. Mineira	1/7/2003	100	MAST
Uniflor	Acamp. Fazenda Pitanga	1/7/2003	20	MST
Vila Alta	Acamp. na Estrada 30	1/8/2003	117	Grupo Xambê
Subtotal:	14		1507	
Pernambuco				
Amaraji	Acamp. ao lado do Eng. Autonomista	22/6/2003		Fetape
Amaraji	Acamp. ao lado do Eng. Mercês	22/6/2003	25	Fetape
Amaraji	Acamp. ao lado do Eng. Guloso	22/6/2003		Fetape
Belém de Maria/Jaqueira	Acamp. próximo ao Eng. Barro Branco	18/8/2003	60	Fetape
Bonito/Lagoa dos Gatos/Sairé	Acamp. ao lado da Faz. Riachão de Dentro	29/7/2003	500	MST
Brejo da Madre de Deus	Acamp. ao lado da Faz. Miguel Velho	12/12/2003	100	OLC
Brejo da Madre de Deus	Acamp. ao lado da Faz. Passagem do Moleque	12/12/2003	170	OLC
Brejo da Madre de Deus	Acamp. ao lado da Faz. Queimada	12/12/2003	80	OLC
Carpina	Acamp. às margens da PE-090/UFRPE	29/7/2003	120	OLC

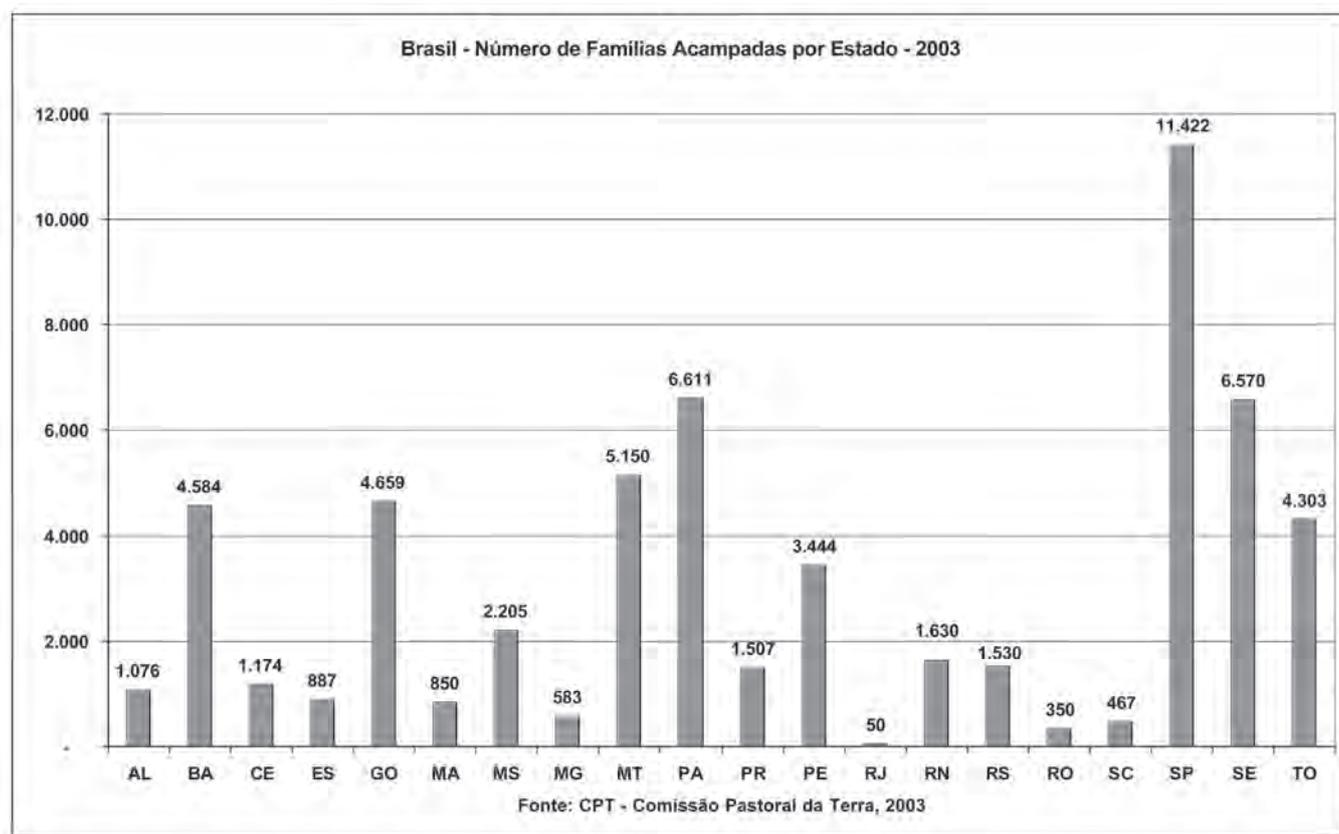
Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Caruaru/Primavera	Acamp. Eng. Conceição	18/8/2003	30	OLC
Gravatá	Acamp. ao lado da Faz. Boi Velho	22/6/2003		Fetape
Gravatá/Limoeiro	Acamp. ao lado da Faz. do Cumbe	14/10/2003	30	Fetape
Gravatá/Limoeiro	Acamp. na PE-120/Us. Catende	6/8/2003	250	MST
Iati	Acamp. ao lado da Faz. Itapicuru	22/6/2003	30	Fetape
Iati	Acamp. próximo à Faz. Baixa do Mocó	1/7/2003	60	CPT
Ibimirim	Acamp. ao lado da Faz. Panorama	22/6/2003		Fetape
Ibimirim	Acamp. ao lado da Faz. Vila Nova	22/6/2003		Fetape
Iguaraci	Acamp. ao lado da Fazenda Socorro	21/4/2003	63	CPT
Inajá	Acamp. próximo à Faz. Província	29/7/2003	150	Fetape
Jataúba	Acamp. ao lado da Faz. Boa Vista	22/6/2003		Fetape
Limoeiro	Acamp. ao lado da Faz. Três Lagoas	14/10/2003	30	Fetape
Maraial	Acamp. na área do Gov. Est. próxima a Ferrovia	30/7/2003	120	Fetape
Maraial	Acamp. ao lado do Eng. Perseverança/Área da	22/6/2003	38	Fetape
Maraial	Acamp. ao lado do Eng. S. Salvador/Área da Prefeitura	22/6/2003		Fetape
Maraial	Acamp. ao lado do Eng. Maravilha/Área da Prefeitura	22/6/2003	37	Fetape
Ouricuri	Acamp. às margens da BR-116/Faz. Pitombeira	13/8/2003	170	MST
Passira	Acamp. próximo à Faz. Varamé	6/8/2003	90	OLC
Passira	Próximo à Faz. Espinho Preto	6/8/2003	90	OLC
Pedra	Acamp. ao lado da Faz. Barra Verde	22/6/2003	50	Fetape
Pedra	Acamp. ao lado da Faz. Veneza	22/6/2003	135	Fetape
Riacho das Almas	Acamp. às margens da Barragem Jucazinho	11/7/2003	200	Fetape
Santa Cruz do Capibaribe	Acamp. ao lado da Faz. Eureka	22/6/2003		Fetape
São Benedito do Sul	Acamp. em Frente ao Eng. São Benedito de Baixo	23/7/2003	87	OLC
São Benedito do Sul	Acamp. em Frente ao Eng. Segurança	23/7/2003	87	OLC
São Benedito do Sul	Acamp. em Frente ao Eng. Timbó	23/7/2003	87	OLC
São Caitano	Acamp. próximo ao Eng. Pau Ferro	18/6/2003	60	Fetape
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Faz. Cacimba Nova	22/6/2003		Fetape
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Faz. Panorama	22/6/2003		Fetape
Tamandaré	Acamp. ao lado do Eng. Vermelho	22/6/2003	30	Fetape
Tamandaré	Acamp. ao lado do Eng. Esperança	22/6/2003	40	Fetape
Tamandaré	Acamp. ao lado do Eng. Areial	22/6/2003	25	Fetape
Tracunhaém	Acamp. na PE-41/Eng. Prado	1/11/2003	300	CPT
Subtotal:	42		3344	
Rio de Janeiro				
Barra do Pirai	Acamp. às Margens da BR-393	6/4/2003	50	MST
Subtotal:	1		50	
Rio Grande do Norte				
Mossoró	Acamp. ao lado da Fazenda Angico	14/10/2003	100	MST
Mossoró	Acamp. na frente da Faz. Maisa	15/6/2003	1000	MST
Mossoró	Acamp. próximo à Faz. São João	7/9/2003	400	MST
Poço Branco	Acamp. Nova Aliança	26/2/2003	130	SI
Subtotal:	4		1630	
Rio Grande do Sul				
Capão do Leão	Acamp. às Margens da BR-116	10/3/2003	200	MST
Palmeira das Missões	Acamp. às Margens da RS-158	25/7/2003	200	Via Campesina

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Porto Alegre/Pelotas/Bagé/Santana do Livramento/Santo Ângelo/Santa Maria/Barracão	Acamp. MAB/MPA/MMTR/CPT	14/10/2003	80	CPT/MAB/MMTR/MPA/MST/PJR
Santana do Livramento	Acamp. no Assent. N. Sra. da Conceição	6/3/2003	450	MST
São Gabriel	Acamp. Sepé Tiaraju	16/8/2003		MST
São Gabriel	Acamp. Vacacaí	4/12/2003	600	MST
Subtotal:	6		1530	
Rondônia				
Chupinguaia	Acamp. próximo à Fazenda Bodanese	10/3/2003	50	OTC
Governador Jorge Teixeira	Antônio Conselheiro	16/7/2003	300	MST
Subtotal:	2		350	
Santa Catarina				
Abelardo Luz	Acamp. às Margens da BR-280	29/8/2003	200	MST
Abelardo Luz	Acamp. Reserva dos Congonhas	1/2/2003	22	SI
Araquari	Acamp. Fazenda Confloresta	2/5/2003	95	MST
Três Barras	Acamp. às Margens da BR-280	9/9/2003	150	MST
Subtotal:	4		467	
São Paulo				
Bauru/Aimorés	Acamp. Terra Nossa	1/1/2003	240	MST
Cajamar	Acamp. Dom Tomás Balduino	26/7/2003	150	MST
Castilho	Acamp. Margarida	22/3/2003	55	MST
Castilho	Acamp. Nova Canaã	20/4/2003	86	MST
Castilho	Acamp. Nova Conquista	25/3/2003	120	MST
Colina	Acamp. da Feraesp	27/8/2003	400	Feraesp
Colina	Acamp. em Estrada Vicinal	12/6/2003	450	Feraesp
Dracena	Acamp. do Mast	9/7/2003	72	MAST
Emilianópolis	Acamp. do Mast	24/7/2003	520	MAST
Euclides da Cunha	Acamp. Roseli Nunes	20/7/2003	150	MST
Guaraçai	Acamp. Santo Antônio	21/3/2003	57	MST
Guarantã/Pirajuí	Acamp. na Vicinal	1/9/2003	80	MST
Iaras	Acamp. Santo Dias	1/1/2003	69	MST
Itaberá	Acamp. em Itaberá	14/8/2003	300	MST
Itapura	Acamp. Lagoão	1/2/2003	20	MST
Marabá Paulista	Acamp. Santo Dias da Silva	5/7/2003	612	MST
Nantes	Acamp. Frei Paulino	28/7/2003	120	MST
Nova Independência	Acamp. Santa Amélia	11/3/2003	87	MST
Piquerobi	Acamp. do Mast	24/7/2003	630	MAST
Pirapozinho	Acamp. Toninho do PT	15/7/2003	320	MST
Presidente Alves	Acamp. Margarida Alves	1/8/2003	150	MST
Presidente Epitácio	Acamp. do Prefeito/Uniterra	3/6/2003	700	ARST/MAST/MNF/MTRSTB/MTV/ Uniterra
Presidente Epitácio/Teodoro Sampaio	Acamp. Jair Ribeiro	25/5/2003	4010	MST
Rosana	Acamp. Chico Mendes	20/5/2003	450	MST
Sandovalina	Acamp. Carlos Marighela	17/7/2003	300	MST
Sandovalina	Acamp. Margarida Alves/SP-425	9/6/2003	450	MST
Sumaré	Acamp. Terra Sem Males	23/10/2003	150	MST

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Taubaté	Acamp. Manoel Neto	10/5/2003	200	MST
Teodoro Sampaio	Acamp. Herbert de Souza	18/7/2003	120	MST
Teodoro Sampaio	Acamp. Mário Covas	9/7/2003	139	MAST
Tremembé	Acamp. na SP-123/Rod. Floriano Rodrigues Pimenta	17/3/2003	215	MST
Subtotal:	31		11422	
Sergipe				
Estância	Acamp. Geraldo Garcia	13/4/2003	320	MST
Gararu	Acamp. Próximo à Faz. São Luiz	5/9/2003	300	MST
Monte Alegre	Acamp. Patativa do Assaré	21/3/2003	87	MST
Monte Alegre	Acamp. 100 de Lampião	1/5/2003	236	MST
Nossa Senhora da Glória	Acamp. 25 de Julho	11/7/2003	1320	MST
Nossa Senhora da Glória	Acamp. às Margens da SE-212	13/4/2003	700	MST
Nossa Senhora da Glória	Acamp. Eldorado dos Carajás	19/4/2003	680	MST
Poço Redondo	Acamp. Hebert de Souza	22/4/2003	1300	MST
Porto da Folha	Acamp. Vaca Serrada	24/4/2003	1300	MST
São Francisco	Acamp. às Margens da BR-101	18/5/2003	70	MST
Tobias Barreto	Acamp. Belo Monte	30/7/2003	257	MST
Subtotal:	11		6570	
Tocantins				
Aguiarnópolis	Acamp. 10 de Junho/Faz. Pedra de Fogo e Sítio	10/6/2003	116	MST
Aguiarnópolis	Acamp. St ^a . Rosa e Fronteira	8/2/2003	195	MST/STR
Aguiarnópolis	Acamp. Mumbuca	17/6/2003	60	STR
Agustinópolis	Acamp. Solidário/Faz. Indiana	30/6/2003	85	STR
Angico	Acamp. Boa Esperança/Fazs. Boiadeiro e Riacho da Pedra	21/9/2003	300	MST
Araguaçu	Acamp. Água Fria/Fazs. Paragominas e Três Barracas	6/4/2003	63	STR
Araguaçu	Acamp. Barreiro/Fazs. Cajazeiro e Cocepan	21/4/2003	63	STR
Araguaçu	Acamp. Rio Piau	19/6/2003	120	STR
Araguaçu	Acamp. Tocantins/Faz. Miragem II	26/8/2003	55	STR
Araguaína	Acamp. Três Riachos	10/7/2003	34	STR
Araguaína	Acamp. João Aires	13/7/2003	130	OTC
Araguaína	Acamp. Levinha	27/7/2003	46	STR
Araguanã	Acamp. Mariza	25/5/2003	700	OTC
Araguatins	Acamp. Alto da Esperança/Faz. St ^o Hilário	29/7/2003	180	STR
Babaçulândia	Acamp. Estrela do Corrente/Faz. Pequi e Itapuã	12/6/2003	25	OTC
Cachoeirinha	Acamp. União/Fazs. São Bento e Cachoeirinha	17/9/2003	190	MST
Colméia	Acamp. Chê	23/3/2003	75	MST
Darcinópolis	Acamp. 06 de Abril/Faz. Porteira Velha	6/4/2003	100	MST
Darcinópolis	Acamp. Terra Brasil	12/4/2003	105	STR
Darcinópolis	Acamp. Terra Livre	12/4/2003	90	STR
Luzinópolis	Acamp. Olho D'água	20/6/2003	450	OTC
Miracema do Tocantins	Acamp. Miracema	8/7/2003	140	STR
Nova Olinda	Acamp. Fortaleza	6/2/2003	35	STR
Nova Olinda	Acamp. Nova Conceição	28/2/2003	35	STR
Nova Olinda	Acamp. Nova Esperança	26/2/2003	35	STR
Oliveira de Fátima	Acamp. Pe. Josimo/Usina de Lageado	31/7/2003	100	MAB/MST
Palmeirante	Acamp. Malhada	20/2/2003	35	STR

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Palmeirante	Acamp. Santo Antônio	17/6/2003	120	STR
Palmeiras	Acamp. Dois de Janeiro	10/1/2003	66	MST
Palmeiras	Acamp. Esperança	17/6/2003	43	STR
Piraquê	Acamp. Quarenta e Nove	10/5/2003	81	STR
Talismã	Acamp. Nova Canaã/Faz. D. Carmem	3/3/2003	35	STR
Wanderlândia	Acamp. Corrente da Esperança	28/2/2003	106	MLST/STR
Wanderlândia	Acamp. José Pereira	12/3/2003	150	MLST/STR
Wanderlândia	Acamp. Estrela da Paz	8/4/2003	80	MLST/STR
Wanderlândia	Acamp. Santa Clara	5/5/2003	60	STR
Subtotal:	36		4303	
Total:	285		59082	

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.



Violência contra a Ocupação e a Posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Ameaçadas de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistola gem
Centro-Oeste											
DF	14	2534	31150	0	850	1000	482	60	0	2	422
GO	92	9364	67947	0	3664	774	0	0	0	0	0
MS	28	7681	33471	35	1630	615	300	35	0	35	0
MT	114	42159	1391213	0	6455	9293	7913	563	6	0	2992
	248	61738	1523781	35	12599	11682	8695	658	6	37	3414
Nordeste											
AL	39	4328	14939	97	450	675	252	32	102	32	0
BA	46	6087	15058	63	688	75	64	73	0	10	0
CE	13	1719	20440	40	0	0	0	0	0	0	0
MA	91	10170	357585	153	2216	1965	2714	656	341	575	1646
PB	17	1152	10626	363	80	186	330	15	63	15	0
PE	161	17718	82241	570	3197	0	1306	1405	963	1320	300
PI	46	3334	218975	0	80	1094	846	128	21	18	47
RN	16	4678	12488	0	1540	0	40	40	0	40	0
SE	26	10330	2000	0	1367	497	87	727	47	680	87
	455	59516	734352	1286	9618	4492	5639	3076	1537	2690	2080
Norte											
AC	12	1041	99573	0	487	45	118	5	1	5	0
AM	14	568	25000	0	0	37	531	0	0	0	0
AP	12	294	163642	0	0	2	258	0	0	0	0
PA	136	19732	602226	976	2132	4247	2756	1538	198	149	1170
RO	34	7241	133938	142	1720	888	4180	1326	1372	840	1152
RR	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TO	46	4689	73074	44	150	20	72	133	53	0	1
	255	33566	1097453	1162	4489	5239	7915	3002	1624	994	2323
Sudeste											
ES	8	2562	139107	0	0	98	30	0	0	0	0
MG	95	11172	170461	114	925	2313	1848	85	45	205	800
RJ	12	2225	4985	0	200	790	25	0	0	0	0
SP	110	30096	82551	0	4266	3753	10	56	10	66	0
	225	46055	397104	114	5391	6954	1913	141	55	271	800
Sul											
PR	110	17842	38873	310	2080	5638	1920	0	0	0	1700
RS	18	4470	21342	0	1020	1010	0	0	0	0	0
SC	24	2254	18500	0	95	337	11	0	200	0	0
	152	24566	78715	310	3195	6985	1931	0	200	0	1700
	1335	225441	3831405	2907	35292	35352	26093	6877	3422	3992	10317

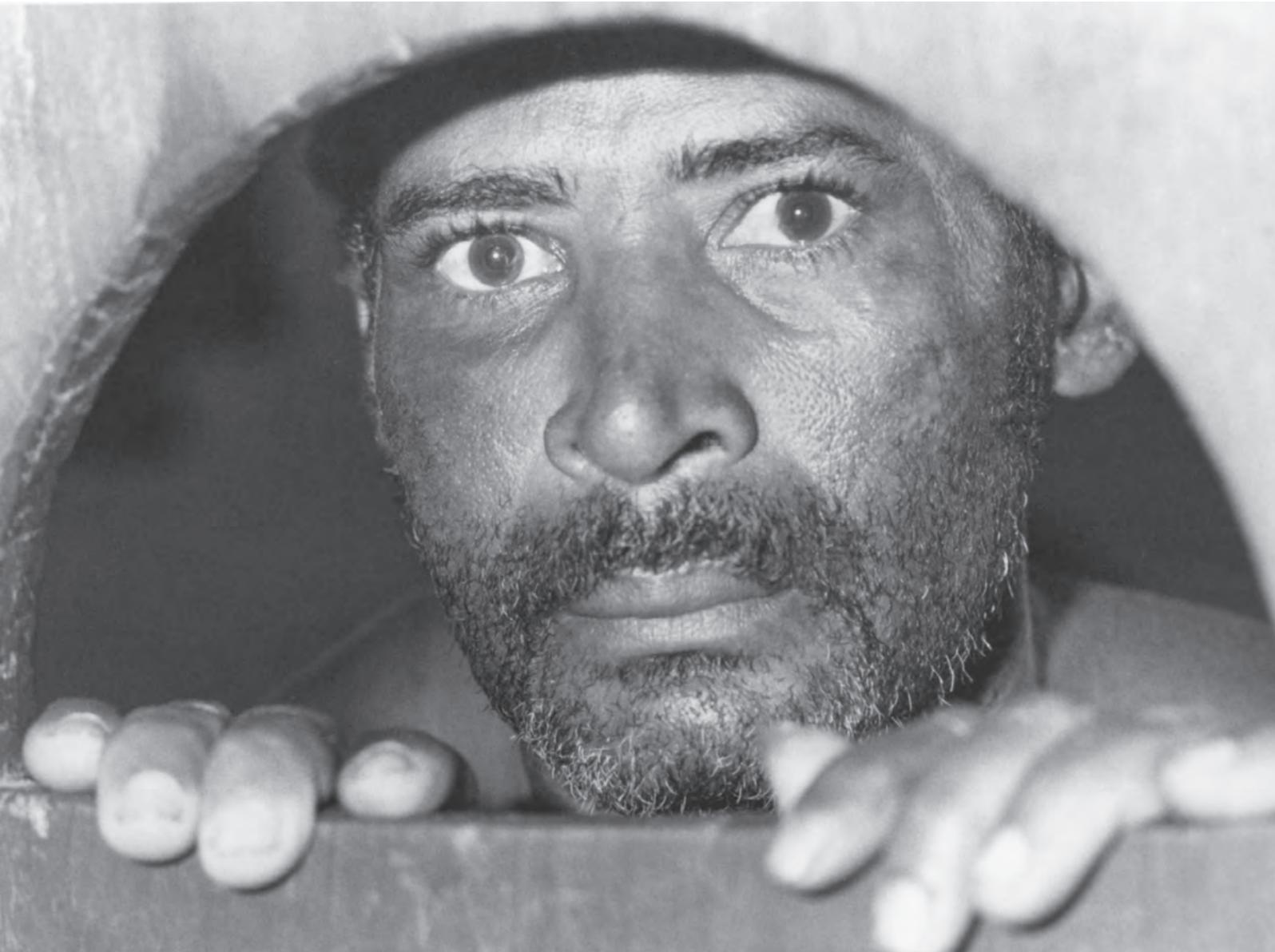
Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

O número de ocorrências é a soma de Conflitos por Terra(659), Ocupações(391) e Acampamentos(285).

Trabalho Escravo no Brasil: Os números, as lutas e as perspectivas em 2003

Maria Antonieta da Costa Vieira*
Neide Esterci**

Carlos Carvalho



*Antropóloga, Pesquisadora, co-pesquisadora sobre Trabalho Escravo no Pará e no Piauí.

**Professora do Departamento de Antropologia Cultural do IFCS/UFRJ.

1. AS DIFICULDADES E O CUIDADO COM OS NÚMEROS

Há sempre uma preocupação quanto à precisão dos números que contabilizam o trabalho escravo no Brasil e no mundo. As divergências que, às vezes, aparecem entre as cifras, refletem as dificuldades de aferição e aqueles que as produzem explicam: como se trata de uma prática clandestina e ilegal, é difícil contabilizar todos os casos e, neste sentido, argumentam, é sempre possível supor que o número de casos seja maior que o computado. Além disso, de um ano para outro, os números podem crescer dramaticamente, num país ou numa região, devido a uma nova atividade que passa a ser explorada ou, simplesmente, devido à vigilância maior das organizações da sociedade civil e dos órgãos governamentais, que produz a visibilidade daquilo que já existia e que a omissão da sociedade ou dos governos havia antes deixado na penumbra. Mas, os números podem variar também em função da definição de critérios de quem contabiliza.

Os dados estatísticos sobre práticas de trabalho escravo que a CPT publica fazem parte de uma luta cuja história já dura muito tempo. Ao longo de anos de registro, sistematização e denúncia sobre essas práticas, a CPT acumulou experiência nesta matéria, conquistou legitimidade por seu trabalho e abriu-se à discussão

dos números e conceitos, explicitando os critérios de sua contabilidade e incorporando às suas classificações, sugestões de seus interlocutores.

Dos dados que chegam ao seu conhecimento – a maioria deles por meio de denúncias diretas de fugitivos – a CPT elabora uma classificação em duas categorias: trabalho escravo e conflitos trabalhistas. Esta última se subdivide em superexploração e desrespeito trabalhista. Como critérios básicos para a identificação do trabalho escravo, a CPT reafirma que é preciso que, na denúncia, haja elementos que caracterizem o cerceamento da liberdade, seja através de mecanismos de endividamento, seja pelo uso da força (proprietários ou funcionários armados, ocorrência de assassinatos, espancamentos e práticas de intimidação), ou mesmo pela situação de isolamento que impede a saída dos trabalhadores. Situações de superexploração são casos em que os trabalhadores são submetidos a condições extremamente precárias de trabalho e remuneração, com infrações graves da legislação trabalhista, mas nos quais não se verifica a privação da liberdade. Já os casos registrados como desrespeito trabalhista indicam também o não cumprimento da legislação trabalhista vigente, mas que não submetem o trabalhador a condições degradantes.

Uma das ações de combate ao trabalho escravo que já vem sendo posta em prática há alguns anos é o resgate ou a libertação de trabalhadores retidos nas áreas de serviço. No ano de 2003, foram resgatados pelas

equipes do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho (e algumas DRTs em ação conjunta com o Grupo Móvel) 5.010 trabalhadores que estavam em situação de trabalho escravo. Um crescimento bastante expressivo que corresponde a mais do que o dobro dos libertados em 2002 e a mais da metade (52,4%) dos 9.515 resgatados desde 1995 (tabela 1).

Estes dados indicam uma ação mais efetiva do poder público ao longo do ano que passou. Já em março de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou o trabalho que vinha sendo feito pelo Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), assinando o “Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo” e definindo esta meta como prioridade de Governo. Além disto, várias Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) do país têm se comprometido efetivamente com a política de erradicação do trabalho escravo, cooperando decididamente com as demais equipes em ação.

Apesar do crescimento substancial no número de trabalhadores resgatados em 2003, há ainda uma diferença significativa entre os casos denunciados e os efetivamente resolvidos. Em 2003, o número de trabalhadores libertados correspondeu a 59% dos que constavam nas denúncias.

Como se sabe, grande parte das situações de escravidão não chegam ao conhecimento público. A ampliação da fiscalização e as campanhas de esclarecimento dos trabalhadores e da sociedade civil, em geral, criam condições para que as denúncias se

Tabela 1
Trabalhadores libertados do Trabalho Escravo no período de 1995 a 2003

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	TOTAL
150	288	220	109	639	414	559	2149	5.010	9538
1,6%	3,0%	2,3%	1,1%	6,7%	4,3%	6,0%	22,5%	52,5%	100,0%

Fonte: SIT e CPT

ampliem e possibilitem um combate mais efetivo.

Além do aumento das denúncias e das ações de fiscalização, realizadas em 2003, houve uma ampliação do número de Estados e regiões onde foram detectadas situações de trabalho escravo. De fato, observou-se um crescimento significativo de trabalhadores libertados nos Estados de Rondônia, Tocantins e Maranhão. Apareceram nas estatísticas o Rio de Janeiro e a Bahia (que já haviam aparecido antes), mas a Bahia aparece agora com 1.089 trabalhadores encontrados em situação de escravidão em fazendas de café. Foram encontradas também situações de trabalho escravo no cultivo de soja, cana-de-açúcar e em serviços de catação de raízes. A grande predominância das denúncias, no entanto, recai sobre as fazendas ligadas à pecuária, principalmente nos

serviços de roço de pastagens e ainda nos de desmatamento, feitura de cercas e pulverização de herbicidas. Estas atividades ocorrem principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, que continuam liderando o número de casos de trabalho escravo. Só o Estado do Pará concentrou 37,3% dos trabalhadores libertados (tabela 2).

Segundo a Campanha de Combate ao Trabalho Escravo da CPT, o Estado do Pará foi responsável por grande parte das denúncias (62,5%) e das fiscalizações realizadas (55,2%) em todo o país. No entanto, pouco mais da metade (56,6%) das fazendas denunciadas nesse Estado chegaram a ser fiscalizadas (tabela 3)¹.

À prática de trabalho escravo, somam-se, de fato, vários outros crimes como a grilagem de terras federais - que é praticada até mesmo por autoridades locais - o tráfico

de influência, o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro, o roubo de cargas e crimes ambientais. A ouvidora agrária nacional, Maria de Oliveira, refere-se a esta situação como decorrente da impunidade e da ausência do poder do Estado na região. Lugares distantes onde não existem estrutura de segurança pública, polícia, Ministério Público e Poder Judiciário expõem a população a riscos de violência, exploração e morte².

Os casos de trabalho escravo não se reduzem a meras infrações das leis trabalhistas. Segundo o Código Penal, são crimes que justificam detenção. Fazer cumprir a lei da prisão contra os responsáveis continua sendo um dos maiores desafios da luta contra a impunidade. No entanto, enquanto não se reformam a lei e o processo penal, o fato de começar a “pegar no bolso” de empregadores avarentos e

Tabela 2
Número de Trabalhadores Libertados de 1995 a 2003 por Estado

ESTADOS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
									nº	%
SP									16	0,3
MG								24		
MS	50									
GO						79				
RJ									98	1,9
RO								12	355	7,1
TO					13		27		413	8,2
MA				18				261	440	8,8
BA									1089	21,7
MT	33	188		20	211	161	179	455	729	14,6
PA	67	100	220	71	415	174	353	1397	1870	37,4
TOTAL	150	288	220	109	639	414	559	2149	5010	100,0

Fonte: SIT e CPT

1. As dificuldades de fiscalização estão relacionadas, entre outras coisas, ao volume de casos e às grandes dificuldades de acesso e comunicação. No entanto, o planejamento da ação de combate ao trabalho escravo deve prever recursos que priorizem a região, tendo em conta que a parte mais significativa do problema encontra-se, atualmente, localizada nesta área.

2. A ação de combate a esta situação por pessoas do poder público e da sociedade civil não se faz sem conseqüência. Em 2003 foram feitas ameaças de morte não apenas contra trabalhadores, mas contra agentes de pastoral e juízes do Trabalho no Pará e no Tocantins, de tal forma que dois juízes tiveram que se refugiar fora de suas comarcas, indo para a capital do Estado, Belém.

Tabela 3
Número de denúncias recebidas e fiscalizadas por Estado - 2003

UF	Nº Denúncias recebidas	%	Nº Denúncias Fiscalizadas	%
BA	5	2,1%	4	2,6%
MA	30	12,6%	19	12,3%
MT	23	9,7%	17	11,0%
PA	149	62,6%	85	55,2%
RJ	4	1,7%	2	1,3%
RO	4	1,7%	5	3,2%
SP	1	0,4%	1	0,6%
TO	22	9,2%	21	2,6%
Total	238	100%	154	100%

Fonte: CPT e Relatórios da SIT e DRT

inescrupulosos constitui uma mudança efetiva que contribui, de fato, para o combate ao crime contra a dignidade da pessoa. Desde o final de 2002, ações até então inéditas foram encaminhadas à Justiça do Trabalho por procuradores do Trabalho e já resultam em condenações, impondo o pagamento de indenizações³ e de multas elevadas por danos morais coletivos. O governo federal publicou uma *Lista Suja* de condenados por prática de trabalho escravo. A eles fica vedado o acesso a financiamentos públicos. Mas o que urge é a elevação das multas trabalhistas no campo e a aprovação da Emenda Constitucional, determinando o confisco das terras dos escravistas.

O trágico e inesperado massacre dos funcionários do Ministério do Trabalho, em Unaí, Minas Gerais, em janeiro de 2004, impactou a nação. Foi a primeira vez que os empregadores e seus prepostos investiram diretamente contra funcionários do Estado na área rural (outro caso de assassinato de um fiscal do trabalho que tem sido citado, foi o de um fiscal

da área urbana, ocorrido em meados dos anos 80, no Estado de São Paulo). A chacina de Unaí surpreendeu as autoridades. O que ali se buscava não eram casos de trabalho escravo, mas de descumprimento de leis trabalhistas, o que é reincidentemente praticado nos momentos de recrutamento devido à safra. O impacto desta chacina obrigou o governo a acelerar a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), conhecida como Ademir Andrade, já aprovada pelo Senado, que prevê a desapropriação sem indenização da propriedade envolvida em trabalho escravo. Em 10 de fevereiro de 2004, o presidente da República a incluiu na convocação extraordinária do Congresso.

Não basta, contudo, aprová-la. É necessário regulamentá-la e, mais ainda, manter mecanismos de pressão para que ela seja aplicada. O artigo da Constituição que prevê a desapropriação sem indenização de imóveis onde se cultivem plantas psicotrópicas não foi aplicado sequer uma vez.

2. A DIFÍCIL TAREFA DE FAZER RECONHECER COMO CRIME A PRÁTICA DO TRABALHO ESCRAVO

O esforço de construir critérios e elaborar definições operacionais representa um momento já bem avançado na trajetória das lutas contra as formas contemporâneas de escravidão. De fato, todos sabemos que formas diversas de trabalho escravo nunca deixaram de ocorrer no Brasil. Muitos dos imigrantes que chegaram dos países europeus para as fazendas de café em São Paulo, por exemplo, logo se descobriam aprisionados pelas dívidas; nos seringais da Amazônia, da mesma forma, grande parte das primeiras levas de trabalhadores ficou presa pelas dívidas, pelo isolamento e pela força das armas; nos engenhos de açúcar do Nordeste, as famílias de trabalhadores ficavam presas, por

3. A Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo elaborou uma listagem com os valores pagos aos trabalhadores pelos patrões no ato de sua libertação pelas equipes do Grupo Móvel e/ou DRT. Em 2003, o valor total das indenizações pagas foi de R\$ 6.056.424,74. Um acréscimo substancial em relação ao ano de 2002: R\$ 1.963.208,92.

gerações, pela dívida impagável e pelos meios coercitivos utilizados pelos senhores de engenho.

Em todos esses casos, os padrões empregaram freqüentemente a violência e houve lutas, revoltas e denúncias por parte dos trabalhadores. Estes, para referir-se à sua situação, usaram termos como cativo e sujeição. Houve também intelectuais, militantes e aliados dos trabalhadores que denunciaram essas situações como escravidão, denunciando o seu caráter coercitivo. Mas, na vida social eram identificadas por termos regionais que as particularizavam e ocultavam sua natureza violenta e repressiva: eram chamadas de colono, de sistema de aviação ou morada. E durante muito tempo não houve as condições e os meios que existem hoje para fazer repercutir as lutas. Para a maioria da população o caráter coercitivo de tais relações passava despercebido.

Foi a introdução e o uso em grande escala da peonagem pelas empresas que passaram a ocupar a fronteira amazônica, a partir do final dos anos 60, que reacendeu entre nós a preocupação com as práticas repressivas de exploração e deu origem a um novo movimento de estudos, de lutas, de questionamento e tentativas de aprimoramento das leis existentes. Desde então, um longo caminho foi percorrido, os tempos mudaram politicamente e, em alguma medida, algumas coisas mudaram também em consequência das lutas que foram sendo travadas: um amplo consenso em torno de um nome e um conceito foi construído, novas formas institucionais de vigilância governamental foram criadas, uma ampla rede nacional e internacional

de instituições da sociedade civil se articulou e propostas de novos instrumentos legais de identificação dessas práticas e de punição daqueles que delas se utilizam, foram elaboradas.

Para avaliar a importância desses avanços, basta lembrar que, no auge das atividades de desmatamento no sul do Estado do Pará e nordeste de Mato Grosso, nos anos 70 e 80, quando estávamos sob regime militar, os contingentes de trabalhadores aliciados eram enormes. Denúncias eram feitas pela Igreja, por entidades de representação dos trabalhadores e por trabalhos de pesquisa, embora poucos fossem publicados. Não havia organização na sociedade civil capaz de computar os casos, nem espaço político para fazer repercutir as informações. Os governos militares não eram permeáveis a esse tipo de pressão. Quando denúncias de práticas escravistas vinham a público, eles as relegavam ao segundo plano, pretendendo que fossem apenas infrações trabalhistas. Na esfera internacional, por exemplo, a OIT adotava a designação trabalhos forçados, e assim interpelava muitos países, principalmente aqueles que, como Portugal, tinham colônias nas quais exploravam formas repressivas de uso da força de trabalho ou como os países comunistas que exploravam o trabalho dos prisioneiros do regime. Mas, o Brasil era mencionado raramente e a referência era apenas ao sistema dos seringais. As fazendas agropecuárias da fronteira amazônica, com seus enormes contingentes aliciados com promessas enganosas e levados a lugares isolados e inacessíveis dentro das matas, não apareciam nos relatórios.

Foi no início do primeiro governo pós-ditadura, quando a conjuntura nacional e a correlação de forças dentro do governo eram relativamente favoráveis com técnicos, pesquisadores e militantes aliados dos trabalhadores ocupando cargos importantes dentro do novo Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária – o MIRAD, que as denúncias das entidades de representação dos trabalhadores, dos seus familiares e de entidades como a CPT começaram a ser acolhidas. Neste contexto, o termo trabalho escravo foi encampado e usado em documentos produzidos no âmbito governamental (MIRAD, 1986)⁴.

Não por coincidência, em 1986, apareceu nos comentários da Comissão de Experts da OIT, uma cobrança ao governo brasileiro pelo fato de as Convenções já assinadas não terem sido enviadas para as autoridades competentes e para o Congresso Nacional para serem ratificadas. No ano seguinte, os comentários da entidade fizeram referências a ocorrências de “escravidão”, “formas fraudulentas de emprego” e “condições subumanas”, impostas aos trabalhadores nos Estados da Amazônia e do Nordeste. Mas, é também significativo que nos anos seguintes, quando a correlação de forças no âmbito do Estado mudou, o Brasil não tenha mais sido mencionado, só reaparecendo nos relatórios da entidade nos anos 90, dentro de uma nova conjuntura, sobre a qual atuaram fatores nacionais e internacionais (Esterci e Rezende, 1999)⁵.

Mesmo sem uma definição precisa, o termo trabalho escravo tinha, naquele momento, a eficácia de chamar a atenção para a gravidade da situação e de denunciar condutas patronais

4. Sobre isto ver: “Trabalho escravo”. In *Conflitos de Terra*, IV, Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento, Brasília.

5. Cf. “Efeitos legais e institucionais das lutas contra as formas atuais de escravidão, no Brasil.” In *Direito Federal* – Revista da Associação dos Juizes Federais do Brasil - Ajuf. Ano 20, N. 66, janeiro a março de 2001.

que feriam profundamente tanto os direitos humanos quanto as normas da organização do trabalho. De fato, as instituições da sociedade brasileira ainda se recuperavam dos longos anos de ditadura e a referência legal mais forte que havia era o artigo 149 da Constituição. Nestas circunstâncias, o uso do termo trabalho escravo com a evocação das práticas de escravidão abolidas no século anterior, já produzia o efeito desejado, pois ele se aproximava mais facilmente dos termos da Constituição e do Código Penal, que estipulava as penas para o crime de redução de pessoas à condição de escravos. As denúncias de que havia práticas de exploração que feriam os direitos humanos, tal como definidos nas convenções internacionais, foram se impondo como uma realidade que não podia ser negada e foram manifestamente admitidas por ministros e outras autoridades (Esterci, 1994)⁶.

O Brasil, como signatário das convenções internacionais de direitos humanos acabou sendo denunciado nas instâncias internacionais. Eram formas de pressão sobre os governos e os patrões que por vezes se sentiram muito desconfortáveis diante da interpelação (principalmente, as vindas de fora) sobre práticas de escravidão em seu território ou em sua propriedade.

Por tudo isto, os anos 90, com as instituições da sociedade civil brasileira já eficientemente ligadas em rede a organismos internacionais e de outros países, foram de grande mobilização em torno da discussão

de conceitos, definição de critérios, elaboração de propostas de lei e criação de novos espaços e instrumentos de vigilância e repressão por parte do Estado. A ampliação da fiscalização nos anos recentes deveu-se fundamentalmente à ação inovadora do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado - Gertraf. Criado, em 1995, pelo governo federal, seu objetivo é o de implementar ações articuladas entre as diversas áreas de governo. Sua atuação se efetiva por meio de equipes de fiscalização móvel nas áreas de maior incidência de trabalho escravo. Seus funcionários são tidos como extremamente dedicados, embora suas equipes nem sempre tenham as condições adequadas para os trabalhos de vistoria. Faltam veículos, diárias e condições de garantia do sigilo necessário a ações deste tipo.

3. DE TRABALHADOR MIGRANTE A TRABALHADOR ESCRAVIZADO: AÇÕES POSSÍVEIS NAS ÁREAS DE ORIGEM

Grande parte dos que são submetidos à situação de escravidão no Brasil são trabalhadores migrantes. Mais da metade dos libertados pelos grupos móveis no sul e sudeste do Estado do Pará, nos últimos anos - incluindo 2003 - são originários

dos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. Significativamente, os dois primeiros aparecem no censo do IBGE entre os Estados mais pobres do país. São Estados exportadores de trabalhadores que vão temporariamente para diferentes partes do país, pressionados pela falta de trabalho e de terra nos locais de origem. Eles se dirigem principalmente para áreas rurais - trabalhando como peões em desmatamentos, colheitas, plantações etc. - mas também para áreas urbanas - empregando-se em atividades que requerem baixa qualificação, os homens, na construção civil e as mulheres, em serviços domésticos. Em levantamento realizado com famílias de trabalhadores migrantes em alguns municípios do Piauí, constatou-se que em quase 40% delas, pelo menos duas pessoas viajaram para trabalhar fora, sendo que em 18% este número subia para 3 pessoas por família⁷. Para os jovens, entre outros fatores apontados para migrar, encontra-se o desejo de aventurar em novas terras em função da falta de alternativas no local onde moram⁸.

A expectativa de conseguir emprego e salário, mesmo que em local distante e desconhecido, faz com que os migrantes se sujeitem ao trabalho duro e explorado, a condições de alimentação e alojamento extremamente precárias, ao trabalho sem registro em carteira e sem garantias trabalhistas. A falta de empregos regulares, aliada à ausência de qualificação, torna esses trabalhadores extremamente vulneráveis, o que cria condições propícias à prática do trabalho escravo.

6. Cf. *Escravidão da Desigualdade - Um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio, CEDI-Koinonia, 1994.

7. Sobre isto, ver *Trabalhadores Migrantes no Piauí - CeptePi* (Comissão de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo no Piauí) 2003 - Levantamento realizado, em julho e agosto de 2003, pela CPT-PI, FETAGRI e Pastoral do Migrante em que foram entrevistadas 367 famílias de trabalhadores que saem para trabalhar em outros Estados, nos municípios considerados como os que possuem os maiores índices de trabalhadores migrantes: Miguel Alves, Barras, União Esperantina, Uruçuí, Corrente e São Raimundo Nonato.

8. Alguns trabalhadores migrantes que saem em busca de trabalho não retornam. No Maranhão e no Piauí encontram-se famílias em que pais, maridos, filhos e irmãos foram para o Pará ou para outros lugares - e não voltaram mais. Geralmente as informações que a família possui sobre eles são muito vagas, não havendo nem onde procurá-los. Há pessoas desaparecidas há dois, cinco, dez e até 20 anos.

Essa vulnerabilidade talvez explique a afirmação constante do relatório entregue pelo governo brasileiro à ONU⁹ de que, em alguns Estados, 40% dos libertados pelo Ministério do Trabalho voltaram ao trabalho escravo por falta de oportunidades de emprego. No Pará, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT-PA) chegou a resgatar seis vezes o mesmo trabalhador de quatro fazendas diferentes. A reincidência passou a ser o maior desafio na erradicação do trabalho escravo no Brasil. No Piauí, a CPT, a Pastoral do Migrante, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e a Delegacia Regional do Trabalho, em um trabalho de parceria, criaram a Comissão de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo no Piauí – CEPTE. O objetivo desta comissão é o de sensi-

bilizar e mobilizar a sociedade civil para o problema e, principalmente, desenvolver um trabalho junto aos trabalhadores migrantes, de esclarecimento a respeito de seus direitos e da legislação trabalhista, criando condições para que eles sejam os protagonistas desta luta. Por outro lado, a Comissão entende que é necessária uma atuação que permita modificar as condições de vida e trabalho nas áreas de recrutamento, por meio da formulação de políticas públicas (medidas de reforma agrária e abertura de novas oportunidades de emprego, por exemplo) sem o que não haverá como reduzir o fluxo de trabalhadores para outros Estados¹⁰.

O atual governo tem, portanto, a chance de fortalecer a luta pela erradicação do trabalho escravo, fazendo uso dos seus programas

sociais para minorar as condições de miséria e desesperança que fazem os trabalhadores deixarem suas casas, suas famílias, suas redes sociais de convivência e proteção para se aventurar por rotas que eles sabem que são perigosas, que os tornam vulneráveis à truculência e ao arbítrio dos empregadores. Sair de casa, aventurar-se, em busca de recursos complementares ou extras, sempre fez parte da vida dos trabalhadores. O problema é que crescem cada vez mais as situações em que eles têm que sair sem respeitar minimamente os limites que o cálculo de risco que vão correr, recomenda - o que, em melhores condições, poderiam fazer, tendo um poder de negociação um pouco maior na hora do recrutamento e diminuindo o próprio sofrimento e o de suas famílias.

Arquivo CPT/MS



9. Noticiado pelo jornal Correio Braziliense em 9/3/2004.

10. O Ministério do Trabalho, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), está pretendendo desenvolver dois projetos pilotos no Piauí e no Maranhão para tentar inserir trabalhadores libertados da escravidão no mercado de trabalho. O projeto começará a ser posto em prática este ano.

Trabalho Escravo

Municípios	Nome do Imóvel	Proprietário	Data	Trab. na denúncia	Liber-tados
Bahia					
Barreiras	Faz. Cassol / Sto Antônio	João Antônio Franciosi	22/04/2003	46	46
Luiz Eduardo Magalhães	Faz. Tabuleiro	André Gomes Ribas	20/08/2003	259	259
Luiz Eduardo Magalhães	Faz. Santo Antônio	SI	17/02/2003	5	
São Desidério	Faz. Laranjeiras	Eustáquio da Silveira Vargas	18/10/2003	39	39
São Desidério	Faz. Roda Velha	Ernesto Dias Filho	20/08/2003	745	745
Subtotal:	5			1094	1089
Maranhão					
Açailândia	Faz. Rancho Alegre	Afonso Vieira Simões	09/03/2003	42	42
Açailândia	Faz. Serra Dourada	Olindo Chaves	04/06/2003	15	
Açailândia	Faz. Bela Vista	João Rodrigues Damascena	06/01/1900	6	6
Açailândia	Faz. Gutemberg	Agenor Alves Teixeira	15/08/2003	19	17
Açailândia	Faz. São Lázaro	Israel Ribeiro de Vasconcelos	18/01/1900	22	18
Açailândia	Faz. Manchete ou Manchester	José Amaro Logrado	20/06/2003	21	21
Açailândia	Faz. Boa Vista 'Marquinho'	Sérgio Marcos Santos de Assis	14/08/2003	38	30
Açailândia	Faz. do Dil Ferraz	Dil Ferraz	21/03/2003	12	
Açailândia	Faz. Cabeça Branca	SI	22/05/2003		
Açailândia	Carvoaria do Luciano/ Fergumar	SI	15/08/2003	30	
Açailândia	Carvoaria Nova Vida	Siderúrgica Viena/José Geraldo	15/08/2003	19	
Açailândia	Faz. Coco/Macaco Assado	SI	15/08/2003	15	
Açailândia	Faz. Meu Xodó	Francisco Verinaldo Sales	04/11/2003	15	15
Açailândia / Pequiá	Faz. Nova Vida	SI	06/11/2003	15	
Amarante	Faz. Coco Batedor	Ciro Gomes	01/09/2003	15	
Bacabal	Faz. São José	José Alves Ferreira	11/08/2003	17	17
Balsas	Faz. Santa Luzia	José Gomes/deputado do TO	18/08/2003	33	
Bom Jardim	Faz. Zonga	Miguel Sousa Resende	29/01/2003	13	13
Bom Jesus da Selva	Faz. Versátil	Leomario Andrade	09/03/2003	21	21
Cajuapara / Itinga do Maranhão	Faz. Nova Era	Hildebrando Gonçalves dos Santos	09/09/2003	7	18
Carutapera	Faz. Vitória	Sidney Jorge Rosa	30/05/2003	30	40
Cidelândia	Faz. Santa Rosa	Geraldo Giovano Silva Couto	27/11/2003	3	
Córrego Novo	Faz. União Rocha I	Sebastião Vieira da Costa	11/08/2003	25	25
Grajaú	Carvoaria Monte Alegre	Vando	09/09/2003	10	
Gurupi	Faz. Boa Peça	SI	26/08/2003	32	40
João Lisboa	Faz. Rezende	Miguel Sousa Resende	29/01/2003	87	65
Novo Bacabal	Faz. da Sra. Valdete	Valdete	29/04/2003	4	
Pequiá	Faz. Bom Jesus	Marcos Antônio de Araújo Braga	28/08/2003	16	22
São Francisco do Brejão	Faz. Bandeirante	Manoel Erasmo Brito Bandeirante	29/04/2003	12	10
Senador La Roque	Faz. Reunidas Monte Castelo	Almir Simões Vieira	23/06/2003	20	20

Municípios	Nome do Imóvel	Proprietário	Data	Trab. na denúncia	Liber-tados
Subtotal:	30			614	440
Mato Grosso					
Bom Jesus do Araguaia	Faz. Laminados Primavera	Genivaldo dos Santos	16/06/2003	54	54
Carlinda	Faz. Rochedo	SI	05/08/2003	53	
Confresa	Faz. Gameleira	Destilaria Gameleira S/A	16/09/2003	272	272
Nova Uiratã/Sta. Rita do Trivelato	Faz. Getúlio Vargas	Luiz Umberto Elckoff	23/07/2003	4	4
Nova Uiratã/Sta. Rita do Trivelato	Faz. São Pedro	Luis Viero Trevisan	23/07/2003	73	73
Nova Uiratã/Sta. Rita do Trivelato	Faz. Lorenzi	Marcos Lorenzi	23/07/2003	3	3
Nova Uiratã/Sta. Rita do Trivelato	Faz. Mineirão	Elizeu F. de Oliveira	23/07/2003	2	2
Nova Uiratã/Sta. Rita do Trivelato	Faz. Mosquito	Gladistone A. Dallan	23/07/2003	2	2
Nova Uiratã/Sta. Rita do Trivelato	Faz. São Luiz	Pedro Marcos Spanho	23/07/2003	3	3
Novo Mundo	Faz. Cinco Estrelas	Sebastião Neves de Almeida	08/04/2003	200	136
Peixoto de Azevedo	Faz. Trescinco/N5	Dr. Marcelo	07/02/2003	200	
Ribeirão Cascalheira	Faz. Malu/Agromon	Renato Tibeiro Abreu	25/04/2003	30	15
São Félix do Araguaia	Faz. Agrovás/Vale do Suia	Jorge Sayed Picciani	16/06/2003	39	39
Sinop	Faz. Dona Maria	SI	18/11/2003	22	
Sinop	Faz. Entre Rios	SI	23/11/2003	40	
Sorriso	Faz. Poranga	Valdir Daroit	02/02/2003	49	49
Sorriso	Faz. Sta. Maria da Amazônia	Darcy Getúlio Ferrarin	02/02/2003	8	8
Sorriso	Faz. Santa Cândida	Eduardo Cristiano Ossuchi	27/11/2003	40	
Vera	Faz. Jaboticabal	Nei Frâncio/Luciane Frâncio Garaffa	08/12/2003	98	53
Vila Bela da Santíssima Trindade	Faz. Santa Cruz	Bento Ferraz Pacheco	18/08/2003	5	5
Vila Rica	Faz. Salvete	Djalma Bezerra Araujo	10/07/2003	60	
Vila Rica/Sta. Terezinha/	Faz. Jataúba	André Bernardino Bezerra de Araújo	16/09/2003	8	8
Vila Rica/Sta. Terezinha/	Faz. Mata Verde	Francisco Barbacena da Silva	16/09/2003	3	3
Subtotal:	23			1268	729
Pará					
Abel Figueiredo	Faz. São Marcos I e II	Marcos Dias	12/02/2003	18	
Afuá	Faz. Bom Samaritano	Manoel José Carvalho	27/06/2003	16	16
Água Azul do Norte	Faz. Alvorada	Antonio Barbosa de Melo	06/02/2003	32	1
Água Azul do Norte	Faz. Campos Altos	Manoel Ribeiro dos Santos	10/01/2003	23	
Água Azul do Norte	Faz. Franciscana	Jesus Batista Ferreira	27/10/2003	13	13
Água Azul do Norte	Faz. Rolemaq/Rolimarques	João Pereira Rocha	11/03/2003	30	13
Água Azul do Norte	Faz. Serra Azul	Laerte Arantes	26/05/2003	11	
Água Azul do Norte	Faz. União	Itamar Bernardino	22/05/2003	8	
Bannach	Faz. Esmeralda	Clemente Duarte Ferreira	24/10/2003	6	
Bannach	Faz. Esmeralda	Clemente Duarte Ferreira/Sr. Quele	02/01/2003	8	16
Bannach	Faz. Trairão	Renê Moreira de Souza	06/01/2003	13	17
Brejo Grande do Araguaia	Faz. Roma	Hércules Oliveira Riccioppo 'Erquino'	29/07/2003	11	5
Canaã dos Carajas	Faz. Garimpo Corta Goela	Elton João Zimmerman	26/05/2003	40	40

Municípios	Nome do Imóvel	Proprietário	Data	Trab. na denúncia	Liber-tados
Canaã dos Carajas	Faz. Sossego	Nilton Ribeiro de Oliveira	12/04/2003	50	47
Cumaru do Norte	Faz. Primavera	José de Castro	28/02/2003	30	
Cumaru do Norte	Faz. Rio Tiraximin	Nilton de Almeida Reis	30/05/2003	20	17
Cumaru do Norte	Faz. Santa Ana	Augusto Farias/Eleuza C. Farias	23/01/2003	200	99
Cumaru do Norte	Faz. Santa Luzia	Nilton de Almeida Reis	30/05/2003	100	
Cumaru do Norte	Faz. Santa Rosa/Guarapará	Adenilson Rodrigues da Silva	29/12/2002	152	140
Curionópolis	Faz. Cachoeirinha	José Coelho Vitor	14/05/2003	4	
Curionópolis	Faz. do Delfino	Delfino	18/03/2003	61	
Curionópolis	Faz. Lorena	João Batista Lopes	04/02/2003	16	16
Curionópolis	Faz. Olivence	Ninha Baiano/Carlos G. de O. Barreto	07/02/2003	12	12
Dom Eliseu	Faz. Baixa Verde	Deroni de Souza	18/08/2003	12	12
Dom Eliseu	Faz. Rancho da Prata	Alexandre Luciano dos Santos	23/06/2003	30	12
Dom Elizeu	Faz. Ariadne	Wilson Lima	03/09/2003	32	
Dom Elizeu	Faz. Bananal	Deurani	21/09/2003	12	
Eldorado dos Carajás	Faz. Baguá	Evandro Mutran	18/07/2003	25	36
Eldorado dos Carajás	Faz. Limão	SI	16/05/2003	9	
Floresta do Araguaia	Faz. Três Irmaos I	Paulo Henrique Vieira Saddi	29/07/2003	10	1
Goianésia	Faz. Ararandeuá ou Paraíso	Manoel Porfirio dos Santos	06/01/2003	16	15
Goianésia	Faz. Califórnia	Wilson Ferreira da Rocha	28/04/2003	26	26
Goianésia	Faz. Iraúna	Agostinho	10/02/2003	42	36
Goianésia	Faz. Santa Rita	SI	18/03/2003	13	
Goianésia/Breu Branco	Faz. Todex/N. Sra. Aparecida	Aloísio Alves de Sousa	17/11/2003	42	37
Itainópolis	Vicente	Vicente Batista de Oliveira 'Farmácia'	05/05/2003	7	7
Itupiranga	Faz. Água da Saúde	Zé Pinto	12/04/2003	3	
Itupiranga	Faz. Nossa Sra. Aparecida	Segefredo da Silva Leite	26/05/2003	3	3
Itupiranga	Faz. Nossa Sra. de Fátima	SI	26/05/2003	15	11
Itupiranga	Faz. Vitória	José Ferragem	25/08/2003	16	
Jacundá	Faz. Mourão Madeira	Edson	17/04/2003	4	
Marabá	Faz. Brasil Novo	Célio	27/05/2003	11	
Marabá	Faz. Cabaceiras	Evandro Mutran	24/02/2003	11	
Marabá	Faz. Cabaceiras	Evandro Mutran	23/06/2003	13	
Marabá	Faz. Cabaceiras	Evandro Mutran	21/08/2003	42	41
Marabá	Faz. do Chico Basílio	Chico Basílio	10/03/2003	20	
Marabá	Faz. do Fininho	Fininho	27/05/2003	3	
Marabá	Gleba da Voltinha	Raimundão	12/08/2003	4	
Marabá	Faz. Lara	Delvar Amâncio de Araújo	30/04/2003	14	
Marabá	Faz. Meu Xodó	Jerônimo Aparecido de Freitas	05/05/2003	7	3
Marabá	Faz. Muriçoca	Edimilson Henrique de Arruda	29/05/2003	5	2
Marabá	Faz. Mutamba e Gameleira	Myriam Pinto de Amorim	22/04/2003	19	17
Marabá	Faz. Ouro Grosso	Antônio Teixeira Silva	23/07/2003	29	29
Marabá	Faz. Paraíso	Raimundo Preto	29/05/2003	5	
Marabá	Faz. Ponta da Serra	Delvar Amâncio de Araújo "Nego"	27/01/2003	34	32
Marabá	Faz. Ponta de Pedra	Euclebe Roberto Vessoni	30/04/2003	28	28
Marabá	Faz. Rosinha	Nivaldo da Silva Araújo	06/03/2003	20	4
Marabá	Faz. São Francisco	João Gervais/João Ant.de Melo	29/05/2003	13	5
Marabá	Faz. Serraria 3 Poderes	Josue	23/07/2003	21	

Municípios	Nome do Imóvel	Proprietário	Data	Trab. na denúncia	Liber-tados
Marabá	Faz. Teixeira/Estrela do Rio Preto	Teixeira	11/07/2003	23	
Marabá	Faz. Terra Seca	Jerome	30/05/2003	10	
Marabá	Faz. do Adelson	Adelson da Rodoviária	20/06/2003	20	
Marabá	Faz. do Sivaldo	Sivaldo	10/06/2003	25	
Marabá	Faz. do Geraldo Viana	Geraldo Viana	10/06/2003	15	
Nova Ipixuna	Faz. do Francisco de Jesus	Francisco de Jesus	10/03/2003	1	
Nova Ipixuna	Faz. Sem nome	Geraldo	22/01/2003	21	
Novo Repartimento	Faz. Nossa Sra. Aparecida	João Bosco Machado	05/03/2003	32	5
Novo Repartimento	Faz. Pedra Alta	Manoel Alves de Sousa	16/04/2003	45	
Novo Repartimento	Faz. Rio Preto	Fernando Luiz dos Santos/Fausto Almeida dos Santos	03/09/2003	72	28
Novo Repartimento	Faz. Santa Marta/Sossego	Abdon Lustosa Neto	11/10/2003	50	26
Novo Repartimento	Faz. Selva de Pedra	Olávio da Silva Rocha	02/04/2003	21	6
Novo Repartimento	Faz. Vessoni/Tuerê	Cleber/Euclebe Roberto Vessoni	31/10/2003	36	
Ourlândia Bannach	Faz. Sacarela	Lico	24/10/2003	4	13
Ourlândia do Norte	Faz. do Mineiro e da Rosara	Mineiro e esposa Rosara	22/10/2003	12	
Pacajá	Faz. de Adriano e Renato	Adriano e Renato Cacheta	10/06/2003	55	
Pacajá	Faz. de Adriano e Renato	Adriano e Renato Cacheta	26/08/2003	27	
Pacajá	Faz. Curianga	Ivan Medrade Rocha	06/05/2003	4	
Pacajá	Faz. do Senador do TO	Senador do Estado do TO	18/08/2003	41	
Pacajá	Faz. Laranjeira	Lula	24/10/2003	30	
Pacajá	Faz. Nuvem Vermelha	Clóves e filhos Djalma e Murilo	13/10/2003	33	
Pacajá	Faz. Paula	Adolfo	03/07/2003	32	
Palestina	Faz. do Alcidão	Alcidão	13/02/2003	7	
Palestina	Faz. Serra Grande	Manoel Alves de Sousa	16/04/2003	27	19
Palestina do Pará	Faz. Novilho	Velho Jaime	03/06/2003	24	
Pau D'Arco	Faz. Vale da Serra	Marcos Roberto Tenório	01/12/2003	11	1
Piçarra	Faz. do Mozar Farias	Mozar Farias	02/04/2003	5	
Piçarra	Faz. Estrela das Alagoas	Jefferson Lima de Araújo	01/10/2003	36	
Piçarra	Faz. Irmãos Piçarra	SI	26/05/2003	8	8
Piçarra	Faz. Santo Antônio	Lázaro Domingues de Paula	19/03/2003	25	11
Redenção	Faz. Madrugada ou Madrugada	SI	24/01/2003	74	74
Redenção	Faz. S. Ernestina/Mirandópolis	José Cristino de S. Filho	11/04/2003	40	33
Rio Maria	Faz. Produtiva	Alberto Rezende	23/01/2003	52	
Rio Maria	Faz. Rio Maria	SI	19/02/2003	8	8
Rio Maria	Faz. S. Leonina 'dos Cariocas'	Agropecuária Irmãos Avelino	19/08/2003	22	18
Rio Maria	Faz. São Pedro	Os Cariocas	18/03/2003	30	
Rio Maria	Faz. São Sebastião	Dr. Rubens	02/06/2003	10	
Rio Maria	Faz. Tranquilão	José Arimatéia Alves	16/10/2003	14	
Rio Maria	Faz. Tranquilão	José Arimatéia Alves	02/01/2003	10	1
Rondon do Pará	Faz. Baunilha	Fernando Dellacqua	12/12/2003	16	16
Rondon do Pará	Faz. Santa Maria	Maciel da Oficina	14/10/2003	4	
Rondon do Pará	Faz. São Manoel	Ronaldo dos S. Silva 'Gilson Marcos'	08/04/2003	27	
Santa Maria das Barreiras	Faz. Agropal/Táxi Aéreo	Ricardo e Donizete Miranda	15/01/2003	49	49
Santa Maria das Barreiras	Faz. Santa Maria	Tulio Paiva Gomes	07/08/2003	30	11

Municípios	Nome do Imóvel	Proprietário	Data	Trab. na denúncia	Liber-tados
Santa Maria das Barreiras	Faz. São Lourenço	José Rodrigues Alves	28/04/2003	18	20
Santana do Araguaia	Faz. Fortaleza /Empreiteira Dantas	Bernardo, irmão do Leo da Versátil/ Edmilson Dantas de Santana	04/08/2003	26	107
Santana do Araguaia	Faz. Nova Orleans	Mário, advogado do MTE	30/05/2003	20	
Santana do Araguaia	Faz. Santana Rios	Rodolfo Paulo Schatter	25/04/2003	20	6
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Fresco	Antônio Lucena de Barros	29/12/2002	261	261
São Domingos do Araguaia	Faz. Faveiro ou Faveiral	Manoel Soares da Silva 'Pequeno'	11/03/2003	8	17
São Domingos do Araguaia	Faz. Flor do Cedro	Antonio Onei	10/03/2003	1	
São Domingos do Araguaia	Faz. Grotão da Latada	Valdir	07/08/2003	10	
São Félix do Xingu	Faz. Água Preta	Henrique Martins	21/07/2003	3	3
São Félix do Xingu	Faz. Bom Jardim	Leomar de Matos Silva	21/07/2003	23	23
São Félix do Xingu	Faz. do Valentin	Valentin	11/02/2003	20	
São Félix do Xingu	Faz. Estância do Pontal	Wanderley Dias Vieira	21/07/2003	11	11
São Félix do Xingu	Faz. Gueroba	Wesley Castelo Branco Martins	22/04/2003	120	
São Félix do Xingu	Faz. Jovelina	Evander Antônio Martins	21/07/2003	5	7
São Félix do Xingu	Faz. Lagoa das Vacas	Aldimir Lima Nunes	21/07/2003	6	6
São Félix do Xingu	Faz. Maciel	Josafa Tavares Pimentel	21/07/2003	9	9
São Félix do Xingu	Faz. Monte Alegre	Eilvanio Luiz de Sousa	21/07/2003	1	1
São Félix do Xingu	Faz. Nossa Sra. de Fátima	Andrey de Barros Silva	21/07/2003	14	14
São Félix do Xingu	Faz. Serra Azul	Cleuberto José de Souza	21/07/2003	2	2
São Félix do Xingu	Faz. Serraria Jalim	Luiz Carlos Cunha Linhares	21/07/2003	1	1
São Félix do Xingu	Faz. Serraria Pontalina	Vangildo Nêris de Barros Filho	21/07/2003	1	1
São Félix do Xingu	Faz. Vale do Sol	Afrides José Bauer	21/07/2003	27	27
São Félix do Xingu	Faz. Vale Verde	Rafael Saldanha de Camargo	21/07/2003	15	16
São Félix do Xingu	Faz. Água Branca ou Esperança	Aldimir Lima Nunes 'Branquinho'	02/04/2003	238	
São Félix do Xingu	Faz. Baixadão	Luzmar Camilo da Silva 'Sr Masinho'	09/06/2003	28	11
São Félix do Xingu	Faz. Cajazeiras	Alsoni José Malinski	10/03/2003	50	41
São Félix do Xingu	Faz. do Mauro	Irmãos Mauro e Benacy	31/07/2003	15	
São Félix do Xingu	Faz. Jaguará ex/Belauto	Gabriel	07/08/2003	10	
São Félix do Xingu	Faz. Maringá	Eduardo e Serraria	17/10/2003	75	
São Félix do Xingu	Faz. Panificadora Luana	Uelton Divino Pereira	23/06/2003	4	1
São Félix do Xingu	Faz. Proteína	Erlly "Baiano da Carniça"	06/06/2003	8	
São Félix do Xingu	Faz. Saco Verde	Aldimir Lima Nunes 'Branquinho'	14/04/2003	30	
São Félix do Xingu	Faz. Sao Luiz	Luiz Antônio Zapparoli Sacarelli	23/11/2003	17	14
São Félix do Xingu	Faz. Sem Nome	SI	17/05/2003	20	
São Félix do Xingu	Faz. União	Sinval Joaquim Martins	23/07/2003	6	1
Sapucaia	Faz. Boa Esperança	Lauro Puntel Campos	18/08/2003	17	
Sapucaia	Faz. Flor da Mata	Francisco Jerônimo da Silva	25/07/2003	10	15
Sapucaia	Faz. Flor da Mata	Francisco 'Chiquinho'	10/03/2003	10	
Sapucaia	Faz. Lago Azul	Adauto José Galli	20/03/2003	43	107
Sapucaia	Faz. Monte Castelo	SI	24/02/2003	4	
Sapucaia	Faz. Nilza Maria	Lázaro Domingues de Paula	25/02/2003	20	
Sapucaia	Faz. São Sebastião	Roque Quagliato	10/06/2003	45	
Xinguara	Faz. Boa Vista	João Afrânio	30/06/2003	8	
Xinguara	P. A. Paraiso do Araguaia	Zeção da Odila/gato	28/10/2003	3	

Municípios	Nome do Imóvel	Proprietário	Data	Trab. na denúncia	Liber-tados
Xinguara	P. A. Vale do Araguaia	SI	28/11/2003	6	6
Xinguara	Sítio Goiás	Kenner César Camargo	23/11/2003	6	6
Subtotal:	149			3923	1870
Rio de Janeiro					
Cabo Frio	Faz. Agrisa & Fontes	Demétrio Fontes Tourinho	30/06/2003	160	
Campos dos Goytacazes	Usina Cupim	Grupo Othon	26/05/2003	73	73
Campos dos Goytacazes	Usina Sta. Cruz	Grupo José Pessoa	13/05/2003	150	
Valença	Faz. São Fernando	Ingaro S/A	23/06/2003	25	25
Subtotal:	4			408	98
Rondônia					
Corumbiara	Faz. Três Irmãos	Jair Correia	23/06/2003	51	51
Corumbiara	Faz. Livramento	Braulino Basilio Maia Filho	23/06/2003	73	73
Corumbiara	Faz. Tapyratynga	Jose Carlos de Souza Barbeiro	16/06/2003	12	12
Pimenteiras do Oeste	Faz. São Joaquim	Roberto Demario Caldas	16/06/2003	219	219
Subtotal:	4			355	355
São Paulo					
Monte Mor	Sítio Taquara Branca	SI		16	16
Subtotal:	1			16	16
Tocantins					
Ananás	Faz. Castanhal	Joaquim de Faria Daflon	21/05/2003	160	72
Ananás	Faz. Guanabara	Marco Antônio Barbosa de Andrade	21/05/2003	70	
Ananás	Faz. Légua de Pedra	Gurupi Participações	21/05/2003	80	29
Ananás	Faz. Recanto do Araguaia [Pedra Amada]	Aloisio Vieira de Melo 'Alagoano'	28/06/2003	15	14
Ananás	Faz. Vitória	Antônio Henrique Pinto	25/04/2003	13	11
Ananás	Faz. Floresta	Joaquim de Faria Daflon	17/06/2003	43	43
Araguaína	Faz. Açaí	Márcio Peixoto Valadao	13/06/2003	6	6
Araguaína	Faz. Santa Antônia	Oilon Jorge da Costa	02/05/2003	12	2
Araguanã	Faz. Vale do Sonho	Osmar Alves dos Santos	16/04/2003	50	54
Bandeirantes	Faz. Cantão	Francisco Rodrigues Canedo	11/08/2003	35	26
Bandeirantes	Faz. Sao José Minas Gerais	Edgar José Guerra	08/08/2003	15	14
Campos Lindos	Faz. São Simeão	Romil Iokov Kohugin	27/11/2003	21	20
Carmolândia	Faz. Boa Esperança	Valderez Fernando Resende Barbosa	04/11/2003	14	15
Colinas	Faz. Alto do Jardim	Valderez Fernando Resende Barbosa	18/07/2003	26	16
Colinas	Faz. Guarabira	Manoel Vitor de Oliveira	04/11/2003	18	18
Darcinópolis	Faz. São Mariano III	Gerson Joaquim Machado	23/06/2003	19	8
Itaporã do Tocantins	Faz. Recreio	Joaquim Oliveira da Silva	20/05/2003	23	24
Piraquê	Faz. Santo Antônio	Rubens Leno	13/03/2003	15	15
Presidente Kennedy	Faz. Itália I	Ivan Domingos Paghi	04/11/2003	6	6
Presidente Kennedy	Faz. Salvadori	SI	07/10/2003	15	3
Wanderlândia	Faz. Santa Maria	Sueli Aparecida Pinheiro	04/11/2003	17	17
Xambioá	Faz. Eldorada & P.A. Caçador	Wilmar Martins Leite	11/11/2003	34	
Subtotal:	22			707	413
Total:	238			8385	5010

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT e Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo

Conflitos Trabalhistas

Municípios	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho
Superexploração				
Maranhão				
Açailândia	Carvoaria da Siderúrgica Viena	100		
Amarante do Maranhão	Fazenda Pindaré	10		
Subtotal:	2	110		
Mato Grosso				
Boa Esperança	Fazenda Getúlio Vargas	28		
Nova Bandeirantes	Fazenda Pau D'Alho	72		
Nova Ubiratã/Santa Rita do Trivelato	Fazenda Getúlio Vargas	42		
Subtotal:	3	142		
Mato Grosso do Sul				
Ribas do Rio Pardo	Carvoarias Ananmona e Carvomundi	150		
Ribas do Rio Pardo	Fazenda Santo Antônio/Carvoaria	35		
Ribas do Rio Pardo	Fazenda Três Irmãos/Carvoaria	24		
Subtotal:	3	209		
Minas Gerais				
Belo Oriente	Cenibra/Enflora Empreendimentos Florestais	250		
Janaúba	Fazenda de Cloves Aguiar	1		
Machado	Fazenda Reunidas	22		
Ninheira	Fazenda Jacaré	56		
Subtotal:	4	329		
Pará				
Bannach	Fazenda de Amilton Moreira	11		
Curionópolis	Fazenda Garota/Ninha Baiano	12		
Curionópolis	Fazenda Santa Lúcia	22		
Curionópolis	Fazenda Santa Maria	11		
Marabá	Fazenda do Geraldo Viana	15		
Novo Repartimento	Fazenda de Pedro Magé	3		
Paraupébas	Faz. de Joaquim Francisco/Vila Rio Branco	2		
Piçarra	Fazenda S/N Santo Antônio	25		
Santarém	Gleba Pacoval/Comu. Raisan	70		
São Félix do Xingu	Fazenda Canadá	3		
São Félix do Xingu	Fazenda Paredão	44		
São Félix do Xingu	Fazenda Rio Negro	3		
Sapucaia	Fazenda do João Caixeta	9		
Subtotal:	14	230		
São Paulo				

Municípios	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho
Fartura	Fazenda Santa Luzia	2		
Fartura	Sítio São Judas Tadeu			
Ribeirão Branco	Empresa de Luiz Fernando Braz			
Ribeirão Branco	Empresa de Tião Cavalo			
Ribeirão Branco	Empresa do Pedrinho do Otávio	2		
Ribeirão Branco	Fazenda Boa Vista	2		
Ribeirão Branco	Fazenda Kantian	150		
Ribeirão Branco	Fazenda Panela dos Bugres			
Ribeirão Branco	Madeira Nova Esperança Ltda.	2		
Ribeirão Branco	Sítio Irmãos Oliveira			
Ribeirão Branco	Sítio São Francisco	52		
Ribeirão Branco	Sítio São Luiz			
Ribeirão Preto	Fazenda Capão da Cruz	8		
Subtotal:	13	218		
Tocantins				
Agustinópolis	Fazenda do Rubão	16		
Ananás	Fazenda Vitória	20		
Aragominas	Fazenda Santa Mônica	105		
Aragominas	Fazenda São Sebastião	115		
Araguanã	Fazenda Lago Azul	7		
Araguanã	Fazenda Vale do Sonho/Prazer da Vida	50		
Carmolândia	Fazenda Flor de Mata	13		
Carmolândia	Fazenda Fontenova	15		
Carmolândia	Fazenda Vista Alegre	12		
Colinas do Tocantins	Fazenda Alto do Jardim	20		
Monte do Carmo	Fazenda 3 L	1		
Palmeirante	Fazenda Morrinho	10		
Piraquê	Fazenda Santo Antônio	15		
Wanderlândia	Fazenda Califórnia	22		
Xambioá	Fazenda Eldorado & PA Caçador	10		
Subtotal:	41	1327		
Total:	50	1908		
Desrespeito Trabalhista				
Acre				
Rio Branco/Plácido de Castro	Projeto de Assentamento Pad Peixoto/Ramal Gran	1		1
Subtotal:	1	1		1
Mato Grosso				
São Félix do Araguaia	Faz. Agrovás/Agropecuária Vale do Suiá S/A	15		
São Félix do Araguaia	Fazenda em S. Félix do Araguaia	1		1
Vila Bela da Santíssima Trindade	Fazenda Santa Cruz do Pessoa	19		
Subtotal:	3	35		1
Pará				
Redenção	Fazenda Santo Antônio	25		
Santana do Araguaia	Fazenda Rancho Alegre	1		

Municípios	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho
Ulianópolis	Empresa Pagrisa-Pará Pastoril e Agrícola S.A.	235		
Subtotal:	3	261		
Pernambuco				
Belém de Maria/Jaqueira	Engenho Barro Branco	30	30	5
Catende	Usina Catende	3700		
Palmares	Engenho Goiabeira	70	60	
Subtotal:	3	3800	90	5
São Paulo				
Ribeirão Branco	Empresa de Cláudio Hyochak Takigawa			
Subtotal:	1			
Total:	11			
Total de Conflitos Trabalhistas:	61			

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Conflitos pela Água

Arquivo CPT Nacional



Conflitos pela Água

Municípios	Nome do Lugar	Data	Famílias	Tipo do Conflito	Situação do Conflito
Amazonas					
Anamá	Rio Paranã	30/12/2003	950	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Careiro	Com. S. Pedro/St ^a . Isabel/ São Francisco/Três Poderes/ Indígena/Rio Tupãna	30/12/2003	1200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Coari	Com. São Lázaro do Codajás Mirim	13/10/2003	13	Uso e preservação	Pesca predatória
Coari	Com. Dom Bosco/Lago Tracajá	18/10/2003	10	Uso e preservação	Pesca predatória
Coari	Com. São Francisco/Vila Fernandes	11/09/2003	20	Uso e preservação	Pesca predatória
Lábrea	Com. Santa Helena/ Sering. Estação/Lago São José	30/12/2003	20	Uso e preservação	Pesca predatória
Manaquiri	Com. Divino Espírito Santo/Lago Jutai	30/12/2003	80	Uso e preservação	Pesca predatória
Manaquiri	Com. N. S. Aparecida/Lago Ajará	30/12/2003	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Manaquiri	Com. Panará do Manaquiri/Lago Marajá	30/12/2003	30	Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:	9		2393		
Espírito Santo					
Colatina	Barragem de Itueto	30/11/2003	3000	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:	1		3000		
Maranhão					
Balsas	Comunidade Vão das Salinas	30/07/2003	14	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	14/05/2003	145	Aprop. Particular	Não acesso à água
Timbiras	Fazenda Cit	14/05/2003	100	Aprop. Particular	Destruição e ou poluição
Caxias	P.A. Buriti do Meio/ Pov. St ^a . Rosa	10/03/2003	54	Aprop. Particular	Diminuição do acesso à
Parnarama	Povoado Fazendinha	16/12/2003	33	Aprop. Particular	Não acesso à água
Vitória do Mearim	Povoado Juçaralzinho	28/07/2003	50	Aprop. Particular	Não acesso à água
Subtotal:	6		396		
Minas Gerais					
Santa Cruz do Escalvado/ São Sebastião de Soberbo	Hidrelétrica de Candonga	11/03/2003	134	Barragens e Açudes	Não acesso à água
Montes Claros	Pivôs do Riachão	06/10/2003	2500	Aprop. Particular	Não acesso à água
José Gonçalves de Minas/Leme do Prado	Quilombo de Porto Coris/ Us. de Irapé/42 Comunidades	10/08/2003	1128	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Mariana	Usina Hidrelétrica Furquim/Alcan	17/03/2003	50	Barragens e Açudes	Não acesso à água
Subtotal:	4		3812		
Total:	20		9601		

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Desastre Programado

Grilagem de Terras, Violência contra a Pessoa e o Meio Ambiente
na Última Fronteira do Estado do Pará

José Batista Gonçalves Afonso*

Ronaldo Bernardi



* José Batista Gonçalves Afonso, advogado atuando na região do Sul e Sudeste do Pará, é membro da Coordenação Nacional da CPT.

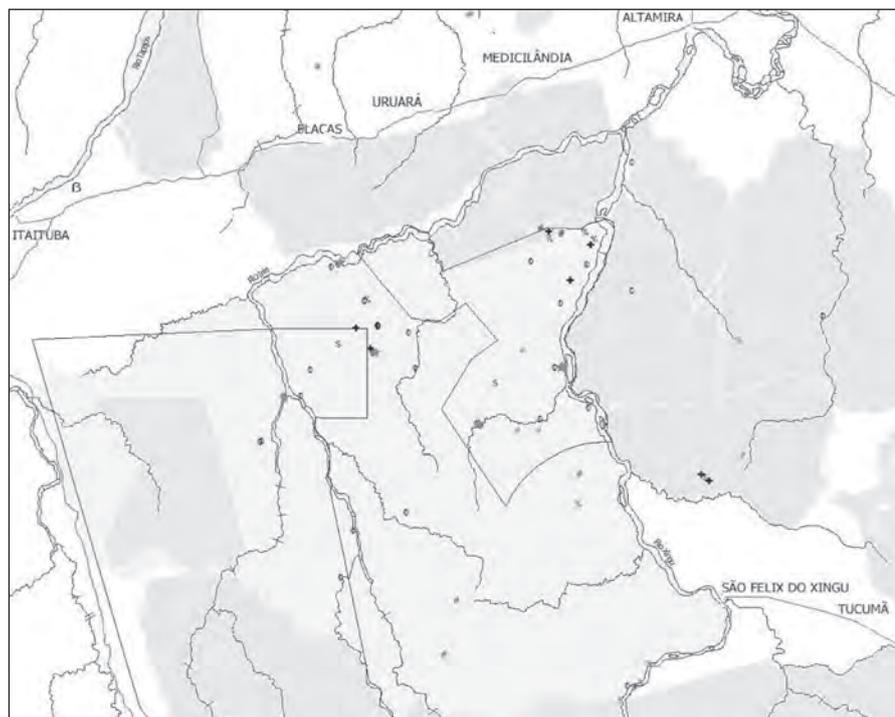
A tabela de assassinatos no campo de 2003 confirma que, novamente, o Estado do Pará se destaca com o maior número de mortes no campo. São 33 de um total de 73 em todo o País. Um dado, no entanto, chama a atenção na relação de mortos do Pará: quase 50% das vítimas não tinham vínculo com o movimento sindical ou o MST e nem perderam suas vidas na luta por um pedaço de terra, nas fileiras desses movimentos. Esses trabalhadores foram vítimas da ação de pistoleiros, a mando de grandes grileiros de terras, na região conhecida como “Terra do Meio”, uma porção de terras públicas de quase 10 milhões de hectares, que constitui a última fronteira da violenta ocupação do Estado do Pará.

endidos por um grupo de pistoleiros e executados friamente. As mortes, com toda probabilidade, foram encomendadas por grandes grileiros com o objetivo de se apropriarem das terras. Após seis meses da chacina, a polícia do Pará não conseguiu colocar atrás das grades nenhum mandante dos crimes, ficando preso somente o pistoleiro Daniel Pinheiro da Silva, acusado de comandar a chacina. Uma das principais portas de entrada da Terra do Meio é justamente por São Félix do Xingu, através da Trans-Iriri, uma estrada de chão com quase 300 km que liga a cidade de São Félix ao Rio Iriri, no coração da floresta. Às margens da estrada, dezenas de madeireiras estão instaladas, fazendo a extração ilegal da madeira. Em seguida,

sinado o sindicalista Bartolomeu da Silva, o “Brasília”. Todos os crimes foram praticados por pistoleiros, a mando de grandes grileiros instalados na região. A exemplo da chacina do Xingu, não há nenhum mandante preso por esses crimes. Castelo dos Sonhos, Novo Progresso, Itaituba, estão localizadas no lado oeste da Terra do Meio e são a outra porta de entrada de fazendeiros e grileiros vindos do Mato Grosso, pela rodovia Cuiabá-Santarém. A floresta está sendo dizimada, ilegalmente, para dar lugar aos grandes canteiros de soja e às fazendas de gado.

Na maioria dos casos, as vítimas sequer são identificadas ou devolvidas para seus familiares. Dos oito mortos na chacina do Xingu, cinco deles eram conhecidos como Elizeu, Maurício, Pentead, Baixinho e Pedro Formiga. Certamente, eram “peões do trecho”, sem documentos ou referência familiar, que perambulavam de fazenda em fazenda na região. Esses trabalhadores representam centenas de outros, vindos de diferentes Estados (principalmente do Nordeste), alguns em busca da sobrevivência, outros contratados por “gatos” para realizar as grandes derrubadas de floresta nativa e dar lugar aos latifúndios. Ao invés de encontrar ali alternativas de trabalho e melhores condições de vida, se deparam com a escravidão ou a morte, caindo sob o jugo das armas de pistoleiros a serviço de “gatos” ou grileiros.

O número real de mortes de trabalhadores nessa região de fronteira está muito além dos registros feitos pela CPT. Impossível registrar os que são assassinados e abandonados na mata, enterrados em cemitérios clandestinos ou sepultados como indigentes nas vilas próximas. Em muitas fazendas, no período chuvoso, só se chega de avião, pois as estradas são intrafegáveis.



Sete desses trabalhadores foram assassinados no dia 12 de setembro de 2003, na Fazenda Primavera/São Sebastião, a 180 km do município de São Félix do Xingu, “Chacina do Xingu”. Eles trabalhavam para um pequeno grileiro (que também foi assassinado), quando foram surpre-

o que sobra da floresta é jogado ao chão para dar lugar ao capim para a criação extensiva do gado.

Dois outros assassinatos ocorreram na região de Castelo dos Sonhos, município de Altamira, próximo à divisa do Mato Grosso. Nessa mesma localidade, um ano antes, fora assas-

A região da Terra de Meio está sendo violentamente ocupada por grandes latifundiários e madeireiros em busca do lucro fácil e sem qualquer controle do Estado. Essa porção de terra envolve um patrimônio incalculável de madeiras nobres, água doce em abundância e uma biodiversidade estimada em bilhões de dólares. Além das terras públicas, esse processo de ocupação atinge terras indígenas, áreas de proteção ambiental e terras ocupadas, há décadas, por ribeirinhos. Os graves conflitos registrados, principalmente em Anapu, Porto de Moz e Altamira, são exemplos claros dessa dramática realidade.

Com a bênção do Estado¹, a fronteira avança sob a lei do mais forte, no rastro da destruição; um rosário de crimes vão sendo praticados: grilagem, trabalho escravo, extração ilegal da madeira, devastação ilegal da floresta, assassinatos, tráfico de armas e de drogas, biopirataria. Nessa “terra de ninguém”, a vida, principalmente dos mais pobres, vale muito pouco. O “*não saber é lucro neste lugar. Quem fala morre*”, afirma um trabalhador. A pistolagem acaba sendo a “profissão” mais valorizada. Por muito pouco se mata e se morre. Nesse mundo do crime, polícia e pistoleiros, grileiros, políticos e autoridades do judiciário se misturam.

Os prejuízos para a vida e a natureza são incalculáveis. Segundo levantamento publicado pelo IMAZON em 2002, o Pará responde por 40% da atividade madeireira de toda a Amazônia e a maior parte da produção provém da extração irregular em

terras públicas, objeto de grilagem. A devastação da floresta segue em ritmo cada vez mais acelerado. O último levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE na Amazônia brasileira (agosto 2002-agosto 2003) aponta uma extensão de desmatamento de quase 25.000 km², a pior desde 1995. Uma área quase igual ao Estado de Alagoas.

Na raiz de toda essa violência está a concepção do Estado em relação ao modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Como explica Loureiro, o Estado “abdicou do papel de entidade política e ética, *capaz de arbitrar o conflito de interesses na sociedade, optou pelo capital e a ele foi transferido, a partir de então, o controle sobre os homens, a natureza e a Amazônia*” (Loureiro. 1992. p.202). Não é por acaso que o atual governo do Estado luta para reaver os 70% do território paraense que hoje está sob a jurisdição da União. Por ter no Estado paraense um aliado incondicional, os plantadores de soja, os pecuaristas e madeireiros, certamente não terão dificuldades para legalizar os milhares de hectares, frutos do processo de grilagem.

O Estado do Pará não tem, e nunca se preocupou em ter, controle do seu patrimônio fundiário: leis inaplicáveis, órgão fundiário desaparecido e total falta de vontade política contribuem para essa omissão. O processo de grilagem sempre foi favorecido pelo próprio ente estatal. O Instituto de Terras do Pará (ITERPA) criado, em 1975, com o objetivo de assumir o controle administrativo

das terras, “acabou se transformando numa instância governamental para a resolução de problemas de grandes grupos interessados em terras no Pará” (depoimento de Lúcio F. Pinto à CPI da grilagem da Assembléia Legislativa do Estado do Pará).

Se já era fácil, ficou ainda melhor para os madeireiros depois da Instrução Normativa n° 002 de 14.09.2003, baixada pelo ITERPA. Com esse novo instrumento jurídico, os madeireiros poderão obter autorização para implantar “projetos de manejo florestal” em áreas devolutas estaduais. O que era feito sem amparo legal, agora recebe o aval do próprio Estado. Sinal verde para a grilagem e a certeza do aumento da violência de madeireiros e grileiros contra os povos indígenas, posseiros e ribeirinhos.

Apenas os três maiores grileiros de terras no Estado do Pará, juntos, alegam possuir cerca de 25 milhões de hectares. O fantasma Carlos Medeiros possui cerca de 1.200 títulos de propriedade (falsos) espalhados por mais de 83 municípios, totalizando mais de 13 milhões de hectares. O grupo C.R Almeida possui 7 milhões de hectares, nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu e o Grupo Jari Celulose S/A, 3 milhões de hectares no município de Oriximiná. Em relação às pretensões do Grupo C.R Almeida, após forte pressão da sociedade, o ITERPA ingressou com ação de nulidade das matrículas feitas no cartório de Altamira. O processo permaneceu desaparecido por dois anos e meio e quando reapareceu foi

1. As áreas indígenas demarcadas no Estado do Pará, ao longo do período 1995-2002, foram literalmente abandonadas pelo Governo Federal no que tange à preservação da integridade de seus limites. A área indígena Apyterewa-Parakanã (São Félix do Xingu) foi intensamente invadida por madeireiros e fazendeiros criadores de gado. A área indígena Baú (Novo Progresso) teve seus limites irremediavelmente comprometidos pela invasão ilegal e desordenada de fazendeiros plantadores de soja. As áreas indígenas Cachoeira Preta (Placas), Araras (Medicilândia) e Kayapó (São Félix do Xingu) são objeto de devastadoras e agressivas investidas de madeireiros. No transcorrer do período 1995-2002, o desflorestamento ilegal no Estado do Pará foi intensificado drasticamente. Segundo os últimos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), entre agosto de 1995 e agosto de 2000, a extensão do desflorestamento bruto no Pará aumentou de 169.007 Km² para 200.118 Km², com um espantoso aumento de 18,40% em apenas cinco anos. As novas frentes de desflorestamento acompanham o avanço da fronteira agrícola sobre as comunidades indígenas e sobre áreas ambientais protegidas.

com uma sentença (retroativa ao mês subsequente ao desaparecimento) em favor dos grileiros, devidamente assinada pelo juiz da Comarca de Altamira.

Mesmo com as crescentes pressões nacionais e internacionais em defesa da natureza amazônica, a postura do governo do Estado tem sido de incentivar a expansão da soja, favorecer os interesses de pecuaristas e madeireiros e ignorar a existência

do trabalho escravo e outros crimes praticados na região. O Poder Judiciário paraense também dá sua parcela de contribuição, sustentando a impunidade quase que absoluta em relação aos crimes praticados no campo.

A esperança renovada de que a eleição de Lula resultasse na adoção de medidas eficazes, no sentido de preservar o meio-ambiente amazônico desse vendaval de destruição

e morte, ainda não se concretizou. As medidas anunciadas recentemente carecem de resultado prático. A continuar esse ciclo, em poucas décadas a floresta não mais existirá e, com ela, a rica biodiversidade que ali existe. A escravidão e a matança continuarão imperando. A floresta com seus povos indígenas e suas populações tradicionais - camponeses e ribeirinhos ali estabelecidos, merecem outro destino.

Assassinatos



Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Alagoas					
Girau do Ponciano	Assentamento Rendeiras/Dom Hélder	07/09/2003	Luciano Alves da Silva, "Grilo"	28	Liderança
Subtotal:	1				
Maranhão					
Buritcupu	P.A. Lago Azul/Pov. Real Brasil	04/04/2003	Regis	A	Assentado
Bacabal	Povoado Comboio	09/07/2003	Raimundo de Aquino Filho	17	Posseiro
Bacabal	Povoado Comboio	09/07/2003	Antônio Gregório da Conceição	30	Posseiro
Urbano Santos	Povoado São Felipe	27/09/2003	Antônio Pires dos Reis	A	Posseiro
Subtotal:	4				
Mato Grosso					
Colniza	Fazenda Capa	10/11/2003	João Maria Chaves	46	Trab. Rural
Colniza	Fazenda Capa	10/11/2003	José Carlos Chaves	14	Trab. Rural
Nova Marilândia/Diamantino	Agropecuária Rio Verde	21/05/2003	Gildenor Moura da Silva	27	Trab. Rural
Nova Marilândia/Diamantino	Agropecuária Rio Verde	21/05/2003	Reginaldo da Silva Santos	21	Trab. Rural
Nova Marilândia/Diamantino	Agropecuária Rio Verde	21/05/2003	Trabalhador rural não identificado	20	Trab. Rural
Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	14/11/2003	Nero Romeu Costa, "Totó"	34	Liderança
Rosário do Oeste	Gleba Mazargão/Sucuri	30/11/2003	Júlio Romano de Jesus	40	Assentado
Vila Rica	Assentamento Vila da Paz	03/11/2003	Milton	80	Assentado
Vila Rica	Assentamento Vila da Paz	03/11/2003	Urana	63	Assentada
Subtotal:	9				
Mato Grosso do Sul					
Juti	Faz. Brasília do Sul/Aldeia Taquara	13/01/2003	Marcos Veron	74	Índio
Subtotal:	1				
Minas Gerais					
Janaúba	Fazenda de Cloves Aguiar	15/09/2003	Luciano Pereira dos Santos	29	Trab. Rural
Subtotal:	1				
Pará					
Afuá	Região das Ilhas*	16/02/2003	Antônio Vasquez Cardoso	47	Ribeirinho
Afuá	Região das Ilhas*	08/03/2003	Raimundo Braga	64	Ribeirinho
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos	22/02/2003	Antônio Henrique Martins	A	Liderança
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos	02/06/2003	Cícero Ferreira Lima	A	Sem terra
Baião	Acampamento Sol Nascente	06/05/2003	Raimundo Guilherme da Silva	A	Sem terra
Baião	Fazenda MM Madeireira	27/09/2003	Joaquim de Jesus Figueiredo	A	Sem terra
Cumaru do Norte	Fazenda Santo Antônio	03/01/2003	Denerval Vieira dos Santos	A	Agrimensor
Cumaru do Norte	Fazenda Santo Antônio	03/01/2003	Raimundo Félix dos Santos	12	Criança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Curionópolis/Parauebas	Garimpo de Serra Pelada	22/01/2003	José Mendes	63	Dirigente
Curionópolis/Parauebas	Garimpo de Serra Pelada	25/01/2003	Raimundo Amorim	38	Garimpeiro
Marabá	Faz. Palmeiras/Santa Rita	07/03/2003	José do Carmo Silva "Dodô"	34	Assentado
Marabá	Faz. Jerusalém	14/04/2003	Osvaldo Pereira dos Santos		Assentado
Novo Progresso	Assentamento Fronteiras	27/07/2003	Assentado do Fronteiras Aparecido "Cid"	A	Assentado
Novo Repartimento	Gleba Capivara	27/01/2003	Luiz Carlos Campos "Negão"	A	Liderança
Novo Repartimento	Gleba Capivara	30/05/2003	Solam	47	Trab. Rural
Novo Repartimento	Gleba Capivara	25/08/2003	Francisco Bento da Silva	A	Posseiro
Novo Repartimento	Gleba Capivara	24/09/2003	Trabalhador rural da Gleba Capivara	A	Trab. Rural
Novo Repartimento/Anapu	Gleba Belo Monte	31/03/2003	Posseiro da Gleba Belo Monte(filho)	A	Posseiro
Novo Repartimento/Anapu	Gleba Belo Monte	31/03/2003	Posseiro da Gleba Belo Monte(pai)	A	Trab. Rural
Novo Repartimento/Anapu	Gleba Belo Monte	31/03/2003	Posseiro da Gleba Belo Monte(genro)	A	Posseiro
Piçarra	Faz. Estrela de Alagoas	17/04/2003	Juarez Pereira da Conceição	A	Sem terra
Santana do Araguaia	Fazenda Rancho Alegre	06/04/2003	Rosildo Lima	A	Trab. Rural
Santarém	Gleba Pacoval/Comun. Raison	03/05/2003	José Orlando de Souza	37	Liderança
São Félix do Xingu	Fazenda São Sebastião	12/09/2003	Justino Pereira da Silva	A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda São Sebastião	12/09/2003	Pedro Formiga	A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda São Sebastião	12/09/2003	Penteado	A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda São Sebastião	12/09/2003	Antônio Vieira da Silva	A	Outros
São Félix do Xingu	Fazenda São Sebastião	12/09/2003	Antônio da Conceição	A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda São Sebastião	12/09/2003	Eliseu	A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda São Sebastião	12/09/2003	Maurício	A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda São Sebastião	12/09/2003	Baixinho Moreno	A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Gleba Karapanã/Faz. Japonesa	29/06/2003	José "Ceará"	A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Gleba Karapanã/Faz. Japonesa	01/07/2003	Mauro Xavier dos Santos	A	Sem terra
Subtotal:	33				
Paraíba					
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	Antônio Chaves da Silva	38	Sem terra
Subtotal:	1				
Paraná					
Foz do Jordão	Acamp. às Margens da PR 662 / Faz. Trombini / Coqueiro	02/09/2003	Paulo Sérgio Brasil	36	Sem terra
Foz do Jordão	Acamp. às Margens da PR 662 / Faz. Trombini / Coqueiro	04/09/2003	Anarolino Vial	53	Sem Informação
Santa Maria do Oeste	Assentamento Araguaí	06/12/2003	Dogival José Viana	39	Liderança
Ramilândia	Faz. Banhadão II/Assent. 16 de Maio	29/01/2003	Nelson Alves de Sousa	33	Sem terra
Subtotal:	4				
Pernambuco					
Aliança	Eng. Água Branca/Usina Aliança	18/10/2003	Ivanildo Ferreira de Lima	A	Liderança
Aliança	Eng. Água Branca/Usina Aliança	19/11/2003	Severino José	A	Posseiro
Cabrobó	Índios Truká	07/06/2003	Sérgio Ribeiro da Cruz	27	Índio
Pesqueira	Índios Xucuru	07/02/2003	José Admilson Barbosa	19	Índio
Pesqueira	Índios Xucuru	07/02/2003	Josenilson José dos Santos	25	Índio
Tamandaré	Engenho Brejo/Mascatinho/Jundiá	10/03/2003	José Cavalcanti da Silva	58	Assentado
Tamandaré	Engenho Brejo/Mascatinho/Jundiá	12/04/2003	Cícero Cândido da Silva	48	Liderança
Subtotal:	7				

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Rondônia					
Ariquemes	P.A. Santa Cruz e Rio Alto	01/08/2003	Serafim José de Santana	A	Liderança
Ariquemes	P.A. Santa Cruz e Rio Alto	01/08/2003	Antônia Santana de Castro	A	Liderança
Cujubim	Seringal Novo Mundo	20/07/2003	Edgar Trevisan	54	Liderança
Nova Mamoré	Fazenda Schumann	06/10/2003	Devair Cordeiro Verbano	52	Posseiro
Nova Mamoré	Fazenda Schumann	06/10/2003	Osvaldo Pereira	44	Posseiro
Nova Mamoré	Fazenda Schumann	06/10/2003	Evaldo Hilton Margoto Verbano	26	Posseiro
Nova Mamoré	Fazenda Schumann	06/10/2003	João Olegário da Silva	53	Posseiro
Porto Velho	Ramal Chico Acreano	05/02/2003	Benedito	60	Posseiro
Subtotal:	8				
Roraima					
Uiramutã	Raposa Serra do Sol e Surumu	09/01/2003	Aldo da Silva Mota	52	Índio
Subtotal:	1				
São Paulo					
Monte Mor	Sítio Taquara Branca	10/09/2003	José Cláudio Nunes dos Santos	37	Trab. Rural
Subtotal:	1				
Tocantins					
Natividade	Sítio São José/Ass. Firmesa	26/08/2003	Antônio Fernandes de Araújo	60	Assentado
Natividade	Sítio São José/Ass. Firmesa	26/08/2003	Vitória Filha do Nascimento	55	Assentada
Subtotal:	2				
Total:	73				

Fonte Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.



Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Alagoas					
Craibas	Bloqueio por Cesta Básica/Acamp. Dom Helder	12/08/2003	Adelmo Duarte de Lima	43	Sem terra
Porto de Pedras	Fazenda Lucena	17/08/2003	Pedro Severo da Silva	49	Sem terra
Subtotal:	2				
Maranhão					
Balsas	Lagoa Preta	04/04/2003	José Alves dos Santos, vulgo Zé Calad	A	Posseiro
Balsas	Lagoa Preta	04/04/2003	José Aleixo	A	Posseiro
Buriticupu	P. A. Lago Azul/Pov. Real Brasil	24/04/2003	João Silva Lima	A	Assentado
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	28/10/2003	Raimundo Luzia	60	Pescador
Subtotal:	4				
Mato Grosso					
Porto Espiridião	Área no Coxipó do Ouro	20/01/2003	Joécio André Bonifácio	42	Trab. Rural
Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	02/11/2003	Nero Romeu Costa, "Totó"	34	Liderança
Subtotal:	2				
Minas Gerais					
Santa Vitória	Faz. Catingueira/Acamp. Canudos	23/06/2003	Guarda do acampamento Canudos	A	Sem terra
Santa Vitória	Fazenda Capoeira	07/03/2003	Dim Cabral	A	Liderança
Unaí	Fazenda Sururina	30/03/2003	Carlos José Leite	31	Sem terra
Subtotal:	3				
Pará					
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos	02/06/2003	Maria José Sobrinho da Silva	A	Sem terra
Chaves	Fazenda Renascença	10/05/2003	Henrique Alcântara e família	A	Palmitreiro
Cumaru do Norte	Fazenda Santo Antônio	03/01/2003	Marcelo Pereira de Carvalho	A	Trab. Rural
Cumaru do Norte	Fazenda Santo Antônio	03/01/2003	Edivan da Silva Rodrigues	A	Trab. Rural
Cumaru do Norte	Fazenda Santo Antônio	03/01/2003	Deusivaldo Neto da Silva	A	Trab. Rural
Marabá	Faz. Palmeiras I/Gleba Santa Rita	07/03/2003	Maria de Fátima Furtado	A	Assentado
Marabá	Faz. Palmeiras I/Gleba Santa Rita	07/03/2003	Valindo Lopes Furtado	46	Assentado
Marabá	Faz. Palmeiras I/Gleba Santa Rita	07/03/2003	Jânio Santos da Silva	14	Assentado
Marabá	Fazenda Mutamba	05/11/2003	Ocupantes da Faz. Mutamba	A	Sem terra
Novo Repartimento	Faz. São José/P.A. Santa Isabel	05/06/2003	Wanderley Alves Feitosa	A	Trab. Rural
Novo Repartimento	Gleba Capivara	27/01/2003	José Divino da Silva	A	Liderança
Novo Repartimento	Gleba Capivara	27/01/2003	Leodoro Pereira de Almeida	A	Liderança
Ourilândia do Norte	Fazenda Serra Dourada	20/01/2003	José de Deus	45	Sem terra
Redenção	Fazenda Santa Tereza	13/08/2003	Roberval Souza Vieira	A	Trab. Rural
Santa Maria das Barreiras	P. Assentamento Codespar	17/08/2003	Daniel Manoel da Silva	A	Assentado
Santa Maria das Barreiras	P. Assentamento Codespar	17/08/2003	Maria Luiza da Silva	A	Assentado
Santarém	Vila Alter do Chão	20/06/2003	Ronildo Alves de Jesus	A	Liderança
São Félix do Xingu	Fazenda Primavera/São Sebastião	14/09/2003	Elvis Moura	A	Outros

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Santarém	Vila Alter do Chão	20/06/2003	Ronildo alves de Jesus	A	Liderança
São Félix do Xingu	Fazenda Primavera/São Sebastião	14/09/2003	Elvis Moura	A	Outros
São Félix do Xingu	Fazenda Primavera/São Sebastião	04/10/2003	Paulo Sérgio Evangelista Rodrigues	25	Trab. Rural
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	26/06/2003	Sr. Juvenal	A	Posseiro
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	26/06/2003	Sr. Cicinato	A	Posseiro
Subtotal:	21				
Paraíba					
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	Severino Amaro da Silva	52	Sem terra
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	Antônio Miguel Bazerra	A	Sem terra
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	José Ciriano Ribeiro Filho	33	Sem terra
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	José Severino da Silva	38	Sem terra
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	Walter Joaquim da Silva	38	Sem terra
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	Edilson Jorge	A	Sem terra
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	Lindalva Tomé de Oliveira	25	Sem terra
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	Maria dos Santos	14	Sem terra
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	Ednaldo Silva de Andrade	18	Sem terra
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	Josenildo Correia da Silva	17	Sem terra
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	Ivanilton Bezerra da Silva	A	Sem terra
Jacaraú	Faz. São José	04/06/2003	Antônio Pedro da Silva	A	Sem terra
João Pessoa	Bloq. BR-101/Tentativa de Saque	19/08/2003	Reginaldo Firmino Tavares	39	Sem terra
Pitimbu	Engenho Palmeira	09/02/2003	Antônio Berlamino Batista	49	Sem terra
Pombal	Fazenda Jacu	11/05/2003	Francisco Florêncio Noel	A	Assentado
Subtotal:	15				
Pernambuco					
Aliança	Eng. Água Branca/Usina Aliança	16/11/2003	Ricardo José da Silva	17	Posseiro
Aliança	Eng. Água Branca/Usina Aliança	19/11/2003	José Francisco da Silva Filho	16	Sem terra
Aliança	Engenho Ajudante	13/04/2003	Antônio Moraes	65	Sem terra
Caruaru/Primavera	Engenho Conceição	18/08/2003	Armando Januário	A	Sem terra
Caruaru/Primavera	Engenho Conceição	18/08/2003	Luiz Miguel da Silva	61	Sem terra
Passira/Itambé/Salgadinho	Fazenda São Vicente	23/09/2003	Reginaldo Bernardes da Silva	40	Sem terra
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. St ^a . Tereza	05/08/2003	André Ventura do Nascimento	29	Sem terra
Subtotal:	7				
Rio de Janeiro					
Campos dos Goytacazes/São Francisco do Itabapoana	Faz. São Diogo/Betel/Dandara dos Palmares	12/09/2003	Antônio Gusmão Júnior, "Juninho"	32	Liderança
Subtotal:	1				
	55				

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Ameaçados de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Acre					
Rio Branco	Seringal São Bernardo/Cachoeira	03/07/2003	Fernando Gomes da Silva	A	Seringueiro
Subtotal:	1				
Maceió	Agentes da CPT Ameaçados de Morte	31/01/2003	Ir. Cícera Menezes	A	Religioso
Maceió	Agentes da CPT Ameaçados de Morte	22/07/2003	José Cícero	A	Ag. pastoral
Maceió	Agentes da CPT Ameaçados de Morte	22/07/2003	Carlos Lima	A	Ag. pastoral
Maceió	Agentes da CPT Ameaçados de Morte	22/07/2003	Cristiano	A	Ag. pastoral
Subtotal:	4				
Amazonas					
Irlanduba	Ramal Nova Esperança	12/12/2003	Francisco Jorge P. Silva	A	Posseiro
Subtotal:	1				
Espirito Santo					
São Mateus/Conceição da Barra/Aracruz	Aracruz Celulose	13/05/2003	Jair Lima	A	Liderança
São Mateus/Conceição da Barra/Aracruz	Aracruz Celulose	13/05/2003	Valmir Noventa	A	Liderança
Subtotal:	2				
Maranhão					
Açailândia	Faz. Boa Peça/Gurupi	26/08/2003	José Carlos Vieira dos Santos	37	Trab. Rural
Açailândia	Faz. Boa Peça/Gurupi	26/08/2003	Luís Ferreira de Jesus	17	Trab. Rural
Açailândia	Faz. Boa Peça/Gurupi	26/08/2003	Faride Faada Silva	17	Trab. Rural
Açailândia	Faz. Boa Peça/Gurupi	26/08/2003	Cipriano Fernandes Mesquita	38	Trab. Rural
Açailândia	Faz. Boa Peça/Gurupi	26/08/2003	José Ribamar Alves Bezerra	A	Trab. Rural
Açailândia	Faz. Boa Peça/Gurupi	26/08/2003	Raimundo Nonato Santos Barbosa	21	Trab. Rural
Açailândia	Faz. Boa Peça/Gurupi	26/08/2003	Luís Carlos da Silva Pacheco	A	Trab. Rural
Açailândia	Fazenda Boa Vista	14/08/2003	Trab. da Fazenda Boa Vista	A	Trab. Rural
Açailândia	Fazenda Coco/Macaco Assado	18/08/2003	Francivaldo Souza Santos	A	Trab. Rural
Alto Alegre do Maranhão	Povoados São José e Mucura	18/08/2003	Trabalhadores do Pov. São José	A	Palmiteiro
Bacabal	Povoado Comboio	08/07/2003	Pedro Mota	69	Posseiro
Balsas	Lagoa Preta	04/04/2003	Gaspar	A	Posseiro
Balsas	Lagoa Preta	04/04/2003	Wilson José dos Santos	A	Liderança
Balsas	Lagoa Preta	04/04/2003	Raimundo Davi	A	Posseiro
Balsas	Lagoa Preta	04/04/2003	Raimundo Nonato	A	Posseiro
Balsas	Lagoa Preta	04/04/2003	Félix	A	Posseiro
Caxias	P. A. Buriti do Meio/Pov.Santa Rosa	19/08/2003	Francisco Assis Martins de Souza	A	Liderança
Caxias	P. A. Buriti do Meio/Pov.Santa Rosa	19/08/2003	Assentados no P.A. Buriti do Meio	A	Assentado
Codó	Povoado Cipoal	24/11/2003	Mário Sérgio Moreira de Queiroz	34	Liderança
Grajaú	Fazenda São Gregório	02/06/2003	Antônio Maciel Gama	A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Magalhães de Almeida	Faz. São Jorge/Data Stº. Agostinho/Gleba Cipoal2	17/02/2003	Darildo Marques da Costa	A	Liderança
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	14/05/2003	Valter Guimarães Damasceno	A	Pres. de STR
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	14/05/2003	Francisco de Araújo	A	Liderança
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	14/05/2003	Francisco Rodrigues da Costa	A	Liderança
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	14/05/2003	Isaías Fernandes de Sousa	A	Pres. de STR
Rosário	Povoado Boa Vista	26/09/2003	Raimundo Silva da Rocha	A	Liderança
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Francisco	A	Liderança
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	José da Luz	A	Liderança
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Rivelino	A	Liderança
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Filhos de Maria de Fátima	A	Posseiro
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Filhos de Maria Helena	A	Posseiro
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	José Daniel	A	Pres. de STR
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Antônia Calixto de Carvalho	A	Ag. pastoral
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Ir. Naide	A	Religioso
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Mons. Gastão Tazzoli	A	Religioso
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Antônio Alves da Costa Filho	A	Pres. de STR
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Antônio Carlos Pereira	A	Pres. de STR
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Luís Beleza	A	Liderança
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Sebastião Borges	A	Liderança
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Maria de Fátima	A	Liderança
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Maria Helena	A	Liderança
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Valdecy dos Santos	A	Religioso
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Pedro Albuquerque da Costa Marinho	A	Ag. pastoral
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Aleandra Lemos	A	Ag. pastoral
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	15/02/2003	Chico Piauí	A	Ag. pastoral
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	05/10/2003	Jina	A	Posseiro
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	05/10/2003	José Gonçalves	A	Posseiro
Subtotal:	47				
Mato Grosso					
Confresa/Vila Rica	Fazenda Bridão Brasileiro	10/12/2003	Welder Divino da Silveira	A	Sem terra
Feliz Natal	Assentamento Ena	11/11/2003	Floriano Verom Boas	A	Trab. Rural
Feliz Natal	Assentamento Ena	11/11/2003	Miguel Wink	A	Trab. Rural
Feliz Natal	Assentamento Ena	11/11/2003	Manoel Vitor	A	Trab. Rural
Ipiranga do Norte	Fazenda Novo Eldorado	30/11/2003	Valdir Wohlenberg	A	Trab. Rural
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalu/Mutuca	18/03/2003	Teresa Conceição Arruda	A	Liderança
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalu/Mutuca	23/12/2003	Gonçalina Almeida	A	Liderança
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalu/Mutuca	23/12/2003	Filha de Gonçalina Almeida	5	Quilombola
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalu/Mutuca	23/12/2003	Marido de Gonçalina Almeida	A	Quilombola
Nova Mutum/Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	30/11/2003	Nilfo Wandscheer	A	Pres. de STR

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Novo Mundo	Fazenda Cinco Estrelas	28/04/2003	Luís Carlos Pereira da Silva	31	Trab. Rural
Pedra Preta	Faz. Furnas/Sto. Antônio do Norte	21/03/2003	Márcio Francisco de Oliveira	A	Liderança
Pedra Preta	Faz. Furnas/Sto. Antônio do Norte	21/03/2003	José Epaminodas Borges Ferreira	A	Liderança
Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	29/06/2003	Deninho José Hendges	40	Liderança
Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	28/10/2003	Nero Romeu Costa, "Totó"	34	Liderança
Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	28/10/2003	Irmã Leonora Brunetto	58	Religioso
Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	28/10/2003	Jacinto Pedro Marcon	44	Liderança
Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	28/10/2003	Antônio José Zanatta	A	Político
São Félix do Araguaia/ Alto Boa Vista	Faz. Suiá Missu/Estrela do Araguaia	10/12/2003	Dom Pedro Casaldáliga	75	Religioso
Subtotal:	19				
Minas Gerais					
Belo Horizonte	Ameaças contra Marcilene Aparecida Ferreira	12/03/2003	Marcilene Aparecida Ferreira	28	Ag. pastoral
Belo Oriente	Cenibra/Enflora Empreendimentos Florestais	24/01/2003	Miguel Barbosa	A	Dir. Sindical
Belo Oriente	Cenibra/Enflora Empreendimentos Florestais	24/01/2003	José Maria Soares	A	Dir. Sindical
Jaíba	Fazenda Serra Azul	21/02/2003	Manoel Borges	A	Liderança
Subtotal:	4				
Pará					
Afuá	Região das Ilhas	08/03/2003	Alessandro Gallazzi	57	Ag. pastoral
Afuá	Região das Ilhas	08/03/2003	Pe. Valentino Berlingheri	65	Religioso
Afuá	Região das Ilhas	08/03/2003	Manoel de Nazaré Oliveira da Silva	44	Político
Afuá	Região das Ilhas	08/03/2003	Francisco Armando de Souza	63	Liderança
Afuá	Região das Ilhas	08/03/2003	José Ribeiro de Barros	32	Ribeirinho
Afuá	Região das Ilhas	08/03/2003	Anna Maria Rizzante Gallazzi	48	Ag. pastoral
Afuá	Região das Ilhas	08/03/2003	Maria Aldenir Santiago da Silva	53	Dir. Sindical
Afuá	Região das Ilhas	08/03/2003	Josimar Chagas	30	Dir. Sindical
Afuá	Região das Ilhas	08/03/2003	Raimunda Emília dos Santos Almeida	35	Liderança
Água Azul do Norte	Fazenda Franciscana	25/05/2003	Cláudio Vieira da Silva	25	Trab. Rural
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos	20/02/2003	Maria de Fátima Nunes	48	Trab. Rural
Baião	Fazenda Carioca	11/01/2003	Vitoriano Rosa Oliveira	A	Liderança
Baião	Fazenda Carioca	11/01/2003	Arnaldo	A	Liderança
Castanhal	Faz. Bacuri/Acampamento João Batista/Quintino S	01/01/2003	Raimundo Nonato de Souza	A	Assentado
Castanhal	Fazenda Nova Esperança	31/01/2003	Raimundo	A	Sem terra
Castanhal	Fazenda Nova Esperança	31/01/2003	Edimídio M. silva	A	Sem terra
Chaves	Fazenda Renasença	10/05/2003	Gumercindo Brito	60	Palmitreiro
Chaves	Fazenda Renasença	10/05/2003	Maria Osvaldina Silva	A	Palmitreiro
Cumarú do Norte	Assent. Herminio Brito/Serra Azul	10/03/2003	Pedro Lopes de Souza	A	Trab. Rural

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Cumaru do Norte	Assent. Hermínio Brito/Serra Azul	06/11/2003	Nilza Rodrigues Lisboa	31	Trab. Rural
Cumaru do Norte	Assent. Hermínio Brito/Serra Azul	06/11/2003	Betilza Rodrigues de Souza	13	Trab. Rural
Cumaru do Norte	Assent. Hermínio Brito/Serra Azul	07/11/2003	Pedro Lopes de Sousa	A	Trab. Rural
Cumaru do Norte	Fazenda Santo Antônio	30/11/2003	Carmine Félix Rodrigues	A	Outros
Curionópolis/Parauebas	Garimpo de Serra Pelada	25/01/2003	Raimundo Benigno Moreira	A	Garimpeiro
Curionópolis/Parauebas	Garimpo de Serra Pelada	25/01/2003	Raimundo Nonato Diniz	A	Garimpeiro
Curionópolis/Parauebas	Garimpo de Serra Pelada	25/01/2003	Antônio Clemente		Garimpeiro
Curionópolis/Parauebas	Garimpo de Serra Pelada	25/01/2003	Elias Severiano		Garimpeiro
Curionópolis/Parauebas	Garimpo de Serra Pelada	25/01/2003	Luís da Mata	A	Garimpeiro
Curionópolis/Parauebas	Garimpo de Serra Pelada	25/01/2003	Alexandre Souza	A	Garimpeiro
Curionópolis/Parauebas	Garimpo de Serra Pelada	25/01/2003	João Amaro Lemos	55	Garimpeiro
Irituia	Fazenda Maria Bonita	10/01/2003	Gilberto da Silva Reis	A	Sem terra
Irituia	Fazenda Maria Bonita	10/01/2003	Manoel Lopes	A	Sem terra
Irituia	Fazenda Maria Bonita	10/01/2003	Manoel Domingos da Silva Lima	A	Sem terra
Novo Repartimento/Baião	Fazenda Petrópolis/Gleba 12	23/04/2003	Valdomiro Alves da Silva	55	Sem terra
Pacajá	Fazenda de Adriano e Renato Cacheta/Vicinal do Chico Elias	06/06/2003	Leandro Ribeiro da Silva	A	Trab. Rural
Parauebas	Violência 2003	25/08/2003	Juiz Jorge Antônio Ramos Vieira	A	Outros
Rio Maria	Ameaça de morte de Carlos Cabral Pereira/STR	07/03/2003	Carlos Cabral Pereira	A	Pres. de STR
Rio Maria	João Canuto	06/03/2003	Olinto Domingos Vieira	A	Trab. Rural
Rio Maria	João Canuto	06/03/2003	Sebastião Vieira	A	Trab. Rural
Rondon do Pará	Ameaça de Morte de Maria Joelma	05/05/2003	Maria Joelma	A	Pres. de STR
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Santa Elisa	29/05/2003	Ezequiel de Moraes Nascimento	A	Liderança
Santarém	Gleba Pacoval/Comu. Raisan	29/07/2003	Masayoshi Kokay	60	Outros
São Félix do Xingu	Fazenda Primavera/São Sebastião	19/09/2003	Trabalhadores ameaçados	A	Trab. Rural
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	20/04/2003	Deusdete França Pereira	A	Posseiro
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	20/04/2003	Edvaldo Pereira da Costa	A	Posseiro
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	20/04/2003	Josivam Silva	A	Posseiro
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	20/04/2003	Joanilde Silva	A	Posseiro
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	20/04/2003	Moisés Silva	A	Posseiro
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	20/04/2003	João Lerdão	A	Posseiro
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	04/06/2003	Raimundo Nonato	A	Posseiro
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Verde	25/06/2003	Sr. Nonato	A	Posseiro
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	14/07/2003	Bernardete Ten Caten	A	Político
Xinguara/Sapuçaia	P. A. Escalada do Norte	03/06/2003	Francisco Assis Souza de Alencar	A	Assentado
Subtotal:	53				
Paraíba					
Ingá/Juarez Távora	Assent. Novo Horizonte/Quirino/Olindino/Caiçara	25/04/2003	João Luiz da Silva Filho	A	Posseiro
Mogeiro	Sítio Barro Alto/Faz. Riacho Verde	26/05/2003	Frei Anastácio		Político
Pitimbu	Engenho Palmeira	09/02/2003	José Roberto Freire		Sem terra
Pitimbu	Engenho Palmeira	09/02/2003	José Cardoso		Sem terra
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	28/01/2003	Ivanildo Soares da Silva		Posseiro
Subtotal:	5				
Paraná					

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Boa Ventura de São Roque	Assentamento Novo Paraíso	30/11/2003	Obremair José Balbinotti	A	Trab. Rural
Boa Ventura de São Roque	Assentamento Novo Paraíso	30/11/2003	Antonio Cardoso	A	Trab. Rural
Cândido de Abreu	Fazenda Império	30/11/2003	Adelir de Lima	A	Trab. Rural
Guaratuba	Comunidade Rasgadinho	07/06/2003	João Alberto Inácio Júnior	A	Trab. Rural
Luiziana	Assentamento Luz	06/08/2003	Paulo Sérgio de Souza	A	Liderança
Manoel Ribas	Fazenda Três Marias	30/11/2003	Ireno Prochnow	A	Liderança
Mariluz	Faz. São Luiz/São João/N. Srª Apareci	06/08/2003	Carlos Cartucho	A	Liderança
Mariluz	Faz. São Luiz/São João/N. Srª Apareci	06/08/2003	Angelo Costa Quintanilha	A	Liderança
Mariluz	Faz. São Luiz/São João/N. Srª Apareci	06/08/2003	João Quenor	A	Liderança
Peabiru	Assentamento Marajó	06/08/2003	Paulo Carrero	A	Liderança
Peabiru	Assentamento Marajó	06/08/2003	Luiz Alves	A	Liderança
Santa Maria do Oeste	Assentamento Araguaí	30/11/2003	Moacir Martins	A	Trab. Rural
Santa Maria do Oeste	Assentamento Araguaí	30/11/2003	João Valandro	A	Trab. Rural
Santa Maria do Oeste	Assentamento Araguaí	30/11/2003	Nivaldo Mesquita	A	Trab. Rural
Santa Maria do Oeste	Assentamento Araguaí	30/11/2003	Dogival José Viana	39	Liderança
Santa Maria do Oeste	Assentamento Araguaí	30/11/2003	José Divino da Silva	A	Trab. Rural
Santa Maria do Oeste	Assentamento Araguaí	30/11/2003	Antonio Mitikus	A	Trab. Rural
Santa Maria do Oeste	Assentamento Araguaí	30/11/2003	Clair José Michelato	A	Trab. Rural
Santa Maria do Oeste	Fazenda Sonda	30/11/2003	Mauro Marsal de Souza	A	Sem terra
Santa Maria do Oeste	Fazenda Sonda	30/11/2003	Betinho	A	Sem terra
Subtotal:	20				
Pernambuco					
Aliança	Engenho Água Branca/Usina Aliança	28/10/2003	Severino Luís da Silva	28	Sem terra
Aliança	Engenho Ajudante	07/08/2003	Sebastião Ferreira	A	Sem terra
Aliança	Usina Aliança	26/03/2003	Pe. Thiago Thorlby	A	Ag. pastoral
Aliança	Usina Aliança	26/03/2003	Plácido Júnior	A	Ag. pastoral
Aliança	Usina Aliança	26/03/2003	Juracy Souza	A	Ag. pastoral
Aliança	Usina Aliança	26/03/2003	Marluce Melo	A	Ag. pastoral
Aliança	Usina Aliança	26/03/2003	Sônia Freitas	A	Ag. pastoral
Goiana/Condado	Engenho Bonito	07/08/2003	José Severino	A	Sem terra
Goiana/Condado	Engenho Bonito	07/08/2003	Ivanildo	A	Sem terra
Paudalho	Engenho Rodízio	10/01/2003	Edilson Batista da Silva	A	Posseiro
São José do Egito	Fazenda Açudinho	10/07/2003	Alzeni Tomáz	A	Ag. pastoral
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª Tereza	01/07/2003	Luiza Cavalcanti Santos	42	Sem terra
Vicência	Assentamento Gregorio Bezerra/Eng. Morojosinho	04/08/2003	Luiza Ferreira da Silva	41	Liderança
Subtotal:	13				
Piauí					
São Raimundo Nonato	Fazenda Barragem da Onça	05/03/2003	Salomão Paes dos Santos	A	Trab. Rural
Uruçuí	Chapadão da Estiva/Barra da Macaba	25/09/2003	Maria de Lourdes	54	Trab. Rural
Subtotal:	2				
Rio Grande do Sul					
São Gabriel	Complexo Southal	18/06/2003	Sandra Xarão	A	Político
Subtotal:	1				
Rondônia					

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Ariquemes	P. A. Santa Cruz e Rio Alto	01/07/2003	Serafim José de Santana	A	Liderança
Ariquemes	P. A. Santa Cruz e Rio Alto	01/07/2003	Antônia Santana de Castro	A	Liderança
Subtotal:	2				
São Paulo					
Monte Mor	Sítio Taquara Branca	10/09/2003	Trabalhadores da Faz. Taquara Branca	A	Trab. Rural
Monte Mor	Sítio Taquara Branca	10/09/2003	José Cláudio Nunes dos Santos	37	Trab. Rural
Monte Mor	Sítio Taquara Branca	12/09/2003	Celestino Avelino da Silva	54	Trab. Rural
Ribeirão Branco	Fazenda Quatis	22/05/2003	José Vicente Felizardo da Silva	A	Pres. de STR
Teodoro Sampaio	Faz. Santa Maria/Acamp.Fusquinha	06/09/2003	José Rainha Júnior	43	Liderança
Subtotal:	5				
Sergipe					
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré	27/06/2003	Antonio José de Sousa	A	Sem terra
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré	27/06/2003	Marlene Feitosa	A	Sem terra
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré	27/06/2003	Maria Helena Feitosa	A	Sem terra
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré	27/06/2003	Luís Clarindo da Silva	A	Sem terra
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré	27/06/2003	José Hinaldo Santos	A	Sem terra
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré	27/06/2003	José Benilson dos Santos	A	Sem terra
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré	27/06/2003	Josival da Silva	A	Sem terra
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré	27/06/2003	Aurelina da Rocha	A	Sem terra
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré	27/06/2003	Maria das Virgens	A	Sem terra
Monte Alegre	Acampamento Patativa do Assaré	27/06/2003	Maria Gorete Santos	A	Sem terra
Subtotal:	10				
Tocantins					
Nova Olinda	Área em Remansão	30/01/2003	Edmundo Rodrigues Costa	A	Ag. pastoral
Palmas	Trabalho Escravo	26/08/2003	Silvano Rezende	A	Ag. pastoral
Palmas	Trabalho Escravo	26/08/2003	Jair Matos	A	Trab. Rural
Palmas	Trabalho Escravo	26/08/2003	Frei Xavier	A	Religioso
Palmas	Trabalho Escravo	26/08/2003	Procurador da República Mário Lúcio	A	Outros
Subtotal:	5				
	194				

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Região das Ilhas na Foz do Rio Amazonas:

Anna Maria Rizzante Galazzi *

Terra e água para serem conhecidas e libertadas

A Região das Ilhas, situada na foz do Rio Amazonas, é próxima ao Estado do Amapá, mas pertence juridicamente ao Estado do Pará e compreende os municípios de Afuá, Chaves, Anajás, Gurupá e Breves. Historicamente, esta região gravita em torno do Estado do Amapá e é atendida pela CPT Amapá.

terra de ninguém: é jurisdição do Pará, mas a vida socioeconômica do povo gravita ao redor do Amapá. O poder público do Amapá pouco pode fazer numa área sobre a qual não tem competência jurídica. O poder público federal também. Mesmo tendo seus representantes no Amapá – MPF, Polícia Federal, Justiça Federal - está preso pelos mesmos limites jurisdicionais. Somente o IBAMA e a Capitania dos Portos têm jurisdição nesta região, mas não têm poder de polícia capaz de prevenir e reprimir as situações de violência.

Município	Área em Km2	População
Afuá	8.373	29.505
Anajás	6.991	18.322
Breves	9.558	80.158
Chaves	13.085	17.350
Gurupá	8.540	23.098
Total	46.547	168.433

Esta região está vivendo, desde 1995, situações graves de conflito e de violência que preocupam a população e as lideranças dos movimentos populares e exigem nossa atenção.

As causas desta situação de conflito são várias:

1. Causas políticas:

- Esta região, na prática, é uma

- A isso deve-se somar a histórica **ausência e omissão do Estado do Pará** para o qual estas áreas nunca passaram de pequenos currais eleitorais, periodicamente loteadas entre os políticos de plantão e esquecidas durante o resto do tempo. A polícia local - com pouquíssimos agentes - sempre foi usada pelos *patrões* para reprimir qualquer tipo de reação

dos trabalhadores. Eram e são os *patrões* que indicavam e indicam os **comissários** encarregados de manter a ordem da região. Esta prática ainda continua, mesmo sem o respaldo das autoridades do Estado do Pará.

2. Causas geográficas:

- Esta região é um emaranhado impenetrável de ilhas, praias, furos e igarapés, onde as distâncias se medem em horas e dias de navegação e os horários são definidos pelas marés. Não existe transporte público fluvial nestas regiões. A maioria das famílias não possui transporte próprio, a não ser as pequenas embarcações a remo ou pequenos barcos a motor, que não conseguem enfrentar as maresias das baías e dos rios mais largos. Com isso, são praticamente prisioneiras desta imensidão de terra e água, obrigadas, por qualquer necessidade, a procurar o Estado do Amapá, bem mais próximo e acessível.

- Esta realidade geográfica dificulta qualquer fiscalização por parte do poder público e favorece a ilegalidade e a impunidade, tornando-se lugar ideal para o tráfico de armas, de substâncias entorpecentes e para a prática do trabalho escravo.

- Por serem terrenos de marinha, as ilhas pertencem, pela Constituição federal, ao patrimônio da União, administrado pelo DPU (Departa-

* Anna Maria Rizzante Galazzi é agente de pastoral da CPT Amapá e responsável pela Documentação do regional.

mento do Patrimônio da União). A total omissão do DPU permitiu que a região fosse *ocupada* por *patrões* que, com a complacência de cartórios que lavraram escrituras e atos de compra-venda, se autodenominaram donos, passando a explorar os recursos naturais, primeiro a borracha, depois a madeira, o palmito, a pesca.

3. Causas econômicas:

- A relação de trabalho ainda é, em muitos casos, o aviamento. O *patrão*, que se diz dono da terra, explora o trabalho da família do *freguês* que toma conta de uma *colocação*. A produção extrativista é toda entregue aos *patrões*, que *pagam* com vale-compra no próprio comércio deles, criando uma situação de trabalho escravo, em que o *freguês* e sua família nunca se vêem livres das dívidas. Famílias que são, em muitos casos, as antigas moradoras da área.

- É a família toda do *freguês* que, como escrava, passa a ser explorada, às vezes por gerações, levando a uma dependência não somente econômica, mas social e psicológica dos *patrões* que, por isso, há décadas, vêm controlando os políticos e as autoridades locais e decidindo a sorte da região.

- Qualquer ação que busque libertar essas famílias da situação de trabalho escravo, passa por graves dificuldades, pois envolve mulheres e crianças, muitas vezes pequenas, que, uma vez *libertadas* não têm como sobreviver.

4. Causas sociais:

- Mais de duas décadas de atuação dos movimentos populares, sobretudo dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STRs, com o apoio da Igreja e de entidades como a CPT e a FASE, conseguiram, em alguns casos, quebrar esta situação.

- Várias famílias e até comunidades inteiras saíram do esquema

patrão-freguês, reivindicando o direito à produção e passando a vendê-la livremente.

- Os STRs têm barcos próprios, de pequeno e médio porte, que permitem a autonomia de ir e vir, articulação e reivindicação junto às autoridades.

- A criação de partidos populares permitiu que lideranças locais disputassem cargos políticos, quebrando o secular monopólio político dos *patrões*.

Conseqüências desta situação

Todos estes fatores levaram os *patrões* a endurecer sua ação para não perder sua força política e para desestabilizar as lideranças populares:

Em 2003, só no município de Afuá, foram registrados, pela CPT-AP e pelo STR, os assassinatos de Antônio Vasquez (16/02/03) e de Raimundo Braga (08/03/03). Nenhuma providência foi tomada, até agora, contra os responsáveis por estes crimes, que continuam soltos, ameaçando testemunhas e praticando assaltos (já neste ano, no dia 01 de março de 2004, houve tentativa de assassinato contra José Moraes, que está correndo sério risco de vida em uma CTI de Macapá).

Cerca de 10 pessoas, entre agentes de pastoral e lideranças sindicais e comunitárias, que denunciam os crimes e amparam as testemunhas, estão ameaçadas de morte e estão limitadas em seu direito de ir e vir.

Tivemos informação de vários estupros de mulheres, inclusive idosas e jovens, durante os assaltos. Por motivos culturais e pelo medo das ameaças, nenhuma mulher ainda quis registrar queixa. Houve ainda dezenas de assaltos a casas e embarcações, com violência e ameaças às vítimas, caso viessem a denunciar. Dezenas de famílias deixaram suas casas e posses, por causa da insegurança e das ameaças. Outras estão sendo pressionadas a sair.

Isso sem contar com a depredação ambiental, sobretudo de açajais e

a extração ilegal de madeira. Estão chegando à região, madeireiros do Sul do Pará que, após a exploração ambiental naquela região, encontram na Região das Ilhas uma área intocada e rica de bens a serem explorados, com nenhuma ou pouca fiscalização.

Essa “fachada” esconde outra, bem mais grave e preocupante, como o tráfico de armas e o narcotráfico, como já foi comprovado na Operação Afuá realizada em julho de 2003.

A CPT Amapá, a FASE Gurupá e os movimentos populares da região, entendem que a problemática deve ser encarada e tratada pelas autoridades, em suas peculiaridades próprias, sob pena de inviabilizar os esforços feitos para reprimir os casos mais gritantes de violência e que continuam sem solução.

Caminhos para uma solução efetiva:

- Que o DPU e o INCRA, em parceria, continuem e ampliem as ações que visam a regularização das terras, outorgando as “concessões de uso” às comunidades ribeirinhas, para evitar a exploração dos trabalhadores, de suas famílias e do meio ambiente.

- Que as terras onde ocorre trabalho escravo sejam imediatamente passadas às famílias que ali vivem e trabalham, garantindo sua segurança e liberdade.

- É necessário que Pará e Amapá assumam, em conjunto, a realidade das famílias que forem libertadas de situação de trabalho escravo, para não deixá-las vulneráveis, sob pena de caírem nas mãos dos mesmos ou de outros *patrões*.

- É urgente que haja policiamento ostensivo e permanente na região.

- Pará e Amapá devem estabelecer e manter parcerias que permitam a colaboração constante e imediata, evitando a paralisação por limites jurisdicionais que o crime organizado, presente na região, já superou há tempo.

Violência contra a pessoa: detalhamento

Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
Centro-oeste		
Goiás		
	Ameaça de Prisão	2
	Ferimento em consequência de conflito	5
	Prisão	40
Mato Grosso		
	Agressão	18
	Ameaça de morte	18
	Assassinato	9
	Cárcere privado	200
	Ferimento em consequência de conflito	4
	Intimidação	875
	Morte em consequência (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças)	4
	Prisão	35
	Sem Informação	1
	Tentativa de assassinato	2
Mato Grosso do Sul		
	Assassinato	1
	Prisão	4
Nordeste		
Alagoas		
	Agressão	6
	Ameaça de morte	4
	Assassinato	1
	Prisão	11
	Tentativa de assassinato	2
Bahia		
	Agressão	6
	Ameaça de Prisão	31
	Ferimento em consequência de conflito	1
	Morte em consequência (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças)	1
	Prisão	9
Maranhão		
	Agressão	7
	Ameaça de morte	104
	Ameaça de Prisão	5
	Assassinato	4
	Ferimento em consequência de conflito	6
	Humilhação	4

Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
	Intimidação	4
	Prisão	23
	Seqüestro	4
	Tentativa de assassinato	4
	Tortura	11
Paraíba		
	Ameaça de morte	5
	Ameaça de Prisão	1
	Assassinato	1
	Intimidação	1
	Prisão	3
	Seqüestro	4
	Tentativa de assassinato	15
Pernambuco		
	Agressão	7
	Ameaça de morte	13
	Assassinato	7
	Ferimento em consequência de conflito	6
	Morte em consequência (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças)	5
	Prisão	12
	Seqüestro	1
	Tentativa de assassinato	7
Piauí		
	Ameaça de morte	2
	Humilhação	2
Rio Grande do Norte		
	Ferimento em consequência de conflito	1
Sergipe		
	Ameaça de morte	10
	Prisão	7
Norte		
Acre		
	Ameaça de morte	1
	Morte em consequência (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças)	1
Amazonas		
	Ameaça de morte	1
Pará		
	Agressão	8
	Ameaça de morte	61
	Assassinato	33
	Desaparecido	15
	Ferimento em consequência de conflito	3
	Intimidação	3
	Morte em consequência (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças)	3
	Omissão/Conivência	2
	Prisão	90
	Tentativa de assassinato	30

Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
	Tortura	4
Rondônia		
	Ameaça de morte	2
	Assassinato	8
	Prisão	39
Roraima		
	Assassinato	1
Tocantins		
	Agressão	2
	Ameaça de morte	5
	Assassinato	2
	Ferimento em consequência de conflito	1
	Prisão	26
	Tortura	1
Sudeste		
Espírito Santo		
	Ameaça de morte	2
Minas Gerais		
	Agressão	351
	Ameaça de morte	4
	Ameaça de Prisão	64
	Assassinato	1
	Cárcere privado	213
	Desaparecido	1
	Ferimento em consequência de conflito	2
	Humilhação	50
	Intimidação	4490
	Prisão	26
	Seqüestro	213
	Tentativa de assassinato	3
Rio de Janeiro		
	Tentativa de assassinato	1
São Paulo		
	Ameaça de morte	16
	Ameaça de Prisão	5
	Assassinato	1
	Ferimento em consequência de conflito	10
	Humilhação	1
	Intimidação	2
	Prisão	41
Sul		
Paraná		
	Ameaça de morte	17
	Ameaça de Prisão	3
	Assassinato	4
	Ferimento em consequência de conflito	7
	Intimidação	3

Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
	Prisão	13
Rio Grande do Sul		
	Ameaça de morte	1
	Ferimento em consequência de conflito	2
	Prisão	1

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Violência contra Pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assas-sinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Tortu-rados	Agredidos Fisicamente	Presos	Feridos
Centro-Oeste										
DF	14	12670								
GO	92	46820							40	5
MS	31	38614	1						4	
MT	149	212488	9	2	4	18		18	35	4
	286	310592	10	2	4	18	0	18	79	9
Nordeste										
AL	39	21640	1	2		4		6	11	
BA	51	31529			1			6	9	1
CE	13	8595								
MA	129	53554	4	4		104	11	7	23	6
PB	17	5760	1	15		5			3	
PE	164	92390	7	7	5	13		7	12	6
PI	46	16670				2				
RN	16	23390								1
SE	26	51650				10			7	
	501	305178	13	28	6	138	11	26	65	14
Norte										
AC	13	5206			1	1				
AM	23	14805				1				
AP	12	1470								
PA	317	103547	33	30	3	61	4	8	90	3
RO	39	36568	8			2			39	
RR	1	5	1							
TO	87	24657	2			5	1	2	26	1
	492	186258	44	30	4	70	5	10	155	4
Sudeste										
ES	9	27810				2				
MG	103	75249	1	3		4		351	26	2
RJ	18	11845		1						
SP	129	150816	1			16			41	10
	259	265720	2	4	0	22	0	351	67	12
Sul										
PR	110	89210	4			17			13	7
RS	18	22350				1			1	2
SC	24	11270								
	152	122830	4	0	0	18	0	0	14	9
	1690	1190578	73	64	14	266	16	405	380	48

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Esta tabela é constituída a partir do número de pessoas que sofreram violência nas Situações de Conflitos por Terra, Seca, Água, Trabalhista e Garimpo.

Manifestações

Arquivo CPT Nacional



Manifestações

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Acre					
Acrelândia	Ocupação do Basa	12/9/2003	20	Renegociação de dívidas	Fetacre
Rio Branco	Ato Público/Ramal Pirangi/Ass.Boa Água	15/1/2003	36	Infra-estrutura	SI
Rio Branco	Ato Público/Seringal Cachoeira	23/5/2003	28	Regularização fundiária	CPT
Rio Branco	Protesto por Recuperação de Estradas	30/6/2003	11	Infra-estrutura	Fetacre
Rio Branco	Acamp. na Frente do Incra/Ramal Abib Cury	5/8/2003	100	Desapropriação	CUT
Xapuri	Romaria dos Mártires da Terra	21/12/2003	3000	Ref. Agrária/Direitos	CPT
Subtotal:	6		3195		
Alagoas					
Arapiraca	Bloqueio da AL-115/Faz. Sementeira	14/2/2003		Desapropriação	MST
Arapiraca	Bloqueio na AL-220 e AL-115	8/8/2003	400	Cesta básica	MST
Atalaia	Ato Público na frente da Prefeitura/Bloq. da BR-316	13/2/2003	500	Desapropriação/Infra-estrutura/Cesta básica	MST
Atalaia	XVI Romaria da Terra e das Águas	8/11/2003	10000	Ref. Agrária/Direitos	CPT/MST/MTL/STR
Craíbas	Bloqueio da AL-220 e Saque	7/8/2003	200	Cesta básica	MST
Craíbas	Bloqueio por Cesta Básica/Acamp. D. Helder	12/8/2003	200	Cesta básica	MST
Craíbas	Bloqueio da AL-220/Assent. D. Hélder	17/10/2003	200	Cesta básica	MST
Delmiro Gouveia	Ocupação da Ceal	2/7/2003	400	Infra-estrutura	MST
Delmiro Gouveia	Bloqueio da BR-423/Ocup. da Chesf	11/8/2003	600	Cesta básica	MST
Flexeiras	Bloqueio da BR-101/Faz. Jussara	22/5/2003	300	Desapropriação/Cumprimento de acordos	MLST
Flexeiras	Bloqueio das BRs 101 e 104/Faz. Galho Seco/Capim de Cheiro	23/5/2003	250	Cump. de acordos/ Cesta básica/Educação	MST
Flexeiras	Bloqueio da BR-101	23/7/2003	400	Desapropriação/Direitos humanos	MTL
Joaquim Gomes	Bloqueio da BR-101/Faz. Serrana	3/12/2003	65	Regularização fundiária/Cesta básica	MLST
Maceió	Manif. das Trabalhadoras Rurais	7/3/2003		Direitos humanos	CPT/MST
Maceió	Acamp. na Praça dos Martírios/Marcha	16/4/2003	600	Desap./Infra-estrutura	CPT/MST
Maceió	Ocupação do Banco do Nordeste	20/5/2003	100	Liberação de crédito	MST
Maceió	Bloqueio da AL-101 Norte	30/6/2003	100	Cesta básica	MST
Maceió	Ocupação da Casal	1/7/2003	400	Infra-estrutura	MST
Maceió	Dia do Trabalhador Rural	25/7/2003	200	Desapropriação	CPT
Maceió	Bloqueio da AL-101/Acamp. Mirante da Sereia	30/7/2003	100	Cesta básica	MST
Maceió	Acampamento em frente ao Presídio Cyridião	7/8/2003	500	Combate à injustiça e à violência	CPT

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Maceió	Acamp. em frente à Casa do Governador Lessa	14/8/2003	500	Cesta básica	CPT
Maceió	I Encontro dos Sem Terrinha - Construindo a Cidadania	5/9/2003	100	Educação/Direitos humanos	CPT/MST
Maceió	Manifesto contra Milícias Armadas/Assent. D. Hélder	12/9/2003	600	Desaprop./Combate à injustiça e a violência	CPT/MST
Maceió	Bloqueio da BR-101/Faz. Paraguai	17/12/2003	140	Desapropriação/Cumprimento de acordos	MST
Maragogi	Bloqueio da AL-101 Norte	10/6/2003	300	Desaprop./Direitos	MTL
Maragogi	Ocupação da Prefeitura/Faz. Boa Vista	25/7/2003		Desapropriação	MST
Messias	Bloqueio da BR-101/Us. Bititinga	14/3/2003	300	Desapropriação/Infra-estrutura/Cesta básica	CPT
Messias	Bloqueio BR-104	22/5/2003	600	Desap./Cesta básica	MLST
Messias	Bloqueio da BR 101/Faz. Flor do Bosque	5/12/2003	400	Desapropriação/Cumprimento de acordos	CPT
Murici	Bloqueio BR-104	10/3/2003	500	Cumprimento de acordos/Cesta básica	MST
Murici	Dia Nacional de Luta pela Terra/Marcha	13/4/2003	3000	Desapropriação/Liberação de crédito	CPT/MST
Novo Lino	Bloqueio da BR-101	10/6/2003	500	Desaprop./Direitos	MTL
Novo Lino	Bloqueio da AL-101	23/7/2003		Desapropriação	MTL
Novo Lino	Bloqueio da BR-101 e AL-101 Norte/Valdemir	8/12/2003	100	Combate à injustiça e à violência	MTL
Olho D'Água do Casado	Protesto por Reforma Agrária/Nova Esperança	4/2/2003	600	Desapropriação/Liberação de crédito	MST
Olho D'Água do Casado	Bloqueio da AL-220	26/3/2003	100	Desapropriação/Infra-estrutura/Cesta básica	CPT
Olho D'Água do Casado	Bloqueio da AL-220/Assent. Nova Esperança	26/3/2003	250	Desaprop./Assistência técnica/Cesta básica	MST
Paripueira	Bloqueio da AL-101/Acamp. Mirante da Sereia	10/2/2003	100	Desapropriação/Cesta básica	MST
Porto Calvo	Protesto por Reforma Agrária	20/3/2003		Desaprop./Cesta básica	MTL
Porto Calvo	Bloqueio da AL-410	10/6/2003	300	Desaprop./Direitos	MTL
Porto Calvo	Protesto contra prisão de Valdemir Agostinho	10/6/2003	500	Combate à injustiça e à violência	MTL
Porto Calvo	Bloqueio da AL-101 Norte/Faz. Veleiro	15/7/2003	200	Cesta básica	MTL
Porto Calvo	Bloqueio AL-104	23/7/2003		Desaprop./Direitos	MTL
Porto Calvo	Bloqueio da AL-101 Norte/Faz. Veleiro	8/12/2003	200	Questões Ambientais	MTL
Porto de Pedras	Bloq. da AL-101/Prisão de Sem Terra	5/8/2003	400	Cesta básica	CPT/MST
São Luís do Quitunde	Bloqueio da AL-410	1/8/2003	300	Desaprop./Cesta básica	MLST
São Miguel dos Milagres	Ocup. da Pref./Bom Jardim/Cabocla	1/8/2003	500	Desaprop./Cesta básica	CPT
Subtotal:	48		26005		
Bahia					
Aurelino Leal	Caminhada pela Reforma Agrária e contra a Injustiça	11/8/2003		Desapropriação/Direitos	MST
Aurelino Leal	Manif. em frente à Sede da Prefeitura	28/8/2003		Cesta básica/Outros	MST
Eunápolis	Bloqueio da Rodovia BA 683	27/10/2003	100	Infra-estrutura	SI

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Feira de Santana	Manif. em frente à Sede da Prefeitura	20/1/2003		Infra-estrutura	STR
Feira de Santana	Marcha pela Reforma Agrária	1/9/2003		Regularização fundiária	MST
Itabela	Ocupação da Sede da Prefeitura	9/5/2003	150	Infra-estrutura	MST
Itabuna	Ato Público pela Reforma Agrária	31/7/2003	2000	Desapropriação	SI
Salvador	Acamp. Museu de Ciência e Tecnologia da Uneb	20/4/2003	1500	Todos	Ceta
Salvador	Caminhada pela Reforma Agrária	23/4/2003	1500	Todos	Ceta
Salvador	Manifestação pela Reforma Agrária	3/7/2003	220	Desapropriação	MCST
Salvador	Ocup. da Cia. Hid. São Francisco/Bloq. da BR-423	11/8/2003	700	Reforma Agrária	MST
Salvador	Acamp. no Museu de Ciência e Tecnologia da Uneb	7/9/2003		Desapropriação	MST
Salvador	Manif. pela Libertação de Trab. Presos	17/9/2003	4000	Reforma Agrária	MST
Salvador	Ocupação da Sede do Inbra	17/9/2003	82	Reforma Agrária	MCST
Senhor do Bonfim	Ocupação do Banco do Brasil	20/11/2003	500	Liberação de crédito/ Reneg. de dívidas	CPT/Feab/MPA/ MST/MTD
Vitória da Conquista	Bloqueio da Rodovia Rio-Bahia	20/3/2003	500	Liberação de crédito/Infra-estrutura	SI
Vitória da Conquista	Manifestação em frente ao Banco do Nordeste	20/3/2003	500	Liberação de crédito/Infra-estrutura	SI
Vitória da Conquista	Ocupação de Agências Bancárias	20/11/2003	700	Lib. de crédito/ Reneg. de dívidas	CPT/Feab/MPA/ MST/MTD
Subtotal:	18		12452		
Ceará					
Aracati	XI Romaria da Terra	17/8/2003	12000	Ref. Agrária/Direitos	CPT
Crato	4ª Romaria do Caldeirão: Terra, Água e Sementes	21/9/2003		Ref. Agrária/Direitos	CPT
Fortaleza	Caminhada por Desapropriação	26/8/2003		Desapropriação	MST
Fortaleza	Acampamento na frente do Inbra	30/8/2003	1200	Desapropriação	MST
Icó	Protesto por Infra-estrutura	4/8/2003	200	Infra-estrutura	MPA
Jaguaribara	Protesto por Reassentamento/Barragem Castanhão	25/7/2003	300	Indenização	CPT
Mauriti	Saque e Ocupação de Prédio Público	11/2/2003	300	Cesta básica	SI
Subtotal:	7		14000		
Distrito Federal					
Brasília	Jornada de Luta contra o Latifúndio	15/4/2003	250	Todos	MST
Brasília	Manifestação contra a MP 2183	26/4/2003	1200	Regularização fundiária	Contag/MSTR
Brasília	Grito da Terra Brasil 2003	14/5/2003	5000	Todos	Contag
Brasília	Ocupação da Agência Nacional de Energia Elétrica	13/6/2003	900	Sem Informação	MAB
Brasília	Marcha das Margaridas 2003	26/8/2003	50000	Reforma Agrária	Contag
Brasília	Protesto contra a Liberação do Plantio de Transgênicos	23/9/2003	450	Contra Transgênicos	Contag/CPT/ Fetraf/MAB/ MPA/MST

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Brasília	Protestos Contra o Plantio de Transgênicos	8/10/2003	80	Contra Transgênicos	Contag/CPT/ Fetraf/MAB/ MPA/MST
Brasília	Acampamento em frente à Sede do Incra	19/10/2003	420	Cumprimento de acordos/ Ref. Agrária	Fetadef
Brasília	Marcha por Desapropriações	5/11/2003	1400	Reforma Agrária	CPT/CUT/ Fetadef
Subtotal:	9		59700		
Espirito Santo					
Iconha	Marcha na BR-101/Jornada de Luta	13/4/2003	200	Combate à injustiça e à violência	MST
São Mateus	Manifestação contra os Crimes do Latifúndio	17/4/2003	1300	Combate à injustiça e à violência	CPT/MST
São Mateus	Ato contra a Implantação da Fábrica da Aracruz Celulose	9/9/2003	1200	Contra monocultura	CPT/OTC
Vitória	Ato contra a Impunidade/Jornada de Luta	17/4/2003	200	Combate à injustiça e à violência	MST
Subtotal:	4		2900		
Goiás					
Caiapônia	Caminhada/Dia Internacional da Mulher	8/3/2003	500	Direitos humanos	CPT/STR
Goiânia	Ocupação do Incra	5/3/2003	600	Desapropriação/Libera- ção de crédito	MST
Goiânia	Marcha pela Paz/Reforma Agrária/Justiça Social	16/4/2003	3000	Desapropriação/Libera- ção de crédito/Combate à injustiça e à violência	MST
Goiânia	Acampamento na Praça Universitária	5/9/2003	500	Cumprimento de acordos	MST
Goiânia	Acamp. na Pça. do Trabalhador/ Acamp. na Pça. Universitária	8/9/2003		Cumprimento de acordos	MST
Goiânia	Protesto na Frente da Assembléia Legislativa	13/9/2003		Cumprimento de acordos	MST
Goiânia	Protesto na Frente do Banco do Brasil	15/9/2003		Cumprimento de acordos	MST
Goiânia	Protesto na Frente do Palácio das Esmeraldas	18/9/2003		Cumprimento de acordos/Ref. Agrária	MST
Goiânia	Protesto na Frente do Tribunal de Justiça	23/9/2003		Cumprimento de acor- dos/Contra Impunidade	MST
Goiânia	Marcha Nacional pela Reforma Agrária	10/11/2003	1500	Reforma Agrária	CPT/Fetaeg/ MST/MTL
Goiânia	Protesto de Pequenos Agricultores	19/11/2003	500	Liberação de crédito	CPT/MPA
Goiânia	Conferência da Terra pelo Plano Nacional de Reforma Agrária	20/11/2003	3500	Reforma Agrária	CPT/Fetaeg/ MST/MTL
Goiânia	Protesto contra a Alca e os Transgênicos	21/11/2003		Contra Transgênicos	CPT/Fetaeg/ MST/MTL
Goiás	Ocupação da Prefeitura	24/3/2003	200	Infra-estrutura/Educação	MPA
Mineiros	Romaria da Terra e das Águas	26/7/2003	5000	Direitos humanos/ Reforma Agrária	CPT

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Nova Crixás	Bloqueio da GO-164/Acamp.Che Guevara	16/1/2003	700	Desapropriação/Cesta básica	MST
Planaltina	Dia Internacional da Mulher/Ass.Flor da Serra	8/3/2003	100	Questões Ambientais	CPT
Rio Verde	Coleta de Alimentos	31/3/2003	350	Cesta básica	MST
Uruaçu	Bloqueio da BR-153/Barragem de Serra da Mesa e Cana Brava	22/10/2003	600	Reassentamento/Indenização	MAB
Subtotal:	19		17050		
Maranhão					
Balsas	Caminhada/Apoio aos Posseiros de Lagoa Preta	11/4/2003	100	Reg. fundiária/Combate à injustiça e à violência	SI
Bom Jesus das Selvas	Bloq. da BR-222/Faz.Rodominas/ Fremasa	13/8/2003	700	Desapropriação	STR
Imperatriz	Ocupação do Incra/Faz.São João	20/6/2003	250	Desapropriação	MST
Monção	Ocupação do Incra/Povoados da Gleba Camacaoca e Outros	9/12/2003	164	Cumprimento de acordos	Fetaema
Peritoró	Protesto contra a Liminar que Impede o Acesso à Terra	11/10/2003	300	Regularização fundiária	CPT/STR
São Luís	Ocupação do Incra/Ass.Árvore Verde	21/7/2003	250	Infra-estrutura	SI
São Mateus do Maranhão	Ocup. do Incra/Pov.Pai Mané/ Barroco/Simão	10/2/2003	523	Regularização fundiária/Cesta básica	SI
Subtotal:	7		2287		
Minas Gerais					
Belo Horizonte	Dia Internacional de Luta dos Atingidos por Barragens	14/3/2003	200	Cumprimento de acordos	CPT/MAB
Belo Horizonte	Caminhada contra o Latifúndio e a Violência	15/4/2003		Combate à injustiça e à violência	MST
Belo Horizonte	Vigília contra o Latifúndio, pela Paz e Justiça	17/4/2003	950	Combate à injustiça e à violência	CPT/MST
Belo Horizonte	Ocupação do Incra	10/7/2003	200	Desapropriação/Cumprimento de acordos	LCPNM
Belo Horizonte	Ocupação da Feam	20/8/2003	100	Cumprimento de acordos/Indenização	MAB
Belo Horizonte	Ocupação do Incra/Faz. Tangará	9/12/2003	400	Desapropriação/Cumprimento de acordos	MTL
Buritis	Bloq. das Rodovias MG-400 e BR-030	2/7/2003	150	Liberação de crédito	OTC
Buritis	Acampamento diante da Prefeitura/Faz. Buritis	7/9/2003	600	Desapropriação/Cumprimento de acordos	MST
Buritis	Ocupação de Agências Bancárias/Faz. Buritis	14/9/2003	400	Lib. de crédito/Infra-estrutura/Educação	MST
Contagem	Ato contra a Guerra no Iraque/Marcha pela Paz	14/4/2003	350	Combate à injustiça e à violência/Direitos	MST
Frei Inocêncio	Marcha contra o Latifúndio e pela Paz	3/4/2003	500	Combate à injustiça e à violência	MST
Joáima	Manifesto contra a Violência	3/2/2003	30	Combate à injustiça e à violência	MST

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Mariana	Ocupação do Canteiro de Obras da Furquim	17/3/2003	100	Cumprimento de acordos/Indenização	MAB
Monte Alegre de Minas	Bloqueio da BR-365 e BR-153	23/7/2003	600	Desapropriação/Cumprimento de acordos	CLST/MLT/ MTL
Rio Pardo de Minas	Manifesto contra Reflorestamento de Eucalipto	25/4/2003	200	Desapropriação/Questões Ambientais	STR
Santa Cruz do Escalvado/Rio Doce	Ocupação do Canteiro de Obras/Hidrelétrica de Candonga	11/3/2003	250	Cumprimento de acordos	MAB
Tupaciguara	8ª Romaria da Terra e das Águas	20/8/2003	20000	Ref. Agrária/Direitos	CPT
Uberlândia	Vigília por um Brasil Livre de Transgênicos	10/3/2003	800	Contra Transgênicos	APR/CLST/CPT/MLST/MLT/MST/MTL
Subtotal:	18		25830		
Mato Grosso					
Aripuanã	Bloqueio de estradas vicinais/Gleba Conselvam	17/7/2003	120	Desapropriação/Regularização fundiária	SI
Barra do Garças	Bloqueio da BR-070	18/11/2003	900	Desapropriação/Infra-estrutura/Cesta básica	Fetagri/MT/STR
Cáceres	Bloqueio da BR-174	27/6/2003	1000	Desapropriação	MST
Cáceres	Dia do Trabalhador Rural/Bloq. Mal. Rondon	25/7/2003	100	Desapropriação/Infra-estrutura/Cesta básica/Saúde	MST
Cáceres	Bloqueio da BR-174/Cesta Básica	12/8/2003	100	Cesta básica	MST
Cáceres	Marcha BR-174/Acamp. Sílvio Rodrigues/Faz. São Paulo	9/9/2003		Desapropriação/Combate à injustiça e a violência	MST
Cáceres	Ato Público Pça 7 de Setembro/Acamp. Sílvio Rodrigues/Faz. S. Paulo	12/9/2003	2500	Desap./Lib. de crédito/Cesta básica	MST
Cáceres	Bloqueio da BR-070/Faz. Ressaca/L. Abick	1/10/2003	3000	Cesta básica	MST
Cáceres	Ocupação da Prefeitura	13/10/2003	500	Cesta básica/Educação/Saúde	MST
Chapada dos Guimarães	Manifesto dos Atingidos pela Usina de Manso	3/7/2003	2000	Cumprimento de acordos/Indenização	MAB
Chapada dos Guimarães	Acampamento diante da Usina de Manso	28/7/2003	1000	Cumprimento de acordos	MAB
Comodoro	Bloqueio da BR-174/Faz. Ressaca	20/10/2003	600	Desapropriação/Cumprimento de acordos	MST
Comodoro	Bloqueio da BR-174/Glebas Boa Sorte e Portugêses	20/10/2003	300	Regularização fundiária	MST/STR
Comodoro	Bloqueio de Rodovia	18/11/2003	1000	Desapropriação/Liberação de crédito	Fetagri/MT
Cuiabá	Ocupação do Incra	2/2/2003	900	Desapropriação/Regularização fundiária	MST/MTAA
Cuiabá	Ocupação do Incra	4/3/2003	500	Desapropriação	MST
Cuiabá	3º Acampamento Estadual de Trabalhadoras Rurais	7/3/2003	400	Regularização fundiária	MST
Cuiabá	Manifesto de Pequenos Agricultores	17/3/2003	400	Liberação de crédito	MPA
Cuiabá	Ato Público/Jornada contra o Latifúndio	14/4/2003		Regularização fundiária	MST

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Cuiabá	Jornada contra o Latifúndio/Marcha pela Reforma Agrária	15/4/2003	1500	Desapropriação/Liberação de crédito	MST
Cuiabá	Ocupação do Incra	25/6/2003	400	Regularização fundiária	MTAA
Cuiabá	Ocupação do Incra	2/7/2003	400	Desapropriação/Cumprimento de acordos	MTAA
Cuiabá	Ocupação do Incra	12/8/2003	120	Desapropriação/Cesta básica	MTAA
Cuiabá	3º Encontro Estadual dos Sem Terrinha	9/10/2003	500	Educação/Saúde/Contra Transg./Direitos	MST
Cuiabá	Acampamento diante do Palácio Paiaguás/Faz. Ressaca	20/10/2003	700	Desapropriação/Cumprimento de acordos	MST
Cuiabá	Acampamento ao lado do Intermat/Ressaca	21/10/2003	2500	Desapropriação/Cumprimento de acordos	MST
Cuiabá	Acampamento diante do Paiaguás/Faz. Mestre	10/12/2003	250	Desapropriação/Cumprimento de acordos	MST
Cuiabá	Ocupação da Intermat	15/12/2003	600	Desapropriação/Cumprimento de acordos/Ref. Agrária	MST
Glória do Oeste	Ocupação da Prefeitura de Glória D'Oeste	28/5/2003	500	Cesta básica	MST
Jangada	Bloqueio da BR-364/Cesta Básica	12/5/2003	850	Cesta básica	MST
Jangada	Bloqueio da BR-163/Faz. Taburacá	8/8/2003	1000	Infra-estrutura/Cesta básica	MST
Jangada	Bloqueio da BR-163/Sadia Oeste I	18/11/2003	1077	Desapropriação/Liberação de crédito	Fetagri/OTC
Mirassol do Oeste	Bloqueio da BR-174/Faz. São Paulo	21/5/2003	7000	Combate à injustiça e à violência	MST
Mirassol do Oeste	Bloqueio da BR-174/Acamp. Silvio Rodrigues	16/7/2003	500	Combate à injustiça e à violência	MST
Mirassol do Oeste	Bloqueio da BR-174	12/8/2003	3000	Reg. fundiária/Lib. de crédito/Cesta básica	MST
Nortelândia	Panfletagem por Créditos e Desapropriações	18/11/2003	1000	Desapropriação/Liberação de crédito	Fetagri
Nossa Senhora do Livramento	Bloqueio da BR-364	18/11/2003	1000	Desapropriação/Liberação de crédito	Fetagri
Nova Olímpia	Acamp. na Prefeitura/Faz. Monte Alegre	22/7/2003		Infra-estrutura/ Cesta básica/ Educação/Saúde	MST
Nova Olímpia	Caminhada contra Milícias/Faz. Monte Alegre	23/7/2003	500	Combate à injustiça e à violência	MST
Nova Olímpia	Manifestação diante da Prefeitura	13/10/2003	200	Desapropriação/Cesta básica	MST
Pedra Preta	Ocupação da Prefeitura de Pedra Preta	20/5/2003		Cumprimento de acordos	MST
Pedra Preta	Ocupação da Prefeitura/Ass. Wilson Medeiros	22/9/2003	150	Infra-estrutura/ Cump. de acordos	MTAA
Pedra Preta	Bloqueio da BR-364	18/11/2003	1000	Desapropriação/Liberação de crédito	Fetagri
Peixoto de Azevedo/Guarantã	Ocupação do Incra	18/11/2003	1000	Desapropriação/Liberação de crédito	Fetagri

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Poconé	Bloqueio da MT-060	18/11/2003	1000	Desapropriação/Liberação de crédito	Fetagri
Porto dos Gaúchos	Bloqueio de Rodovia	18/11/2003	1000	Desapropriação/Liberação de crédito	Fetagri
Ribeirão Cascalheira	Bloqueio da BR-158	20/9/2003	250	Reg. fundiária/ Lib. de crédito/ Infra-estrutura	Fetagri/STR
Ribeirão Cascalheira/Água Boa	Grito da Terra 2003/Bloqueio da BR158	1/5/2003	2000	Todos	Fetagri
Rio Branco	Ato Público diante do Fórum	8/10/2003	700	Desapropriação	MST
Rondonópolis	Ato pela Fazenda São Francisco II	22/7/2003	1500	Desaprop./Combate à injustiça e à violência	MST
Rondonópolis	Ocupação da Conab	12/8/2003	350	Cumprimento de acordos/Cesta básica	MST
Rondonópolis	Ocupação da Conab/Cesta Básica	12/8/2003	300	Cesta básica	MST
Rondonópolis	Bloq. da BR-163/Faz. S. Francisco II	15/8/2003	100	Regularização fundiária	MST
Rondonópolis	Ocupação do Banco do Brasil	24/11/2003	60	Liberação de crédito	MST
Salto do Céu	Ocupação da Prefeitura/Acampamento Cecília Antunes	19/5/2003	200	Educação	MST
São Félix do Araguaia	Ocupação do Incra	18/11/2003	100	Desap./Lib. de crédito/ Cumprim. de acordos	Fetagri
São José do Povo	Bloqueio da MT-270 e MT-130	18/11/2003	1000	Desap./Lib. de crédito/ Cumprim. de acordos	Fetagri
Sinop	Manifesto por Créditos do Pronaf	18/9/2003	300	Liberação de crédito/ Cumprim. de acordos	STR
Tangará da Serra	Caminhada pela Reforma Agrária e Melhores Condições de Vida	5/12/2003	500	Desap./Infra-estrutura/ Incentivos à pequena produção	MST
Tapurah	Bloqueio de Rodovia	18/11/2003	1000	Desap./Lib. de crédito/ Cumprim. de acordos	Fetagri
Várzea Grande	Bloqueio da BR-364	12/8/2003	1000	Infra-estrutura/Cesta básica/ Saúde	MST
Várzea Grande	Bloqueio das Rodovias BR-070 e BR-364	30/10/2003	2000	Cumprimento de acordos	MST
Várzea Grande	Interdição do Trevo do Lagarto	30/10/2003	2600	Desapropriação/Cumprimento de acordos	MST
Várzea Grande	Bloqueio da BR-163/Faz. S. João	4/11/2003	2000	Desapropriação	MST
Várzea Grande	Bloqueio da BR-364/Faz. São João	11/11/2003	1800	Desapropriação	MST
Subtotal:	65		60827		
Mato Grosso do Sul					
Anastácio	Ocup. Idaterra/Acamp.Volta Grande/Buritizal	13/11/2003	150	Desapropriação/Cesta básica	CUT
Campo Grande	Jornada Nacional de Luta contra o Latifúndio	15/4/2003	300	Infra-estrutura/ Comb. à injustiça e à violência	MST
Dois Irmãos do Buriti	Ocupação da Prefeitura/Ass. Paulo Freire	24/10/2003	80	Lib. de crédito/ Infra-estrutura/Cesta básica	MST
Dois Irmãos do Buriti	Ocupação do Idaterra/Ass. Paulo Freire	4/11/2003	200	Cesta básica	MST
Dourados	Protesto por Remédios/ Acamp. Arraial Douradense	8/3/2003	800	Saúde	MST

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Dourados	Jornada Nacional de Luta contra o Latifúndio	15/4/2003	1000	Infra-estrutura/Combate à injustiça e à violência	MST
Nova Alvorada do Sul	Protesto por Alimentos/ Faz.3M/ Acamp. Nova Esperança	18/2/2003	70	Cesta básica	SI
Nova Alvorada do Sul	Bloqueio da BR-264/Faz.Nascente do São Roque	6/3/2003	150	Desapropriação	SI
Nova Alvorada do Sul	Bloqueio da BR-267/Faz. Nova Conquista	29/10/2003	400	Desapropriação	CUT
Nova Andradina	Bloqueio na BR-267/Ass. Casa Verde	15/2/2003	200	Infra-estrutura	SI
Nova Andradina	Bloqueio da BR-376/Acamp. Perto da Faz. Stª. Olga	26/2/2003	120	Desapropriação	STR
Nova Andradina	Bloqueio da MS-134/Faz. Teijin	8/4/2003	400	Desapropriação	MST
Nova Andradina	Protesto por Eletrificação Rural/Ass. Jibóia	5/9/2003	238	Infra-estrutura	STR
Ponta Porã	Bloqueio da MS-164/Ass. Dorcelina Folador	21/3/2003	300	Infra-estrutura	SI
Rio Brillhante	Ocup. do B. do Brasil/Ass. Margarida Alves	16/9/2003	60	Liberação de crédito	SI
Sidrolândia	Protesto na Frente do Inkra	24/2/2003	180	Infra-estrutura	Fetagri
Sidrolândia	Protesto Contra a Prisão de Lideranças	27/8/2003		Direitos humanos	MST
Sidrolândia	Bloqueio da BR-060/Acamp. Aleluia	9/10/2003	1000	Cesta básica	STR
Subtotal:	18		5648		
Pará					
Afuá	Ato Contra a Violência e a Impunidade	19/12/2003	600	Combate à injustiça e à violência	CPT/STR
Anapu	Acampamento na Rodovia Transamazônica	21/10/2003		Incentivos à peq. produção/Q.Ambientais	SI
Belém	Ocupação do Inkra	19/3/2003	300	Regularização fundiária	CPT/MPA
Belém	Marcha em Memória ao Massacre de Eldorado dos Carajás	12/4/2003	700	Combate à injustiça e à violência	MST
Belém	Acamp. Massacre de Eldorado dos Carajás	16/4/2003	700	Combate à injustiça e à violência	MST
Belém	Protesto na Pça. do Operário/ Tribunal Crimes c/ Latifúndio	14/10/2003	200	Combate à injustiça e à violência	CPT/MST/STR/ Caritas/Fetagri
Belém	Marcha:Tribunal dos Crimes c/ Latifúndio	27/10/2003	700	Combate à injustiça e à violência	CPT/MST/STR/ Caritas/Fetagri
Belém	Ocupação do Inkra/Faz. Paragominas e Providência	6/11/2003	250	Desapropriação/Liberação de crédito	MST
Benevides	Bloq.da BR-316/Trib.dos Crimes c/ Latifúndio	24/10/2003		Combate à injustiça e à violência	CPT/MST/STR/ Caritas/Fetagri
Castanhal	Marcha:Tribunal dos Crimes c/ Latifúndio	23/10/2003		Reg. fundiária/ Combate à injustiça e à violência	CPT/MST/STR/ Caritas/Fetagri
Eldorado dos Carajás	Protesto na PA-275	3/9/2003	2000	Cumprimento de acordos	MST
Irituia	Bloqueio da BR-010/Faz. Stª. Bárbara	9/7/2003	3500	Desapropriação	MST
Marabá	Ocupação do Inkra	16/3/2003	2000	Desapropriação	CPT/Fetagri/ MST/STR
Marabá	Bloqueio da Transamazônica	25/3/2003	2000	Cumprimento de acordos	CPT/Fetagri/ MST/STR
Marabá	Acamp. Praça do Mogno/Faz. Barreira Branca	22/4/2003	1250	Desapropriação	SINPRA

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Marabá	Ato Público no Ginásio A Fazendinha	23/10/2003	4000	Regularização fundiária	CPT/Fetagri/ /MST
Marabá	Acamp. na frente do Incra	26/11/2003	1000	Reforma Agrária	CPT
Rondon do Pará	Protesto contra Impunidade do Ass. de José Dutra	21/11/2003	1500	Combate à injustiça e à violência	CPT/Fetagri
São Félix do Xingu	Bloq. da PA-279/Gleba Carapanã	28/4/2003	800	Desapropriação	SI
Tucuruí	Acampamento por Desapropriação	3/9/2003		Desapropriação	SI
Tucuruí	Acampamento na frente do Incra	15/11/2003	800	Desapropriação/Liberação de crédito	SI
Tucuruí	Ocupação do Incra	2/12/2003	100	Cump. de acordos	SI
Subtotal:	22		22400		
Paraíba					
Caaporã	Ocupação do Projeto Cooperar	23/9/2003	100	Liberação de crédito	OTC
Campina Grande	Protesto na frente do Banco do Nordeste	20/11/2003	200	Incentivos à pequena produção	MPA
Itabaiana	Protesto por Justiça/Desaparecimento de Almir Muniz	30/6/2003	1000	Combate à injustiça e à violência	
João Pessoa	Dia do Trabalhador Rural	25/7/2003	150	Desaprop./Combate à injustiça e à violência	ASA/CPT/ CUT/ MST
João Pessoa	Protesto por RA e Combate à Violência	11/8/2003	90	Desap./C. básica/ Comb. à injustiça e a violência	OTC
João Pessoa	Marcha/20 anos da morte de Margarida Alves	12/8/2003	600	Combate à injustiça e à violência	CPT/CUT/MST
João Pessoa	Bloqueio BR-101/Tentativa de Saque	19/8/2003	400	Cesta básica	MST
João Pessoa	Acampamento na Praça João Pessoa	1/9/2003	1450	Desapropriação	CPT
João Pessoa	Marcha pelo Plano Nacional de Ref. Agrária	16/10/2003	400	Desapropriação	MST
João Pessoa	Manifestação dos Sem Terrinha	24/10/2003	750	Contra Transgênicos/ Combate à injustiça e à violência	MST
João Pessoa	Protesto contra o Poder Judiciário	28/10/2003	500	Combate à injustiça e à violência	MST
João Pessoa	Ato em Apoio ao Plano Nacional de Reforma Agrária	20/11/2003	1500	Reforma Agrária	CPT
Subtotal:	12		7140		
Paraná					
Arapongas	Ocupação da Praça de Pedágio/BR 369	24/6/2003		Contra Transgênicos/ Outros	MST
Campo Largo	Ato Público pela Justiça e Reforma Agrária	14/4/2003	2000	Todos	MST
Campo Mourão	Ocupação da Praça de Pedágio/BR 369	24/6/2003		Contra Transgênicos/ Outros	MST
Candói	Ocupação da Praça de Pedágio	25/6/2003		Contra Transgênicos/ Outros	MST
Cascavel	Ocupação da Praça do Pedágio	10/1/2003	400	Infra-estrutura/Outros	CRABI
Cascavel	Ocupação da Praça do Pedágio/BR 277	27/2/2003	100	Outros	CRABI/MPA/ MST

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Cascavel	Ocupação da Praça de Pedágio/BR 277	24/6/2003	100	Contra Transgênicos/ Outros	CRABI/LOC/ MST
Cruzeiro do Oeste	Acamp. na Agência do Banco do Brasil	14/10/2003		Renegociação de dívidas	MST
Curitiba	Grito da Terra Paraná 2003	25/6/2003	2000	Liberação de crédito	Fetaep
Francisco Beltrão	Ocupação da Sede do Incra	19/3/2003	180	Liberação de crédito	SI
Guaíra	XVIII Romaria da Terra	31/8/2003	20000	Ref. Agrária/Direitos	CPT/IECLB/MAB /MPA/MST
Irati	Acamp. na Agência do Banco do Brasil	14/10/2003		Reneg. de dívidas	MST
Jataizinho	Ocupação da Praça de Pedágio/BR 369	24/6/2003		Contra Transgênicos/ Outros	MST
Laranjeiras do Sul	Ocupação da Praça do Pedágio	19/3/2003	400	Liberação de crédito	MPA
Laranjeiras do Sul	Ocupação da Praça de Pedágio	25/6/2003		Contra Transgênicos/ Outros	MST
Laranjeiras do Sul	Bloqueio BR 277/Fazenda Sonda	8/10/2003	200	Combate à injustiça e à violência	MST
Londrina	Ocupação da Câmara de Vereadores	2/9/2003	30	Regularização fundiária	SI
Londrina	Acamp. na Agência do Banco do Brasil	14/10/2003	1700	Reneg. de dívidas	MST
Mandaguari	Ocupação da Praça de Pedágio/BR 376	24/6/2003	300	Contra Transgênicos/ Outros	MST
Manoel Ribas	Ato contra o Latifúndio e Milícias Armadas	27/5/2003	5000	Combate à injustiça e à violência	CPT/MST
Mauá da Serra	Ocupação da Praça do Pedágio/BR 376	24/6/2003	200	Contra Transgênicos/ Outros	MST
Nova Londrina	Acamp. na Agência do Banco do Brasil	14/10/2003		Reneg. de dívidas	MST
Peabiru	Ocupação do Banco do Brasil	14/10/2003	300	Reneg. de dívidas	MST
Pitanga	Acamp. na Agência do Banco do Brasil	14/10/2003		Reneg. de dívidas	MST
Ponta Grossa	Marcha pela Reforma Agrária	10/4/2003		Desaprop./Combate à injustiça e à violência	MST
Ponta Grossa	II Jornada de Agroecologia/Ocup. Faz. Monsanto	8/5/2003	3000	Contra Transgênicos	MST
Ponta Grossa	Manif. na Estação Exp. Monsanto	17/10/2003	180	Contra Transgênicos	MST
Querência do Norte	Acamp. na Agência do Banco do Brasil	14/10/2003		Reneg. de dívidas	MST
Santa Cruz do Monte Castelo	Acamp. na Agência do Banco do Brasil	14/10/2003		Reneg. de dívidas	MST
Santa Maria do Oeste	Protestos contra a Desocupação da Faz. Sonda	8/10/2003	3650	Combate à injustiça e à violência	MST
São Luís do Purunã	Ocupação da Praça de Pedágio	25/6/2003	2500	Contra Transgênicos/ Outros	MST
São Miguel do Iguaçu	Ocupação da Praça de Pedágio/BR 277	24/6/2003	300	Contra Transgênicos/ Outros	MST
São Miguel do Iguaçu	Bloqueio da BR 277/Fazenda Sonda	8/10/2003	150	Combate à injustiça e à violência	MST
Saudade do Iguaçu	Manif. por Indenização de Atingidos por Barragem	23/10/2003	1000	Indenização	MAB
Subtotal:	34		43690		
Pernambuco					
Bonito	Protesto por Cesta básica/Bloq PE-103	10/9/2003		Desapropriação	MST

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Caruaru	Ocupação de Prefeitura	24/10/2003	70	Desap./Cesta básica	MST
Custódio	Saque na PE-312	1/7/2003	100	Desap./Cesta básica	MST
Escada	Marcha contra o Latifúndio/pela Ref Agrária	14/4/2003	1500	Reforma Agrária	MST
Escada	Bloqueio da BR-101	22/7/2003	600	Desapropriação	MST
Escada	Saque na BR-101	22/8/2003	30	Cesta básica	MST
Escada	Manif. por Cesta Básica/Bloq. BR-101	10/9/2003		Cesta básica	MST
Garanhuns	Ocupação do INSS/Dia da Trab. Rural	6/3/2003	400	Direitos humanos	CPT
Glória do Goitá	Ocupação do Cartório	23/9/2003	150	Cumprim. de acordos	MST
Goiana	Saque na PE-062	1/7/2003	250	Desaprop./Cesta básica	MST
Goiana	Saque/Eng. Mussumbu	2/7/2003	90	Cesta básica	MST
Ipojuca	Bloqueio da BR-101/Eng. Mauá	31/10/2003	350	Desapropriação	MTL
Nazaré da Mata	Ocupação do INSS/Dia da Trab Rural	6/3/2003	400	Direitos humanos	CPT/MST
Petrolândia	Bloqueio na BR-316	15/5/2003	300	Cesta básica	SI
Petrolina	Ocupação do Banco do Nordeste	16/6/2003	500	Cesta básica	MST
Petrolina	Ocupação do Incra	16/10/2003	100	Desaprop./Cesta básica	MST
Recife	Ocupação do Incra	17/2/2003	35	Desapropriação/Liberação de crédito	OLC
Recife	Acampamento no Incra/Dia da Mulher	7/3/2003	300	Combate à injustiça e à violência	CPT/Fetape/MST
Recife	Ocupação do Incra/Eng. Prado	3/4/2003	150	Desapropriação	CPT
Recife	Ocupação do Incra	7/4/2003	700	Desapropriação/Assistência técnica	Fetape
Recife	Ocupação do Incra	8/4/2003	800	Desaprop./Assistência técnica/Cesta básica	MTL
Recife	Marcha contra o Latifúndio/Ocupação do Incra	15/4/2003	500	Desaprop./Liberação de crédito/Assistência técnica/Cesta básica	CPT/MST
Recife	Protesto por Cesta Básica	1/7/2003	50	Cesta básica	MST
Recife	Ocupação do pátio da Conab	23/7/2003	150	Cesta básica	MTL
Recife	Ocupação do Incra/Us. Aliança	29/7/2003	100	Desapropriação	CPT
Recife	Marcha da Terra Sem Males	7/8/2003	300	Combate à injustiça e à violência	Cimi/CPT
Recife	Ocupação do Incra	26/8/2003	100	Desapropriação	UAPE
Recife	Ato Público em frente a OAB	10/9/2003	100	Desapropriação	UAPE
Recife	Acampamento por Reforma Agrária	11/9/2003		Desapropriação/Assistência técnica	MTL
Recife	Ocupação do Incra	14/9/2003	150	Assistência técnica	MTL
Recife	Ocupação do Incra/R. Agrária	21/9/2003		Desapropriação	OLC
Recife	Ocupação do Incra	6/10/2003	300	Desapropriação/Regularização fundiária	MTB/MTBST
Recife	Marcha no 8º Encontro dos Sem Terrinha	14/10/2003	3000	Regulariz. fundiária/Contra Transgênicos	CPT/MST
Recife	Bloqueio da Av. Rosa e Silva/R. Agrária	24/10/2003	500	Desap./Cesta básica	OLC
Recife	Protesto pela Desap. do Eng. Prado	17/11/2003	100	Desapropriação	CPT
Recife	Acamp. em Frente ao Bco Central	20/11/2003	100	Incentivos à pequena produção	MPA

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Recife	Dia de Defesa do Plano Nac. de Ref. Agrár./contra a Alca e o FMI	21/11/2003	700	Reforma Agrária e outros	CPT/MPA/MST
Recife	Ocupação do Incra	27/11/2003		Desapropriação	UAPE
Recife	Ocupação da Compesa	2/12/2003	150	Liberção de crédito	MST
Sairé	Bloqueio da PE-60/Desapropriação	25/11/2003	150	Desapropriação	MTL
Santa Maria da Boa Vista	Bloqueio da BR-428	15/5/2003	150	Cesta básica	MST
São Caitano	Bloqueio na BR-232	1/7/2003	500	Desapropriação	MST
São José do Egito	Romaria na Faz. Açudinho	10/7/2003	290	Cesta básica	CPT
Serra Talhada	Ocupação da Dnocs	16/9/2003	150	Desapropriação	MST
Sertânia	Ocup. do Prefeitura/Dia da Trabalhador Rural	6/3/2003	400	Desapropriação	CPT/MST
Tracunhaém	Bloqueio da PE-41/Eng. Prado	25/3/2003	100	Desapropriação	CPT
Tracunhaém	Protesto contra Violência e Fome/Eng. Prado	19/5/2003	2000	Desapropriação/Direitos	CPT/Fetape/MST
Tracunhaém	Ocup. da Prefeitura/Eng. Prado	5/6/2003	200	Desapropriação	CPT
Vicência	Bloqueio da BR-408	8/4/2003	1000	Educação	MST
Xexéu	Saque e Bloqueio na BR-101	14/5/2003		Cesta básica	MST
Subtotal:	50		18065		
Piauí					
Simões	Ato Público/Proj. Lei de Recursos Hídricos	16/5/2003	2000	Direitos humanos/Água	CPT
Teresina	Jornada Nacional de Pequenos Agricultores	19/3/2003	1000	Renegociação de dívidas	MPA
Teresina	Grito da Terra Brasil	25/6/2003	1300	Desapropriação/Assistência técnica	Fetag/PI
Teresina	Protesto na Frente do Incra	10/9/2003	300	Desapropriação	Fetag
Teresina	Ocupação do INSS	11/11/2003	300	Questões trabalhistas	Fetrafr
Teresina	Ato Público/Assent.Veados/Boqueirão/Batalha	24/11/2003	54	Incentivos à pequena produção	Fetrafr
Subtotal:	6		4954		
Rio de Janeiro					
Campos dos Goytacazes	Manif. contra Trabalho Escravo/Us. Sta. Cruz	14/5/2003	100	Questões trabalhistas	CPT/MST/STR
Resende	12ª Caminhada da Terra e das Águas do RJ	6/7/2003	2500	Ref. Agrária/Direitos	CPT/IECLB/MST/ OTC/STR
Rio de Janeiro	Ato Público/Acamp. Zé Pureza	18/3/2003	130	Desapropriação	MST
Rio de Janeiro	Vigília contra a Invasão do Iraque	24/3/2003	20	Combate à injustiça e à violência	MST
Rio de Janeiro	Caminhada até o Incra/Jornada de Luta	15/4/2003	250	Combate à injustiça e à violência	MST
Rio de Janeiro	Ato Público no Cristo Redentor/Jornada de Luta	17/4/2003	250	Combate à injustiça e à violência	MST
Subtotal:	6		3250		
Rio Grande do Norte					
Ceará-Mirim	Protesto por Liberação de Crédito	14/10/2003	300	Liberção de crédito	MST
Mossoró	Bloqueio da BR-104/Faz. Maisa	4/6/2003	1200	Desapropriação	MST
Mossoró	Protesto por Refoma Agrária	2/7/2003	200	Desap./Cesta básica	MST
Pureza	Protesto na frente da Prefeitura	12/9/2003	90	Desapropriação	MST
Taipú	Protesto por Reforma Agrária	10/6/2003	300	Desap./Cesta básica	MST
Subtotal:	5		2090		

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Rio Grande do Sul					
Bagé	Mob. Lib. Crédito/Manif. em frente ao Banco do Brasil	14/10/2003	800	Ref. Agrária/Direitos	Via Campesina
Canguçu	XXVI Romaria da Terra	4/3/2003	15000	Ref. Agrária/Direitos	CNBB/CPT
Canoas	Marcha dos Sem	17/11/2003		Desapropriação	MPA
Capão do Leão	Bloqueio BR 116	4/4/2003	40	Todos	MST
Capão do Leão	Bloqueio BR 116	15/4/2003		Infra-estrutura/Outros	MST
Cruz Alta	Jornada de Luta contra o Latifúndio	17/4/2003		Combate à injustiça e à violência	MST
Erechim	Manifestação Dia do Agricultor	25/7/2003	1200	Sem Informação	Via Campesina
Júlio de Castilhos	Bloqueio BR 158	15/4/2003		Infra-estrutura/Outros	MST
Júlio de Castilhos	Marcha Latifúndio Zero	29/10/2003	500	Reforma Agrária	MST
Lajeado	Bloqueio Ponte / BR 386	18/3/2003	1500	Todos	MPA
Marcelino Ramos	Grito da Terra 2003/Bloqueio BR 153	8/5/2003	400	Liberação de crédito	Fetrafsul
Marcelino Ramos	Ocupação do Bando do Brasil	17/6/2003		Liberação de crédito	STR
Novo Hamburgo	Por Um Brasil Livre de Transgênicos	24/4/2003		Contra Transgênicos	SI
Palmeira das Missões	Dia do Agricultor/Ocupação B. do Brasil	26/7/2003	120	Liberação de crédito	MPA
Pântano Grande	Bloqueio BR 290	15/4/2003		Infra-estrutura/Outros	MST
Pântano Grande	Marcha Rumo ao Latifúndio	10/6/2003	800	Desapropriação	MST
Pelotas	Jornada de Luta contra o Latifúndio	17/4/2003		Combate à injustiça e à violência	MST
Pelotas	Manifestação em frente ao Banco do Brasil	14/10/2003	620	Liberação de crédito/ Assistência técnica/ Reneg. de dívidas	Via Campesina
Porto Alegre	III Acamp. Est. Mulheres Trabalhadoras Rurais	7/3/2003	600	Contra Transgênicos/ Direitos	Via Campesina
Porto Alegre	Protesto em frente ao Citibank	10/3/2003	600	Todos	Via Campesina
Porto Alegre	Manifesto contra os Transgênicos	19/3/2003	200	Contra Transgênicos	MPA
Porto Alegre	Protestos em frente à Monsanto	19/3/2003	1500	Ref. Agrária/Direitos	MPA
Porto Alegre	Manif. em frente ao Banco Central	20/3/2003	1500	Todos	MPA
Porto Alegre	Jornada de Luta contra o Latifúndio	17/4/2003	2500	Combate à injustiça e à violência	MST
Porto Alegre	Enc. Mundial dos Trabalhadores no Campo	5/5/2003		Contra Transgênicos	STR
Porto Alegre	Manif. contra a Reforma da Previdência	30/5/2003	3000	Outros	CUT/MPA/MST
Porto Alegre	Manifestação em Frente à Receita Federal	9/7/2003	2000	Liberação de crédito	MST
Porto Alegre	Ocupação da Sede do Incra	18/9/2003	2500	Liberação de crédito	MST
Porto Alegre	Ocup. Prédio Min. Desenvolvimento Agrário	20/9/2003	2000	Reforma Agrária	Fetag/RS
Porto Alegre	Ocupação da Sede Receita Federal	14/10/2003	700	Lib. de crédito/ Assistência técnica/ Reneg. de dívidas	Via Campesina
Porto Alegre	Marcha dos Sem/Acamp. em frente ao Banco Central	19/11/2003		Desapropriação	MPA
Porto Alegre	Marcha dos Sem/Prot. em Frente ao Palácio do Governo	19/11/2003		Desapropriação	MST
Porto Alegre	Marcha dos Sem/Ocup. da Sec. Receita Federal	20/11/2003		Desapropriação/Liberação de crédito	CPT/MPA
Porto Alegre	Marcha dos Sem/Ocup. da Sec. Reforma Agrária	20/11/2003		Desapropriação/Liberação de crédito	MST/MTD

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Porto Alegre	Marcha dos Sem/Caminhada pela Reforma Agrária	21/11/2003	2320	Desapropriação/Liberação de crédito	CPT/MPA/MST/MTD
Porto Alegre	Protesto por Crédito Fundiário	25/11/2003	200	Liberação de crédito	CUT
Rio Pardo	Bloqueio BR 290	4/4/2003	400	Todos	MST
Santa Cruz do Sul	Ocupação da Sede do Sindifumo	11/2/2003	0	Preços	MPA
Santa Cruz do Sul	Manif. por Melhores Preços para o Fumo	26/5/2003	3000	Preços	Fetag/RS
Santa Cruz do Sul	Ato Público pela Reforma Agrária	28/5/2003	7000	Todos	CUT/Via Campesina
Santa Cruz do Sul	Manifestação Dia do Agricultor	24/7/2003	600	Liberação de crédito/ Cump. de acordos	Via Campesina
Santa Cruz do Sul	Protesto contra o Preço do Fumo	28/11/2003	3000	Preços	MPA
Santa Margarida do Sul	Bloqueio da BR 290/Marcha Rumo ao Latifúndio	12/8/2003	800	Desaprop./Combate à injustiça e à violência/ Direitos humanos	MST
Santa Maria	Mob. por Lib. Crédito/Ocup. B. do Brasil	14/10/2003	150	Reneg. de dívidas	Via Campesina
Santana do Livramento	Bloqueio BR 153	15/4/2003		Infra-estrutura/Outros	MST
Santana do Livramento	Jornada de Luta contra o Latifúndio	17/4/2003		Combate à injustiça e à violência	MST
Santana do Livramento	Mob. por Lib. Crédito/Ocup. B. do Brasil	14/10/2003	150	Reneg. de dívidas	Via Campesina
Santo Ângelo	Mob. por Lib. Crédito/Manif. em frente ao Banco do Brasil	14/10/2003	200	Reneg. de dívidas	Via Campesina
São Gabriel	Ato Público pela Reforma Agrária/Marcha rumo ao Latifúndio	16/8/2003	4200	Desapropriação/Reforma Agrária	CUT/MST
São Jerônimo	Marcha dos Sem	17/11/2003		Desapropriação	MST
São Leopoldo	Marcha pela Moradia	8/7/2003	1500	Infra-estrutura	MPA/MST/ MTD
São Luis Gonzaga	Ocupação da Sede da Prefeitura	20/3/2003	100	Infra-estrutura	MST
São Luis Gonzaga	Ocupação da Sede da Prefeitura	20/8/2003	40	Infra-estrutura	MST
Venâncio Aires	Ocupação da Fumageira Dimon	11/2/2003	500	Preços	MPA
Viamão	Ocupação da Sede da Prefeitura	11/3/2003	50	Infra-estrutura	SI
Subtotal:	55		62290		
Rondônia					
Alta Floresta do Oeste	Acampamento na Frente da Prefeitura	22/7/2003	500	Infra-estrutura/ Educ.	MAB/MPA
Campo Novo de Rondônia	Ocupação do Incra/Gleba Porto Franco	24/6/2003	300	Desapropriação	OTC
Jaru	Ocupação da Prefeitura	24/7/2003	100	Infra-estrutura	MPA
Ji-Paraná	Jornada de Luta do MPA	18/3/2003	2000	Reg. fundiária/Lib. de crédito/Educação/Saúde	MPA
Ji-Paraná	Jornada de Luta contra o Latifúndio	17/4/2003	600	Desap./ Cesta básica/ Educação/ Saúde/Comb. à injustiça e a violência	MST
Ji-Paraná	Protesto Nacional dos Peq. Agricultores	14/10/2003	200	Renegociação de dívidas	MPA/MST
Machadinho d'Oeste	Protesto na Frente da Prefeitura	17/2/2003	500	Infra-estrutura/ Educação	STR
Machadinho d'Oeste	Ocupação da Prefeitura	2/4/2003	200	Infra-estrutura/ Educação/ Saúde	MPA
Porto Velho	Mobilização Nacional do MPA	20/11/2003	2000	Reg. fundiária/ Lib. de crédito/ Reneg. Dívidas	MPA

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Subtotal:	9		6400		
Santa Catarina					
Campos Novos	Acampamento em Campos Novos	16/3/2003	700	Reassentamento	MAB
Campos Novos	Mobilização em Defesa da Água e da Vida	16/3/2003	3000	Todos	CIMI/CPT/MAB
Campos Novos	Ocupação da Empresa Enercan	16/3/2003	300	Reassentamento	MAB
Campos Novos	Ocupação do Canteiro de Obras da Usina Campos Novos	29/7/2003	150	Cump. de acordos/ Reassentamento	MAB
Campos Novos	Bloqueio BR 470	30/7/2003	500	Cump. de acordos/ Reassentamento	MAB/MST
Campos Novos	Bloqueio da BR 470	14/10/2003	200	Cump. de acordos	MAB
Campos Novos	Ocupação da Usina de Campos Novos	14/10/2003	200	Cump. de acordos	MAB
Campos Novos	Ocupação da Subestação da Eletrosul	15/10/2003	200	Cump. de acordos	MAB
Campos Novos	Bloqueio da BR 470	16/10/2003	400	Cump. de acordos	MAB
Chapecó	Manifestação por Moradia	19/3/2003	150	Liberação de crédito/ Infra-estrutura	MPA
Chapecó	Marcha por Desapropriação	25/7/2003	500	Desapropriação	MST
Chapecó	Protesto contra a Construção de Usinas	18/8/2003	300	Desaprop./Cump. de acordos/Q. Ambientais	MAB
Concórdia	Bloqueio BR 153	8/5/2003	1500	Lib. de crédito/ Incentivos à peq. Produção	Fetrafsul
Curitibanos	Dia Internacional da Mulher	8/3/2003	300	Outros	MMA
Curitibanos	Caminhada pela Reforma Agrária	18/8/2003	700	Desapropriação	CPT/MAB/ MMA/ MST
Curitibanos	Manifestação por Crédito Rural	16/10/2003	300	Liberação de crédito	MST
Florianópolis	Bloqueio de Avenida	10/4/2003	1200	Contra Impunidade	MST
Florianópolis	Vigília em frente ao Palácio do Governo	15/4/2003	200	Liberação de crédito	MST
Florianópolis	X Grito da Terra Brasil	11/6/2003	4000	Lib. de crédito/Infra- estrutura/Edu/Incentivos à peq. Produção	Fetaesc
Florianópolis	Manifestação contra a Liberação dos Transgênicos	29/9/2003	500	Contra Transgênicos	MST
Florianópolis	Acampamento contra o Plantio de Transgênicos	20/11/2003	800	Contra Transgênicos/ Reforma Agrária	MAB/MPA/ MST
Florianópolis	Protestos por Crédito Fundiário	26/11/2003	700	Liberação de crédito	Fetrafsul
Gaspar	Marcha pela Paz, Reforma Agrária e contra os Transgênicos	10/4/2003		Contra Impunidade	MST
Ipuçu	Mobilização contra as Barragens	16/3/2003	1500	Cumprimento de acordos	CPT/MAB
Ipuçu	Protesto contra a Hidrelétrica Quebra Queixo	19/3/2003	100	Infra-estrutura/ Cump. de acordos	SI
Ipuçu	Ocupação do Canteiro de Obras da Usina	7/7/2003	4000	Lib. de crédito/ Cump. de acordos/ Reassent.	MAB
Ipuçu	Ocupação da Usina Quebra Queixo	13/10/2003	400	Cump. de acordos/ Reassentamento	MAB
Itaiópolis	XVII Romaria da Terra	14/9/2003	15000	Ref. Agrária/Direitos	CPT/MAB/MST
Subtotal:	28		37800		
São Paulo					
Cajamar/São Paulo	Marcha Rod. Anhangüera/Jornada de Luta	15/4/2003	1000	Todos	MST

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Pirapozinho	Protesto na Agência do BB	15/10/2003	30	Desaprop./Liberação de crédito	MST
Presidente Bernardes	Protesto na Agência do BB	15/10/2003	30	Desaprop./Liberação de crédito	MST
Presidente Epitácio	Marcha pela Libertação de Zê Rainha	16/7/2003	2000	Combate à injustiça e à violência/Direitos	MST
Presidente Prudente	Vigília pela Libertação de Zê Rainha	21/7/2003	50	Combate à injustiça e à violência/Direitos	MST
Presidente Prudente	Marcha de Mulheres pela Libertação dos líderes do MST	19/9/2003	800	Combate à injustiça e à violência/Direitos	MST
Presidente Venceslau	Ato pela Liberdade de Rainha/Grito dos Excluídos	7/9/2003	2000	Combate à injustiça e à violência/Direitos	MST
Primavera	Protesto na Agência do BB	15/10/2003	40	Desaprop./Liberação de crédito	MST
Ribeirão Preto	Marcha pela Reforma Agrária, contra os Transgênicos e a Alca	13/9/2003	230	Reg.fundiária/Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Rosana	7ª Romaria da Terra e das Águas	27/7/2003	10000	Ref. Agrária/Direitos	MST
Rosana	Protesto na Agência do BB	15/10/2003	30	Desaprop./Liberação de crédito	MST
Sandovalina	Protesto diante da Prefeitura	5/3/2003	50	Infra-estrutura	MST
Sandovalina	Saque de Leite	25/7/2003	50	Cumprimento de acordos/Cesta básica	MST
São Paulo	Dia Internacional de Luta contra as Barragens	14/3/2003	1000	Cumprimento de acordos	MST
São Paulo	Ato pela Paz/Jornada de Luta	15/4/2003	1000	Combate à injustiça e à violência	MST
São Paulo	Manifesto por Assentamentos	11/12/2003	400	Desaprop./Liberação de crédito	MAST
Sorocaba	Acampamento na Praça da Bandeira	9/4/2003	200	Desapropriação	MST
Sorocaba/Porto Feliz	Acamp. no Canteiro da Rod. Castelo Branco	3/4/2003	300	Cesta básica	MST
Taubaté/Çaçapava/S. José dos Campos	Marcha de Taubaté a Çaçapava/Jornada de Luta	10/4/2003	100	Todos	MST
Teodoro Sampaio	Ato pelos 13 Anos do MST no Pontal/Ass. Nova Pontal	13/7/2003	350	Liberação de crédito	MST
Teodoro Sampaio	Marcha por Justiça, Terra, Liberdade e Paz	22/8/2003	1500	Combate à injustiça e à violência/Dir. humanos	MST
Teodoro Sampaio	Protesto na Agência do BB	15/10/2003	60	Desaprop./Liberação de crédito	MST
Subtotal:	22		21220		
Sergipe					
Aracaju	Dia Internacional de Luta no Campo	16/4/2003	1500	Comb. à injustiça e a violência/C. Impunidade	MST
Aracaju	Dia do Trabalhador Rural	25/7/2003	15000	Desapropriação/Reforma Agrária	MST
Canindé de São Francisco	Caminhada contra a Fome	4/9/2003	700	Cesta básica	MST

Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Nossa Senhora da Glória	Ocupação B. do Nordeste	9/1/2003	230	Liberação de crédito	MST
Nossa Senhora da Glória	Protesto contra Despejos de Acampados	23/7/2003	1500	Combate à injustiça e à violência	MST
Poço Redondo	Bloqueio da SE 260	4/9/2003	700	Cesta básica	MST
Simão Dias	Protesto por Políticas Públicas	26/2/2003	1000	Liberação de crédito	MST
Subtotal:	7		20630		
Tocantins					
Palmas	Acampamento em Frente o Incra	17/3/2003	400	Desapropriação	CPT/MAB/MST
Palmas	Acampamento em Frente ao Incra	14/10/2003	800	Desapropriação	Fetaet/MLST
Subtotal:	2		1200		
	477		481023		

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

As ocupações de terra e do Incra*

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, diante dos últimos acontecimentos envolvendo organizações populares, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nas ocupações de terra e prédios do Incra, e do outro lado a clara resposta do governo através do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e do presidente do Incra, Marcelo Rezende, sente o dever de manifestar-se:

A postura firme do presidente do Incra, em face da cobrança de severo tratamento policial para os participantes destas ocupações, demonstra a nova e esperançosa realidade advinda com o Governo Lula. As organizações populares, com efeito, plenamente autônomas, e não se sujeitando à

condição de braço do governo, estão, salvo no caso de depredações, no seu legítimo direito de reivindicar, dessa maneira, a Reforma Agrária.

Consideramos ainda que houve um avanço destas organizações, assim como da Instituição Governamental.

O fato das organizações promoverem ocupações não denota, de forma alguma, que elas considerem Lula um inimigo. As organizações apenas estão cobrando coerência e efetiva agilidade na esperada mudança com relação à terra. É o contrário da oposição articulada na mídia contra este governo, quando ele, através de atitudes, sinaliza para a quebra do continuísmo e do status quo.

Do lado da Instituição Governamental houve um passo à frente no

reconhecimento de erros, por parte, especialmente, da executiva do PT, no loteamento dos cargos do Incra e a louvável busca, pelo partido, de soluções na base do diálogo com as organizações populares.

Nesta importante data do Dia Internacional da Mulher, dia celebrado no mundo todo como memória das conquistas sociais e políticas das mulheres, reconhecemos, na atual conjuntura da luta pela Reforma Agrária, a frutificação do sangue derramado por heroínas como Margarida Maria Alves, Dorcelina Folador, Irmã Adelaide e inúmeras outras camponesas.

A Coordenação Nacional da CPT
Goiânia, 8 de março de 2003

*Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT, no dia 8 de março de 2003, posicionando-se sobre as cobranças dos meios de comunicação e de outros setores da sociedade que exigiam atitudes mais severas do governo, diante das ocupações de terras e de órgãos públicos pelos movimentos do campo.

Fazendeiros do Paraná criam Grupo Criminoso para Combater as Ocupações de Terra*

Cerca de 50 fazendeiros criaram no último final de semana em Pitanga, região Centro-Oeste do Paraná, o PCR - Primeiro Comando Rural, uma organização que pretende manter homens armados nas fazendas da região para intimidar os trabalhadores rurais sem terra e evitar novas ocupações no Estado. Segundo informações da imprensa, cada fazendeiro planeja contratar dois homens, atingindo o número de 80 seguranças que poderão ser acionados por qualquer membro do PCR, que tem inspiração no Primeiro Comando da Capital, uma organização criminosa que teria mais de 1.500 membros e disputa inclusive o controle de penitenciárias em São Paulo.

Segundo os proprietários, entretanto, o PCR está sendo criado dentro da lei e pretende registrar todas as armas para proteger as propriedades.

A CPT – Comissão Pastoral da Terra do Paraná vem a público denunciar mais esta tentativa dos fazendeiros do Estado em iniciar um clima de medo, terror e violência, com o fim de intimidar os trabalhadores/as e impedir que o processo de reforma agrária avance. Este

clima forjado pelos latifundiários deu início à onda de violência que marcou o Paraná nos últimos seis anos, durante o governo de Jaime Lerner, quando o Paraná se tornou um dos principais focos da violência no campo no país, com 16 assassinatos, 502 prisões de trabalhadores, 324 feridos, 47 ameaçados de morte e 31 tentativas de assassinato. O clima de violência e terror começou justamente pela incitação de fazendeiros que se acharam no direito de “fazer justiça com as próprias mãos”, declarando abertamente na mídia que fariam uso das armas para “deter” os sem-terra, caso o governo não o fizesse. Este foi, por exemplo, o teor da reportagem publicada em O ESTADO DO PARANÁ, no dia 26.08.97, em que o Deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), coordenador da Bancada Ruralista, desafiando a Constituição, adverte “que os grandes proprietários rurais vão desencadear uma violenta reação às futuras invasões de áreas – produtivas ou improdutivas”. “A reação vai começar e será violenta. Quem invadir nossas propriedades vai ser recebido à bala”, ameaçou Lupion, declarando

que a violência é a única saída dos fazendeiros frente ao que ele chamou de “incapacidade do Estado”. Este tipo de declaração legitimou o pacto do governo Lerner com as piores forças do latifúndio paranaense e colocou a polícia ao lado dos jagunços para despejar violentamente os sem-terra por todo o Estado.

Dando um voto de confiança ao novo governo, ao mesmo tempo em que o adverte para que esta situação não se repita e responsabiliza as autoridades e os fazendeiros por qualquer ato de violência que possa ocorrer contra os trabalhadores/as, a CPT solicita medidas urgentes no sentido de desarmar os fazendeiros e levar adiante o processo de mediação dos conflitos pela via do diálogo, com o empenho na aceleração da reforma agrária e de incentivos para os pequenos agricultores como única saída para a paz no campo, entendendo a questão da terra como desafio social e não como caso de polícia.

Comissão Pastoral da Terra do Paraná
Curitiba-Paraná-Brasil,
11 de março de 2003.

*Nota emitida pela CPT do Paraná, em 11 de março de 2003, mostrando sua preocupação diante da organização do Primeiro Comando Rural, no Estado.

Milícias privadas no campo*

Nos últimos dias a imprensa tem noticiado, com frequência, a rearticulação de organizações de produtores rurais e a criação de novas, com o objetivo específico de se contraporem, inclusive usando a força, às ocupações de terras pelos movimentos dos trabalhadores sem-terra.

A UDR (União Democrática Ruralista), criada em 1985, para defender a propriedade da terra e como resposta à proposta de reforma agrária apresentada pelo governo Sarney, volta a se articular e a se manifestar agressivamente, sobretudo na região do Pontal do Paranapanema, SP. Ela tenta caracterizar as ações dos sem-terra e de suas lideranças como fora-da-lei.

No Rio Grande do Sul, a Federação da Agricultura – Farsul, no início de 2002, em assembleia extraordinária, decidiu para frear as ações do MST, conforme noticiou o jornal Zero Hora de 27/02/02, “articular forças paralelas, milícias armadas”. Também o Movimento dos Produtores Rurais de Alegrete, RS, com o apoio da Farsul, organizou um encontro regional dos produtores para combater as ocupações de terra. E, neste ano de 2003, os produtores têm construído acampamentos para

vigiar e combater a movimentação dos sem-terra.

No Mato Grosso, no final do ano passado, foi criada a Associação dos Produtores Rurais do Mato Grosso, para que eles pudessem ajudar uns aos outros em caso de ocupações.

Em Minas Gerais constituiu-se a UDPR – União de Defesa da Propriedade Rural -, que no início deste ano retirou violentamente 63 pessoas que haviam ocupado uma fazenda no município de Santa Vitória.

No Paraná, no início de março deste ano, 110 fazendeiros criaram, na Região Centro-Oeste do Estado, o Primeiro Comando Rural (PCR) para combater as ocupações de terra e a UDR anunciou a abertura de 15 escritórios no Estado. O nome de PCR, conforme foi divulgado, foi inspirado no PCC (Primeiro Comando da Capital), organização criminosa do Estado de São Paulo.

Em outros Estados, organizações semelhantes têm sido formadas e em alguns, como Paraíba e Pernambuco, continuam as velhas formas de violência do latifúndio através dos capangas e pistoleiros, com envolvimento das polícias estaduais.

Ao mesmo tempo que estes grupos se articulam, eles têm se manifestado

publicamente contra a nomeação do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e do Presidente do Incra, Marcelo Resende, a quem acusam de estarem a serviço dos movimentos populares do campo.

A Comissão Pastoral da Terra, reunida em sua XVI Assembléia Nacional, em Goiânia, diante desta situação, vem a público reafirmar o que vem dizendo há muitos anos. A irracionalidade do latifúndio tenta se perpetuar no Brasil por todas as formas possíveis. Sempre desfrutou de um status privilegiado controlando o poder político e econômico. Conseguiu impedir a democratização da propriedade da terra através das leis elaboradas desde o século XIX até a atual Constituição. Encontra em setores do Judiciário um forte aliado para se manter, mesmo que as propriedades não cumpram sua função social, como a Constituição determina, e ainda usa da força bruta quando isto lhe convém, contando nestas situações com a cobertura da impunidade. Ele tem também a cumplicidade de alguns governos estaduais, que se antecipam aos mandados judiciais na repressão aos lavradores.

A Medida Provisória que criminaliza as ocupações no campo é a

*Nota emitida pela XVI Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra que se realizou em Goiânia, de 31 de março a 01 de abril de 2003, sobre a formação de milícias privadas no campo.

principal responsável pelo aumento da violência contra os trabalhadores. Com ela o governo expressou sua clara posição em favor do latifúndio e a medida também serviu de estímulo para a violência dos latifundiários.

Mais uma vez os fazendeiros se armam para impedir que o novo governo, através do Incra, tome medidas de efetivação da Reforma Agrária. Tenta assim impor o medo contra a esperança.

Nos primeiros meses deste ano já foram assassinados 10 trabalhadores

rurais, 10% a mais que no mesmo período do ano passado. Agentes de pastoral da CPT e lideranças sindicais e de outros movimentos do campo, em Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais, receberam ameaças de morte.

A CPT, ao denunciar mais esta afronta aos movimentos sociais do campo e à Democracia Brasileira, espera do atual governo o pronto desmantelamento das milícias que se organizam e o cumprimento da promessa de realizar a Reforma Agrária neste país. Esta Reforma

Agrária exige de imediato a retirada do entulho autoritário que pune os trabalhadores e o encaminhamento de um projeto que limite o tamanho da propriedade da terra, que respeite as diferenças regionais e que leve em consideração a diversidade cultural do nosso povo.

A CPT aposta ainda na capacidade de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras da terra para exigirem o respeito que merecem e para que seus direitos sejam garantidos e ampliados.

Lourdes Maria Grzybowski



Nesta hora de desafios e de esperança*

Goiânia, 3 de abril de 2003.

Nesta hora de desafios e de esperança para nosso país, a CPT, reunida em Assembléia, reencontra “o caminho que é e o caminho que faz” e se dirige aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, agentes de pastoral, lideranças religiosas e a toda a sociedade para manifestar sua preocupação com a atual conjuntura política nacional e internacional. Sob a longa noite do neoliberalismo e da neodependência, a humanidade é ferida pela arrogância e prepotência de um sistema político global de exclusão e violência, de miséria e desigualdades sociais, de imposição e desrespeito cultural, de intolerância religiosa e fundamentalismo político. O atual modelo econômico e social tem levado à guerra de todas as intensidades não só o povo do Iraque, mas grande parte dos brasileiros e outros povos do mundo. Como parte deste processo político de dominação imperial, identificamos a proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a manutenção e expansão do latifúndio e do agronegócio, bem como a tentativa de dominação da água e das sementes.

Convocada pela memória dos mártires da terra e pelo clamor dos pobres do campo, a CPT, leal à sua missão de serviço aos pobres da terra

e das águas, ergue sua voz profética frente aos senhores da guerra e brada a toda a sociedade. Ao caminhar macro-ecumenicamente, valorizando as diversidades e a pluralidade que ela própria é, em vista da construção de novas relações entre gêneros, etnias e gerações, a CPT mira o horizonte último do Reino da Vida, lugar utópico de certeza e de esperança, “já e ainda não”.

A esperança do povo, que elegeu Lula, não pode ser traída por rumos continuístas da política economicista que aprofunda nossa dependência externa, impede o crescimento, gera desemprego e concentra renda.

Reivindicamos do governo federal uma postura clara e contumaz a favor da Reforma Agrária, contra o latifúndio, pelo limite da propriedade e pela democratização da estrutura fundiária brasileira. Esta Reforma deve priorizar a desapropriação das terras que não cumprem a função social, como reza a Constituição Federal. Almejada há anos pelos trabalhadores e trabalhadoras e pela sociedade, a Reforma Agrária é essencial para a transformação das estruturas desiguais que persistem no nosso país e a construção da paz no campo, hoje assolado pela ação das milícias privadas, a persistente criminalização

dos movimentos sociais e a prisão e perseguição política às lideranças dos movimentos. Denunciamos a manutenção do “entulho” autoritário do qual faz parte a medida provisória que proíbe a vistoria em terras ocupadas, como mais um empecilho para o avanço da Reforma Agrária. Lamentamos o emperramento e atraso na nomeação dos superintendentes regionais do INCRA e do IBAMA, em razão de interferência partidária e loteamento dos cargos. Por outro lado, juntamos nossa voz à de outras organizações, entre elas o Conselho Indigenista Missionário, reivindicando o urgente e respeitoso atendimento das demandas dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

A esta política deve estar conjugada a valorização da agricultura camponesa e dos assentamentos já implantados, potencializando as iniciativas de produção agroecológica, de organização e ampliação da produção alimentar, da comercialização solidária, de resgate de sementes tradicionais, contra os transgênicos e os agrotóxicos.

Como Pastoral da Terra, afirmamos que, além da terra e das sementes, também a água é um bem sagrado, um direito fundamental e um patrimônio da humanidade e de todos os seres vivos.

* Mensagem da 16.ª Assembléia Nacional da CPT, realizada em Goiânia de 31 de março a 03 de abril de 2003.

Por isso, fortalecemos a luta contra a privatização e mercantilização da água. Ao mesmo tempo, convocamos toda a sociedade e de maneira especial as Igrejas, por ocasião da Campanha da Fraternidade 2004, à luta em defesa da água e dos direitos das comunidades ribeirinhas e do semi-árido e à luta contra os projetos hidrelétricos e hidroviários.

Fiel aos clamores e às esperanças

que vêm da terra e das águas, a CPT reafirma a luta dos trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos de direitos que vêm sendo sistematicamente espoliados, inclusive sob risco de novas perdas na reforma da Previdência. Denunciamos o aumento assustador do trabalho escravo e das violações de direitos trabalhistas, agravados pelo atual processo de expansão do latifúndio e da monocultura e ampliação

das fronteiras agrícolas.

Nesta hora de desafios, a CPT convoca os trabalhadores, trabalhadoras do campo e toda a sociedade com eles solidária para uma luta comum que resgate a dignidade, os direitos e um futuro livre e feliz para toda a população camponesa. Nesta hora de esperança a CPT invoca confiadamente a ternura e a força do Deus da Vida plena e da Terra nova.

Arquivo CPT Nacional



Declaração Sobre os Transgênicos*

Nós, Bispos acompanhantes da Comissão Pastoral da Terra, CPT, nos diversos Regionais da CNBB, diante da grave problemática dos transgênicos em nosso país e respaldados nos dispositivos legais vigentes, tomamos a iniciativa de nos manifestarmos a respeito.

Os transgênicos são resultado de manipulação genética que permite produzir, alterar e transferir genes entre os seres vivos, rompendo a barreira do cruzamento natural entre as espécies, criando, alterando e transferindo material genético entre vegetais, animais, bactérias, vírus e humanos.

Em todo o mundo e aqui no Brasil muitos estudiosos e também líderes sociais têm levantado, mui oportunamente, sérias preocupações em relação a este assunto. Estas preocupações giram em torno dos seguintes riscos:

1º Com relação à saúde humana, a ingestão dos grãos geneticamente modificados pode provocar aumento de alergias, resistência a antibióticos e elevação do índice de substâncias tóxicas nos alimentos.

2º No meio ambiente há o risco da erosão genética, afetando irreversivelmente a biodiversidade, pela contaminação dos bancos naturais de sementes (bancos de germoplasma). Acresce a isto o aumento assustador da monocultura e a conseqüente perda da riquíssima variedade e qualidade das sementes.

3º É também uma ameaça à soberania alimentar do nosso país, em razão da perda do controle das sementes e dos seres vivos pelo patenteamento dos mesmos, tornados propriedade exclusiva e legal

de grupos transnacionais que só visam fins comerciais.

4º O risco maior, entretanto, a nosso ver, está na total dependência, na destruição e, finalmente, no desaparecimento da pequena e até da média agricultura por causa do inexorável monopólio mundial da produção e comercialização das sementes, que passam para o domínio de um pequeno grupo de gigantescas e poderosas empresas transnacionais.

Com relação a estas questões, por outro lado, não podemos ignorar ou deixar de cumprir as exigências éticas como a não-maleficência, a justiça social, a justiça ecológica e a precaução.

O princípio da não-maleficência implica no nosso dever de evitar ou impedir o mal ou dano aos outros. No caso de introdução massiva de novas tecnologias que impliquem riscos potenciais à saúde, este princípio deve estar plenamente garantido por meio de informações claras e seguras.

O princípio da justiça social, em casos de inovações tecnológicas massivas e de alto impacto social, leva-nos a perguntar sobre quem vai ser beneficiado e quem vai ser prejudicado. Ora, no caso concreto dos transgênicos é claro que um pequeno grupo de grandes empresas serão as grandes beneficiadas, com grave dano para a agricultura familiar.

O princípio da justiça ecológica impõe o dever de preservar o meio ambiente para as gerações atuais e futuras. Os transgênicos podem representar sério risco ecológico.

O princípio da precaução exige que

antes da liberação de qualquer produto para o consumo humano, sejam adotadas severas normas de biossegurança. Não se trata de travar a ciência ou a pesquisa, nem de provocar medo paranóico perante o novo. Pelo contrário, defende-se o mais amplo espaço para a ciência e a pesquisa, orientadas, porém, para o bem comum. As aplicações tecnológicas que impliquem riscos potenciais de grande envergadura, sejam decididas, aprovadas, negadas ou aperfeiçoadas a partir de decisões democráticas e sob controle do povo.

Apoiando a heróica luta das organizações populares do campo e fazendo eco a uma das grandes reivindicações do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, de bom grado defendemos que as sementes sejam declaradas patrimônio da humanidade e conservadas em sua integridade genética pelas comunidades camponesas.

Nesta mesma linha tomamos a liberdade de indicar ao Poder Público, ao Ministério Público, ao Legislativo, ao Judiciário, e ao Executivo que, ao tratarem destas graves questões, se orientem por estas novas e justas reivindicações, bem como pelos princípios éticos que as regem.

Dom Tomás Balduino,
Presidente

Dom Xavier Gilles,
Vice-Presidente

Dom Orlando Dotti, Dom Ladislau Biernaski, Dom Pedro Casaldáliga Dom André de Witte, Dom José Alberto Moura, Dom Guilherme Werlang, Dom Heriberto Hermes, Dom José Mario Streher, Dom Moacir Grecchi Dom José Augusto da Rocha, Dom Maurício Grotto, Dom Aparecido José Dias

*Nota dos Bispos acompanhantes da CPT sobre a problemática dos transgênicos, divulgada durante a 41ª Assembléia Geral da CNBB, em Itaiaci-SP, no dia 06 de maio de 2003.

Doação para encobrir violência*

Goiânia, 30 de junho de 2003

Ao
Excelentíssimo Senhor
Luiz Inácio Lula da Silva
DD. Presidente da República
Palácio do Planalto
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor,

Nós da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra tomamos conhecimento pela imprensa e por outras informações de que V. Excia. comparecerá à XVII Expoama, em Marabá, promovida pela Federação da Agricultura do Estado do Pará e que durante este evento pecuaristas do Sul do Pará estarão realizando um grande leilão de 5.000 cabeças de gado, cuja renda será revertida para o Programa Fome Zero.

Um belo gesto, se o contexto em que se realiza não apontasse para direções outras.

Como V. Excia. muito bem sabe o sul e sudeste do Pará têm sido a

região com o mais elevado índice de violência contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo. É só consultar os registros que a CPT faz anualmente para comprovar isto. Nestas regiões é que também se concentra o maior número de trabalhadores rurais sujeitos à degradante condição de escravidão, com um altíssimo índice de reincidência, como se pode comprovar pelas mesmas fontes da CPT e pelos registros do próprio Ministério do Trabalho que tem desempenhado exemplar ação de fiscalização através do Grupo Móvel nestes últimos anos. A ação mais eficaz e rápida deste Grupo, nestes primeiros meses de seu governo, provocaram uma forte reação dos agropecuaristas da região com acusações sistemáticas à CPT, de modo especial ao Frei Henri des Roziers, por ser a fonte das denúncias das situações de escravidão.

Diante deste quadro nos parece que o referido leilão de gado, com renda revertida ao Programa Fome Zero, é uma excelente campanha de marketing para tentar encobrir a realidade de violência e explo-

ração a que estão submetidos os trabalhadores e trabalhadoras da região, numa tentativa de passar a imagem de um setor progressista e preocupado com a pobreza e a fome e engajados na luta de seu governo para atacar este mal.

Parece-nos que a presença de V. Excia. neste evento, nesta região, deveria ser seriamente analisada e avaliada. Não se pode aceitar que o sangue e o sofrimento dos trabalhadores sejam transformados em alimento para o Fome Zero. Sua presença poderá ainda alimentar a força e a prepotência deste setor da sociedade, que se julga senhor das terras, do direito e das pessoas.

Conhecendo seu compromisso com as causas populares e de modo especial sua preocupação em estabelecer a justiça e pedindo a Deus que o ilumine nesta árdua tarefa de dirigir a Nação, firmamo-nos

Atenciosamente,

Dom Tomás Balduino
Presidente da CPT

*Carta enviada ao Presidente Lula, em 30 de junho de 2003, diante da notícia de que participaria de exposição agropecuária em Marabá, PA e da oferta dos fazendeiros de doar reses para o Programa Fome Zero.

300 famílias despejadas em Pernambuco*

Às 4h30 da madrugada de hoje, em frontal desrespeito à lei, a Polícia Militar de Pernambuco, comandada pelo cel. Cezar Matos, despejou 300 famílias, incluindo 380 crianças, dos acampamentos Taquara e Chico Mendes I e II, que há seis anos ocupavam e sobreviviam no Engenho do Prado, em Tracunhaém, PE. A ordem de despejo partiu do juiz Carlos Maranhão, da Comarca de Nazaré da Mata. Além de retirar as famílias, todos os barracos foram destruídos por tratores.

Os conflitos do Engenho do Prado se arrastam há anos. No dia 19 de maio deste ano, o Engenho se tornou notícia nacional quando dois mil trabalhadores entraram nele em protesto contra a destruição das lavouras e o envenenamento das águas utilizadas pelas 300 famílias que viviam na área à espera da desapropriação.

O engenho é propriedade do Grupo João Santos, segundo maior produtor de cimento do Brasil, que ainda tem a posse de outros 42 engenhos e de diversos veículos de comunicação, incluindo um canal de TV. O Grupo deve, só ao INSS, R\$ 54 milhões, sem contar com outros débitos pendentes em ações trabalhistas, que ao todo

somam em volta de R\$ 250 milhões. O Engenho do Prado foi desapropriado em 1999, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, por ser improdutivo. Os proprietários, usando de sua influência política e econômica, conseguiram anular o decreto na Justiça, apresentando um projeto de plantação de bambus que não existe.

Os conflitos no Engenho do Prado e outros em Pernambuco provocaram uma Audiência Pública, que se realizou no dia 6 de junho no auditório da Procuradoria Regional da República, com a presença do Presidente do Incra, Marcelo Resende, de representantes do Ministério Público Estadual e Federal, do Juiz da 7ª. Vara Agrária e de outras autoridades e teve a participação de cerca de 400 trabalhadores. Nesta audiência os presentes se colocaram de acordo sobre diversos pontos entre eles o de que nenhum despejo se efetuará sem a presença do Ministério Público.

Isto, porém, foi totalmente ignorado pelo juiz de Nazaré da Mata e pela Polícia Militar do Estado. Também não se levaram em conta o que o Código do Processo Civil determina que o Ministério Público acompanhe os conflitos coletivos pela posse da terra, e do Estatuto

da Criança e do Adolescente que estabelece que o Ministério Público deve intervir sempre nas ações em que estiver em jogo interesses de crianças e adolescentes.

Como agravante, a Polícia Militar ainda ameaça com despejo as famílias do acampamento Penedinho, cuja área já foi desapropriada.

A Coordenação Nacional da CPT vem mais uma vez confirmar a expressão popular de que a Justiça é cega. Cega para ver os aspectos sociais da realidade do povo, e para a função social que a propriedade deve cumprir de acordo com a Constituição Federal. Enxerga muito bem o direito dominial da propriedade privada da terra que é colocado acima dos mais elementares direitos da pessoa humana.

Estas decisões são responsáveis pelo aumento da espiral da violência no campo e maculam a imagem de nosso país no concerto dos países democráticos do mundo.

Apelamos às autoridades dos poderes constituídos e à opinião pública para que, o quanto antes, se estabeleçam os instrumentos para uma autêntica reforma agrária.

A Coordenação Nacional da CPT
Goiânia, 3 de julho de 2003

* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT à Opinião Pública, em 3 de julho de 2003, sobre o despejo de 300 famílias do Engenho do Prado, em Tracunhaém, PE.

Agentes da CPT de Alagoas ameaçados de morte*

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra quer tornar pública a situação vivida por quatro agentes da CPT de Alagoas que nos últimos dias vêm sendo ameaçados de morte, por sua atuação ao lado dos trabalhadores do campo daquele Estado.

Nos meses de janeiro e fevereiro, trabalhadores do assentamento Jubileu 2000, município de São Miguel dos Milagres, comunicaram aos agentes da CPT que diversos fazendeiros dos municípios circunvizinhos estavam se reunindo para planejar o assassinato da Ir. Cícera Menezes, apontada por eles como mentora de todas as ações realizadas pelos trabalhadores sem-terra na região litoral norte.

Recentemente chegaram informações da região da Mata Norte de Alagoas, de que pistoleiros ligados ao prefeito de União dos Palmares estiveram reunidos em duas ocasiões para planejar os detalhes quanto à execução de dois agentes da CPT, Carlos Lima e José Severino, e de lideranças do MST - José Carlos, José Cícero e Cristiano. Segundo uma testemunha, os encontros dos pistoleiros ocorreram em um bar e neles se

comentou inclusive sobre o valor que seria pago por pessoa no assassinato de Carlos Lima, coordenador da CPT / AL. Outra testemunha viu os tais pistoleiros na sede da prefeitura de União dos Palmares.

Nas últimas semanas, a Ir. Lígia Dellacorte, agente pastoral da CPT, recebeu dois telefonemas em sua residência, tentando intimidá-la, aconselhando-a a se afastar das denúncias de trabalho clandestino nos municípios de Colônia Leopoldina, feitas pela CPT à Procuradoria Regional do Trabalho.

Todas estas ameaças só vêm confirmar a onda crescente de violência que acontece em várias partes do país, particularmente no Nordeste. A imprensa tem noticiado com trágica frequência a organização de milícias armadas, patrocinadas pelos latifundiários de vários estados, para se contraporem à ação dos trabalhadores rurais sem-terra. Eles se negam a abandonar os privilégios com que se acostumaram a conviver e diante da organização mais atuante dos trabalhadores e trabalhadoras do campo tentam impedi-la de todas as formas possíveis. Usam o Poder

Judiciário que tradicionalmente sempre os defendeu, mas não se envergonham também de usar a força bruta, amparados pelo estatuto da impunidade que sempre os acobertou. Além da violência e da agressão empregada contra os trabalhadores, eles tentam intimidar e silenciar as vozes daqueles que denunciam sua prepotência e apoiam a causa dos pobres da terra.

A Coordenação Nacional da CPT, diante destes fatos, apela para as autoridades para que adotem medidas severas e eficazes para combater as milícias que se organizam no campo e para que busquem formas concretas para proteger a vida das pessoas ameaçadas por esta sanha assassina.

A Igreja e a CPT não se acovardam diante das ameaças. Sua história está marcada pela atitude evangélica e profética de pessoas que, como Cristo, deram a vida pela vida e dignidade do povo. Agressões e ameaças fazem a CPT se confirmar no seu compromisso de fidelidade a Deus e aos pobres do campo.

A Coordenação Nacional da CPT
Goânia, 22 de julho de 2003

*Nota emitida no dia 22 de julho de 2003, pela Coordenação Nacional da CPT, sobre ameaças de morte dirigidas a quatro agentes da mesma CPT, no Estado de Alagoas.

A quem interessa pôr lenha na fogueira?*

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, diante da repercussão que o discurso do líder do MST, João Pedro Stédile, na semana passada, no interior do Rio Grande do Sul, provocou em todos os meios de comunicação, vem se pronunciar sobre o mesmo.

O dirigente do MST não disse mais nada do que o que já, há muitos anos, CPT, MST, Movimento Sindical e demais movimentos sociais do campo e da cidade vêm afirmando e proclamando: A força dos trabalhadores está no seu número. E esta força deve ser utilizada para alterar a realidade em que vive hoje o povo. Nada justifica que um pequeno grupo que forma a elite brasileira continue a controlar tudo neste país gerando a exclusão, a pobreza e a miséria da maioria de nossa população. É assim que entendemos este discurso.

Se este é o sentido que se desprende da fala do dirigente do MST, e se o que ele afirmou é o que vem sendo dito há muito tempo, por que agora esta fala provoca tanto alarido e tanto escândalo? A quem interessa isto?

As elites latifundiárias de nosso país, organizadas em suas entidades de classe e apoiadas por setores da

imprensa nacional, diante do crescimento das organizações sociais do campo e de suas mobilizações, buscam de toda forma criar um clima de instabilidade social e influenciar a opinião pública, para que o governo adote medidas punitivas e coercitivas contra os movimentos dos trabalhadores e para impedir que a reforma agrária se concretize. Para isso aproveitam-se de qualquer pretexto e pinçam frases descontextualizadas do restante do discurso para colocar lenha na fogueira e fazer delas um cavalo de batalha.

Quem historicamente tem se oposto à democracia são sobretudo as elites do campo, que sempre usaram dos seus recursos econômicos para manter seus privilégios e suas posições na sociedade. Sempre tiveram o respaldo do Executivo, conseguiram impor sua vontade e seus interesses ao Legislativo e contam, na maioria das vezes, com a cobertura do Poder Judiciário. Não bastasse isso, apelam para o uso da força bruta. Hoje, quem prega a violência, quem cria grupos armados, não são os trabalhadores, são os latifundiários. Documento apócrifo, distribuído em São Gabriel que desafiava os fazendeiros a despejarem gasolina sobre o acampamento,

enquanto os sem-terra estivessem dormindo, pois sempre haveria uma velinha acesa para provocar o incêndio, não mereceu tamanha repercussão.

As mobilizações e ocupações do MST, do Movimento Sindical e dos demais movimentos do campo são uma forma de legítima manifestação para exigir o estrito cumprimento do que nossa Constituição, no seu artigo 5º, consagra: “Todos são iguais perante a lei... garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade”. Além disso, o artigo 184 da Constituição exige que a propriedade cumpra sua função social. Se o poder público não adota medidas concretas para que este direito possa ser exercido, cabe a pressão para que isso se efetive.

O MST sempre primou pela mais absoluta defesa da democracia e seus integrantes buscam formas democráticas de pressão para que os princípios de justiça e igualdade se tornem prática concreta e não letra morta.

Quem é que na realidade está contra a lei?

A Coordenação Nacional da CPT
Goiânia, 28 de julho de 2003

*Nota da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra sobre a repercussão do discurso de João Pedro Stédile, feito para membros do MST, em encontro de formação realizado no Rio Grande do Sul.

Supremo Golpeia Reforma Agrária*

A Coordenação da Comissão Pastoral da Terra, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal que, por oito votos a dois, no dia de ontem, 14/08/03, anulou a desapropriação da área de 13,2 mil hectares da Fazenda Southall, em São Gabriel, RS, aceitando a alegação do proprietário de não ter sido notificado de que a vistoria do Incra na propriedade seria realizada no dia 14 de dezembro do ano passado, vem a público para manifestar sua inconformidade e indignação diante da mesma.

Esta, como outras muitas decisões do nosso Judiciário, mostram como realmente em nosso país a Justiça é cega. É capaz de enxergar minúsculos detalhes processuais, mas mantém os olhos fechados para a realidade social dos pobres, contemplada de forma prioritária pela Constituição. No caso em questão, porém, o Supremo não quis nem ver que os detalhes processuais estavam todos cumpridos. O proprietário foi legalmente notificado. No dia da vistoria, porém, o Sindicato Rural, a Farsul e o próprio proprietário impediram a vistoria obrigando o INCRA a solicitar junto à Justiça autorização para exercer seu Poder de Polícia, o que lhe foi concedido. Assim de acordo com §

5º do artigo 2º, da Lei 8.629/93, que normatiza os processos de desapropriações de terras, que diz “no caso de fiscalização decorrente do exercício de poder de polícia, será dispensada a comunicação de que tratam os §§ 2º e 3º”, o Incra efetuou a vistoria da área e constatou sua improdutividade dando início ao processo de desapropriação, que se concretizou no início deste ano.

A referida Fazenda, além de ser um dos maiores latifúndios improdutivos do Rio Grande do Sul, com 13.222 hectares, está carregada de dívidas que somadas e em execução no Fórum de São Gabriel alcançam a fabulosa cifra de R\$ 37.000.000,00. Só a dívida pública com a Fazenda Nacional, o INSS, FGTS, o Estado do Rio Grande do Sul e com Bancos Públicos soma R\$ 27.000.000,00.

A decisão do Supremo premiou o latifúndio que construiu barreiras que impediram o INCRA de cumprir sua missão constitucional, desprezando a salvaguarda legal que a instituição tem nestes casos, premiou também quem sonega impostos e não cumpre seus compromissos financeiros. Por outro lado sinalizou para os que lutam pela Reforma Agrária que o caminho da Lei é o caminho da frustração, pois

quando o latifúndio estiver ameaçado, as leis serão jogadas no lixo e tudo será resolvido em julgamentos meramente políticos.

Outras decisões da justiça promovendo despejos de famílias, há vários anos sobrevivendo do trabalho na terra, como o do Engenho do Prado, em Tracunhaém, no Pernambuco, o da Fazenda Monjolinho, em Tuverlândia, Goiás, nos dão o quadro da insensibilidade do Judiciário diante dos problemas humanos, colocando o direito patrimonial, sobre os mais elementares e fundamentais direitos humanos que nossa Constituição consagra em seu artigo 5º.

Depois do deprimente espetáculo que boa parte dos membros do nosso Judiciário proporcionaram à nação durante a votação da Reforma da Previdência, quando, em nome da isenção, defenderam a unhas e dentes seus privilégios, não podemos muito esperar desta Instituição. Isto nos convoca, como filhos desta pátria, a lutar esperançadamente pelas reais mudanças institucionais e estruturais que promovam a justiça, a dignidade e a paz.

**A Coordenação Nacional da
Comissão Pastoral da Terra.**
Goiânia, 15 de agosto de 2003

*Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT após o Supremo Tribunal Federal ter anulado a desapropriação da Fazenda Southall, em São Gabriel, RS.

Suspeição no Supremo*

Na semana passada, dia 15, nós, da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, emitimos nota à opinião pública manifestando nossa inconformidade e indignação diante da decisão do Supremo Tribunal Federal, anulando a desapropriação da área de 13,2 mil hectares da Fazenda Southall, em São Gabriel, RS. Nossa indignação hoje é acrescida de perplexidade ao tomarmos conhecimento, por fonte segura, de que a ministra relatora do processo, Ellen Gracie Northfleeth, é parenta da esposa do proprietário, sra. Maria da Graça Palmeiro da Fontoura Southall. A ministra foi casada e tem uma filha com um primo-irmão da esposa do latifundiário, Alfredo William Losco Southall, proprietária da metade da fazenda em disputa.

A ministra, com toda certeza, está sob suspeição.

Agora começamos a entender melhor alguns detalhes deste vergonhoso processo. A ministra acolheu um Mandado de Segurança sobre

matéria transitada em julgado em outras instâncias do Poder Judiciário e concedeu liminar ao proprietário. Segundo juristas renomados, não cabe este instrumento jurídico em tais situações. Seu voto foi seguido pela maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal.

Além disto, ela tornou pública a liminar exatamente no dia e hora em que os ruralistas estavam mobilizados em São Gabriel. Alegou que o proprietário não fora notificado. E este o fora regularmente. Alegou que o proprietário não participou das barreiras que impediram a vistoria. Há fotos provando sua participação. Alegou que o Incra contou os animais de helicóptero. Os animais foram contados pelas fichas de vacinação em poder do proprietário. O helicóptero, ao contrário, foi usado para tomar pontos de geo-referenciamento por GPS para obter fotos de satélite. Alegou que o Incra notificou sete mil hectares e emitiu decreto de 13.222 hectares. O Incra, na verdade, notificou em

base a informações fornecidas pelo proprietário ao cadastro do Incra, e na vistoria constatou-se área maior, por informação errada ou de má-fé do proprietário.

O que é preocupante neste gesto de um membro da Suprema Corte do Judiciário de nosso país é o fato dele se somar à avalanche de despejos ultimamente fulminados por juízes contra acampamentos e assentamentos de lavradores, alguns dos quais com vários anos de inserção na terra. Com efeito, de janeiro até junho deste ano, num levantamento preliminar, a CPT constatou 39 despejos, atingindo 8.912 famílias.

Na verdade, o caminho da paz no campo e do desarmamento dos espíritos passa impreterivelmente pela ética de nossas instituições governamentais, notadamente do Judiciário.

**A Coordenação Nacional da
Comissão Pastoral da Terra**
Goiânia, 20 de agosto de 2003

*Nota da Coordenação Nacional da CPT, emitida no dia 20 de agosto de 2003, ao tomar conhecimento que a ministra relatora do processo que cancelou a desapropriação da Fazenda Southall, em São Gabriel, RS, tinha parentesco com a esposa do proprietário da fazenda.

Golpe na Reforma Agrária*

Neste dia 3 de setembro foi oficializada a exoneração de Marcelo Resende, presidente do Incra. A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) manifesta sua perplexidade e preocupação em face da metodologia e da política expressas nesta demissão, entregue à autoridade do ministro Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário.

Como metodologia, o ministro desdenhou o diálogo, reconhecida marca do Presidente Lula, visto que em momento algum procurou esclarecer possíveis dúvidas diretamente com a direção daquela autarquia. Preferiu a intervenção autoritária, violou os mais elementares princípios dos direitos da pessoa humana e acabou executando precisamente a expectativa reacionária da elite fundiária, a saber, a degola de Marcelo Resende, digno presidente do Incra.

O que mais nos preocupa é a política que está por trás desta ação desastrosa. Com efeito, tal exoneração se dá em pleno processo de gestação do tão sonhado II Plano Nacional de Reforma Agrária e que agora pode abortar. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário vem teimando, ultimamente, em seguir as injunções do FMI, de manutenção da Reforma Agrária de mercado, através dos instrumentos do Banco da Terra, do crédito fundiário, do arrendamento de terras, da estadualização e “prefeiturização” da Reforma Agrária. Mais ainda, o agronegócio vem pressionando o governo para que maiores extensões de terras públicas sejam privatizadas, a grilagem seja legalizada e ampliada a quota de desmatamento da Amazônia Legal.

O derrotado com tudo isso é o povo da terra. É também o povo

brasileiro que, ansiosamente, aguarda deste governo uma legítima Reforma Agrária, de acordo com nossa Constituição. Os caminhos escolhidos nesse momento para a questão agrária nos distanciam cada vez mais da paz no campo. Resta-nos esperar da lucidez e do carisma do Presidente Lula uma clara garantia de cumprimento dos compromissos assumidos no seu programa de governo com relação à terra.

Que a Semana da Pátria não crie no futuro, como hoje, um motivo a mais para o angustioso “grito dos excluídos”, mas seja a exultante oportunidade de proclamar a conquista da terra prometida, da dignidade, da libertação, da participação e da cidadania de todos os camponeses.

**A Coordenação Nacional da
Comissão Pastoral da Terra**
Goiânia, 03 de setembro de 2003

*Nota da Coordenação Nacional da CPT sobre a exoneração do Presidente do Incra, Marcelo Resende, ocorrida no dia 03 de setembro de 2003.

Não se interfere, impunemente, no âmago da própria natureza*

Ao Exmo. Sr.
Luiz Inácio Lula da Silva
DD. Presidente da República
e Senhores e Senhoras Ministros de Estado

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Quero unir-me ao grande coro de entidades e de brasileiros e brasileiras que pedem a suspensão imediata da edição de Medida Provisória para o plantio de transgênicos no Brasil até que este assunto seja apropriadamente debatido com toda a sociedade.

A liberação dos transgênicos sem estudos que comprovem a segurança desses alimentos para a saúde dos consumidores e para o ambiente pode, num futuro não muito distante, provocar lamentações tardias. Não se interfere, impunemente, no âmago da própria natureza. Além de que esta liberação atenta contra a soberania alimentar dos brasileiros e contra a economia do Brasil, que tem alcançado sucessivos superávits de sua pauta de exportação devido justamente ao fato de o país ser reconhecido nos mercados internacionais como livre de transgênicos.

A liberação dos transgênicos, através de uma medida provisória, significa o apoio e o estímulo a quem afronta a lei. Outros caminhos e soluções têm que ser encontrados para que o governo não traia os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Com protestos de estima e consideração,

Dom Tomás Balduino
Presidente da Comissão Pastoral da Terra e Membro do CDES

Goiânia, 24 de setembro de 2003

*Carta de Dom Tomás Balduino, Presidente da CPT, ao Presidente da República contra a liberação do plantio e comercialização de produtos transgênicos, antes de se comprove a total segurança dos mesmos, por ocasião da edição de MP que liberava tais atividades para a safra 2003/2004.

Fazendeiro foge do centro penitenciário de Marabá à luz do dia*

Recebemos da Procuradoria da República a informação de que o fazendeiro ALDEMIR LIMA NUNES, “Branquinho”, detido no dia 24.09.03, e com prisão preventiva decretada pela Justiça Federal de Marabá, conseguiu, ontem pela manhã, fugir sem encontrar nenhum impedimento: saiu pela porta da frente do Centro de Recuperação Metropolitano da Superintendência do Sistema Penal responsável pela sua custódia.

Branquinho responde a processo na Justiça Federal do Pará por vários crimes: homicídios, crimes contra a ordem tributária, formação de quadrilha, aliciamento de trabalhadores, redução destes à condição análoga à de escravo, ameaças a pessoas, inclusive autoridades públicas. Na Justiça tocantinense, responde por outros crimes de homicídio supostamente cometidos por ele na região de Ananás-TO. Foragido da Justiça Federal há quase um ano, foi detido em Marabá quando, ciente do cerco policial organizado em torno dele, acabou se entregando na Delegacia

da Polícia Federal daquela cidade.

Logo depois da prisão, a Procuradoria Federal encaminhou ofício ao juiz federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves para que o mesmo solicitasse informações quanto às garantias de segurança oferecidas pelo estabelecimento prisional onde o preso se encontrava “considerando a elevada periculosidade deste acusado, seu elevado potencial econômico e de articulação na região e a gravidade do crime que determinou a sua prisão (ameaça de morte contra Procurador da República encarregado de promover a elucidação de sua conduta criminoso)”. O ofício pedia ainda a remoção do acusado para local mais seguro, caso estas garantias não fossem suficientes. Diante da real falta de segurança, o juiz federal de Marabá, na semana passada, decretou a remoção de Branquinho para Belém. De forma inexplicável, essa remoção não havia sido realizada até ontem, apesar de o Dr Gilmar, subdiretor da Polícia Federal, ter confirmado à Procuradora Federal dos Direitos

do Cidadão de que as condições para remoção estavam reunidas.

Enquanto esteve preso, o acusado impetrou dois pedidos de Habeas corpus negados pelo Tribunal, bem como dois pedidos de revogação da prisão, indeferidos pelo juiz de Marabá.

Em 21 de agosto deste ano, o Procurador Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, presidiu uma coletiva reunindo os parceiros do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, exatamente para denunciar as graves ameaças de morte contra várias pessoas que atuam neste combate, entre elas: o trabalhador rural Jair Matos, os agentes da CPT do Tocantins, Edmundo Rodrigues, Silvano Rezende, e fr. Xavier Plassat, também coordenador da Campanha Contra o Trabalho Escravo no Brasil, da CPT, bem como o dr. Mário Lúcio de Avelar (Procurador da República em Palmas-TO) e o dr. Jorge Vieira (juiz do Trabalho em Parauapebas-PA). Na oportunidade os presentes cobraram, de forma enérgica, uma atuação mais

*Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT, em conjunto com a Campanha de Combate ao Trabalho Escravo, da mesma CPT, sobre a fuga da prisão de fazendeiro acusado de uma série de crimes, inclusive de manter trabalhadores em regime de escravidão. Nota emitida em 06 de novembro de 2003. Desde a operação de busca e apreensão realizada em Ananás, em outubro de 2002, pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal, Branquinho, estava foragido da Justiça Federal. A operação havia sido motivada por repetidas ocorrências de homicídios de trabalhadores da região de Ananás, aliciados por gatos para efetuar serviços pesados em fazendas do Iriri-Terra do Meio (sul do Pará), de ‘propriedade’ de vários fazendeiros, entre eles Aldemir Lima Nunes e Joaquim Gonçalves Monteiro, ambos da região de Ananás. Essas ocorrências haviam sido documentadas pela CPT e levadas ao conhecimento das autoridades federais. Desde então haviam se multiplicado as ameaças dirigidas a trabalhadores denunciadores dos fatos, a agentes da CPT de Araguaína-TO, bem como ao Procurador da República de Palmas-TO, e foram se intensificando a partir de maio de 2003, quando, alertada pela CPT, a Fiscalização do Trabalho, acompanhada pela Polícia Federal e o Ministério Público do Trabalho, fiscalizou várias fazendas do norte do Tocantins, e nelas resgatou cerca de 300 trabalhadores mantidos em condição análoga à de escravo.

firme e coerente na implementação integral das medidas aprovadas no Plano lançado pelo presidente Lula em 11 de março.

Neste intervalo de tempo, o juiz do Trabalho de Parauapebas-PA, dr. Jorge Vieira, conhecido por suas corajosas decisões contra os acusados por prática de trabalho escravo, teve que deixar a região por falta de proteção face às ameaças que vinha recebendo.

É de sinistra atualidade a conclusão da nota da Campanha Contra o Trabalho Escravo no Brasil, de 26 de setembro: “que as inúmeras brechas abertas pelo caótico funcionamento do Judiciário de nosso país - que já possibilitaram a sultura

de criminosos notórios - não nos exponham a maiores riscos, ainda piores que os atuais.”

A situação atual é gravíssima

Diante de mais este espetáculo – caricatural e dramático - que o sistema policial do Pará nos oferece, nos perguntamos: De que adianta as autoridades prometerem o agravamento das sanções penais e se empenharem para assegurar a competência da Justiça Federal para tais casos se o poder de Estado se revela incapaz sequer de garantir a custódia dos

acusados? Concretamente, no caso do governo do Pará, de que adianta a União liberar recursos consideráveis para reforçar o combate à violência, se a corrupção e o desmando continuam corroendo as forças policiais envolvidas neste combate?

A erradicação do trabalho escravo deve ser conduzida com firmeza, coerência, continuidade, e implacabilidade, por parte de todas as instituições responsáveis.

Dom Tomás Balduino

Presidente da Comissão Pastoral da Terra

Frei Xavier Plassat

*Coordenador Nacional da Campanha contra o Trabalho Escravo no Brasil
Goiânia, 06 de novembro de 2003*

Arquivo CPT / MS



Prêmio Nacional de Direitos Humanos para a CPT:

Um Reforço ao Compromisso de Continuar Lutando pela Erradicação do Trabalho Escravo*

É com muita honra e grande alegria que a CPT – Nacional acolhe a notícia de que foi escolhida para receber do Governo Federal o Prêmio Direitos Humanos 2003, na categoria Erradicação do Trabalho Escravo – Instituição. O prêmio será entregue em solenidade a ser realizada no próximo dia 10 de dezembro no Palácio do Planalto.

Na mesma oportunidade, será premiado, na categoria Erradicação do Trabalho Escravo – Personalidade, o Ministro Francisco Fausto, presidente do Tribunal Superior do Trabalho. O mesmo já informou que resolveu oferecer seu prêmio para a CPT da região de Xinguara, na pessoa de fr. Henri des Roziers “em reconhecimento pelo belíssimo trabalho que vem sendo desenvolvido pela Pastoral da Terra naquela região”.

A CPT vê nessa dupla distinção um precioso encorajamento ao trabalho árduo que, há anos – desde o histórico grito de alerta lançado em 1971 por Dom Pedro Casaldáliga em São Félix do Araguaia-MT – vem travando contra a permanência do trabalho escravo no país. Essa luta, por muitos anos solitária, começou a ser encampada aos poucos pelo governo brasileiro, a partir de 1995, com a criação do Grupo Móvel de Fiscalização, e sobretudo a partir de 2003, com o lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo que envolve a participação parceira de várias instituições, entidades e pessoas do Estado, da Justiça, e da sociedade civil. Desde 1997, a CPT anima em 6 estados do país (Pará, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia) uma campanha permanente: De Olho Aberto para não Virar Escravo!

Em decorrência deste empenho, foram quase 10.000 trabalhadores retirados da escravidão nos últimos 9 anos, mais da metade no corrente ano. Este é um avanço fundamental, porém ainda insuficiente. A erradicação almejada é uma meta ambiciosa que requer ação articulada, determinada,

insistente, por parte de todos, na acolhida às vítimas, na prevenção, na repressão, na efetiva e dissuasiva punição, na urgente viabilização de alternativas duráveis.

As ameaças e difamações por que passamos em todos esses tempos não têm abalado nosso compromisso evangélico pelo direito, pela vida, por um campo bom de se viver para todos os que nele procuram seu sustento.

Com fé e coragem redobradas, agradecemos a distinção recebida, queremos compartilhar essa honra com todos os parceiros dessa nobre Campanha e convidar a todos e todas a entrarem nessa caminhada libertadora. Trabalho Escravo? Vamos acabar de vez com essa vergonha!

Fr. Xavier Plassat

Coordenação Nacional da Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo

José Batista Gonçalves Afonso

Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra

Goiânia-GO, 08.12.03

*Nota emitida pela Coordenação Nacional da Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo e pela Coordenação Nacional da CPT, ao tomar conhecimento que foi agraciada com o Prêmio Direitos Humanos – 2003, do Governo Federal.

Metodologia

A CPT desde sua criação se defrontou com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Esta violência que saltava aos olhos começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 70. Desde 1985 é que os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de cadernos. Durante todo este tempo, o Setor de Documentação trabalhou intensamente no levantamento de dados da luta pela terra, pela resistência na terra, pela defesa e conquista dos direitos e em 2002 começou a registrar os conflitos pela água. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa da questão agrária em escala nacional. Com este trabalho, a CPT formou uma das mais importantes bibliotecas com livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos de pesquisas das lutas camponesas.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e tem como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Por fidelidade “ao *Deus* dos pobres, à *terra de Deus* e aos *pobres da terra*”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a

CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra e da água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o Setor de Documentação.

A tarefa de documentar tem uma dimensão **teológica**, porque, de acordo com a história bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além dessa dimensão, outras dimensões levam a CPT a fazer estes registros. As dimensões: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta pela terra é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista da história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo o esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, ela existe para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, contra o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos. Trata-se de registrar a história da luta de uma classe que secularmente foi explorada, excluída e violentada.

Procedimentos

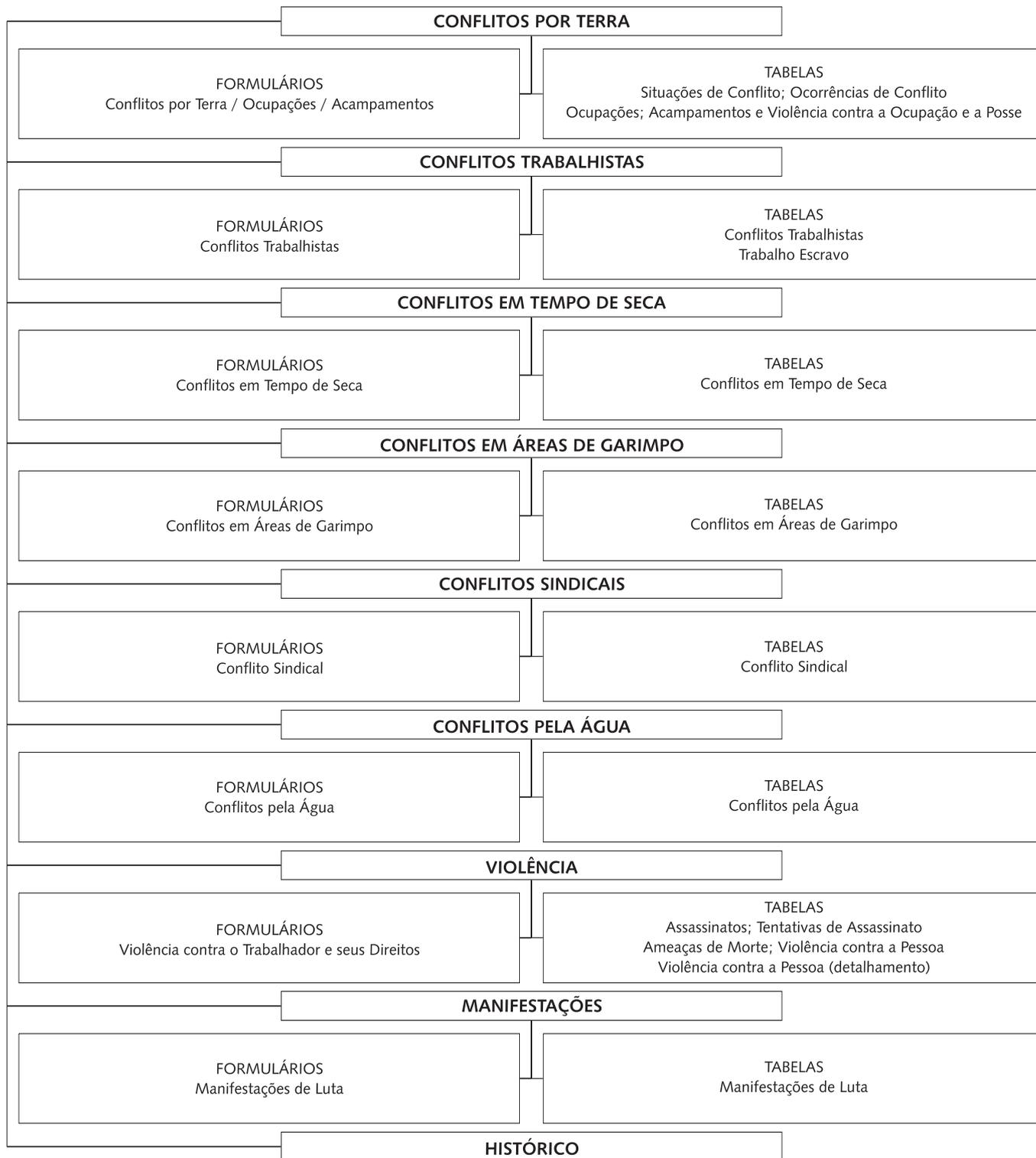
Os dados apresentados são obtidos por meio de pesquisas primária e secundária. São realizados levantamentos de informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições: movimentos sociais, sindicatos, partidos, órgãos governamentais e Igrejas; declarações e cartas assinadas, boletins de ocorrência, além das informações e dados pesquisados pelos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. Essas são as fontes de nossos registros.

Quando os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária

Organograma dos temas documentados

No organograma a seguir se apresentam os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

TEMÁTICAS



realizada pelos Regionais. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se na última ação daquele conflito o maior número de famílias. No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para contagem das pessoas participantes considera-se o número inicial de pessoas, somando as diferenças a maior, nos atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação, de modo que o número total dos participantes é igual à soma das pessoas nos atos, menos o número inicial.

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do *Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra*, são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico, onde se encontram todos os dados da documentação reunida a respeito do mesmo. Para análise das tabelas, são convidados diferentes cientistas, agentes de pastoral, religiosos e outros profissionais que elaboram textos que contribuam com a compreensão da questão agrária.

Conceitos

O objeto de documentação e análise são conflitos. Por **conflitos** se entendem as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os conflitos são catalogados em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos

em tempos de seca, conflitos sindicais e conflitos em áreas de garimpo.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a *seringais, babaçuais ou castanhais*, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc.

São também enquadrados na categoria de conflitos por terra as

Ocupações que são ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social; e os

Acampamentos que são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos trabalhistas são ações de resistência dos trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos. Também se referem a situações de sujeição, exploração e desrespeito à pessoa e aos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada

e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semi-árido.

Conflitos sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Conflitos em áreas de garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado.

Observações:

- Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados.

- Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano trabalhado.

Estrutura

Os dados dos **conflitos por terra** estão assim organizados:

1. Uma tabela em que são registradas as **situações de conflito** que entendemos como ações ou lugares dos conflitos. Nesta tabela se registram o nome do imóvel, área ou ação, o número de famílias envolvidas e os hectares. Quando em determinada situação se registrar a presença e ação de pistoleiros, ela vem identificada com um *.

2. Uma segunda tabela com a **ocorrência de conflitos**. Nela se registra o número de vezes que aconteceram as ações. Assim numa mesma área podem ter acontecido

diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito.

Nesta tabela estão registrados os tipos de propriedade e sua respectiva situação jurídica; o número de famílias vítimas de despejo e expulsão – despejo acontece quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão a retirada das famílias se dá por ação privada -; ou que tiveram bens destruídos durante as violências sofridas; ou que foram vítimas de ausência de políticas públicas e ou da má gestão da política de assentamentos. Por ausência de políticas públicas se entende a falta de infra-estrutura, de serviços básicos de educação, saúde, assistência técnica e crédito. Por má gestão da política de assentamentos se entende os desvios de recursos, assentamentos em áreas inadequadas, redução de áreas de posseiros para implantação de assentamentos, não implementação dos procedimentos exigidos para se ter acesso a determinados benefícios.

3. Uma terceira tabela registra as **ocupações** de terra.

4. Uma quarta os **acampamentos**. Neste caso registra-se apenas o ato de acampar e não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas.

Os dados das três últimas tabelas são somados na tabela síntese **“Violência contra Ocupação e a Posse”**.

Duas tabelas registram os Conflitos trabalhistas

Uma, registra o **trabalho escravo**. O trabalho escravo tem como elemento essencial e central a sujeição do trabalhador, que pode ser física e ou psicológica. A dívida crescente e

impagável tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo. Em geral, ela começa com a contratação pelo “gato”, que paga a dívida do trabalhador na pensão e deixa um adiantamento para a família. A dívida aumenta durante o deslocamento até o local de trabalho, uma vez que o “gato” paga a condução e a alimentação durante os dias de viagem. Ao chegar, o peão é obrigado a comprar seus instrumentos de trabalho. No estabelecimento, quase sempre, vigora o “sistema de barracão”: obrigatoriamente o peão tem que comprar alimentos e objetos no armazém da empresa, onde vigoram preços exorbitantes. Não recebe em espécie, mas em vales a serem descontados no armazém. A quebra da palavra com referência ao valor da remuneração e das condições de trabalho, combinados no ato da contratação (quase sempre verbal) eleva consideravelmente a dívida inicial em termos de horas a trabalhar. A situação descrita já caracteriza suficientemente o trabalho escravo. Porém, existem situações agudas, onde se verifica a presença de pistoleiros ou vigias armados que impedem a saída ou mesmo a fuga dos trabalhadores dos estabelecimentos. Há ainda maus-tratos, ameaças implícitas ou veladas, jornadas excessivas de trabalho, alimentação de péssima qualidade e insuficiente para repor as energias de um trabalhador adulto. Na maioria dos casos falta assistência médica (chegando ao cúmulo de terem que trabalhar doentes), o local de trabalho está isolado e ocorre apreensão de documentos pessoais.

A outra tabela registra as situações de **superexploração** que acontecem na esfera salarial, e referem-se às situações em que as horas de trabalho não pagas pelo empregador excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e

moradia; e o **desrespeito trabalhista** que tem como referência a legislação vigente e está ligado especialmente às condições de trabalho.

Na tabela **conflitos pela água** registram-se os seguintes tipos: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os conflitos em tempos de seca constam de uma tabela que registra as ações - saques ou tentativas de saque, manifestações e atos públicos, pedidos de ação dos governos federal, estadual, municipal, e da justiça, bloqueios de estradas, acampamentos, piquetes, ocupações etc. **e as reivindicações** - frentes de emergência, alimentos, água, sementes.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações dizem respeito à violência praticada contra a pessoa dos trabalhadores e sofrida por eles. Por **Violência** entende-se o constrangimento e ou destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

Os *tipos de violência* estão registrados nas seguintes tabelas: **assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte** e numa tabela síntese denominada **Violência contra a pessoa** em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões. Uma outra

tabela apresenta o **detalhamento da violência contra a pessoa** onde além das informações acima constam ainda seqüestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

O caderno Conflitos no Campo registra ainda as manifestações feitas pelos diferentes movimentos sociais durante o ano. **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e

trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

A última parte do Conflitos no Campo reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, sobre diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos e outros documentos.

Arquivo CPT Nacional



Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades

* Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

** Criamos a sigla OTC para designar associações, movimentos ou organizações ocasionais ou localizadas que surgem nas lutas no campo, mas que não têm alcance nacional ou não se mantêm perenes.

Aaico - Associação dos Amigos da Ilha de Colares

AAPSF - Associação dos Assentados do Projeto São Francisco

AAU - Associação dos Assentados de Uruará

AAV - Agente Ambiental Voluntário

Abanorte - Associação dos Bananicultores do Norte de Minas

Abra - Associação Brasileira de Reforma Agrária

AC* - Associação dos Chacareiros

Acaram - Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua

ACBP - Associação Comunitária Bom Pastor

ACRQ - Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos

ACTRU* - Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unaí

ACUTRMU - Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais

ADC - Associação Direito e Cidadania

Adufba - Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia

Adufpr - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná

Adufro - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia

AIMM* - Associação Independente Morro da Mesa

AMC* - Associação dos Moradores de Cupiúba

Anab - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

ANMTR - Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais

Antep - Associação Naviraiense Terra e Paz

APA - Associação dos Produtores Alternativos

Apapap - Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira

Apapats* - Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí

Apeart - Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário

APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural

Apracf* - Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca

APRGER* - Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios

APRNE - Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança

Aprocel* - Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga

AQBC* - Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos

ARPRC* - Associação Rural dos Posseiros de Rio dos Couros

ARST - Associação Renovadora Sem Terra

ASA* - Associação Santo Antônio

ASA - Articulação do Semi-Árido

Aspparp - Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe

Asproja - Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru

Assema - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

Astelira - Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento

ATDST - Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra

Atesf - Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé

ATP - Associação Terra e Paz

ATR - Associação dos Trabalhadores Rurais

Atri - Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú

Atrust - Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros

Atuva - Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida

CAA - Centro de Agricultura Alternativa

- CAR** - Central dos Assentados de Roraima
Cáritas - Cáritas Brasileira
CCL - Centro de Cidadania e Liderança
CDH - Comissão de Direitos Humanos
CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
CEB's - Comunidades Eclesiais de Base
Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira
Cediter - Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
Cepamí - Centro de Estudos da Pastoral do Migrante
Ceris - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
Cese - Coordenadoria Ecumênica de Serviços
Ceta - Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados
Cimi - Conselho Indigenista Missionário
CJG - Centro de Justiça Global
CLST - Caminho de Libertação dos Sem Terra
CMTRCR - Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região
CNAP - Confederação Nacional de Agricultores Portugueses
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
COAAMS - Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
Coema - Conselho Estadual do Meio Ambiente
Comag* - Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá
Comasses - Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coomigasp - Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada
Cooterra - Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
Cotrec - Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres
CP* - Consulta Popular
CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRABI - Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipu
Ctac - Conselho dos Trabalhadores Assentados de Cáceres
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DJP - Dominicans for the Justice and Peace
FAF - Federação da Agricultura Familiar
FAF* - Fórum de Agricultura Familiar
Fase - Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional
Fata - Fundação Agrária de Tocantins/Araguaia
Feab - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
Feraesp - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
Fetacre - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
Fetadef - Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno
Fetaeg - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
Fetaema - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
Fetaemg - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
Fetaep - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
Fetaes - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
Fetaesc - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
Fetaesp - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
Fetaet - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins
Fetag/AL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas
Fetag/BA - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
Fetag/PB - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
Fetag/PI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí
Fetag/RR - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima
Fetag/RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fetagri/MS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul
Fetagri/MT - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso
Fetagri/PA - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá
Fetagro - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia
Fetape - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
Fetarn - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
Fetase - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
Fetraece - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
Fetraf - Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar
Fetrafsul - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FLTDC* - Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania
FMA - Fórum de Mulheres da Amazônia
FMGBH* - Fórum de Mulheres da Grande BH
FMLTCS* - Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania
FNCVC* - Fórum Nacional contra a Violência no Campo
FNRAJC - Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

- FPCDH*** - Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos
- FPLTTC*** - Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania
- FPPMG** - Federação dos Pescadores Profissionais de Mato Grosso
- FTR** - Força dos Trabalhadores Rurais
- FVPP** - Fundação Viver, Produzir e Preservar
- GADDH** - Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
- GE*** - Global Exchange
- Greenpeace** - Greenpeace
- GTA** - Grupo de Trabalho da Amazônia
- IECLB** - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
- LCC** - Liga Camponesa Corumbiara
- LCPCO** - Liga dos Camponeses Pobres do Centro-Oeste
- LCPNM** - Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
- LCPR** - Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia
- LOC** - Liga Operária Camponesa
- M8M*** - Movimento Dia 08 de Março
- MAAP** - Movimento dos Assentados do Amapá
- MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens
- MACDV*** - Movimento Alerta Contra o Deserto Verde
- MAST** - Movimento dos Agricultores Sem Terra
- MBST** - Movimento Brasileiro dos Sem Terra
- MBUQT** - Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra
- MCC** - Movimento Camponês de Corumbiara
- MCST** - Movimento dos Carentes Sem Terra
- MDTX** - Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
- MEB** - Movimento de Educação de Base
- MIQCB** - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
- MLST** - Movimento de Libertação dos Sem Terra
- MLST-L** - Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta
- MLT** - Movimento de Luta pela Terra
- MLTRST** - Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MMC** - Movimento de Mulheres Camponesas
- MMTR** - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- MND** - Movimento Nacional de Desempregados
- MNDDH** - Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
- MNF** - Movimento Sem Terra Nova Força
- Moral** - Movimento para Reforma Agrária e Liberdade
- MPA** - Movimento dos Pequenos Agricultores
- MSA** - Movimento dos Sem Água
- MSAR** - Movimento dos Sem Água do Riachão
- MSO** - Movimento Social Organizado
- MSST** - Movimento Social dos Sem Terra
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MSTR** - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
- MSTR*** - Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia
- MT** - Movimento dos Trabalhadores
- MTAA/MT** - Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso
- MTB** - Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil
- MTB*** - Movimento Terra Brasil
- MTBST** - Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra
- MTD** - Movimento dos Trabalhadores Desempregados
- MTL** - Movimento Terra Trabalho e Liberdade
- MTP** - Movimento Trabalhista de Poconé
- MTR** - Movimento dos Trabalhadores Rurais
- MTRST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MTRSTB** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros
- MTRUB** - Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos
- MTST** - Movimento Tucuruense Sem Terra
- MTV** - Movimento Terra Vida
- MUL** - Movimento União dos Lavradores
- OAS** - Organização de Articulação do Semi-Árido
- OLC** - Organização da Luta no Campo
- OMR*** - Organização de Moradores da Resex
- OPI** - Organização de Produtores de Ipirá
- OSR** - Organização dos Seringueiros de Rondônia
- OTC** - Organização dos Trabalhadores no Campo
- OTL** - Organização Terra e Liberdade
- PJR** - Pastoral da Juventude Rural
- PPE** - Projeto Padre Ezequiel
- PSRF*** - Pólo Sindical do Recôncavo e Feira
- Renap** - Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
- SAF** - Sindicato da Agricultura Familiar
- SI** - Sem Informação
- Sinpaf** - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa
- SINPRA** - Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados
- Sintero** - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
- SMDDH** - Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
- SOS Capivari** - SOS Capivari
- SPDDH** - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
- SQP** - Sindicato dos Químicos e Petroleiros
- STL** - Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura
- STR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- UAPE** - União dos Agricultores de Pernambuco
- UFT** - União Força e Terra
- UMP** - União das Mulheres Piauienses
- Uniterra** - União dos Movimentos Sociais pela Terra
- USST** - União dos Santanenses Sem Terra
- Via Campesina** - Via Campesina
- Xambrê** - Grupo Xambrê

Fontes de Pesquisa

*Declarações e Informes dos 21 Regionais da CPT

*Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais

*Relatórios de Sindicatos e Federações de trabalhadores rurais

*Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

1. Acorda Zona da Mata - MG
2. A Cidade – Cascavel - PR
3. A Crítica - Manaus - AM
4. A Crítica - Campo Grande - MS
5. A Gazeta - Cuiabá - MT
6. A Gazeta - Rio Branco - AC
7. A Gazeta - Vitória - ES
8. A Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
9. A Gazeta do Povo - SP
10. A Gazeta do Povo - PR
11. A Matraca - SMDDH - São Luís - MA
12. A Notícia - Joinville - SC
13. A Província do Pará - Belém - PA
14. A Região - Itabuna - BA
15. A Tarde - Salvador - BA
16. A Tribuna - Porto Velho - RO
17. A Tribuna - Santos - SP
18. A Tribuna - Vitória - ES
19. A União - João Pessoa - PB
20. A Voz dos Sem Terra - Belo Horizonte - MG
21. Abrindo o Bico - CPT Araguaia-Tocantins – Araguaína - TO
22. Agence France-Press - Paris
23. Agência Contag de Notícias - Brasília - DF
24. Além Mar - Lisboa - Portugal
25. Alto Madeira - Porto Velho - RO
26. Alerta - Medeiros Neto - BA
27. Alvorada - São Félix do Araguaia - MT
28. Anistia Internacional - Londres - Inglaterra
29. Anunciando e Defendendo - Ji-Paraná - RO
30. Atenção - São Paulo - SP
31. Boletim Cáritas Brasileira - Belo Horizonte - MG
32. Boletim CIMI Sul – Chapecó - SC
33. Boletim da FAEP - Curitiba - PR
34. Boletim Informativo do DNTR - CUT
35. Bom Dia - Governador Valadares - MG
36. Caminhada - Goiás - GO
37. Caminhar Juntos - Juazeiro - BA
38. Caros Amigos - São Paulo - SP
39. Cheiro de Terra - CPT Santa Catarina -Florianópolis - SC
40. CNBB- Boletins e Informes - Brasília – DF
41. Comércio da Franca - SP
42. Contraponto – Marabá - PA
43. Correio - Uberlândia - MG
44. Correio Braziliense - Brasília - DF
45. Correio da Bahia - Salvador - BA
46. Correio da Manhã - Manaus - AM
47. Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
48. Correio de Notícias - Curitiba - PR
49. Correio de Pajeú – Pajeú - PE
50. Correio do Estado - Campo Grande - MS
51. Correio do Povo - Porto Alegre - RS
52. Correio Popular - Recife - PE
53. Correio Popular - Campinas - SP
54. Correio do Tocantins - Marabá - PA
55. Democracia (Ibase) - Rio de Janeiro - RJ
56. Diário Catarinense - Florianópolis - SC
57. Diário da Amazônia - Cacoal - RO
58. Diário da Manhã - Goiânia - GO
59. Diário da Serra - Campo Grande - MS
60. Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
61. Diário da Tarde - Vitória - ES
62. Diário de Borborema - Campina Grande - PB
63. Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
64. Diário de Minas - Belo Horizonte - MG
65. Diário de Natal - Natal - RN
66. Diário de Pernambuco - Recife - PE
67. Diário do Aço - Belo Horizonte - MG
68. Diário do Amapá - Macapá - AP
69. Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
70. Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP

71. Diário do Grande ABC - S.B. do Campo - SP
72. Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
73. Diário do Pará - Belém - PA
74. Diário do Povo - Dourados - MS
75. Diário do Povo - Teresina - PI
76. Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
77. Diário do Sudoeste - Vitória da Conquista - BA
78. Diário Marco Zero - Marabá-PA
79. Diário Popular - Campinas - SP
80. Diocese de Barra - BA
81. Diocese de Itabuna - BA
82. Época - Rio de Janeiro - RJ
83. Extração - FTIMG - Belo Horizonte - MG
84. Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
85. Fala CPT - Boletim Informativo da CPT Goiás - Goiânia - GO
86. Folha da Manhã - Belo Horizonte - MG
87. Folha da Manhã - Campo dos Goytacazes - RJ
88. Folha da Terra - Belo Horizonte - MG
89. Folha de Boa Vista - Boa Vista - RR
90. Folha de Carajás - Marabá - PA
91. Folha de Januária - Januária - MG
92. Folha de Londrina - Londrina - PR
93. Folha de São Paulo - São Paulo - SP
94. Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
95. Folha do Amapá - Macapá - AP
96. Folha do Estado - Cuiabá - MT
97. Folha do Norte - Manaus - AM
98. Folha do Paraná - Curitiba - PR
99. Folha do Pernambuco - Recife - PE
100. Folha do Povo - Campo Grande - MS
101. Folha do Povo - Curitiba - PR
102. Folha do Sul - São Paulo - SP
103. Folha Popular - Curitiba - PR
104. Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
105. Gazeta de Limeira - Limeira - SP
106. Gazeta do Oeste - Natal - RN
107. Gazeta do Paraná - Curitiba - PR
108. Gazeta do Povo - Curitiba - PR
109. Gazeta do Sul - Porto Alegre - RS
110. Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
111. Globo Rural - São Paulo - SP
112. Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
113. Hora da Verdade - Pinhão - PR
114. Informativo Bancário - Brasília - DF
115. Inf. Jurídico Com. Pró-Índio - São Paulo - SP
116. Informação - IECLB - Porto Alegre - RS
117. Informativo Inesc - Brasília - DF
118. Informativo MST - Recife - PE
119. Informativo Rio Maria - Rio Maria - PA
120. Informativo Terra das Águas - CPT Manaus - AM
121. Informe Agropecuário - Campo Grande - MS
122. Isto É - São Paulo - SP
123. Isto É - Dinheiro - São Paulo - SP
124. Jornal Bahia Hoje - Salvador - BA
125. Jornal Cultura - Guarapuava - PR
126. Jornal da Bahia - Salvador - BA
127. Jornal da Cidade - Bauru - SP
128. Jornal da Cidade - Macapá - AP
129. Jornal da Cidade - Campo Grande - MS
130. Jornal da Cidade - Pirassununga - SP
131. Jornal da Comunidade - Brasília - DF
132. Jornal da Fetag - Salvador - BA
133. Jornal da Manhã - Campo Grande - MS
134. Jornal da Manhã - Teresina - PI
135. Jornal da Manhã - Uberaba - MG
136. Jornal da Tarde - São Paulo - SP
137. Jornal de Alagoas - Maceió - AL
138. Jornal de Brasília - Brasília - DF
139. Jornal de Hoje - São Luís - MA
140. Jornal de Limeira - Limeira - SP
141. Jornal de Minas - Belo Horizonte - MG
142. Jornal de Opinião - Belo Horizonte - MG
143. Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
144. Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
145. Jornal do Comércio - Bauru - SP
146. Jornal do Comércio - Manaus - AM
147. Jornal do Comércio - Recife - PE
148. Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
149. Jornal do Dia - Cuiabá - MT
150. Jornal do Dia - Macapá - AP
151. Jornal do Dia - Brasília - DF
152. Jornal do Estado - Curitiba - PR
153. Jornal do Norte - Montes Claros - MG
154. Jornal do Tocantins - Palmas - TO
155. Jornal dos Direitos Humanos - São Paulo - SP
156. Jornal dos Mov. Populares - Campo Grande - MS
157. Jornal dos Municípios - Macapá - AP
158. Jornal do Senado - Brasília - DF
159. Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - São Paulo - SP
160. Jornal Indústria e Comércio - Curitiba - PR
161. Jornal Pequeno - São Luís - MA
162. Lá e Cá Migrantes Notícias - São Paulo - SP
163. Le Monde Diplomatique - Paris
164. Meio Norte - Teresina - PI
165. Mundo Jovem - Porto Alegre - RS
166. Mutirão da Vida - João Pessoa - PB
167. Nexo - Boletim da UNE - Rio de Janeiro - RJ
168. Notícias da Terra e da Água - CPT - Goiânia - GO
169. Notícias da Terra - CPT RO - Porto Velho
170. Nova Fronteira - Salvador - BA

171. O Combate - João Pessoa - PB
172. O Dia - Rio de Janeiro - RJ
173. O Dia - Teresina - PI
174. O Estado - Florianópolis - SC
175. O Estado - Teresina - PI
176. O Estado do Maranhão - Belo Horizonte - MG
177. O Estado de São Paulo - São Paulo - SP
178. O Estado do Mato Grosso - Cuiabá - MT
179. O Estado do Norte - Porto Velho - RO
180. O Estado do Paraná - Curitiba - PR
181. O Estado do Tocantins - Palmas - TO
182. O Fluminense - Niterói - RJ
183. Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP
184. O Globo - Rio de Janeiro - RJ
185. O Guaporé - Porto Velho - RO
186. O Imparcial - Presidente Prudente - SP
187. O Imparcial - São Luís - MA
188. O Jornal - Maceió - AL
189. O Lavrador - CPT Piauí - Teresina - PI
190. O Liberal - Belém - PA
191. O Liberal - Macapá - AP
192. O Migrante - Ji-Paraná - RO
193. O Momento - João Pessoa - PB
194. O Mossoroense - Mossoró - RN
195. O Norte - João Pessoa - PB
196. O Norte - Montes Claros - MG
197. O Paraná - Cascavel - PR
198. O Popular - Goiânia - GO
199. O Povo - Fortaleza - CE
200. O Progresso - Dourados - MS
201. Opinião - Marabá - PA
202. O Rio Branco - Rio Branco - AC
203. O Roceiro - Crateús - CE
204. O São Paulo - São Paulo - SP
205. O Trabalhador Rural (Contag) - Brasília - DF
206. O Trecheiro - São Paulo - SP
207. Página Agrária - PT - Brasília - DF
208. Pastoral da Terra - CPT Nacional - Goiânia - GO
209. Pé no Chão - João Pessoa - PB
210. Pelejando - CPT Minas Gerais - Belo Horizonte - MG
211. Ponto de Vista - Goiânia - GO
212. Porantim - CIMI - Brasília - DF
213. Problemas Brasileiros
214. República - São Paulo - SP
215. Sem Fronteiras - Taboão da Serra - SP
216. Sinais dos Tempos - Imperatriz - MA
217. Sindicato dos Bancários - Rio de Janeiro - RJ
218. Sindicato dos Bancários - São Paulo - SP
219. Solidariedade - Sorocaba - SP
220. Top News - Goiânia - GO
221. Tribuna da Bahia - Salvador
222. Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ
223. Tribuna de Cricaré - São Mateus - ES
224. Tribuna de Guararapes - Guararapes - PE
225. Tribuna de Guarapuava - Guarapuava - PR
226. Tribuna do Brasil - DF
227. Tribuna do Norte - Natal - RN
228. Tribuna do Norte - Apucarana - PR
229. Tribuna do Sertão - Salvador - BA
230. Tribuna Judiciária - São Paulo - SP
231. Vai e Vem - São Paulo - SP
232. Veja - São Paulo - SP
233. Zero Hora - Porto Alegre - RS

CPT no Brasil

SECRETARIA NACIONAL

Rua 19 nº 35 1º andar Ed. D. Abel – Centro
74030-090 – Goiânia/GO
Fone: 62. 212-6466
Fax: 62. 212-0421
E-mail: cptnac@cultura.com.br

ACRE

Travessa Amapá, 261 – Bairro Cerâmica
69908-270 – Rio Branco/AC
Fone/Fax: 68. 223-2193
E-mail: cptac@uol.com.br

AMAPÁ

Avenida Pe. Manoel da Nóbrega, 1000
Bairro Jesus de Nazaré
68906-010 - Macapá/AP
Fone: 96. 223-2539
Fax: 96. 222-3997
E-mail: cptap@uol.com.br

AMAZONAS

Rua Monsenhor Coutinho, 858
Centro – Cx. Postal 369
69110-010 – Manaus/AM
Fone: 92. 232-1160
Email: cptam@cptam.com.br

ARAGUAIA – TOCANTINS

Rua Porto Alegre, 446 – Bairro São João
77813-650 – Araguaína/TO
Fone: 63. 412-3200
E-mail: cptartoc@cultura.com.br

BAHIA – SERGIPE

Rua Gal. Labatut, 78 – Bairro Barris
40070-100 – Salvador/BA
Fone: 71. 328-4672
Fax: 71. 328-4683
E-mail cptba@terra.com.br

CEARÁ

R. Mons. Otávio de Castro, 150 – Bairro de Fátima
60050-150 – Fortaleza/CE
Fone/Fax: 85. 226-1413
E-mail: cptce@fortalnet.com.br

ESPÍRITO SANTO/RIO DE JANEIRO

Cx. Postal 312
29930-000 – São Mateus/ES
Fone. 27. 3765-3505
E-mail: cptesrj@samanet.com.br

GOIÁS

Rua 19 nº 35 1º andar Ed. D. Abel – Centro
74030-090 – Goiânia/GO
Fone: 62. 223-5724
Fax: 62. 213-1733
Email: cptgo@cultura.com.br

MARANHÃO

Rua do Sol, 457 – Centro
65020-590 – São Luís/MA
Fone: 98. 222-4243
Fax: 98. 232-8763
E-mail: cptma@elo.com.br

MATO GROSSO

Rua Amambaí, 160 – Setor Alvorada
78048-460 – Cuiabá/MT
Fone: 65. 621-3068
Fax: 65. 621-2942
E-mail: cptmt@zaz.com.br

MATO GROSSO DO SUL

Rua Nicolau Frageli, 71 – Bairro Amambaí
79008-570 – Campo Grande/MS
Fone/Fax: 67. 3029-7279
E-mail: cptms@zaz.com.br

MINAS GERAIS

Rua Cassiterita, 59 – Bairro Santa Inês
31.080-150 – Belo Horizonte/MG
Fone: 31. 3466-0202
E-mail: cptmg@veloxmail.com.br

NORDESTE

Rua Esperanto, 490 - Ilha do Leite
50070-390 Recife/PE
Fone: 81. 3231-4445 / 3221-7314
Fax: 81. 3222-2943
E-mail: cptpe@terra.com.br

PARÁ

Rua Barão do Triunfo, 3151 – Bairro Marco
66093-050 – Belém/PA
Fone: 91. 226- 5258
Fax: 91. 226 -6491
E-mail: cptpa@conectus.com.br

PARANÁ

Rua Paula Gomes. 703-1º Andar
Bairro S. Francisco
80510-070 – Curitiba/PR
Fone/Fax: 41. 224 -7433
E-mail: cpt@cpt.org.br

PIAUI

Rua Des. Pires de Castro, 631 – Centro Norte
64000-390 – Teresina/PI
Fone: 86. 222 – 4555
Fax: 86. 226-9370
E-mail: ctpi@uol.com.br

RIO GRANDE DO SUL

Rua Manoel Ferrador, 155 – Passo das Pedras
91230-370 – Porto Alegre/RS
Fone/Fax: 51. 3344-4415
Celular: 51. 958-0398
E-mail: cptrs@portoweb.com.br

RONDÔNIA

Rua Sen. Álvaro Maia, 1034 – Bairro Olaria
78900-970 – Porto Velho/RO
Fone: 69. 224-4800
Fax: 69. 223-1135
Celular: 69. 9984-9964
E-mail: cpt@enter-net.com.br

RORAIMA

Rua Floriano Peixoto, 243
69301-320 – Boa Vista – RR
Fone: 95. 224-4636
E-mail: cprr@technet.com.br

SANTA CATARINA

Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524
Bairro Pantanal
88040-001 – Florianópolis/SC
Fone/Fax: 48. 234-4766
E-mail: cptsc@floripa.com.br

SÃO PAULO

Rua Campos Sales, 86
03041-090 – Brás – São Paulo
Fone: 11. 9354-3475
E-mail: eastimor@hotmail.com